



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2019

2º RELATÓRIO PARCIAL



CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rio de Janeiro, janeiro de 2022

CEFET/RJ

COMPOSIÇÃO EM 2019

DIREÇÃO¹

Diretor Geral
Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Diretor
Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Extensão
Maria Alice Caggiano de Lima

Diretor de Administração e Planejamento
Inessa Laura Salomão

Diretor de Gestão Estratégica
Célia Machado Guimarães e Souza

Diretor do *Campus* Nova Iguaçu
Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Diretor do *Campus* Maria da Graça
Alberto Boscarino Junior

Diretor do *Campus* Nova Friburgo
Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretor do *Campus* Petrópolis
Frederico Ferreira de Oliveira

Diretor do *Campus* Itaguaí
Luiz Diniz Corrêa

Diretor do *Campus* Angra dos Reis
Tiago Siman Machado

Diretor do *Campus* Valença
Fabiano Alves de Oliveira

Equipe de Apoio

Danila Tavares Amato (Técnica Educacional)
Marcio Ferreira (DTINF)
Julliany Brandão (DTINF)
Enoch Cezar Pimentel Lins da Silva (DTINF)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 1398 de 23/10/2018

Corpo Docente
Alexandra Maria de A. Rocha
(Substituída por: Rafael Teixeira de Castro)
Amilton Ferreira da Silva Junior
Carla Cristina Almeida Loures
Fabrício Maione Tenório
Fernando Ribeiro da Silva
Júlio Cesar de Carvalho Ferreira
Július Monteiro de Barros Filho
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Ronney Arismel Mancebo Boloy
Rosana Dischinger Miranda (Presidente)
Silvana Bezerra da Silva

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Angélica Lino Pacheco Paiva
Fernanda dos Santos Rocha
Kelly Barreto Videira Chaves
Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria
(Substituída por: Daphne Holzer Velihovetchi)
Maria Esther Provenzano
Simone Tardin Fagundes

Corpo Discente
Carolina Alencar Caldeira de Souza
Daniel Nascimento L. Andrade
Ester Cristina Melo Guerra
Larissa da Silva Pinto
Luan Gomes Schimidt
Thalita Oliveira dos Santos
Thyago Leite da Silva

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (EGN)

¹A composição da Direção corresponde aos membros que permaneceram mais tempo nos cargos durante o ano de 2019.

“A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências históricas-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la.”

(Luckesi, Cipriano Carlos, 2011.)

Apresentação

O relatório de autoavaliação tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Assim, este relatório objetiva comunicar à Comunidade Universitária, à Comunidade Externa e aos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação superior no Brasil, os resultados da avaliação realizada pela CPA do CEFET/RJ, com relação ao ano de 2019. O processo avaliativo passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. Trata-se de uma tarefa complexa, que considera a trajetória da Instituição, suas características específicas e seu relevante papel social. Tal processo fornece uma visão do desempenho da Instituição no cumprimento de suas funções enquanto Instituição Pública na oferta da Educação Superior.

Este relatório contém cinco capítulos, além dos capítulos “Bibliografia Consultada” e “Anexos”, dispostos no final. As informações básicas da Instituição são fornecidas no capítulo inicial, onde também são apresentadas as questões referentes à constituição e a trajetória da Comissão Própria de Avaliação, assim como o planejamento estratégico de autoavaliação desenvolvido. No capítulo seguinte, “Metodologia” são apresentados os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados. No próximo capítulo, “Desenvolvimento”, são apresentados os dados e as informações pertinentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, indicados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), assim como as análises realizadas pela comissão referentes as dimensões envolvidas. O quarto capítulo se refere a análise dos dados e ações com base nessa análise, apresentadas no final de cada dimensão. Por fim, no capítulo seguinte, são apresentadas as “Considerações Finais”.

O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física, foram analisados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, uma vez que o presente relatório e o relatório anterior são relatórios parciais, que se complementam, fornecendo assim uma visão global do CEFET/RJ. Dessa forma, a instituição é avaliada em 10 dimensões, distribuídas em cinco eixos, conforme indicado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09/10/2014.

Cientes de que o processo avaliativo contribui de forma significativa para a melhoria da Educação, disponibilizamos este relatório e chamamos a atenção para que os resultados obtidos recebam a merecida atenção dos administradores em todos os níveis, iluminando as tomadas de decisões.

1	Introdução.....	05
1.1	Dados da Instituição	05
1.2	Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	05
1.3	Histórico do CEFET/RJ	06
1.3.1	Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo	09
1.4	O Processo de Autoavaliação	12
1.4.1	Planejamento	14
2	Metodologia.....	16
2.1	Metodologia e Instrumentos	16
2.2	População	18
2.2.1	População: Corpo Discente	19
2.2.2	População: Corpo Docente	25
2.2.3	População: Corpo Técnico-Administrativo	29
3	Desenvolvimento.....	32
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	32
3.1.1	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	32
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	33
3.2.1	Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	33
3.2.2	Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição	45
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	65
3.3.1	Dimensão 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão	65
3.3.2	Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade	128
3.3.3	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes	137
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	149
3.4.1	Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo	149
3.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	160
3.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	173
3.5	Eixo 5: Infraestrutura Física	177
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	177
4	Análise dos Dados e Ações	178
4.1	Análise dos Dados e das Informações	180
4.2	Ações com Base na Análise	180
5	Considerações Finais.....	179
6	Bibliografia Consultada.....	180
7	Anexos.....	183
A	Questionários	183

1.1 – Dados da Instituição

Nome da IES: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

Código da IES: 0593

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Rio de Janeiro

Município das Unidades do Sistema CEFET/RJ: Rio de Janeiro (Unidade Sede - Maracanã e *campus* Maria da Graça); Nova Iguaçu (*campus* Nova Iguaçu); Nova Friburgo (*campus* Nova Friburgo), Petrópolis (*campus* Petrópolis), Itaguaí (*campus* Itaguaí), Angra dos Reis (*campus* Angra dos Reis) e Valença (*campus* Valença).

Relatório: Parcial – Ano de Referência: 2019

1.2 – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, foi constituída pela Portaria nº 339 de 30 de julho de 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e o memorando interno nº 047/2004-DIRED, de 13 de julho de 2004. A composição da CPA que atuou em 2019 foi designada pela Portaria nº 1398, de 23 de outubro de 2018. Em setembro de 2019, foi solicitado por meio do Ofício nº 50/2019-DIRPT, de 05/09/2019, encaminhado pela Direção do *campus* Petrópolis, a substituição de dois membros da CPA: a docente Alexandra Rocha pelo docente Rafael Castro e a técnica administrativa Marcia Alves e Faria pela técnica administrativa Daphne Velihovetchi. A composição da CPA designada pela Portaria nº 1398 compreende membros de sete Unidades ou *campi*, todas com curso superior. Há um total de 26 membros efetivos: 11 docentes, 7 técnico-administrativos, 7 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1.1 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 1398 de 23/10/2018

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Alexandra Maria de A. Rocha/ Rafael Castro (Substituída por: Rafael Teixeira de Castro)	docente	Petrópolis
-Amilton Ferreira da Silva Junior	docente	Valença
-Carla Cristina Almeida Loures	docente	Angra
-Fabrício Maione Tenório	docente	Itaguaí
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Júlio Cesar de Carvalho Ferreira	docente	Maracanã
-Julius Monteiro de Barros Filho	docente	Nova Iguaçu
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Ronney Arismel Mancebo Boloy	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda (Presidente)	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Angélica Lino Pacheco Paiva	técnico-administrativo	Angra dos Reis
-Fernanda dos Santos Rocha	técnica-administrativa	Valença
-Kelly Barreto Videira Chaves	técnica-administrativa	Itaguaí
-Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria (Substituída por: Daphne Holzer Velihovetchi)	técnica-administrativa	Petrópolis
-Maria Esther Provenzano	técnica-administrativa	Maracanã

-Simone Tardin Fagundes	técnica-administrativa	Nova Friburgo
-Carolina Alencar Caldeira de Souza	discente	Angra dos Reis
-Daniel Nascimento L. Andrade	discente	Itaguaí
-Ester Cristina Melo Guerra	discente	Petrópolis
-Larissa da Silva Pinto	discente	Valença
-Luan Gomes Schimidt	discente	Nova Friburgo
-Thalita Oliveira dos Santos	discente	Maracanã
-Thyago Leite da Silva	discente	Nova Iguaçu
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Professor Titular -EGN Escola de Guerra Naval

1.3 – Histórico do CEFET/RJ

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca teve sua origem, em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Em 1942, a escola foi transformada em Escola Técnica Nacional – ETN, tendo como primeiro diretor o professor Celso Suckow da Fonseca. Em homenagem póstuma, por determinação do MEC, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei 6.545, aconteceu a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Toda essa trajetória retrata a evolução do Ensino Industrial Profissional do País, dedicado, cada vez mais, a atuar em resposta às crescentes exigências do setor produtivo. Assim, desde essa data o CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de Educação Superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

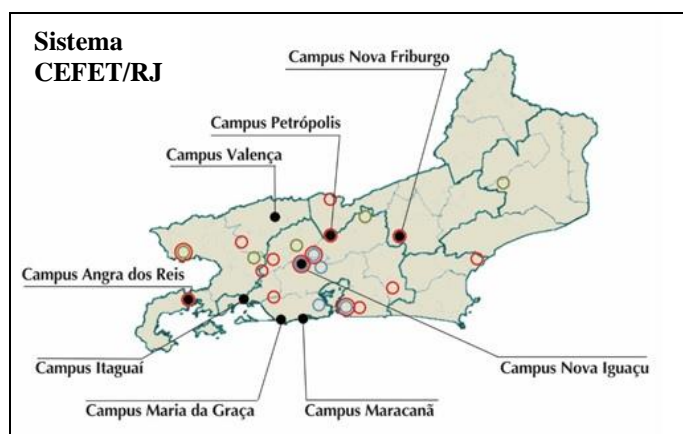
Em 2019, a Instituição possuía aproximadamente 20 mil alunos distribuídos entre seus cursos de educação profissional técnica de nível médio, ensino de graduação e pós-graduação, conforme indicado na Plataforma Nilo Peçanha 2020 -PNP 2020/Ano Base 2019. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta às demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral. Conforme consta no Portal do MEC, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) foi iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e destina-se à coleta, tratamento e publicação de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). A criação oficial se deu, em 2018, por meio da Portaria SETEC/ME Nº 01, de 03/01/2018.

Ao aderir ao Plano de Expansão da Rede Federal de EPT, a Unidade Sede situada no Maracanã, com quase um século de existência, passou a contar com diversas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) e um Núcleo Avançado, ou seja, com diversos *campi*. A primeira UnED a ser inaugurada foi a de Nova Iguaçu, em agosto de 2003, em seguida a de Maria da Graça, em junho de 2006. Dois anos e três meses depois, foi inaugurada a UnED de Petrópolis, em setembro de 2008, em seguida, em dezembro do mesmo ano, a UnED de Nova Friburgo. Em 2010, foram inaugurados a UnED de Itaguaí e o Núcleo Avançado de Valença. Apesar da UnED de Itaguaí ter sido simbolicamente inaugurada em 2010, o início do seu primeiro curso já havia ocorrido em setembro de 2008.

A apresentação da UnED de Itaguaí e do Núcleo Avançado de Valença à sociedade como Unidades federais de educação aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada na capital da República, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, simultaneamente, 78 Unidades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A vinculação do Núcleo Avançado de Valença ao CEFET/RJ advém da federalização do Instituto Técnico e Profissionalizante do Vale do Rio Preto – ITERP, no município de Valença. O ITERP foi construído e equipado com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por força de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

A inauguração de mais uma UnED, desta vez em Angra dos Reis, se deu em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, em novembro de 2010. Nessa ocasião, o Presidente da República inaugurou, ao lado do ministro da Educação, 30 escolas federais de educação profissional e 25 *campi* de 15 universidades federais. As figuras a seguir apresentam o Sistema CEFET/RJ, com seus oito *campi*. O mapa apresentado ilustra também polos utilizados no ensino a distância.



Fonte: PDI 2015-1019.

Conforme apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a implementação do sistema *multicampi*, no período 2005-2009, implicou em ações de organização administrativa orientadas pelo estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Além disso, permitiu o permanente diálogo do CEFET/RJ com o MEC, com representantes dos governos estadual e municipal e com empresas públicas e privadas, visando à concretização de *campi* orientados pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais, a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CEFET-MG e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ, como consta no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, continua a reconhecer-se como Instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnico-administrativos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

O ano de 2017 foi especialmente importante para a Instituição, que completou 100 anos desde sua fundação: 100 anos de ensino técnico, 51 anos de ensino superior e 25 anos de pós-graduação. Para marcar a data, a instituição preparou uma programação especial aberta ao público, com muitos eventos de arte e cultura. O auge das festividades foi o lançamento oficial da medalha comemorativa cunhada pela Casa da Moeda para homenagear o CEFET/RJ. No total, foram cunhadas 600 unidades em três diferentes metais: bronze (380 medalhas), prata (150 medalhas) e prata dourada (70 medalhas). Entre os eventos realizados, o lançamento do livro “Registros de uma instituição centenária – CEFET/RJ”. O livro e a medalha que marcam os 100 anos da Instituição estão ilustrados a seguir.



Fonte: <http://www.cefet-rj.br/centenario-cefet>

A instituição tem como Missão: **Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.**

A função social do CEFET/RJ é promover o ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais, estendendo benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

A seguir, será dada uma visão geral da Instituição, apresentando o corpo discente do Ensino Superior, corpo docente e corpo técnico-administrativo, para que suas especificidades sejam compreendidas e que se conheça um pouco dessa comunidade acadêmica.

1.3.1 – Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo

A Tabela 1.2 apresenta a distribuição dos alunos do Ensino Superior por cursos e programas em 2019.

Tabela 1.2 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2019

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2019											
Cursos e Programas			Sede Maracanã	Campus Maria da Graça	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença	
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	241	---	---	12	206	---	---	---	
		Bacharelado	4378	86	801	468	563	702	582	413	
		Licenciatura	---	---	---	246	151	---	---	---	
	EAD	Superior de Tecnologia	2257	---	---	---	---	---	---	---	
		Bacharelado	1684	---	---	---	---	---	---	---	
Total de Alunos da Graduação por Campus			8560	86	801	726	920	702	582	413	
Total Geral Graduação			12790								
Pós-Graduação	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		529	---	15	---	---	---	---	---	
	Lato Sensu	Presencial	16	---	3	---	---	---	35	35	
		Educação a distância (UAB)	291	---	---	---	---	---	---	---	
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			836	---	18	---	---	---	35	35	
Total Geral da Pós-Graduação			924								
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			9396	86	819	726	920	702	617	448	
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			13714								

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2020 -Ano Base 2019.

Com relação ao corpo docente, no final de 2018, o CEFET/RJ contava com um total de 864 docentes atuando no ensino técnico de nível médio e/ou no ensino superior. Do final de 2018 para 2019, percebe-se que houve uma

ligeira redução do quadro de docentes, passando para 862, conforme apresentado na Tabela 1.3. Essa redução se deve sobretudo em virtude das aposentadorias.

Tabela 1.3 – Distribuição do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

UNIDADES	QUANTITATIVO - 2018	QUANTITATIVO - 2019
Maracanã	439	438
Nova Iguaçu	96	97
Maria da Graça	43	43
Petrópolis	66	65
Nova Friburgo	62	61
Itaguaí	64	66
Valença	45	46
Angra	49	46
TOTAL	864	862

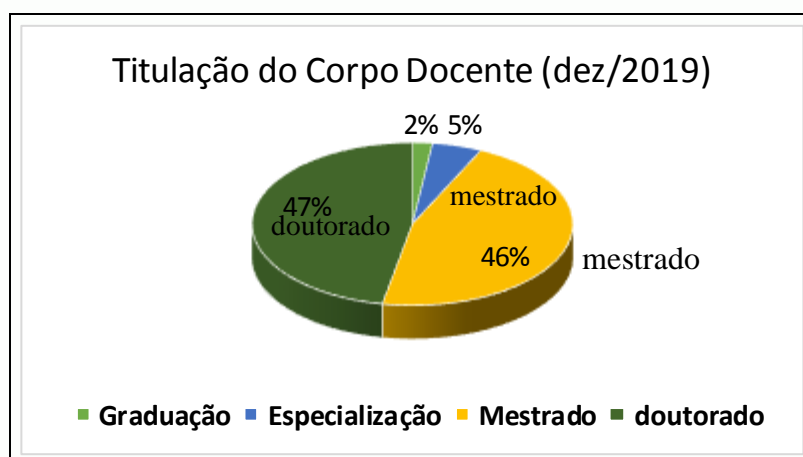
Fonte: DRH, dez/2018, dez/2019.

O corpo docente do CEFET/RJ em 2018 era composto por 41% de doutores, 51% de mestres, 6% de especialistas e 2% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 92% do corpo docente, conforme apresentado na Tabela 1.4. No final de 2019, houve aumento do número de doutores, passando para 47%, e diminuição dos demais segmentos. Assim, a titulação em nível de mestrado ou doutorado subiu para 93% do corpo docente, como pode-se perceber no gráfico ilustrado após a tabela.

Tabela 1.4 – Distribuição da Titulação do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO - 2018	%	QUANTITATIVO - 2019	%
Graduação	19	2%	14	2%
Especialização	55	6%	46	5%
Mestrado	439	51%	396	46%
Doutorado	351	41%	406	47%
TOTAL	864	100%	862	100%

Fonte: DRH, dez/2018 e dez/2019.



Vale ressaltar que a Instituição incentiva a capacitação de seus servidores e que em 2015 aprovou, no CEPE, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, os Regulamentos de Capacitação Docente e de servidores Técnico-Administrativos.

Com relação ao corpo técnico-administrativo, segundo o DRH, no final de 2018, o CEFET/RJ contava com um total de 620 técnico-administrativos, e no final de 2019, com um total de 611, conforme ilustrado na Tabela 1.5.

Tabela 1.5 – Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do Sistema CEFET/RJ

<i>CAMPUS</i>	QUANTITATIVO - 2018	QUANTITATIVO - 2019
Maracanã	396	390
Nova Iguaçu	47	44
Maria da Graça	32	30
Petrópolis	31	31
Nova Friburgo	30	33
Itaguaí	33	33
Valença	27	26
Angra	24	24
TOTAL	620	611

Fonte: DRH, dez/2018 e dez/2019.

A Tabela 1.6 apresenta a distribuição do corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ em 2019.2, por cargo.

Tabela 1.6 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2019.2

Nível de Classificação	Cargo	<i>Campus Sede Maracanã</i>	<i>Campus Mª da Graça</i>	<i>Campus Nova Iguaçu</i>	<i>Campus Petrópolis</i>	<i>Campus Nova Friburgo</i>	<i>Campus Itaguaí</i>	<i>Campus Angra</i>	<i>Campus Valença</i>
B	Auxiliar de Microfilmagem	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	7	1	5	2	3	1	0	1
C	Assistente de Laboratório	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Auxiliar de Biblioteca	0	1	0	0	0	1	0	1
C	Auxiliar em Administração	58	5	3	1	3	1	1	0
C	Contínuo	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	3	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	5	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		75	8	8	3	6	4	1	2
D	Assistente em Administração	128	7	17	11	11	10	5	7
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrut.	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Revisor de Textos Braille	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	24	1	1	0	0	0	2	2

D	Técnico de Tecnologia da Informação	9	1	2	2	1	3	2	2
D	Técnico em Arquivo	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Artes Gráficas	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Audiovisual	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	7	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	1	1	0	0	1	1	0	0
D	Técnico em Segurança do Trabalho	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Vigilante	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		184	10	23	14	14	16	9	12
E	Administrador	10	4	2	4	5	5	5	5
E	Analista de Tecnologia da Informação	10	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	9	1	1	1	1	1	1	0
E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	2
E	Auditor	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	9	2	2	2	1	2	2	2
E	Contador	9	0	0	1	0	0	1	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro de Segurança do Trab.	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	1	0	0	1	0	0	0	0
E	Médico/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	11	1	2	2	2	0	2	1
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	0	1	0	0	1
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Secretário Executivo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	0	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	24	1	3	2	2	4	2	1
E	Tecnólogo/Formação	7	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		130	12	13	14	13	13	14	12
TOTAL POR CAMPUS		390	30	44	31	33	33	24	26
TOTAL GERAL: 611									

Fonte: DRH, dez/2019.

1.4 - O Processo de Autoavaliação

Como Instituição integrante da rede de Educação Superior, o CEFET/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, sendo submetido a três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

A avaliação das instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP. O presente relatório tem como objeto a avaliação da Instituição de Educação Superior CEFET/RJ em sua etapa de autoavaliação.

Segundo as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação das Instituições fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004, p.5)², a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da Instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013 propõe ajustes no Roteiro proposto inicialmente. Segundo essa Nota Técnica (2014, p.2)³:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Nesta nova versão do relatório, as dez dimensões avaliadas são dispostas em eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento foi organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o SINAES, conforme a Tabela 1.7:

²BRASIL. Ministério da Educação. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

³BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065: **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

Tabela 1.7 – Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
5	Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

1.4.1-Planejamento

Para promover o processo de autoavaliação institucional de 2019, a CPA seguiu um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das IES, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da Instituição.

A autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando esse contexto, foram previstas as seguintes atividades, conforme a Tabela 1.8:

Tabela 1.8 – Lista de Atividades Programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos instrumentos de pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do Relatório Final ao Presidente do Conselho Diretor e ao INEP
9	Divulgação dos resultados à comunidade

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as coordenações propostas por dimensão, baseadas na CPA vigente, são apresentadas na Tabela 1.9. Apesar de cada dimensão apresentar uma coordenação para uma melhor análise dos dados, todos podem opinar e interagir no processo.

Tabela 1.9 – Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Julius Monteiro de Barros Filho
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Carla Cristina Almeida Loures
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Júlio Cesar de Carvalho Ferreira
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Ronney Arismel Mancebo Boley
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Maria Esther Provenzano
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Dischinger Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Amilton Ferreira da Silva Junior

O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente relatório, que será enviado ao INEP/CONAES e terá uma cópia entregue ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. O lançamento do relatório de autoavaliação institucional no site institucional é anunciado nos Conselhos pertinentes, para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas. O relatório compreende tanto os resultados referentes à autoavaliação institucional quanto os referentes às avaliações externas, sendo inserido em local de fácil acesso para que todos os segmentos da comunidade acadêmica tenham a oportunidade de se apropriarem dos resultados analíticos apresentados.

2.1-Metodologia e Instrumentos

A autoavaliação institucional teve início em 2004, com a Lei nº. 10.861/04. No entanto, pode-se dizer que a partir de 2009, o processo se tornou mais sistematizado e a comunidade mais receptiva. Na avaliação referente ao ano de 2009, foram necessárias diversas reuniões até o produto final, um questionário aplicado a cada segmento da comunidade. Nas avaliações que se seguiram, os instrumentos já estavam prontos, sendo necessário apenas atualizá-los ou aperfeiçoá-los, quando necessário. Entre 2004 e 2019, o processo de autoavaliação evoluiu significativamente e hoje faz parte da cultura da instituição.

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do CEFET/RJ, o PDI, a identidade da Instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dimensões previstas pela Lei nº. 10.861/04 foi realizada utilizando-se diferentes procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados foram amplamente discutidos nas reuniões da CPA, durante o processo de elaboração, que teve início em 2009, e abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos se encontram no Anexo A e foram elaborados de forma diferenciada, considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários foram disponibilizados de forma *on-line* com o auxílio do departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na avaliação de 2009, alunos da graduação e técnico-administrativos acessavam os questionários por meio de um convite com um *link* no *site* da Instituição. Os professores eram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas realizado no segundo semestre. Tal lançamento também é feito de forma *on-line*. Foi fornecido o endereço de e-mail cpa.cefetrj@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas.

Nas avaliações realizadas até o momento, o acesso dos técnico-administrativos ao questionário foi mantido por meio de um convite com um *link* no *site* da Instituição. Com relação aos alunos da graduação, desde 2010, vem-se utilizando um procedimento diferente do utilizado em 2009, com o intuito de aumentar o número de avaliações. Os alunos são conduzidos ao questionário no momento da confirmação de matrícula. A partir de 2010, os alunos da pós-graduação do Maracanã foram convidados a atuar no processo de avaliação com o auxílio da própria secretaria do curso. Com relação aos professores, manteve-se o mesmo procedimento, ou seja, os professores são conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas.

Assim, o processo de condução obrigatório ao questionário tem início a partir do lançamento das notas P2, realizado no segundo semestre do ano letivo, momento em que os professores são conduzidos à avaliação, e termina após a confirmação de matrícula dos alunos, realizada no início do ano seguinte, momento em que os alunos são conduzidos à avaliação.

O processo de convite aos técnicos e alunos da pós para participarem da pesquisa, que utiliza um link no *site*, pode ocorrer em qualquer momento do período entre o início do segundo semestre até a confirmação de matrícula dos alunos de graduação, realizada no início do ano seguinte. No caso dos técnicos e alunos da pós, que são convidados, o questionário habitualmente fica disponível por um período maior de tempo. Com o intuito de aumentar o número de respondentes técnico-administrativos, tem sido encaminhado também um e-mail a este segmento, chamando atenção para a importância da pesquisa e da participação de todos, além do destaque habitualmente publicado no site.

Para medir o índice de satisfação ou insatisfação da comunidade, as perguntas apresentadas nos respectivos questionários, em sua maioria, possuem quatro escalas de respostas, apresentadas a seguir.

1- Insuficiente(s) ou Ruim(ns)	2- Suficiente(s) ou Regular(es)	3- Bom(ns) ou Boa(s)	4- Ótimo(s) ou Ótima(s)
-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------------

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando-se a produção de questionários longos. Os dados colhidos foram dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Esse processamento incluiu a disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a Instituição como um todo (sede e *campi* com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por *campus* ou por curso, por exemplo, deve ser feita a parte. A partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos, também, os dados por *campus*, por curso e por departamento para uma análise mais profunda da Instituição, embora a análise deste relatório esteja voltada para a Instituição como um todo. Somente os dois cursos EAD da Instituição, Engenharia de Produção e Gestão de Turismo, que fazem parte do Consórcio CEDERJ, possuem uma pesquisa a parte, realizada pelo mesmo. Esta pesquisa leva em conta as especificidades da EAD e é encaminhada aos coordenadores do curso, que encaminha a CPA para apreciação.

A etapa referente à sensibilização ocorreu em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão e-mails eletrônicos, chamadas no *site* da Instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo, etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão agiu como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA contou com o apoio das Direções e Chefes de Departamentos/Coordenadores para a divulgação do questionário formulado e para a análise das dimensões indicadas pela CONAES, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas setoriais, quando necessário. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para

a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, cada um foi solicitado a ser um multiplicador, passando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos de contato toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

Plataforma Teams

Desde 2019, a Instituição oferece à comunidade acadêmica o conjunto de serviços e aplicações do Office 365 da Microsoft, entre eles está a Plataforma Teams. O Microsoft Teams é uma plataforma unificada de comunicação e colaboração muito poderosa que possibilita reuniões virtuais, além das presenciais, em caso de necessidade. Essa plataforma pode ser usada para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados a avaliação. Considerando que o grupo compreende membros de diferentes unidades e que a distância física entre essas muitas vezes dificulta a presença de todos ao mesmo tempo, este veículo de comunicação pode contribuir nesse sentido.

Segundo a descrição da própria Microsoft, Teams é o “espaço de trabalho baseado em um chat que integra todas as pessoas, os conteúdos e as ferramentas que a sua equipe precisa para melhorar o seu engajamento e ser mais eficaz”. Num único espaço de trabalho, é possível gerenciar diversas conversas, seja em texto, áudio ou vídeo. Também há a possibilidade de compartilhar arquivos e editar conteúdos dentro da plataforma em tempo real.

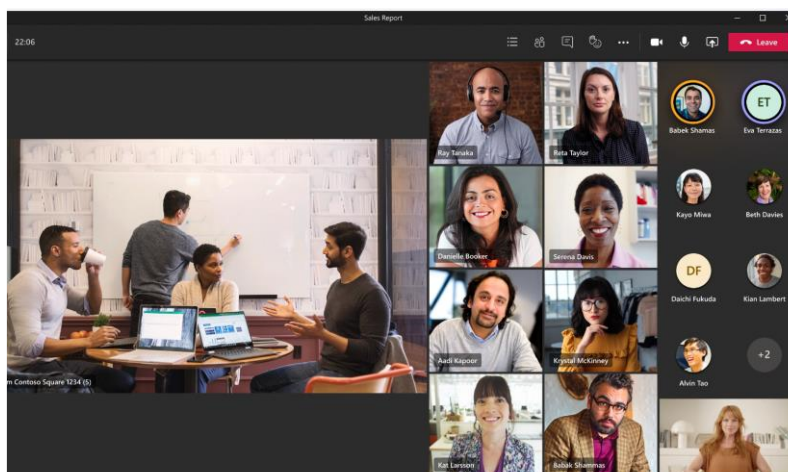


Figura ilustrativa. Disponível em <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/teams-for-work>

2.2-População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de Instituições de Educação Superior, decidiu-se focar a avaliação interna do CEFET/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro que apresenta, além do ensino superior, ensino técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da Instituição. Não se pode esquecer que há espaços compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer, laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o CEFET uma entidade peculiar em relação às demais instituições.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os *campi* da IES, ou seja, a Unidade Sede, situada no Maracanã, e os *campi* Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença.

2.2.1-População: Corpo Discente

Participam da pesquisa somente alunos do ensino superior. Os discentes avaliam a Instituição, os respectivos cursos, assim como seus professores, de forma geral, por meio da avaliação das disciplinas, a partir dos questionários aplicados. O total de alunos de graduação da Instituição, em 2019, considerando o sistema CEFET/RJ, com seus 8 *campi*, conforme apresentado na Tabela 1.2, baseada na Plataforma Nilo Peçanha -PNP é de 12790 alunos. Os habilitados à pesquisa em questão são todos os alunos de graduação matriculados em 2019, ou seja os 12790, menos 6024 que não participam da pesquisa, referentes aos alunos EAD, alunos de cursos em extinção/descontinuidade, concluintes e evadidos. Convém lembrar que os dois cursos EAD da Instituição, Engenharia de Produção e Gestão de Turismo, que fazem parte do Consórcio CEDERJ, possuem uma pesquisa a parte, realizada pelo mesmo. Esta pesquisa leva em conta as especificidades da EAD e é encaminhada aos coordenadores do curso, que encaminha a CPA para apreciação. Com isso chega-se ao total de 6766 alunos de graduação habilitados a participar do processo de avaliação, conforme indicado na Tabela 2.1.

Como o questionário é aplicado aos alunos no período de matrícula, após o término do segundo semestre letivo, é por este motivo que os concluintes não entram na pesquisa, porque já estão fora do sistema e, portanto, não realizam matrícula. O sistema consegue capturar no momento da matrícula do ano n+1, a opinião dos alunos do ano n sobre o período encerrado, considerando o curso, os professores e a Instituição. É importante observar que pela primeira vez utilizou-se como base a Plataforma Nilo Peçanha para a extração dos dados, o que também ocorreu no Relatório de Gestão 2019 para os alunos de graduação. Anteriormente os dados vinham direto das secretarias acadêmicas da Instituição. Dessa forma, com relação a quantitativos, será mais preciso comparar relatórios com a mesma base de extração, pela própria definição de alguns termos como número de matrículas, evadidos, retidos, concluintes, que podem ter alguma diferença de uma base para outra.

Tabela 2.1 – Total de Alunos de Graduação Habilitados a Participar do Processo de Avaliação

Alunos Habilitados a Responderem ao Questionário	
Total de Alunos de Graduação Matriculados na Instituição (todas as Unidades)	12790
Total a ser Subtraído:	6024
Total de Alunos de Graduação – EAD (semipresencial)	3941
Total de Alunos dos Cursos de Tecnologia em Extinção/Descontinuidade (todas as Unidades)	253
Total de Alunos de Graduação Presenciais Concluintes (Bach.+Lic.) (todas as Unidades) +Tec.Turismo NF	366
Total de Alunos de Graduação Presenciais Evadidos (Bach.+Lic.) (todas as Unidades) +Tec.Turismo NF	1000
Ajuste de alunos Evadidos ainda não detectados pela PNP (30% dos Retidos (1546))	464
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados (todas as Unidades)	6766

Tabela 2.2 – Alunos de Graduação

ALUNOS - GRADUAÇÃO		
Total de Alunos Matriculados (TA)*; Nº de Alunos Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração	553	233
Ciência da Computação	390	193
Engenharia Ambiental	200	101
Engenharia Civil	577	231
Engenharia de Controle e Automação	255	93
Engenharia de Produção	578	282
Engenharia de Produção (EAD –semipresencial)	1684	--
Engenharia de Telecomunicações	203	79
Engenharia Elétrica	279	139
Engenharia Eletrônica	351	88
Engenharia Mecânica	759	307
Física	34	19
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	199	79
Total de Alunos (Bacharelado)	6062	1844
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão Ambiental	131	--
Tecnólogo em Gestão de Turismo (EAD –semipresencial)	2257	--
Tecnólogo em Sistemas para Internet	110	--
Total de Alunos (Superior de Tecnologia)	2498	--
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maracanã	8560	--
Campus Maria da Graça		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Sistemas de Informação	86	49
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maria da Graça	86	49
Campus Nova Iguaçu		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Controle e Automação	293	142
Engenharia de Produção	303	181
Engenharia Mecânica	205	134
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Iguaçu	801	457
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Elétrica	256	137
Sistemas de Informação	307	174
Total de Alunos (Bacharelado)	563	311
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	151	62
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	206	85
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Friburgo	920	458
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Computação	223	152
Turismo	245	157
Total de Alunos (Bacharelado)	468	309
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	246	140
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	12	---
Total de Alunos da Graduação da Unidade Petrópolis	726	449
Campus Itaguaí		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Produção	269	137
Engenharia Mecânica	433	203
Total de Alunos da Graduação da Unidade Itaguaí	702	340
Campus Angra dos Reis		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Elétrica	154	78
Engenharia Mecânica	287	124
Engenharia Metalúrgica	141	66
Total de Alunos da Graduação da Unidade Angra	582	268
Campus Valença		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração	251	123
Engenharia de Alimentos	162	81
Total de Alunos da Graduação da Unidade Valença	413	204
Total de Alunos de Graduação da Instituição (todas as Unidades)	12790	4069
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados** (todas as Unidades)	6766	
Porcentagem de Alunos de Graduação Respondentes (todas as Unidades)	60,1 %	

*Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020. PNP 2020 (Ano Base 2019).

**Total de alunos habilitados: Consultar Tabela 2.1

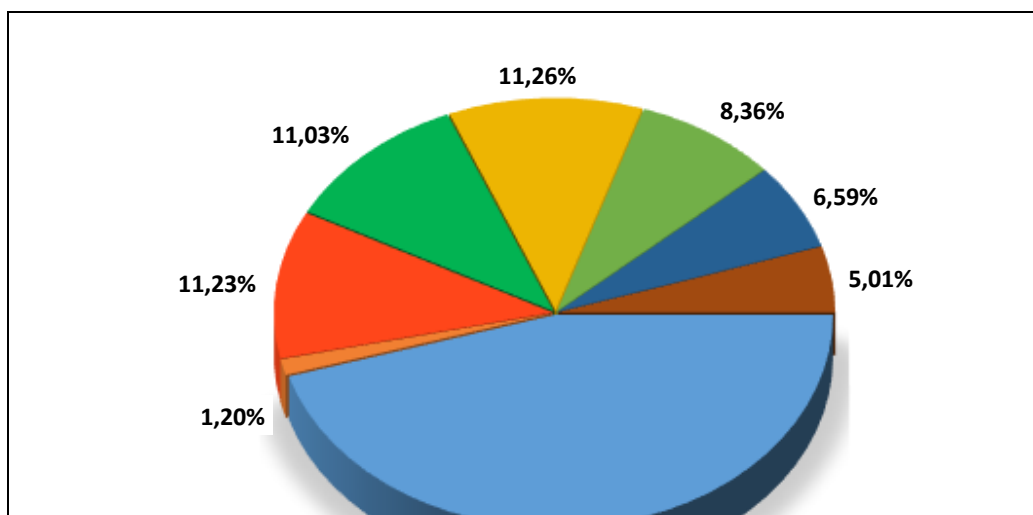
A população de alunos de graduação considerada, em 2019, pode ser observada na tabela 2.2. Na última coluna estão os alunos que de fato participaram da avaliação (RA – alunos respondentes). Com relação a Tabela 2.1, cabe esclarecer que no caso dos alunos EAD, um total de 3941, há uma pesquisa específica voltada para esse segmento realizada pelo Consórcio CEDERJ. No que tange os alunos de cursos em extinção (Tecnólogo em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Sistemas para Internet – *campus* Sede Maracanã e Tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Petrópolis), estes correspondem a um total de 253. Os concluintes que devem ser subtraídos, no caso 366 alunos, compreendem alunos dos cursos presenciais de bacharelado, licenciatura e do tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Nova Friburgo. Este último é o único tecnólogo presencial ativo, uma vez que todos os outros entraram em descontinuidade. Os alunos evadidos referentes aos cursos presenciais de bacharelado, licenciatura e do tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Nova Friburgo correspondem a um total de 1000. É necessário um ajuste no número de evadidos porque parte dos retidos indicados na PNP são evasões que ainda não foram oficializadas. Optou-se assim, por um ajuste no número de evadidos, equivalente a 30% dos retidos pertinentes, correspondente a 464 alunos.

Na última linha da Tabela 2.2, pode-se observar quanto, em porcentagem, os alunos respondentes representam, considerando o universo de alunos habilitados do ensino superior da Instituição. É importante lembrar que com relação ao número de matrículas de 2019, foi utilizada pela primeira vez a Plataforma Nilo Peçanha -PNP 2020, Ano Base 2019, que também foi usada para o Relatório de Gestão 2019. A PNP considera como matrícula o aluno que esteve com matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência. Apesar da subtração de itens desse total, como os evadidos e concluintes, o quantitativo de habilitados pode ainda estar superestimado, considerando que a PNP, criada em 2018, é relativamente nova e é necessário tempo para esta ferramenta poderosa estar cada vez mais precisa. Além disso, como os alunos respondem a pesquisa no ano n+1, certamente há mais evadidos do que os indicados na PNP para o ano de referência.

Conforme indicado no Portal do MEC, a PNP nasceu da necessidade da constituição de um banco de dados convergente com as características da educação profissional e tecnológica, no qual estejam reunidas as informações necessárias para o monitoramento dos indicadores de gestão definidos pela Setec/MEC em conjunto com os órgãos de controle. A plataforma apresenta informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros. Disponibiliza dados do ano, sendo alimentada com informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal e do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) da Setec/MEC.

Vale registrar que desde que os alunos passaram a ser conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula, o aumento do número de respondentes passou a ser bastante significativo. Este fato, teve início em 2010 e foi muito enriquecedor para o processo. Até 2009, os alunos de graduação eram convidados a participar do processo por meio de um link colocado no Portal da Instituição.

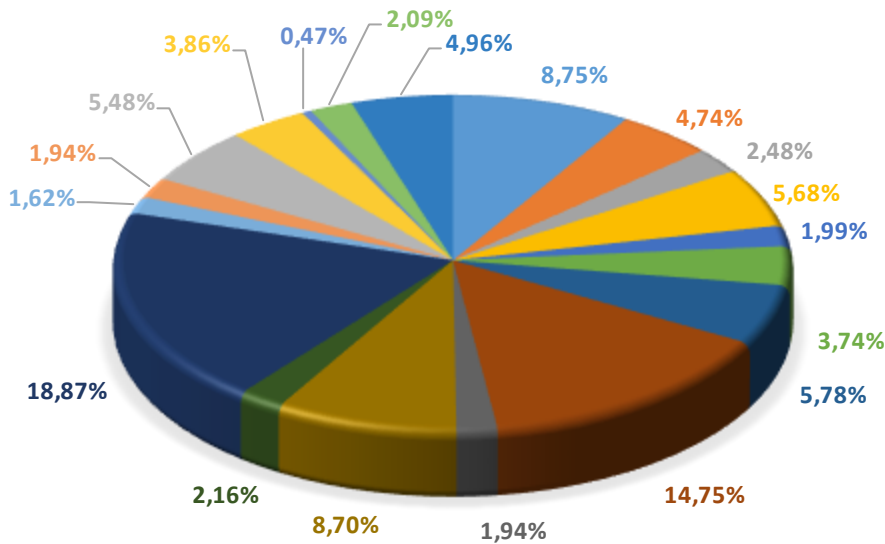
Para uma ideia da distribuição dos alunos de graduação respondentes por *campus*, pode-se observar o gráfico a seguir:



O *campus* Sede do Maracanã possui o maior número de alunos matriculados e de respondentes, dentre todas as Unidades ou *campi*. Em seguida, aparecem os *campi* de Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Itaguaí, Angra dos Reis, Valença e Maria da Graça. Os dois cursos presenciais com o maior número de alunos matriculados e de respondentes são da Sede: o curso de Engenharia Mecânica, com 499 alunos matriculados e 397 respondentes, conforme apresentado na Tabela 2.2, seguido pelo curso de Engenharia de Produção, com 418 alunos matriculados e 361 respondentes. Considerando apenas os sete *campi*, sem contar com a Sede, o curso de Engenharia Mecânica do *campus* Itaguaí desponta com o maior número de alunos matriculados, no caso 321, e de respondentes, com 281. Os cursos mais recentes que participaram dessa pesquisa foram os implantados em 2018.2: Física no *campus* Sede e Sistema de Informação no *campus* Maria da Graça.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de alunos respondentes por habilitação. O número de alunos do curso de Administração corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Itaguaí. O número de alunos do curso de Engenharia de Controle e Automação ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu. O número de alunos do curso de Engenharia de Produção ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu e os de Itaguaí (todos de cursos presenciais). O número de alunos do curso de Engenharia Elétrica corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Friburgo e os de Angra dos Reis. O número de alunos do curso de Engenharia Mecânica ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu, os de Itaguaí e os de Angra dos Reis. O número de alunos do curso de Licenciatura em Física ilustrado corresponde ao somatório dos alunos de Petrópolis com os de Nova Friburgo. Já o número de alunos do curso de Sistema de Informação corresponde ao somatório dos alunos de Maria da Graça com os de Nova Friburgo. A habilitação com o maior número de alunos respondentes corresponde ao curso de Engenharia Mecânica, seguido do curso de Engenharia de Produção.

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS RESPONDENTES



- Administração (356 ->8,75%)
- Ciência da Computação (193 -> 4,74%)
- Engenharia Ambiental (101 -> 2,48%)
- Engenharia Civil (231 -> 5,68%)
- Engenharia de Alimentos (81 -> 1,99%)
- Engenharia de Computação (152 ->3,74%)
- Engenharia de Contr. e Auto. (235 ->5,78%)
- Engenharia de Produção (600 ->14,75%)
- Engenharia de Tele. (79 ->1,84%)
- Engenharia Elétrica (354 ->8,70%)
- Engenharia Eletrônica (88 ->2,16%)
- Engenharia Mecânica (768 ->18,87%)
- Engenharia Metalúrgica (66 ->1,62%)
- Linguas Estrang. (LEANI) (79 ->1,94%)
- Sistemas de Informação (223 ->5,48%)
- Turismo (157 -> 3,86%)
- Física (19-> 0,47%)
- Gestão de Turismo (85 -> 2,09%)
- Licenciatura em Física (202 -> 4,96%)

Respondentes	Campi	No	%
Alunos do Curso de Administração	Maracanã + Itaguaí	356	8,75
Alunos do Curso de Ciência da Computação	Maracanã	193	4,74
Alunos do Curso de Engenharia Ambiental	Maracanã	101	2,48
Alunos do Curso de Engenharia Civil	Maracanã	231	5,68
Alunos do Curso de Engenharia de Alimentos	Valença	81	1,99
Alunos do Curso de Engenharia de Computação	Petrópolis	152	3,74
Alunos do Curso de Engenharia de Controle e Automação	Maracanã + Nova Iguaçu	235	5,78
Alunos do Curso de Engenharia de Produção	Maracanã + Nova Iguaçu+ Itaguaí	600	14,75
Alunos do Curso de Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	79	1,94
Alunos do Curso de Engenharia Elétrica	Maracanã + Nova Friburgo + Angra	354	8,70
Alunos do Curso de Engenharia Eletrônica	Maracanã	88	2,16
Alunos do Curso de Engenharia Mecânica	Maracanã + Nova Iguaçu+ Itaguaí + Angra	768	18,87
Alunos do Curso de Engenharia Metalúrgica	Angra dos Reis	66	1,62
Alunos do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Maracanã	79	1,94
Alunos do Curso de Sistemas de Informação	Nova Friburgo + Maria da Graça	223	5,48
Alunos do Curso de Turismo	Petrópolis	157	3,86
Alunos do Curso de Física	Maracanã	19	0,47
Alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	Nova Friburgo	85	2,09
Alunos do Curso de Licenciatura em Física	Petrópolis + Nova Friburgo	202	4,96
Total:		4069	100%

Avaliação semelhante foi realizada com os alunos da pós-graduação, conforme ilustrado na Tabela 2.3, a seguir. No entanto, neste caso, decidiu-se focar a avaliação nos alunos da pós-graduação *stricto sensu*, com auxílio da própria secretaria da pós-graduação do Maracanã. Para o caso dos alunos da pós-graduação, o DTINF cria o link

para o questionário e este é encaminhado à secretaria da pós-graduação para distribuição aos alunos. Nesse caso, o DTINF não tem acesso para colocar o questionário *on-line* no momento de confirmação de matrícula, como foi feito com os alunos da graduação. Cabe lembrar, também, que as matrículas dos alunos da graduação e dos alunos da pós-graduação ocorrem em momentos diferentes.

Tabela 2.3 – Alunos de Pós-Graduação

ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		
Total de Alunos (TA) Matriculados; N° de Alunos de Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Stricto Sensu)		
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) ¹	57	22
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PEMM)	59	12
Mestrado em Engenharia Elétrica (PPEEL)	30	5
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE)	49	16
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	88	19
Mestrado em Filosofia e Ensino (PPFEN)	39	16
Mestrado em Ciência da Computação (PPCIC)	68	16
Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)	40	13
Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PEMM)	39	24
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE)	45	20
Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	27	11
Total de Alunos de Pós-Graduação – <i>Stricto Sensu</i>	541	174
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)²		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil) ³	291	-
Educação, Tecnologia e suas Relações	16	-
Total de Alunos de Pós-Graduação – <i>Lato Sensu</i>	307	-
Campus Nova Iguaçu		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Stricto Sensu)		
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos ²	15	-
Campus Angra dos Reis		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Processos Industriais	35	-
Campus Valença		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	22	-
Ciência e Tecnologia Cervejeira	13	-
Total de Alunos de Pós-Graduação – <i>Lato Sensu</i> (todas as Unidades)	377	-
Total de Alunos de Pós-Graduação – <i>Stricto Sensu</i> (todas as Unidades)	556	174
Total de Alunos de Pós-Graduação – <i>Stricto Sensu</i> Matriculados Habilitados ⁴	429	
Porcentagem de Alunos de Pós-Graduação –<i>Stricto Sensu</i> Respondentes	40,6%	
Total de Alunos de Pós-Graduação (Stricto Sensu + Lato Sensu) (todas as Unidades)	933	

Fonte: TA *Stricto Sensu*: Stela Experta PG. TA *Lato Sensu*: PNP 2020 (Ano Base 2019).

¹O antigo PPTEC (Mestrado em Tecnologia) mudou o seu nome para PPPRO.

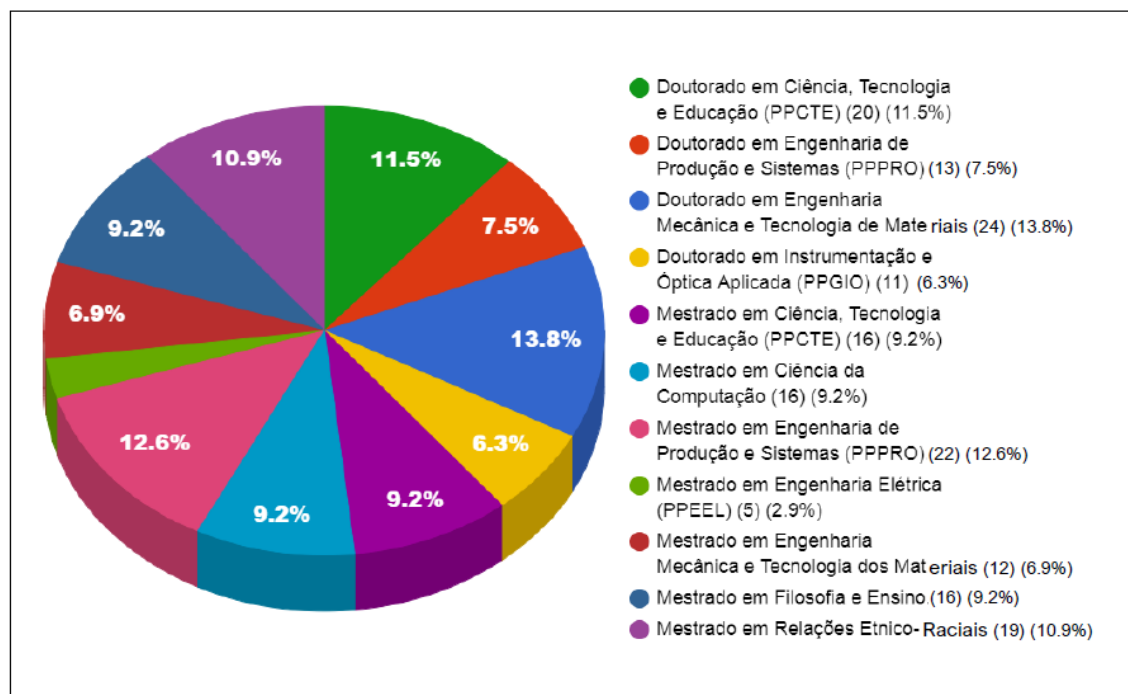
²Os cursos *Lato Sensu* e o Mestrado do campus Nova Iguaçu não participaram da pesquisa.

³Compreende os polos: Campo Grande, Itaguaí, Nova Friburgo, Niterói, Paracambi, Piraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema e Volta Redonda.

⁴Total de alunos habilitados: 541 alunos de mestrado/doutorado -112 alunos titulados=429.

Considerando que os cursos da pós-graduação *Lato Sensu* não são permanentes e mudam de acordo com a demanda, resolveu-se direcionar a pesquisa para os alunos da pós-graduação *Stricto Sensu*. O mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos do *campus* Nova Iguaçu não participou da pesquisa porque

iniciou suas atividades em 2019, sendo portanto muito recente. Cabe acrescentar que foi o primeiro mestrado implantado fora da Sede, com o objetivo de permitir a interiorização e suprir o atendimento das demandas locais. Observa-se que o número de alunos respondentes da pós-graduação *Stricto Sensu*, corresponde a 40,6% do total de matriculados habilitados. Não se pode esquecer que tais alunos são convidados a participar e não conduzidos ao processo como os de graduação. Para uma ideia da distribuição de alunos da pós-graduação *Stricto Sensu* respondentes por curso, pode-se observar o gráfico a seguir:



Os alunos de graduação e de pós-graduação avaliaram a Instituição, o curso a que pertenciam e os professores das disciplinas que estavam cursando ou haviam acabado de cursar. A última avaliação citada, alunos avaliando professores, foi feita de forma geral, onde os alunos avaliam o grupo de professores do período encerrado. No entanto, a ideia inicial era uma avaliação individual na qual, após finalizados os trabalhos, cada professor poderia ter acesso à sua avaliação. Porém, para isso, o aluno deveria acessar sua grade de disciplinas. Deveria, então, clicar em uma por uma e fazer as respectivas avaliações. Sabendo da quantidade de dados envolvidos e dos testes de prováveis erros pelo DTINF, optou-se por uma análise mais geral. Uma vez realizados todos os testes para a segurança deste tipo de avaliação, esta poderá ser utilizada em futuras análises. É importante lembrar que tal procedimento necessitará de maior tempo disponível por parte dos alunos para o questionário, pois muitos cursam diversas disciplinas. Talvez a solução seja desmembrar o instrumento, para aplicá-lo em outro momento.

2.2.2-População: Corpo Docente

A população de docentes considerada na análise realizada pela comissão, voltada para a Educação Superior, está ilustrada na Tabela 2.5. Como todos os professores da pós-graduação são professores também da graduação ou do técnico, eles estão incluídos na referida tabela. Não há professores que atuam somente na pós-graduação.

Tabela 2.5 – Professores Participantes do Processo de Avaliação

DOCENTES QUE ATUAM NO ENSINO SUPERIOR	
Nº de Respondentes¹ (RP)	RP
Unidade Sede (Maracanã)	
Profs. do Depto. de Administração	17
Profs. do Depto. de Informática (Ciência da Computação)	14
Profs. do Depto. de Engenharia Ambiental	10
Profs. do Depto. de Engenharia Civil	18
Profs. do Depto. de Engenharia de Controle e Automação	6
Profs. do Depto. de Engenharia de Produção	17
Profs. do Depto. de Engenharia de Telecomunicações	8
Profs. do Depto. de Engenharia Elétrica	8
Profs. do Depto. de Engenharia Eletrônica	11
Profs. do Depto. de Engenharia Mecânica	20
Profs. do Depto. de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	16
Profs. do Depto. de Ciências Aplicadas	10
Profs. do Depto. de Física	12
Profs. do Depto. de Matemática	19
Total de Professores da Unidade Maracanã Respondentes	186
Campus Maria da Graça	
Profs. da Coord. de Sistemas de Informação	6
Total de Professores da Unidade Maria da Graça Respondentes	6
Campus Nova Iguaçu	
Profs. da Coord. de Engenharia de Controle e Automação	14
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	13
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	14
Profs. da Coord. de Disciplinas Básicas e Gerais	13
Total de Professores da Unidade Nova Iguaçu Respondentes	54
Campus Nova Friburgo	
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	15
Profs. da Coord. de Sistemas de Informação	16
Profs. da Coord. do Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	11
Profs. da Coord. de Licenciatura em Física	12
Total de Professores da Unidade Nova Friburgo Respondentes	54
Campus Petrópolis	
Profs. da Coord. de Engenharia de Computação	15
Profs. da Coord. de Turismo	17
Profs. da Coord. de Licenciatura em Física	21
Total de Professores da Unidade Petrópolis Respondentes	53
Campus Itaguaí	
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	13
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	27
Total de Professores da Unidade Itaguaí Respondentes	40
Campus Angra dos Reis	
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	8
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	11
Profs. da Coord. de Engenharia Metalúrgica	9
Profs. da Coord. de Disciplinas Básicas e Gerais	15
Total de Professores da Unidade Angra Respondentes	43
Campus Valença	
Profs. da Coord. de Administração	10
Profs. da Coord. de Engenharia de Alimentos	19
Total de Professores da Unidade Valença Respondentes	29
Total de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	465
Total de Professores da Instituição que atuam no Ensino Superior² (todas as Unidades)	516
Porcentagem de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	90,1%
Total de Professores que atuam na Pós <i>Stricto Sensu</i> Respondentes (todas as Unidades)	53

¹O número de profs respondentes refere-se aos lotados nos respectivos Deptos/Coords, atuantes em seus cursos ou em algum outro. Além disso, estão incluídos os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos Deptos/Coords.

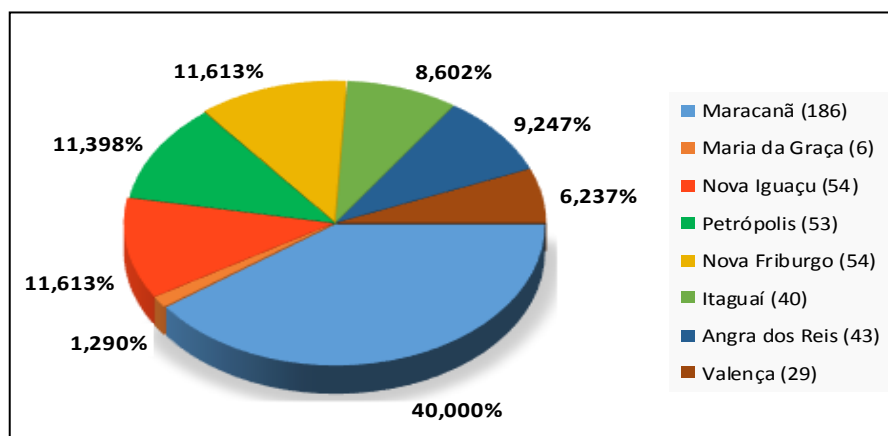
²Dados fornecidos pela COGRA, referentes ao Censo de 2018.

Os docentes avaliaram a Instituição e o curso relacionado ao departamento em que estão lotados, a partir dos questionários aplicados. Como cada curso compreende docentes de diversas áreas, foi necessário optar por um critério de avaliação. Com o critério adotado, o professor lotado no Departamento de Engenharia Elétrica, por exemplo, que ministra Eletricidade para o curso de Engenharia Mecânica e outras disciplinas em seu departamento avaliará o curso de Engenharia Elétrica e assim por diante.

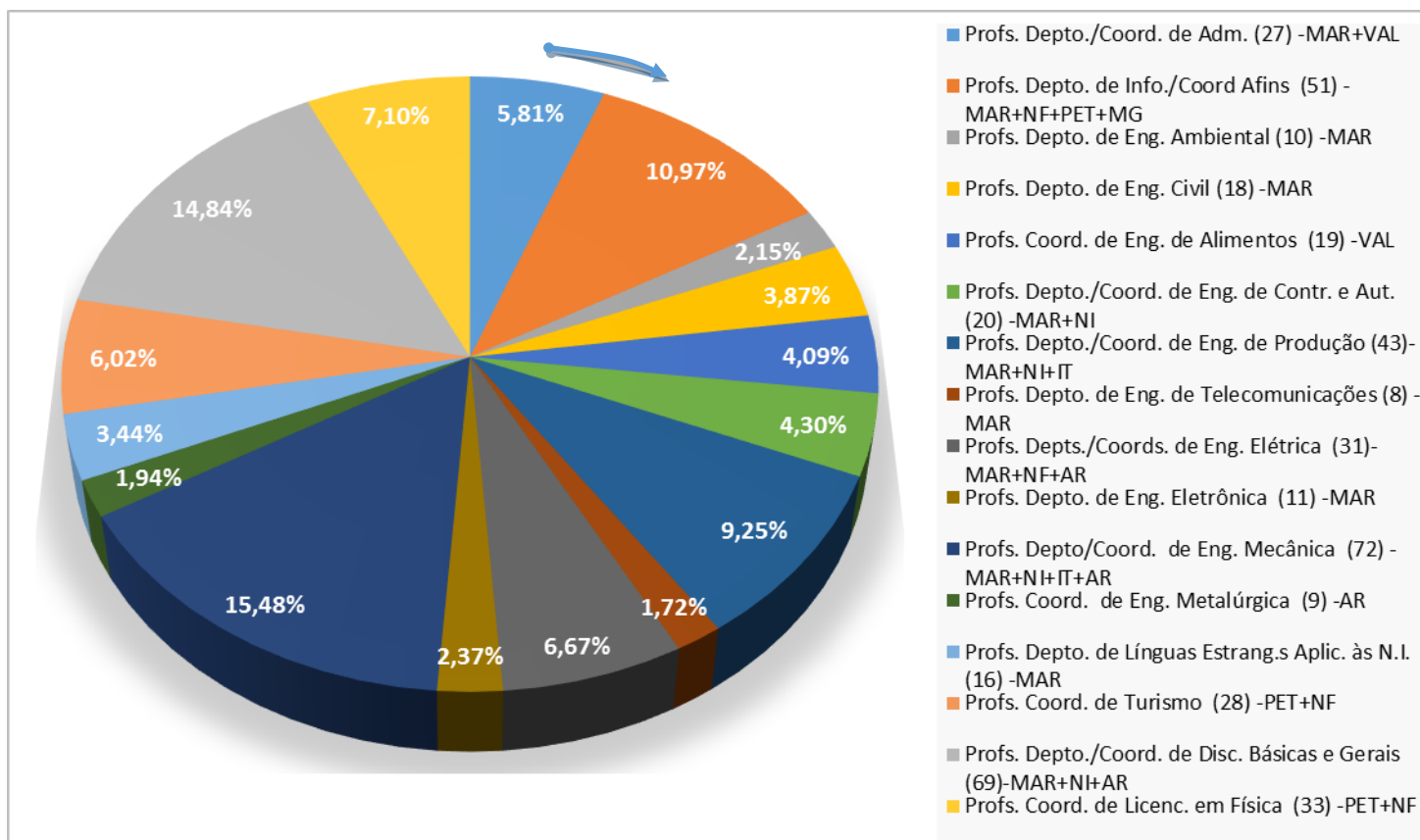
Deve-se lembrar que alguns professores estão lotados em um determinado departamento, mas lecionam em outro. Este é o caso, por exemplo, dos professores lotados no Departamento de Engenharia Mecânica, mas que dão aula unicamente na Engenharia de Produção. Tais professores avaliarão o curso de Engenharia Mecânica e aparecerão como respondentes de tal curso, mas não estão contados no total de professores atuantes do curso. São professores colaboradores. Além disso, o total de professores respondentes inclui também os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos departamentos. Em virtude da complexidade que envolve cada programa de curso e respectivos docentes, que podem ministrar aulas em mais de um curso, fica difícil encontrar uma metodologia ótima de avaliação. No entanto, considerando uma série de fatores, decidiu-se optar pela avaliação do professor em relação à Instituição e, também, ao curso associado ao departamento de sua lotação.

Os professores do antigo Departamento de Disciplinas Básicas e Gerais do Maracanã foram distribuídos nos Departamentos de Matemática, Física e Ciências Aplicadas. Tais professores ministram aulas nos períodos iniciais de diversos cursos como, por exemplo, aulas de Cálculo, Física, Desenho, entre outras. Para os professores que também atuam na pós-graduação, foi solicitada uma avaliação neste nível, conforme questionário em anexo. Convém mencionar que a maioria dos professores da pós-graduação está lotada nos Departamentos ou Coordenações da Graduação.

Em geral, mesmo os professores sendo conduzidos ao questionário no momento do lançamento de notas, o número de respondentes habitualmente não é de 100%. Isto ocorre porque alguns professores realizam o lançamento de notas diretamente através de um *link*, não passando necessariamente pela entrada do Portal do professor. A distribuição dos professores respondentes por *campus*, pode ser observada no gráfico a seguir:

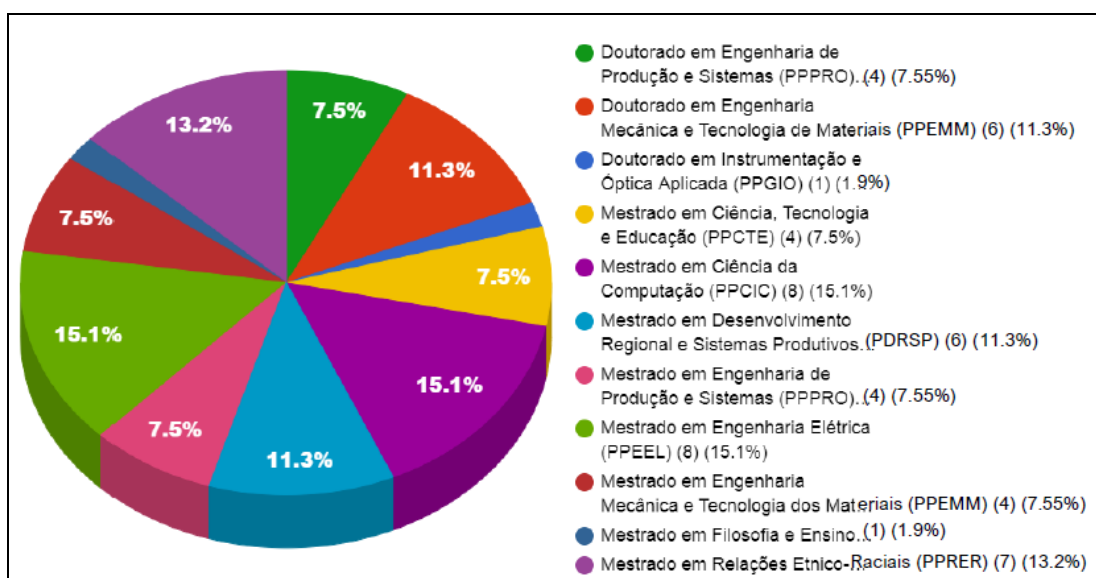


O próximo gráfico mostra a distribuição dos docentes respondentes por Departamento/Coordenação.



Distribuição dos Professores da Graduação Respondentes	Unidade(s)	No	%
Profes. do Depto. de Administração	Maracanã + Valença	27	5,81
Profes. do Depto de Informática (Ciência da Computação)/Coord. Afins (Sistema de Informação + Engenharia de Computação + Sistema de Informação)	Maracanã + Nova Friburgo + Petrópolis + Maria da Graça	51	10,97
Profes. do Depto. de Engenharia Ambiental	Maracanã	10	2,15
Profes. do Depto. de Engenharia Civil	Maracanã	18	3,87
Profes. da Coord. de Engenharia de Alimentos	Valença	19	4,09
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia de Controle e Automação	Maracanã + Nova Iguaçu	20	4,30
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia de Produção	Maracanã + Nova Iguaçu + Itaguaí	43	9,25
Profes. do Depto. de Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	8	1,72
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia Elétrica	Maracanã + Nova Friburgo + Angra	31	6,67
Profes. do Depto. de Engenharia Eletrônica	Maracanã	11	2,37
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia Mecânica	Maracanã + Nova Iguaçu + Itaguaí + Angra	72	15,48
Profes. da Coord. de Engenharia Metalúrgica	Angra	9	1,94
Profes. do Depto. de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Maracanã	16	3,44
Profes. da Coord. de Turismo	Petrópolis + Nova Friburgo	28	6,02
Profes. dos Depts. de Ciências Aplicadas, Física, Matemática ¹ /Coord.de Disciplinas Básicas e Gerais	Maracanã + Nova Iguaçu+ Angra	69	14,84
Profes. das Coord. de Licenciatura em Física	Petrópolis + Nova Friburgo	33	7,10
Total:		465	100

Para uma ideia da distribuição dos 53 professores indicados na Tabela 2.5 que também atuam na pós-graduação *Stricto Sensu* respondentes por curso de maior carga horária, pode-se observar o gráfico a seguir:



2.2.3-População: Corpo Técnico-Administrativo

O total de técnico-administrativos da Instituição, conforme apresentado na Tabela 1.7, em 2018, era de 620 técnicos. Considerando a Sede e os *campi* com ensino superior que participaram da pesquisa, o total era de 588 técnico-administrativos. A população de técnico-administrativos considerada na análise realizada em 2019.2 que avaliou o CEFET/RJ está ilustrada na Tabela 2.6, a seguir:

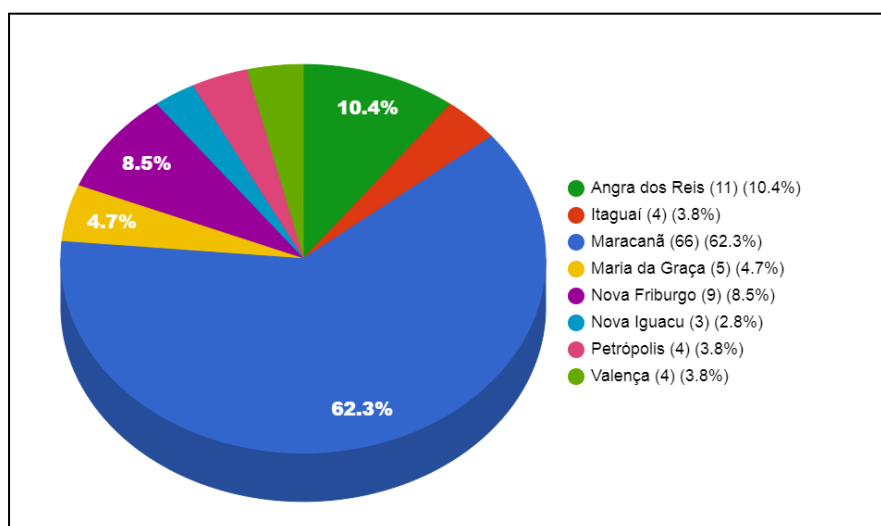
Tabela 2.6 – Técnico-Administrativos Participantes do Processo de Avaliação

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS			
Total de Técnico-administrativos (TT)*; N° de Respondentes (RT); % de Respondentes	TT*	RT	%
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Sede Maracanã	390	66	16,9
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Nova Iguaçu	44	3	6,8
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Nova Friburgo	33	9	27,3
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Petrópolis	31	4	12,9
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Itaguaí	33	4	12,1
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Angra dos Reis	24	11	45,8
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Valença	26	4	15,4
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Maria da Graça	30	5	16,7
Total de técnico-administrativos da Instituição (todas as Unidades)	611	106	17,4

*Fonte: DRH, dez./2019.

O maior número de respondentes, 66, ocorreu na Sede, porém em termos de porcentagem corresponde a apenas 16,9% do total de técnicos do Maracanã. Nesse sentido, constata-se que os dois *campi* com as maiores porcentagens de respondentes são os *campi* Angra dos Reis com 45,8% do total de técnico-administrativos do *campus* e Nova Friburgo com 27,3%.

Para uma ideia da distribuição dos técnico-administrativos respondentes por *campus*, pode-se observar o gráfico a seguir:



O baixo índice participativo dos técnico-administrativos, comparado à participação dos professores e alunos, se deve ao fato de os técnico-administrativos serem convidados a participar, não sendo obrigatoriamente conduzidos ao processo, tais como os professores e os alunos da graduação. Em relação ao total de técnico-administrativos respondentes, a Sede obviamente alcançou o maior número, correspondente a 62,3%, seguida pelos *campi* Angra dos Reis, com 10,4%, e Nova Friburgo, com 8,5%.

A avaliação referente a 2019 envolveu 4814 respondentes e a de 2018 envolveu sendo 5379, discriminados conforme tabela a seguir.

Avaliação 2019							
Alunos de Graduação		Alunos de Pós-Graduação		Professores		Técnicos Administrativos	
4069	60,1%	174	40,6%	465	90,1%	106	17,4%
Total: 4.814							
Avaliação 2018							
Alunos de Graduação		Alunos de Pós-Graduação		Professores		Técnicos Administrativos	
4772	94,8%	18	5,5%	460	89,2%	129	21,9%
Total: 5.379							

É importante registrar, com relação aos alunos da graduação, que não se pode comparar a porcentagem indicada em 2019 com a de 2018, considerando que em 2019 foi utilizada pela primeira vez a Plataforma Nilo Peçanha como base. A PNP, apesar de ser uma Base de Dados poderosa e promissora, é muito recente e ainda necessita de alguns ajustes.

A avaliação referente a 2017 envolveu, 5177 respondentes, sendo 4616 (98,0%) alunos de graduação, 22 (5,9%) alunos de pós-graduação, 456 (85,1%) professores e 83 (13,8%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2016 envolveu, 4188 respondentes, sendo 3504 (75,8%) alunos de graduação, 8 (3,4%) alunos de pós-graduação, 447 (91,6%) professores e 229 (39,2%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2015 envolveu, 4503

respondentes, sendo 4114 (100%) alunos de graduação, 37 (16%) alunos de pós-graduação, 294 (82,8%) professores e 58 (10,6%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2013/2014 envolveu 3629 respondentes, sendo 3299 (85,4%) alunos de graduação, 22 (10,3%) alunos de pós-graduação, 299 (100%) professores e 9 (2,5%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2012 envolveu 3173 respondentes, sendo 2825 (77,8%) alunos de graduação, 45 (23,3%) alunos de pós-graduação, 263 (90,7%) professores e 40 (10,3%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2011 envolveu 3378 respondentes, sendo 3091 (92,0%) alunos de graduação, 33 (20,0%) alunos de pós-graduação, 231 (77,5%) professores e 23 (5,7%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2010 envolveu 3614 respondentes, sendo 3348 (97,7%) alunos de graduação, 41 (13,6%) alunos de pós-graduação, 197 (62,7%) professores e 28 (7,2%) técnico-administrativos. A avaliação realizada em 2009 envolveu 586 respondentes no total.

Como já citado no item 1.4, o desenvolvimento do relatório foi estruturado em cinco eixos, que agrupam as dez dimensões de avaliação.

3.1 – Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Esse relatório parcial engloba os eixos 2, 3 e 4. O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, que compreende a dimensão 8, foi avaliado no relatório do ano anterior e está disponível no site da Instituição para consulta, tendo obedecido a estrutura apresentada a seguir.

3.1.1 – Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

a.2) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

b.2) Fragilidades

c) Ações com base na análise

3.2 – Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

3.2.1 – Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.

Consideradas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ assume como missão institucional promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

A missão, a visão, os valores, as finalidades, os objetivos e as metas da Instituição estão registrados de forma explícita e clara no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, com vigência 2015-2019. O PDI é um instrumento de planejamento e gestão elaborado para um período de cinco anos, construído com ampla participação de servidores e estudantes, que considera a identidade da instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver (MEC/SESu, 2004).

Orientadas pela legislação vigente, constituem finalidades prioritárias da Instituição citadas no PDI (2015-2019):

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- Ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica;
- Realizando pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- Promovendo a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimulando a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

O objetivo geral da Instituição, conforme consta no documento, é promover o desenvolvimento institucional do CEFET/RJ, visando à sua inserção nos cenários local, nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o caráter de um centro de excelência e futura universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social, participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, integrador, inclusivo e tecnológico do país.

Os objetivos específicos a seguir devem orientar a política de ação do CEFET/RJ, no período compreendido entre 2015 e 2019:

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do CEFET/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do CEFET/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.
	Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
	Promover a representação do CEFET/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
	Democratizar as condições de acesso aos cursos do CEFET/RJ.
	Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica <i>intracampus</i> , <i>intercampi</i> e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do CEFET/RJ.
Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão	Otimizar e manter os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para a utilização plena da capacidade do CEFET/RJ.
	Consolidar e ampliar a expansão do CEFET/RJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área.
	Consolidar as ações de capacitação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
	Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação das pessoas – servidores públicos – a fim de se perceberem como sujeitos da missão da universidade.
	Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição.
	Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores.
	Ampliação, manutenção e reestruturação das bibliotecas.
	Disponibilizar sistemas de informação para permitir o acompanhamento de uma forma integrada das informações institucionais de modo a dar suporte à gestão e ao planejamento estratégico.
	Proporcionar transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que diz respeito às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.
	Adequar os espaços e sistemas institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com deficiência.
	Fortalecer a comunicação como estratégia institucional.
	Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com as comunidades interna e externa.
	Dar continuidade à atuação, junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de pessoal técnico-administrativo e docente, assim como do aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG), no intuito de adotar o modelo proposto para a transformação do CEFET/RJ em universidade.

Excelência Acadêmica	Ampliar e fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do CEFET/RJ nos projetos político-institucionais.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.
	Promover revisão e atualização dos documentos legais do CEFET/RJ.
	Otimizar a capacidade de gestão institucional.
	Implementar sistemas de avaliação e monitoramento de indicadores, visando à melhoria da qualidade institucional do CEFET/RJ.
	Incentivar o desenvolvimento de programas inovadores, bem como o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando à crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, estimulando a divulgação do conhecimento produzido.
	Consolidar-se como produtor de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país.
	Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento do sistema de bibliotecas e do acesso à internet e repositórios de dados.
	Promover a inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica e tecnológica.
	Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.
	Promover ações capazes de trazer ao cotidiano da vida acadêmica a discussão de estratégias e de atividades voltadas à questão socioambiental, no marco de uma formação profissional e cidadã.
	Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, buscando envolver docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar.
	Estimular a realização de projetos de pesquisa, que aperfeiçoem a produção científica e tecnológica, integrando os diversos níveis de ensino.
	Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, através de programas que envolvam de forma indissociável a produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação dos alunos.
	Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com diferentes segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação, estimulando o protagonismo estudantil.
	Reduzir a evasão dos estudantes nos cursos do CEFET/RJ.
Consolidar as atividades baseadas em novas tecnologias de ensino presenciais, semipresenciais e a distância.	
Promover o estudo para a ocupação das vagas ociosas, através de mecanismos diferenciados que contemplem a superação das causas da evasão estudantil.	

As metas propostas estão explicitadas no PDI e separadas pelos tópicos:

- Ensino
 - Ações acadêmico-administrativas
 - Incentivo à participação dos estudantes em ensino, pesquisa e extensão
 - Condições de ensino-aprendizagem e assistência estudantil
- Pesquisa
- Pós-graduação
- Extensão
- Gestão administrativa e financeira
- Comunicação interna e externa

No CEFET/RJ, a coordenação do PDI 2015-2019, bem como a formatação e a divulgação da metodologia inerente, ficou a cargo da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES). A comunidade acadêmica foi chamada a participar da construção do PDI 2015-2019 por meio de convites no Portal, e-mails e cartazes distribuídos na Instituição. O registro desta divulgação se encontra no Portal, na aba PDI e pode ser encontrado em notícias.

O processo de estruturação do PDI 2015-2019 e a coleta de dados foram iniciados em março de 2013, pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), conforme consta no Portal⁴. Em 2014, essa mesma Diretoria realizou uma série de visitas aos *campi* para discutir o documento. Durante as visitas aos *campi* e em reuniões com os diretores sistêmicos foi estabelecido um processo formal estruturado para avaliar a organização. Essa ação antes do início do processo de intervenção estratégica permitiu a verificação de alguns elementos para projetar e construir o futuro da instituição, como: flexibilidade, vulnerabilidade, capacitação, disponibilidade de recursos estratégicos, sistema de vigilância estratégica.

Em fevereiro de 2014, os gestores do CEFET/RJ estabeleceram, em exercício, as diretrizes para os próximos anos da administração. Os diretores sistêmicos foram consultados em setembro de 2014 e aprovaram o cronograma para discussão do plano. No dia 1º de outubro de 2014, a comunidade foi chamada a contribuir. A DIGES recolheu as contribuições, essenciais para a composição do documento que objetiva atender aos anseios e direcionar os rumos da instituição.

Todos os servidores administrativos, docentes e discentes foram convidados, desde sempre, a participar do processo de construção do PDI e, mais efetivamente, desde 01/10/2014, momento em que se deu a abertura para contribuição da comunidade. O diretor-adjunto do CEFET/RJ, por solicitação da DIGES, percorreu todos os *campi* para esclarecer dúvidas e debater sobre a importância do documento e sua confecção.

Após sua construção, a versão definitiva do PDI foi aprovada pelo Conselho máximo da universidade (CODIR), e publicada no Portal para a consulta de toda a comunidade. O documento é amplamente consultado e considerado nas tomadas de decisões do corpo diretor e nas avaliações externas realizadas pelo MEC/INEP. A tabela a seguir, conforme consta no PDI 2015-2019, sintetiza as fases da elaboração do documento.

ETAPA	ATIVIDADE
PLANEJAMENTO	Diagnóstico estratégico
	Etapa de estudo (análise dos PDIs anteriores e levantamento dos marcos legais e instruções que norteiam a construção desse documento)
	Sistematização da metodologia e atividades de elaboração do PDI
	Desenvolvimento da estrutura base do documento
	Constituição da Comissão de Elaboração do PDI 2015-2019

⁴<http://www.cefet-rj.br/index.php/plano-de-desenvolvimento-institucional>

EXECUÇÃO	Sensibilização e abertura para contribuição da comunidade
	Criação de área no <i>site</i> com <i>e-mail</i> exclusivo e informações do PDI
	Coleta de dados Diretorias/ <i>campi</i>
	Consolidação de informações e construção da versão preliminar do PDI
CONTROLE	Apreciação da versão preliminar pelos Conselhos competentes e Diretorias dos <i>campi</i>
	Divulgação do PDI para a comunidade interna
AJUSTE	Tratamento de proposições e revisão final do documento
	Envio do PDI para aprovação do CODIR
	Revisão da versão final pela Divisão de Comunicação Social (DICOM)
	Publicação e divulgação do PDI

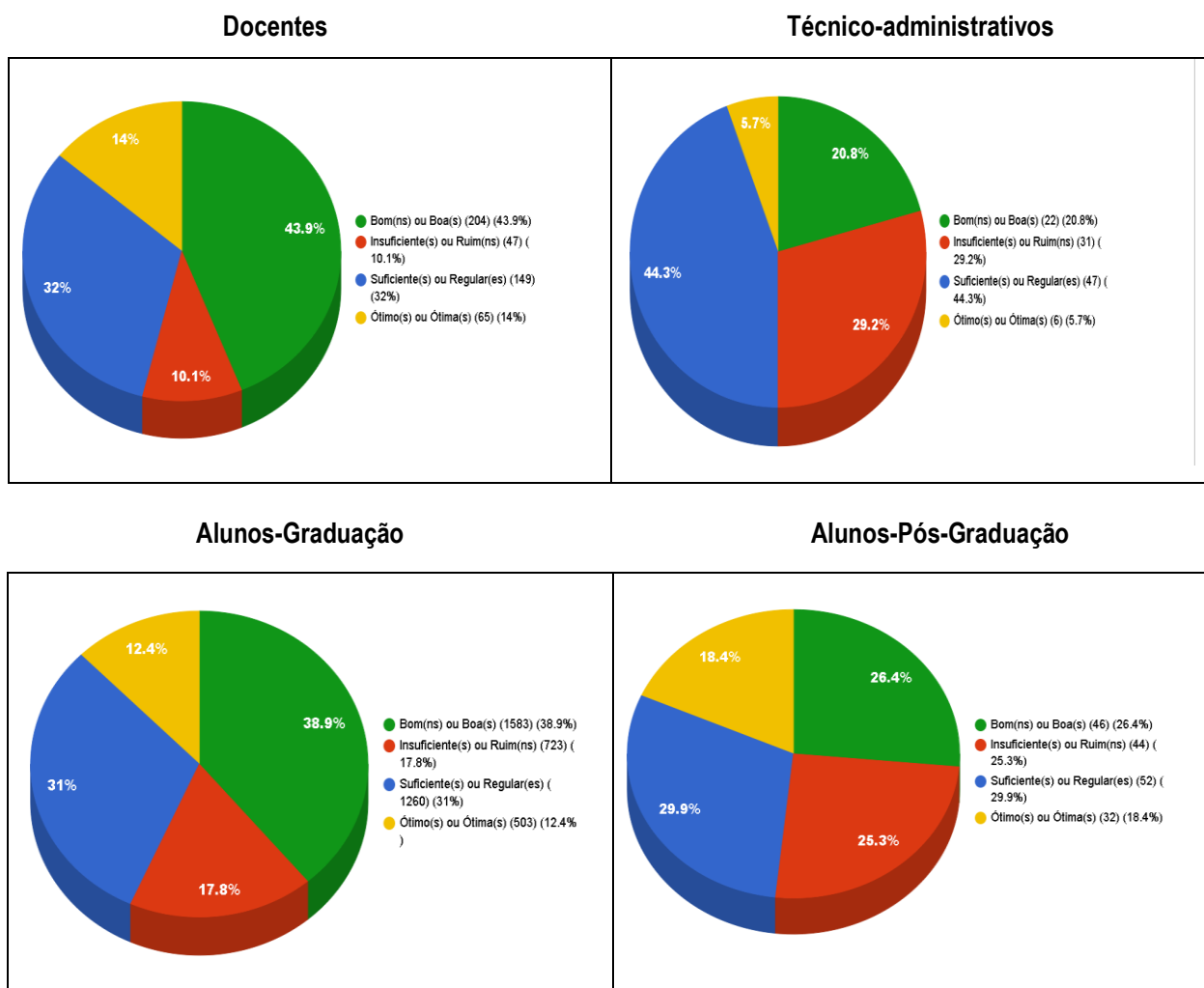
O PDI está condizente com a estrutura determinada pelo art.16 do Decreto n.5773/2006. A composição do documento foi fundamentada nas diretrizes e eixos temáticos afixados pelo MEC para elaboração do PDI, adaptados às especificidades da instituição. O documento atende o conjunto de normas vigentes, listadas a seguir:

- **Lei nº 10.861/2004**, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento da eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social;
- **Art. 16 do Decreto nº 5.773/2006**, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, o qual exige adequação dos procedimentos de elaboração e análise do PDI;
- **Instruções para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional**, desenvolvidas a partir do artigo supracitado. Constituem um roteiro estabelecido pela Secretaria da Educação Superior do MEC (SESu) com o propósito de dar apoio às instituições e subsidiar a confecção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional foram formuladas pela CPA três questões que fizeram parte do questionário aplicado.

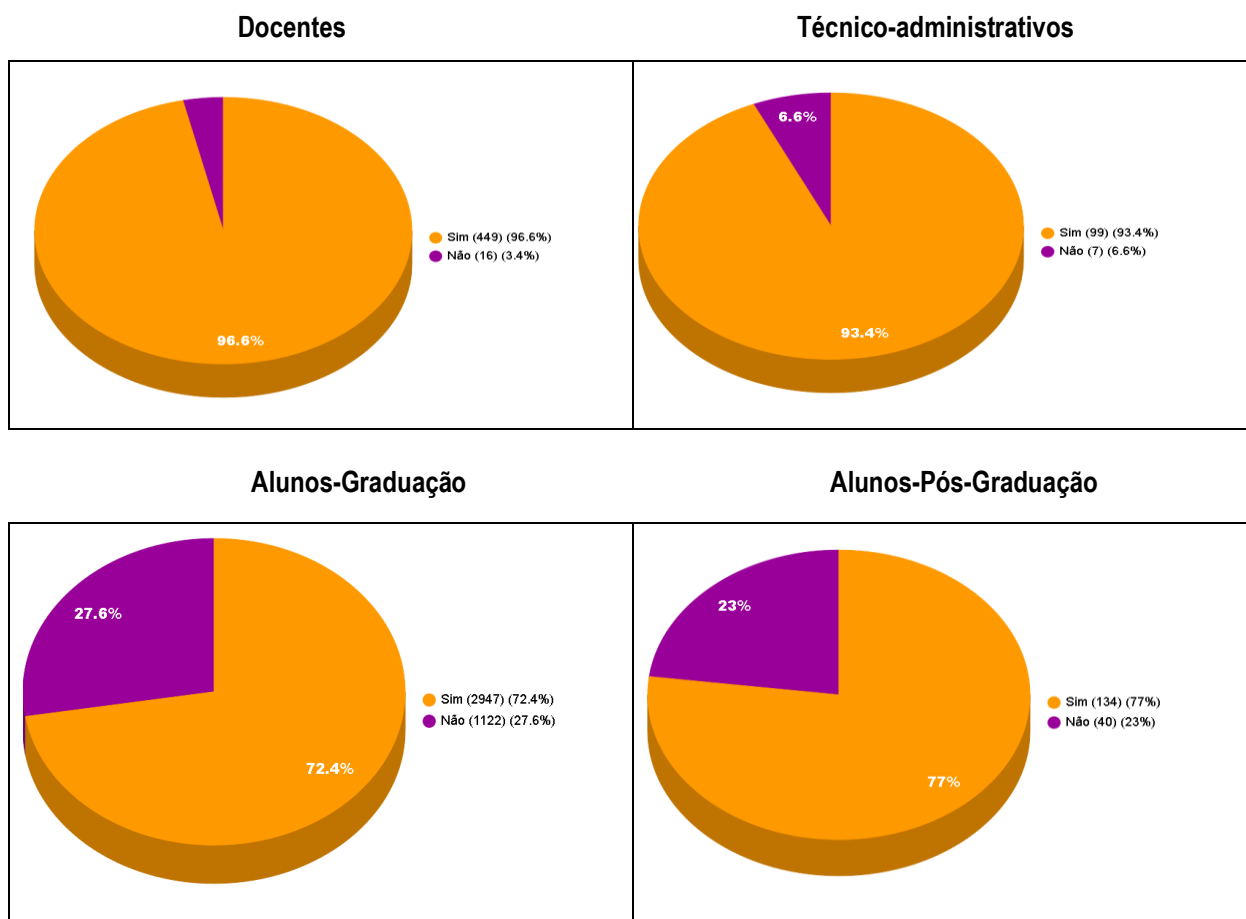
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia o seu conhecimento com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEFET/RJ?



Considerando a comunidade acadêmica que respondeu ao questionário, os gráficos mostram que 10,1% dos docentes admitem que o seu conhecimento do PDI é insuficiente, seguidos de 17,8% dos alunos da graduação, 25,3% dos discentes da pós-graduação e 29,2% dos técnico-administrativos. O restante pesquisado da comunidade acadêmica afirma possuir conhecimento suficiente, bom ou ótimo. Sendo assim, ainda é necessário um trabalho de divulgação, principalmente junto aos técnicos e alunos da pós-graduação para reduzir os índices referentes ao desconhecimento da missão.

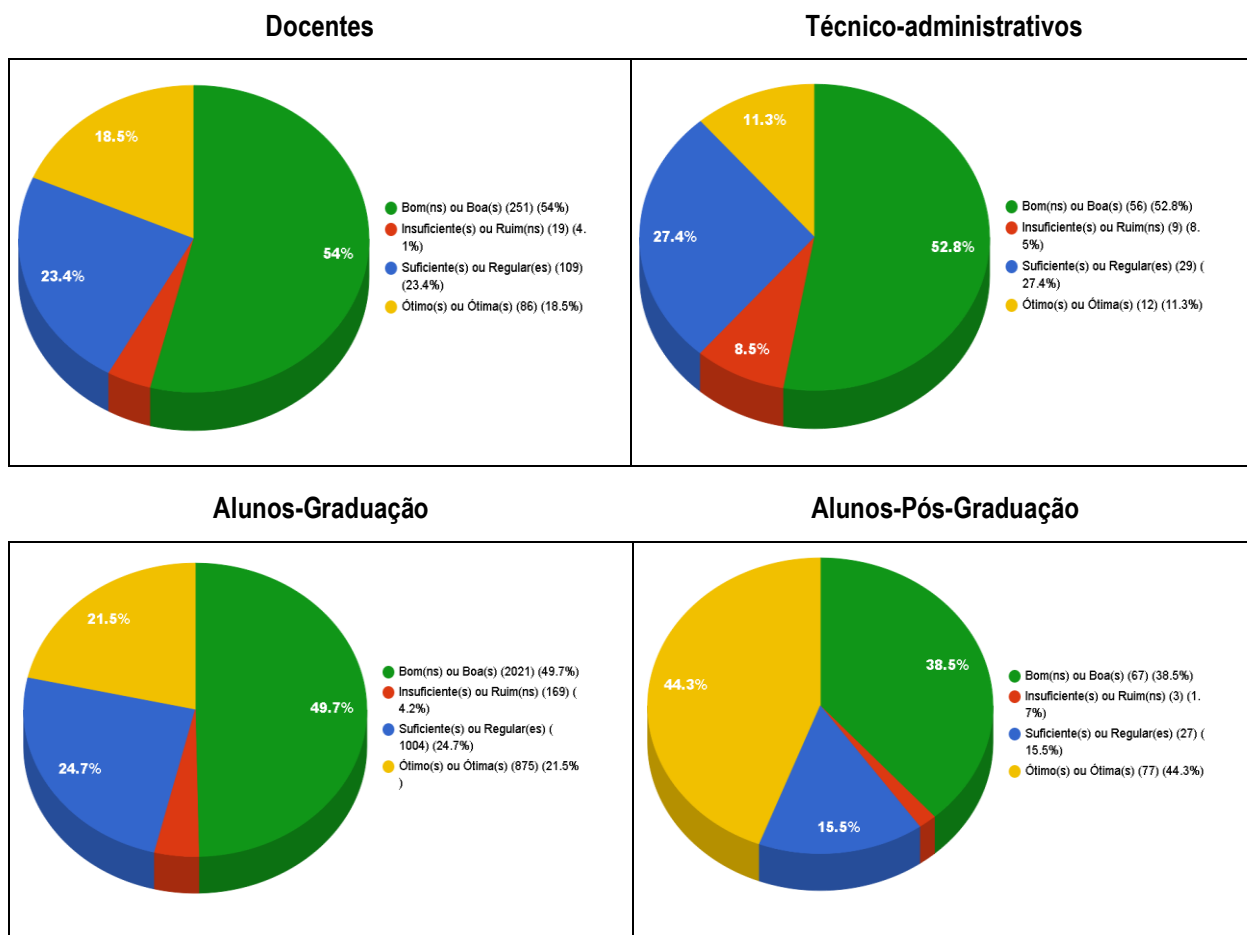
Vale observar o comportamento da comunidade diante da mesma questão na avaliação de 2016. Naquela ocasião, 12,3% dos docentes, 12,5% dos discentes da pós-graduação, 22,23% dos alunos da graduação e 31,44% dos técnicos respondentes declararam desconhecimento do PDI. Isso significa que houve uma evolução de quase todos os segmentos no quesito conhecimento do PDI, de 2016 para 2019.



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que o percentual de professores e técnicos que desconhecem a missão do CEFET/RJ é 3,4% e 6,6%, respectivamente. Assim, a grande maioria indica conhecimento desse item. Com relação aos alunos, os resultados mostram que 23% dos alunos da pós-graduação e 27,6% dos alunos da graduação respondentes não sabem a missão de sua Instituição. Esse índice alto relativo aos alunos de graduação é preocupante e deve ser analisado para que as razões deste desconhecimento sejam identificadas e tratadas. Uma sugestão é incluir a missão da Instituição no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, também conhecido como Manual do Aluno, que é um documento bastante consultado pelos estudantes de Graduação. Além disso, apesar dessa informação já constar no Portal da Instituição, pode-se inseri-la especificamente no Portal do Aluno e apresentá-la nas aulas inaugurais. Com relação aos alunos da pós-graduação pode-se proceder de forma semelhante.

Na avaliação realizada em 2016, 7,61% dos docentes, 17,03% dos técnicos, 40,07% dos alunos da graduação e 62,5% dos discentes da pós-graduação respondentes declararam desconhecimento da missão. Isso significa que houve uma evolução de todos os segmentos no quesito conhecimento da missão do CEFET/RJ, de 2016 para 2019. Este resultado pode ser proveniente da apropriação do PDI 2015-2019 e seus conteúdos pela comunidade acadêmica e da ampla divulgação do documento. Além disso, o envolvimento da comunidade com a elaboração do PDI 2020-2024, chama atenção mais uma vez para a importância do documento e da missão institucional.

☞ A missão do CEFET/RJ é “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico cultural, tecnológico e econômico da sociedade.” Isso ocorre de forma...



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que uma pequena parte da comunidade considera que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 1,7% dos alunos da pós-graduação, 4,1% dos docentes, 4,2% dos discentes da graduação e 8,5% dos técnicos. Assim, de forma geral, pode-se dizer que a maioria de todas as classes considera que a IES cumpre sua missão. Analisando por outra ótica, somando as parcelas bom e ótimo, tem-se 72,5% para os docentes, 64,1% para os técnico-administrativos, 71,2% para os alunos da graduação e 82,8% para os alunos da pós-graduação.

Na avaliação realizada em 2016, uma pequena parte da comunidade considerou que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 4,37% dos técnicos, 5,39% dos discentes da graduação e 7,16% dos docentes. Vale ressaltar que na avaliação dos alunos da pós-graduação não houve o julgamento deste quesito como insuficiente. Tais dados mostram que essa questão já havia sido também muito bem avaliada pela comunidade.

a.2) Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.

Partindo de uma concepção de prática pedagógica adjetivada pelo termo dialógica, conforme proposto por Freire (1986), a construção do conhecimento é vista como um processo realizado por ambos os atores: professor e aluno, na direção de uma leitura crítica da realidade. Considerando essa perspectiva, a prática pedagógica pode ser pensada como expressa Fernandes (1999, p.159):

(...) Prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.

Nesse contexto, a aula se constitui num espaço-tempo onde transitam diferentes histórias, formando uma teia de relações, em que conflitos, encontros e desencontros acontecem assim como possibilidades de construir a capacidade humana, mediada por relações dialógicas, conforme destaca Fernandes. Esse tipo de relação pedagógica não é assimétrica, no sentido de que ambos os lados: professor e aluno, ensinam e aprendem, construindo e reconstruindo o conhecimento juntos. O professor aprende com o aluno, ao pesquisar sua realidade, seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, enquanto o aluno aprende, por meio de um processo de reconstrução e criação de conhecimentos daquilo que o professor sabe, tem para compartilhar. Entretanto, essa não assimetria não significa ausência de autoridade, licenciosidade, por parte do professor. Não nega o papel diretivo e necessário do educador, mas esse não é considerado o dono do conhecimento, e sim alguém interessado num determinado objeto de conhecimento e desejoso de criar esse interesse em seus alunos para, juntos, iluminarem o objeto, conforme coloca Freire (1986, p. 125).

O aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas vem sendo alcançado por meio de diversas formas, contribuindo para o alcance dos objetivos centrais da Instituição. Entre elas, conforme o PDI, tem-se:

- Aprimoramento do modelo de gestão da informação por meio da implementação de novos módulos do sistema SIE (Sistema de Informações desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria, SIE) a fim de permitir, além do controle, a gestão de toda a estrutura administrativa e acadêmica do CEFET/RJ.
- Implantação das novas diretrizes curriculares, reestruturação dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, com dinamização e melhor planejamento das mudanças curriculares.
- Adequação de espaços físicos e aquisição de equipamentos para o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para fins didático-pedagógicos nos cursos presenciais.
- Capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos para o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos, utilizando TIC para o desenvolvimento de cursos a distância (EAD) e disciplinas a distância para os cursos presenciais.
- Implantação de programas de apoio à melhoria da qualidade do ensino, com garantia de recursos para material permanente e de consumo, por meio de editais internos.
- Desenvolvimento de políticas de divulgação e inserção dos cursos no meio acadêmico nacional, internacional e na sociedade.
- Implantação e aperfeiçoamento dos projetos de acessibilidade no CEFET/RJ.
- Implementação de mecanismos de acompanhamento de egressos dos cursos do CEFET/RJ.

A instituição vem investindo em tais itens, que estão descritos no PDI como metas do ensino. Além destes, pode-se destacar:

- aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;

- investimento em melhoria de infraestrutura física;
- democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Deve-se ressaltar também que a Instituição conta com Projetos Pedagógicos para cada um dos cursos oferecidos, desenvolvidos em sintonia direta com o Projeto Pedagógico Institucional– PPI e o PDI, de forma à consecução dos objetivos estabelecidos. As oportunidades diferenciadas de integralização curricular também chamam atenção, considerando a mobilidade acadêmica interna e externa oferecida, tanto a nível nacional quanto internacional. Essa flexibilidade curricular possibilita aos alunos participar da construção dos seus próprios currículos. O apoio significativo a capacitação de docentes a nível de doutorado e pós-doutorado *stricto-sensu* é outro ponto a ser mencionado, pois também influencia no aprimoramento e atualização das práticas pedagógicas.

A Instituição demonstra, em seu PDI, a preocupação com a redução do índice de evasão/repetências e vagas ociosas e com a questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais. Com relação ao primeiro item, os apoios pedagógicos e financeiros oferecidos pela instituição são fundamentais como estímulos a permanência do aluno. O Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ (PPE) aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no primeiro semestre de 2017, é uma ótima estratégia para lidar com essa temática.

Em se tratando da questão dos alunos com necessidades especiais e das respectivas práticas pedagógicas que devem ser utilizadas, o apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne) é fundamental. Tal núcleo tem por finalidade justamente preparar os diferentes setores da instituição para trabalhar com a realidade da inclusão, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais na Instituição.

a.3) Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a Instituição está inserida.

O PDI em vigor no CEFET/RJ destaca alguns aspectos da realidade brasileira, nas dimensões econômica, política e educacional, de forma a analisar o macrocenário em que se circunscreve, numa sociedade globalizada e desigual. Para uma ideia mais profunda desse item, serão transcritos alguns trechos do PDI, que mostram claramente as inter-relações do Centro na sociedade.

Ao atuar como Instituição de ensino superior pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

No tocante à inclusão social e à questão da educação, o CEFET/RJ, instituição federal de ensino público possuidora de um perfil de jovens alunos, esteve amplamente envolvido, promovendo palestras sobre a importância do trabalho voluntário em eventos como esse para a aquisição de experiências e para o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, a instituição contribuiu para o envolvimento de toda a comunidade escolar nas atividades que estavam acontecendo na região.

A adesão ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica resultou na atual constituição do Sistema: *campus* Maracanã (sede) e outros sete *campi* – Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Valença e Itaguaí. Desse modo, o Centro Federal ampliou sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Subsidiado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o CEFET/RJ reafirma a intenção de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.

No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir em:

- no investimento permanente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, considerando o contexto de desenvolvimento e as demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade;
- na integração dos diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;
- na participação em ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando à realização de projetos de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- na busca de apoio de agências de fomento e de centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;
- no fortalecimento da integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico- prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação;
- na interiorização das atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e à informação, superando desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- na integração de atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo, diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Evidentemente, a educação, como eixo estruturante do desenvolvimento, torna-se um elemento viabilizador da construção cultural em prol de um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

a.4) Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Os documentos institucionais PDI e PPI estão articulados e em sintonia no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Os documentos consultados apresentam uma descrição clara dos objetivos e finalidades da Instituição. A comunidade acadêmica em sua grande maioria demonstra conhecimento do PDI e da Missão institucional, conforme indicado na pesquisa. Além disso, de forma geral, docentes, discentes e técnicos administrativos consideram que a instituição desempenha sua missão de forma boa ou ótima.

b.2) Fragilidades

A pesquisa realizada com a comunidade acadêmica indicou que mais de 20% e menos de 30% dos técnico-administrativos e dos alunos da pós consideram insuficiente o respectivo conhecimento sobre o PDI. Com relação a missão do CEFET/RJ mais de 20% e menos de 30% dos alunos de graduação e da pós indicaram desconhecimento. Apesar desses itens terem sido bem avaliados de forma geral, deve-se dar atenção a esses grupos que ainda não foram atingidos pela divulgação dessas informações e documentos.

c) Ações com base na análise

A divulgação do PDI e do PPI, principalmente junto aos alunos, deve continuar e ser intensificada. Sugere-se mencionar no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, o PDI e a Missão da Instituição. Processo semelhante pode ser feito para a pós-graduação no que diz respeito à divulgação destes documentos junto aos alunos da pós.

3.2.2 – Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

a.2) Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

a.3) Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

Para a análise da presente dimensão, foi realizado um levantamento das ações realizadas pela Instituição em relação ao que foi proposto no PDI 2015-2019. Estes dados foram obtidos através dos relatórios de atividades emitidos pelo setor que concentra a maior parte das ações relacionadas a esta dimensão. Além disso, foram propostas algumas questões em questionários direcionados aos três principais segmentos que compõem a comunidade interna do CEFET/RJ: alunos, professores e técnico-administrativos. Tais respostas foram coletadas, processadas e analisadas. Esta análise conjunta permitiu uma visão geral sobre a dimensão conforme se segue.

De acordo com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, na dimensão da responsabilidade social materializada por meio dos programas e atividades de extensão, o CEFET/RJ afirma que:

-a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;

-a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;

-o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;

-a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

Com relação ao Compromisso Social da Instituição foram estabelecidos os seguintes objetivos no PDI:

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do CEFET/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do CEFET/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.

Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
Promover a representação do CEFET/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
Democratizar as condições de acesso aos cursos do CEFET/RJ.
Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica <i>intracampus</i> , <i>intercampi</i> e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do CEFET/RJ.

Responsabilidade socioambiental

O CEFET/RJ, desde sua fundação, caracterizou-se como uma instituição de ensino voltada para uma formação calcada num forte eixo humanista que se traduz como aquele que prioriza a formação centrada na responsabilidade socioambiental, na aceitação das diversidades e na visão crítica da área de atuação. Nesse sentido, a dimensão responsabilidade socioambiental constitui um dos eixos norteadores e incorporadores das ações de ensino, pesquisa e extensão.

O CEFET/RJ entende que seus projetos pedagógicos e de avaliação, devem estar vinculados à responsabilidade socioambiental da instituição, enfatizando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a socialização do conhecimento, resguardando sua identidade e especificidades em um sistema plural.

A responsabilidade socioambiental deve ser exercida com a adoção de práticas pautadas:

- na formação cidadã;
- em princípios éticos;
- no desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos com relação aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais;
- no incentivo à criatividade dos alunos para identificar problemas e propor soluções;
- na formação cultural ampla.

No contexto da responsabilidade socioambiental, o Centro Federal reafirma sua experiência de atuação junto à sociedade interagindo com a comunidade local, regional e nacional, promovendo a educação ambiental de maneira integrada em todos os seus níveis de ensino por meio da inserção das disciplinas curriculares de Gestão Ambiental em todos os cursos de graduação, assim como nos cursos médio/técnico da instituição.

Nesse sentido, como estabelece o próprio PDI, as ações de responsabilidade socioambiental do CEFET/RJ são implantadas, tendo em conta:

- a organização e o desenvolvimento de projetos voltados para pessoas com necessidades especiais, com o suporte e ou supervisão do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (Napne);
- a organização e o desenvolvimento de projetos voltados para promover a inclusão digital;
- a responsabilidade quanto à qualidade de formação dos alunos e dos serviços prestados;
- a promoção de valores éticos;
- a implementação do projeto de coleta seletiva em toda a instituição;
- o estabelecimento de parcerias com ONGs e instituições públicas;
- a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental do CEFET/RJ incorpora ações nas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atividades Culturais

A cultura é um direito universal, sendo um dever do Estado proporcionar a participação de todos na vida cultural e nos progressos científicos, beneficiando o crescimento pessoal e a cidadania dos indivíduos. Reconhecendo a importância da cultura em todos os segmentos da escolaridade e o papel fundamental das universidades na produção, divulgação e valorização da arte, o CEFET/RJ contempla esse segmento com a devida relevância, assumindo os objetivos e atribuições que lhe competem.

Cada um dos oito *campi* do CEFET/RJ nos diferentes municípios insere-se em um contexto específico, de perfil próprio. Assim, são indispensáveis projetos coletivos que promovam o intercâmbio, a troca, a atuação conjunta e o consequente engrandecimento de todos, valorizando e divulgando as produções de cada localidade.

Para tanto, são objetivos do CEFET/RJ com relação à área cultural:

- Aprofundar a formação integral dos alunos;
- Trabalhar pela criação, pela transmissão e pelo desenvolvimento do conhecimento cultural em todas as suas formas expressivas;
- Promover a preservação do patrimônio cultural;
- Valorizar as manifestações culturais locais, regionais ou mundiais.

Para que se obtenha resultado satisfatório nesse sentido, a instituição propõe-se a:

- Apoiar o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que pretende promover o intercâmbio, reflexão e valorização da cultura nos *campi*;
- Incentivar as ações culturais propostas pelo corpo docente e discente;
- Viabilizar e capacitar espaços favoráveis às manifestações artísticas;
- Incluir entre as prioridades de gestão a ocorrência de uma vida cultural profícua;
- Participar de fóruns, congressos e eventos para a inclusão do CEFET/RJ como agente atuante, produtor e divulgador das artes;
- Promover o acesso igualitário à cultura e às artes a todas as pessoas: independente de cor, raça, credo, ou incapacidades físicas ou sensoriais;
- Estabelecer o contato permanente com a produção cultural externa, como forma de desenvolver a capacidade de apreciação, interpretação e informação das artes;
- Estimular projetos de extensão que viabilizem a promoção e a produção cultural em todas as linguagens artísticas;
- Apoiar os projetos culturais da instituição.

Atividades Desenvolvidas pela Instituição em 2019

Com relação às atividades desenvolvidas pela Instituição coordenadas pela Diretoria de Extensão e inseridas no contexto dessa dimensão, tem-se:

I- Estágio e Emprego

Serviços	2017	2018	2019
Ofertas para Estágio	977	1.615	1.223
Termos de Compromisso	2.004	2.283	2.212
Termos Aditivos	954	1.133	1.116
Carta de Rescisão	352	443	365
Empresas Conveniadas	2.858	1.979	1.949
Declaração Expedida Lei 11.788	230	228	234
Ofertas de Emprego	53	48	45
Palestras e Processos Seletivos de Orientação no Mercado	06	05	11

Fonte: DIEMP/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

II- Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público (2018)	Público (2019)
Cursos	2.330	1.832
Oficinas	337	459
Eventos de Extensão	16.141	12.343
Programa Bolsas de Extensão	140	164
Projetos de Extensão	112.249	166.029
Programa de Educação Tecnológica	7.742	5.771

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Detalhamento dos Eventos da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão 2019 por Campus:

Eventos	Maracanã	Angra	Itaguaí	Maria da Graça	Nova Friburgo	Nova Iguaçu	Petrópolis	Valença	Total
Minicurso	03	05	03	02	03	08	11	13	48
Projetos Exposup/Expotec	140	18	13	32	35	43	12	50	343
Seminário	03	0	0	0	0	02	09	0	14
Palestra	19	17	04	06	12	15	11	0	84
Mesa redonda	15	02	03	02	02	01	05	1	31
Evento artístico cultural	07	01	03	04	01	01	05	2	24
Pôster	38	04	19	19	07	16	01	9	113
Outras Atividades	09	08	02	05	02	06	18	0	50

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

III- Gestão de Convênios Ativos IETEC em 2019

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
MCTI/FINEP	Edital MCTI/FINEP – PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010 –Projeto REDERJ - Aprovado em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 (treze) incubadoras do Rio de Janeiro, com destinação de R\$107.555,40 (centro e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos) para a IETEC-Cefet/RJ.	Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado e prospecção de projetos promissores; Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas; Introduzir a metodologia CERNE. Finalizado em 2019
FAPERJ e IETEC Cefet/RJ	E_37/2014 - Apoio a incubadoras de empresas de base tecnológica no Estado do Rio de Janeiro.	Fortalecer a infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias da IETEC-CEFET/RJ para melhorias do desenvolvimento de empreendimentos inovadores. Finalizado em 2019
IETEC Cefet/RJ INICIATIVA JOVEM DA SHELL	Parceria Empreendedora – Shell Iniciativa Jovem e Cefet/RJ	Desenvolver ações conjuntas destinadas à implementação de atividades e projetos que corroborem os objetivos institucionais de cada uma das partes. Finalizado em 2019
IETEC Cefet/RJ FAPERJ/REINC	REINC (rede de incubadoras) como hub de conexão de startups com as ICTs	Fomentar empreendedorismo do Estado do Rio de Janeiro Iniciado em 2019
IETEC Cefet/RJ CONGRESSO NACIONAL	Emenda 40540008 - Modernização da Incubadora de Empresas Tecnológicas do CEFET-RJ e Living Lab	O projeto de Revitalização e Readequação da Infraestrutura e Serviços da Incubadora de Empresas Tecnológicas do Cefet/RJ pretende modernizar os espaços dedicados aos empreendimentos empresariais nascentes e oferta de serviços de apoio a eles. Também fará parte do projeto a criação do Laboratório de Prototipagem (Living Lab). Iniciado em 2019
FAPERJ/ IETEC/ ITESS	E-12/2016 – Programa de Apoio às Incubadoras e Aceleradoras de Empresas	Desenvolver e aperfeiçoar as atividades e serviços ofertados. Além de requalificar a infraestrutura das incubadoras IETEC e ITESS – Cefet/RJ, com vistas à ampliação da oferta de apoio aos empreendimentos das incubadoras e aos projetos com parceiros internos e externos. Continua ativo

Fonte: IETEC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

IV- Atividades Extensionistas no Sistema CEFET/RJ em 2019

No quadro a seguir, estão quantificadas as Atividades de Extensão (cursos, palestras, projetos, programas, etc.) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se as realizados durante a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (quantificados anteriormente).

Eventos	Maracanã	Angra	Itaguaí	Maria da Graça	Nova Friburgo	Nova Iguaçu	Petrópolis	Valença
Cursos	78	03	11	06	11	05	02	11
Outras	249	12	08	23	03	45	32	12
Projetos	82	12	07	17	17	55	13	12
Programas	01	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

V- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora de Empresas Tecnológicas

Incubadora de Empresas Tecnológicas - IETEC	2017	2018	2019
Empresas Incubadas	6	6	5
Projetos Pré-Incubados	10	7	1
Atendimento ao público	18.000	16.000	4.500
Lançamento de Edital	1	0	0
Empresas Graduadas (acumulado)	19	22	23
Projetos descontinuados (acumulado)	33	36	36

Fonte: IETEC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

VI- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS	2017	2018	2019
Empresas Incubadas	1	1	1
Projetos Pré-Incubados	0	0	1
Atendimento ao público	9.484	4.230	1.500
Lançamento de Edital	-	1	1
Empresas Graduadas (acumulado)	-	-	-
Projetos descontinuados (acumulado)	2	-	1

Fonte: ITESS/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

VII- Atividades Extensionistas no Sistema CEFET/RJ em 2019

No quadro a seguir, estão quantificadas as Atividades de Extensão (cursos, palestras, projetos, programas, etc.) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se as realizados durante a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (quantificados anteriormente).

Eventos	Maracanã	Angra	Itaguaí	Maria da Graça	Nova Friburgo	Nova Iguaçu	Petrópolis	Valença
Cursos	78	03	11	06	11	05	02	11
Outras	249	12	08	23	03	45	32	12
Projetos	82	12	07	17	17	55	13	12
Programas	01	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

VIII-Ações de Protagonismo Estudantil

Das ações do protagonismo estudantil, apoiadas pela Diretoria de Extensão, destacam-se a ENTrepreneurial ACTion for US all – Enactus Cefet/RJ (*campus* Maracanã), Time Enactus CEFET – Angra dos Reis, Cefet Jr. Consultoria (*campus* Maracanã), Ônix Jr. Consultoria (*campus* Itaguaí).

A Enactus Cefet/RJ é uma organização mundial, sem fins lucrativos, vinculada à Enactus World, formada exclusivamente por alunos, professores e conselheiros, que visa criar projetos que impactem grupos de pessoas que se encontram à margem da sociedade. Os quadros a seguir apresentam, respectivamente, os panoramas da organização Enactus e da Cefet Jr. Consultoria, nos últimos 3 anos.

Panorama da Enactus Cefet/RJ	2017	2018	2019
Projetos	7	5	7
Docentes participantes	4	6	7
Discentes participantes	82	87	92

Fonte: DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Panorama da Cefet Jr. Consultoria	2017	2018	2019
Projetos	22	54	54
Docentes participantes	3	3	3
Discentes participantes	57	48	49

Fonte: DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Inclusão Social

Com relação a inclusão social, destaca-se a presença do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) do CEFET/RJ, criado sob portaria institucional nº 484 de 30 novembro de 2004. O Núcleo está vinculado à Diretoria de Ensino e tem como objetivos:

- Promover a inclusão escolar e a educação inclusiva no CEFET/RJ por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores.
- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.
- Trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais.
- Implantar medidas de acessibilidade no *campus* do CEFET/RJ, de forma a permitir acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos.
- Acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais.
- Incentivar o debate, a pesquisa, o ensino e a extensão no âmbito do CEFET/RJ em torno das questões relacionadas à educação inclusiva.
- Fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores público ou privado, para discussão da temática educação inclusiva.

Vale ressaltar a presença de outros grupos que auxiliam na inclusão escolar e/ou social, como o NEAB, Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas. O NEAB é um espaço que congrega pesquisadores e interessados em diversas áreas do conhecimento que têm como cerne de suas atividades as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. O NEAB CEFET/RJ se apresenta como observatório de questões étnico-raciais e espaço de atuação da comunidade do CEFET/RJ no sentido de incentivar, apoiar e promover políticas de ações afirmativas, cuja proposta principal é articular e promover atividades de estudos, ensino, pesquisa e extensão relacionados a temáticas concernentes à população negra, à cultura afro-brasileira e africana, às diásporas africanas, como também ao cumprimento da Lei nº 10.639/03.

Ainda referente a inclusão, é importante mencionar que atualmente, o CEFET/RJ reserva parte de suas vagas para o Sistema de Cotas, considerando candidatos oriundos da rede pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e candidatos oriundos da rede pública e pretos, pardos e indígenas, independente da renda. A porcentagem reservada obedece aos critérios da Lei de Cotas. Além do cumprimento das questões legais voltadas ao respeito e diversidade no Sistema Multicampi, a assinatura do Pacto Universitário de Direitos Humanos representou um divisor de águas na promoção do debate em prol de uma maior inclusão por parte da comunidade em relação às Ações Afirmativas e à Lei de Cotas.

Contribuindo para a permanência e a formação acadêmica dos estudantes que comprovem condições de vulnerabilidade social e econômica, ocorre a oferta de auxílios financeiros, de acordo com o orçamento específico, por meio dos Programas de Assistência Estudantil. No Programa de Assistência Estudantil, o quantitativo de auxílios ofertados é estabelecido em conformidade com a disponibilidade orçamentária, que em 2019 foi de R\$7.560.000,00 (sete milhões e quinhentos e sessenta mil reais) atendendo atualmente a 3 (três) Programas: Programa de Auxílio

ao Estudante (PAE), Programas de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) e Programa de Auxílio Emergencial (PAEm), conforme quadro a seguir:

Programa	Estudantes Atendidos
Programa de Auxílio ao Estudante (PAE)	1.750
Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED)	20
Programa de Auxílio Emergencial (PAEm)	200

Fonte: CAE/DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Neste contexto ainda, vale ressaltar os projetos da Enactus Cefet/RJ, organização que visa criar projetos que impactem grupos de pessoas que se encontram à margem da sociedade. Em 2019, a organização atuou nos seguintes projetos:

Projetos Ativos

- Gera: Visa impactar cooperativas que trabalham com reciclagem, ao torná-las competitivas na logística de tratamento de resíduos dominada por grandes empresas;
- IARA: Tem como objetivo levar tecnologias sustentáveis ligadas ao fornecimento de água limpa às comunidades desprovidas deste bem, visando a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública no local, além da geração de renda com o comércio das tecnologias. Ações de conscientização da população também fazem parte do escopo do projeto;
- Mandala: Tem como objetivo impactar a realidade socioeconômica e melhorar a qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, ao gerar fonte de renda através da viabilização de terapias ocupacionais oferecidas em Centros de Atenção Psicossociais (CAPs) ou outras instituições que atendem a este público.

Projetos Incubados

- Aurora: Tem como objetivo confirmar a viabilidade de incluir pessoas transsexuais no mercado de trabalho, através de treinamentos estruturados junto com empresas de recrutamento parceiras e com profissionais do mercado que sejam transsexuais para trazer maior representatividade e os ajudar a lidar com possíveis dificuldades que possam enfrentar em seu crescimento no mercado de trabalho;
- Morena: Tem como objetivo confirmar a viabilidade da implantação da coleta seletiva em Paquetá - RJ, com a finalidade de garantir aos moradores da ilha maior dignidade e alinhamento com questões ambientais no cenário atual e fomentar a economia e ecoturismo local.

Projetos Encerrados:

- TOTI: Possuía o objetivo de transformar a situação de exclusão social vivida pelo refugiado que chega na cidade do Rio de Janeiro, a partir da qualificação de suas habilidades profissionais em áreas do mercado com

perspectiva de crescimento, provendo maiores oportunidades de reinserção no mercado de trabalho qualificado, e assim, uma inclusão socioeconômica de fato;

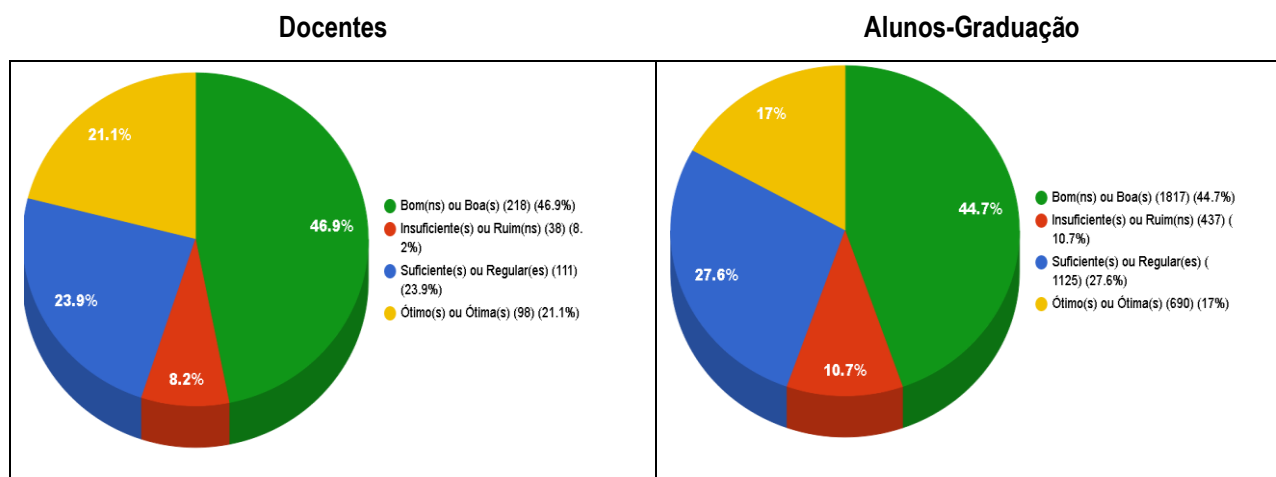
- Zeno: Tinha como objetivo criar uma plataforma facilitadora de doações, conectando instituições filantrópicas a doadores, podendo ser doado não somente dinheiro, mas também serviços e tempo disponível, oferecendo uma relação de beneficiamento mútuo.

Sobre a questão da acessibilidade, é importante mencionar que em 2011, o CEFET/RJ firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 24/08/2011, para o cumprimento da questão da **acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004 e, conseqüentemente, para o cumprimento** da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Como resultado do TAC, o CEFET/RJ apresentou ao Ministério Público o diagnóstico de todas as suas dependências e concluiu um projeto no que se refere à questão da **acessibilidade**. Em 16 de maio de 2016, por meio do Ofício PR/RJ/COORJU/DICIVE/N 0 6875/2016, o Ministério Público considerou que as obras e serviços executados pelo CEFET/RJ contribuíram, efetivamente, para o satisfatório atendimento das pessoas com necessidades especiais que frequentam e se utilizam dos espaços e instalações da Instituição. Assim, dentro de um critério de razoabilidade do que se era exigido, considerou-se que a Instituição atendeu aos anseios da coletividade.

A seguir são apresentadas as questões propostas à comunidade acadêmica relacionadas à respectiva dimensão.

Questão comum aos docentes e alunos:

☞ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

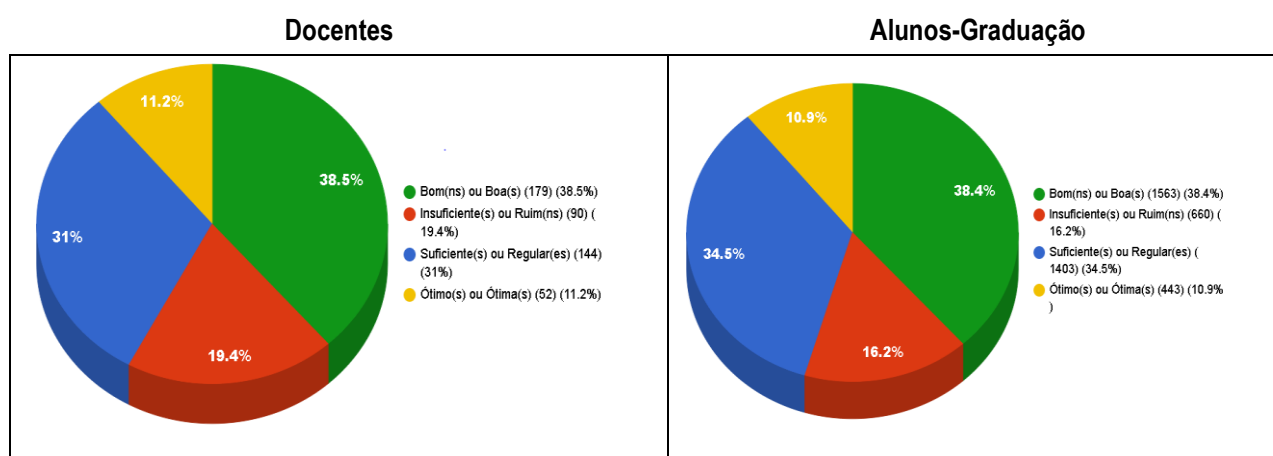


Considerando os alunos e seus familiares como os principais interessados neste indicador, pois revela a empregabilidade do formando do CEFET/RJ, percebe-se que 61,7% dos alunos de graduação consideraram boa ou

ótima a forma como a Instituição conduz sua entrada no mercado de trabalho. Entre os professores, 68% também consideram boa ou ótima a forma como a Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho.

Esses dados revelam que a Instituição causa relevante impacto do ponto de vista da empregabilidade de seus alunos que conseguem, por meio do CEFET/RJ, inserir-se no mercado de trabalho regional. A avaliação realizada em 2016 apresentou um comportamento semelhante para tal quesito, com 63,53% dos docentes e 62,73% dos alunos de graduação avaliando como boa ou ótima a viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

⇒ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Entre os alunos de graduação pesquisados, 16,2% consideram que a Instituição acompanha a inclusão dos alunos no mercado de trabalho de forma insuficiente e 38,4% consideram que isto ocorre de forma boa. Já 34,5% dos respondentes avaliam tal quesito como suficiente ou regular e 10,9% julgam-no ótimo.

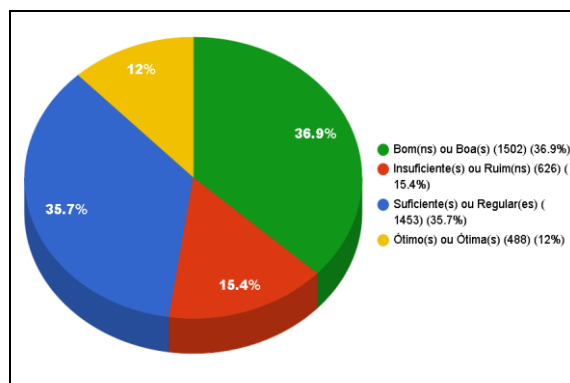
Entre os professores pesquisados, 19,4% consideram insuficiente a forma como a Instituição acompanha a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho e 38,5% consideram-na boa. O restante avalia que tais ações da Instituição ocorrem de forma suficiente, o correspondente a 31% e ótima, o equivalente a 11,2%. Seria muito produtivo aprimorar a forma como este acompanhamento é feito, pois o dado em questão é muito favorável à imagem da Instituição, com base no que revela o item anteriormente pesquisado.

A avaliação de 2016 apresentou um comportamento semelhante à avaliação de 2019 para os alunos de graduação e professores, com um índice de insatisfação de 17,52% para os discentes e de 18,57% para os docentes.

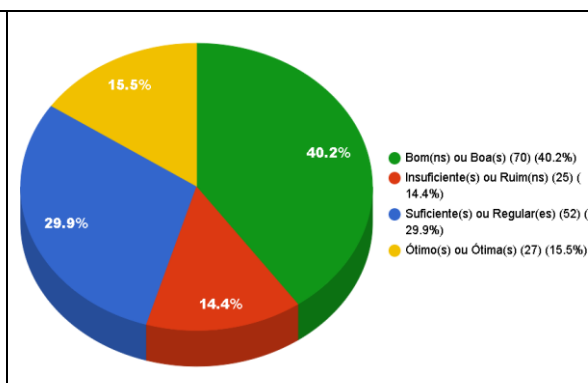
Questões específicas aos alunos:

⇒ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

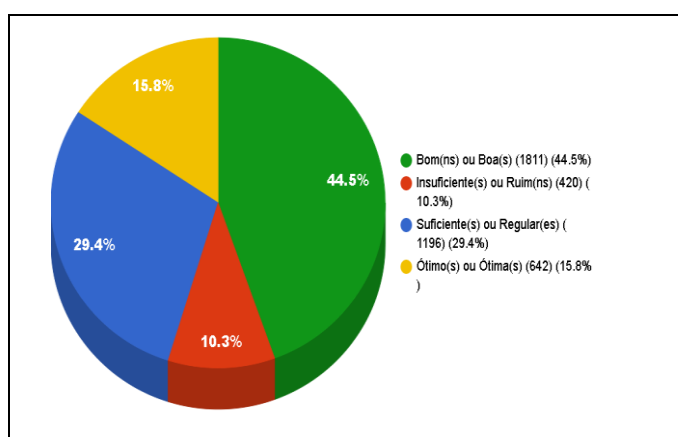


Grande parte dos discentes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, indica a escala suficiente e boa para avaliar o quesito. No entanto, chama a atenção o índice de insatisfeitos com a política de assistência estudantil: 15,4% dos alunos da graduação e 14,4% dos discentes da pós-graduação. Sugere-se aprofundar, junto aos alunos da graduação e da pós-graduação, a pesquisa sobre o que é relevante para esses discentes em termos de assistência social visando melhorar esse índice em avaliações futuras.

Na avaliação realizada em 2016, pode-se constatar que, de uma maneira geral, tal item foi avaliado de forma similar: grande parte dos alunos da graduação e da pós-graduação considerou a política de assistência estudantil suficiente e boa. Quanto ao índice de insatisfação, esse foi de 17,18% para os alunos da graduação e de 25% para os discentes da pós-graduação.

⇒ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

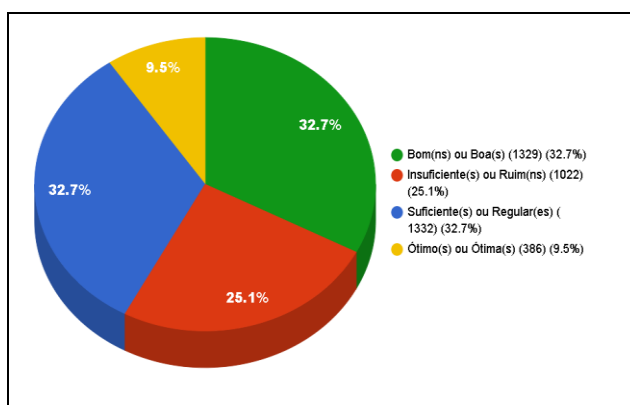
Alunos-Graduação



Neste item, a maior parte dos alunos respondentes da graduação, no caso 44,5%, escolheu a escala boa para avaliar tal questão e outra grande parcela, 29,4% dos respondentes, selecionou a escala suficiente. Já 15,8% dos respondentes consideraram tal quesito ótimo. Entretanto, 10,3% dos discentes da graduação não estão satisfeitos com a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica etc. A avaliação realizada em 2016 apresentou uma avaliação similar para tal quesito. Grande parte dos respondentes considerou tal item bom (39,38%) e suficiente (35,25%), enquanto que 14,37% avaliaram-no como insuficiente. Por fim, 11% dos respondentes julgaram-no ótimo.

➡ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação

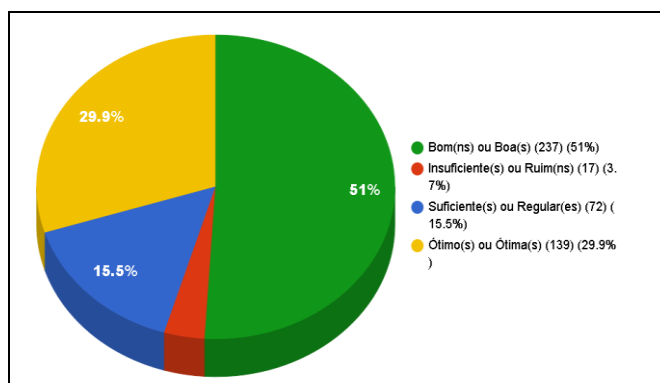


As duas maiores parcelas de respondentes ficaram igualmente divididas entre as opções suficiente e bom, o equivalente a 32,7% cada. No entanto, tem-se um índice de insatisfação que merece atenção: 25,1% dos alunos da graduação respondentes. Na avaliação de 2016, grande parte dos alunos da graduação, no caso 35,7%, considerou esse item suficiente. Entretanto, o índice de insatisfação também foi considerável, correspondendo a 21,83% dos discentes respondentes.

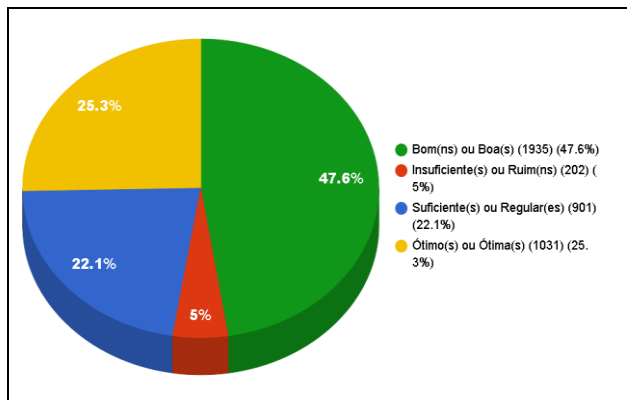
Questão comum aos docentes e alunos:

O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

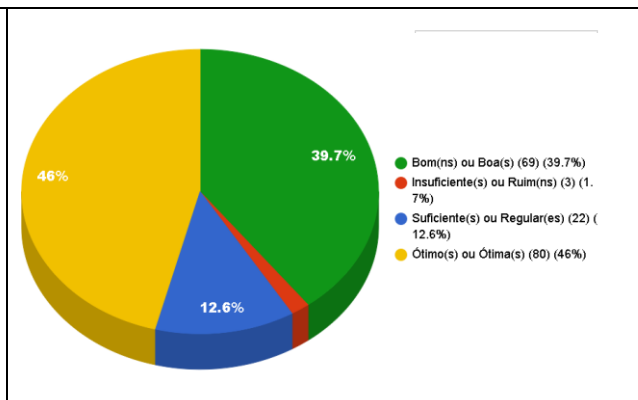
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



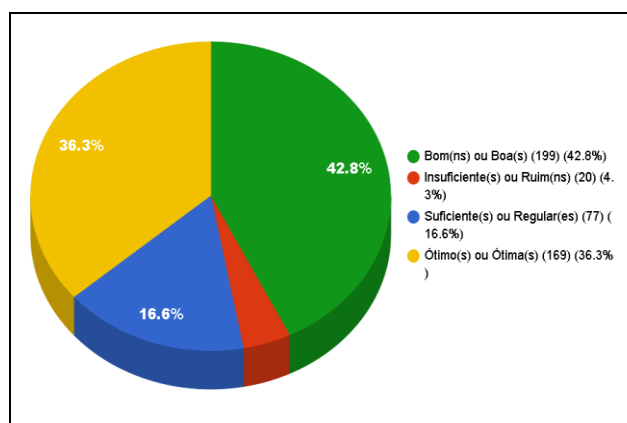
O equivalente a 72,9% dos estudantes da graduação e de 85,7% dos discentes da pós-graduação consideram bom ou ótimo o conceito do curso na comunidade interna e externa. Entre os docentes, 80,9% consideram o conceito do curso na comunidade interna e externa bom ou ótimo. Isto revela uma excelente autoestima dos alunos e professores em relação ao CEFET/RJ. Este aspecto pode ser ainda mais desenvolvido, intensificando a divulgação interna e externa das oportunidades que a Instituição oferece.

A avaliação de 2016 também apresentou uma grande satisfação por parte da comunidade envolvida, com 73,06% dos alunos de graduação, 50% dos discentes da pós-graduação e 78,75% dos docentes avaliando tal quesito como bom ou ótimo.

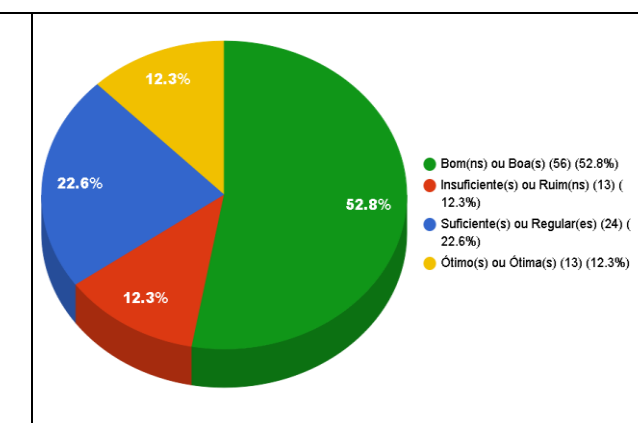
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ A Instituição respeita as diferenças. Sejam elas religiosas, de sexo e étnicas. Isso se dá de maneira...

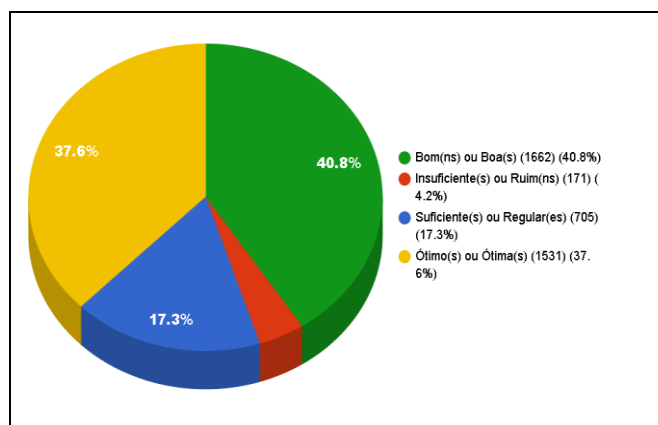
Docentes



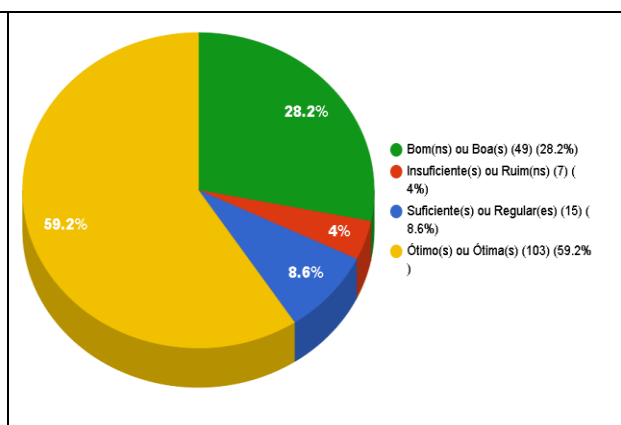
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



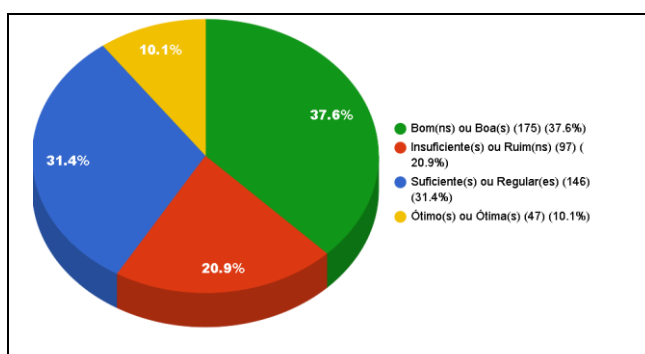
Alunos-Pós-graduação



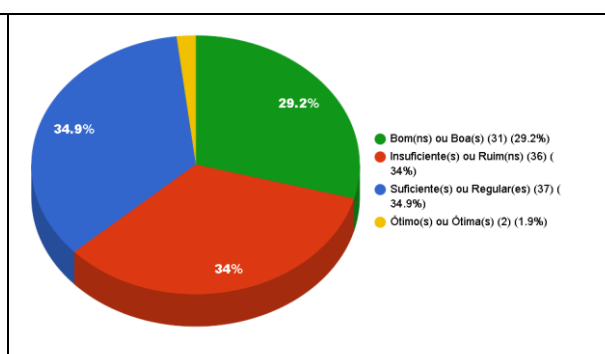
O equivalente a 79,1% dos docentes, de 65,1% dos técnico-administrativos, 78,4% dos alunos da graduação e 87,4% dos discentes da pós-graduação pesquisados consideram bom ou ótimo esse aspecto. Com base nos dados mencionados, percebe-se um ambiente de elevada tolerância às diferenças. Este aspecto é muito positivo para uma Instituição de ensino. Na avaliação realizada em 2016, foi detectado um comportamento semelhante: 78,75% dos docentes, 69,87% dos técnico-administrativos, 79,13% dos alunos da graduação e 87,5% dos discentes da pós-graduação avaliaram tal aspecto como bom ou ótimo.

⇒ A Instituição promove ações que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais em seus cursos. Isso ocorre de maneira...

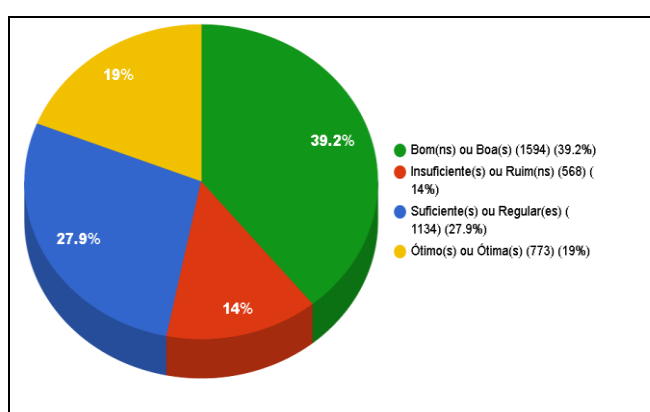
Docentes



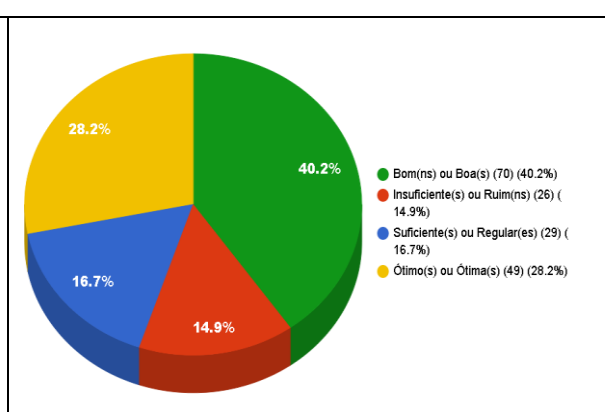
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



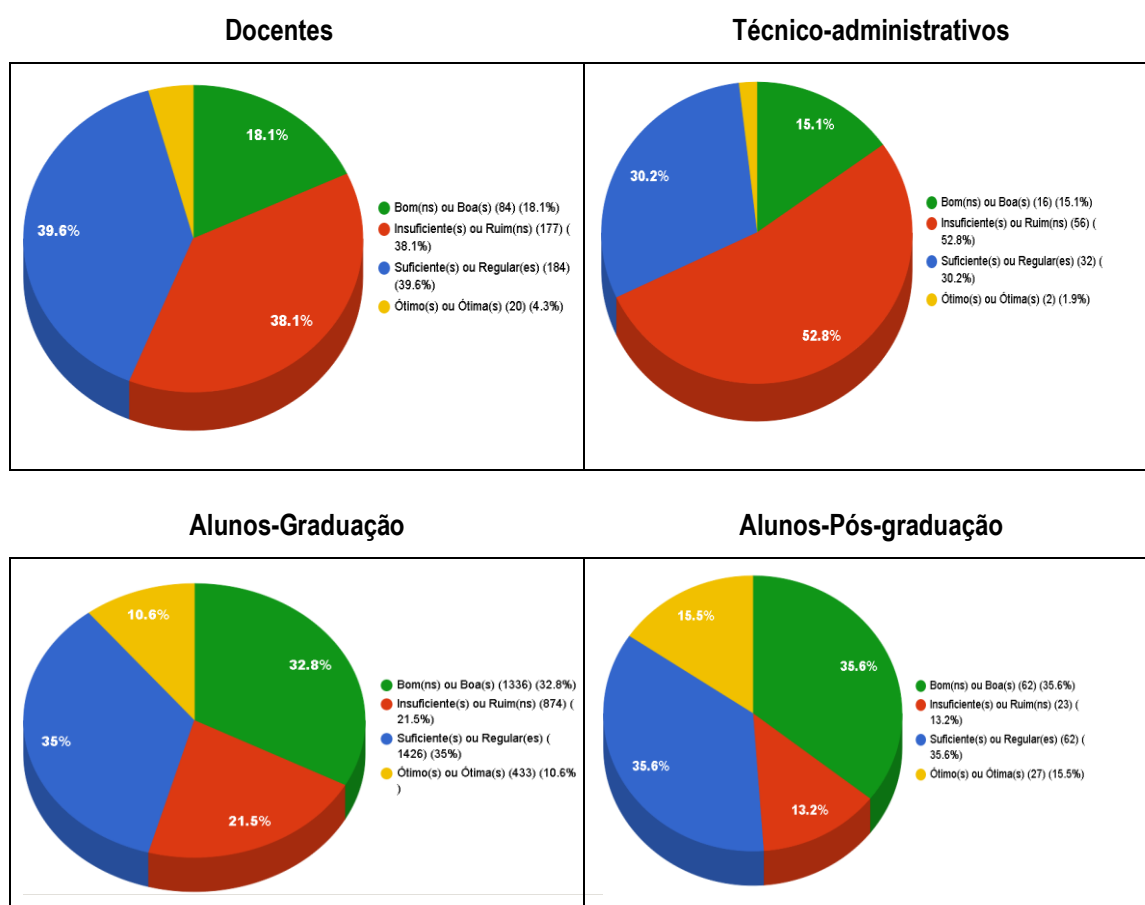
Alunos-Pós-graduação



O equivalente a 14% dos alunos de graduação e 14,9% dos estudantes de pós-graduação não estão satisfeitos com as ações da Instituição visando à inclusão dos portadores de necessidades especiais. Dos professores, 20,9% também consideram essas ações insatisfatórias. Para os técnico-administrativos, 34% também concordam com este ponto de vista. Assim, a maior parte dos respondentes indicou uma avaliação boa, suficiente ou ótima do quesito.

Na avaliação realizada em 2016, 16,87% dos alunos de graduação, 12,5% dos estudantes de pós-graduação, 27,96% dos professores e 39,74% dos técnico-administrativos avaliaram as ações da instituição que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais como insuficientes.

⇒ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

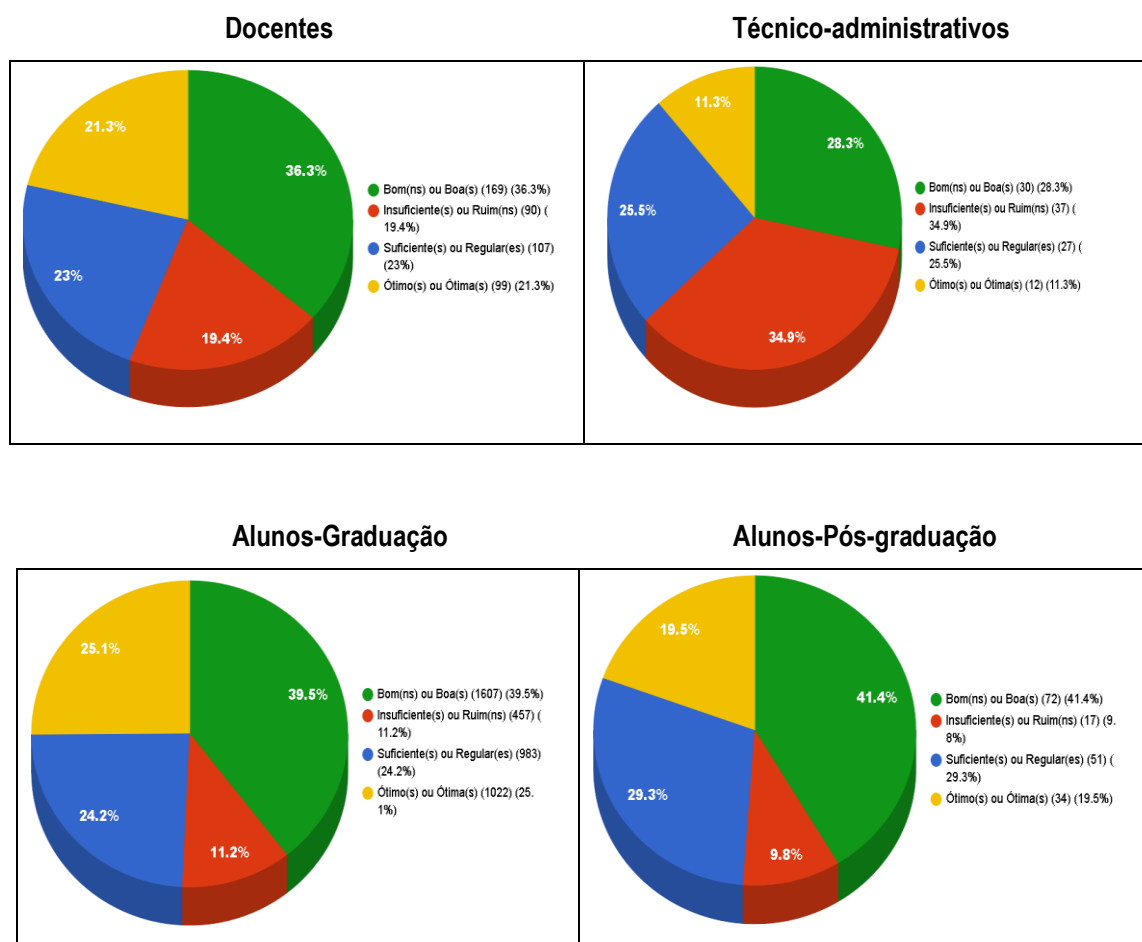


O equivalente a 13,2% dos alunos de pós-graduação, 21,5% dos estudantes de graduação, 38,1% dos professores e 52,8% dos técnico-administrativos consideram que as instalações não são adequadas aos portadores de necessidades especiais. Assim, parece haver um consenso sobre a necessidade de maiores investimentos com relação a esse item.

Na avaliação realizada em 2016, 12,5% dos alunos de pós-graduação, 26,2% dos discentes de graduação, 46,53% dos professores e 50,66% dos técnico-administrativos avaliaram as instalações como insuficientes. Vale

observar que tal item ainda apresenta expressivos índices de insatisfação e, portanto, merece ser pesquisado e compreendido para que providências sejam tomadas.

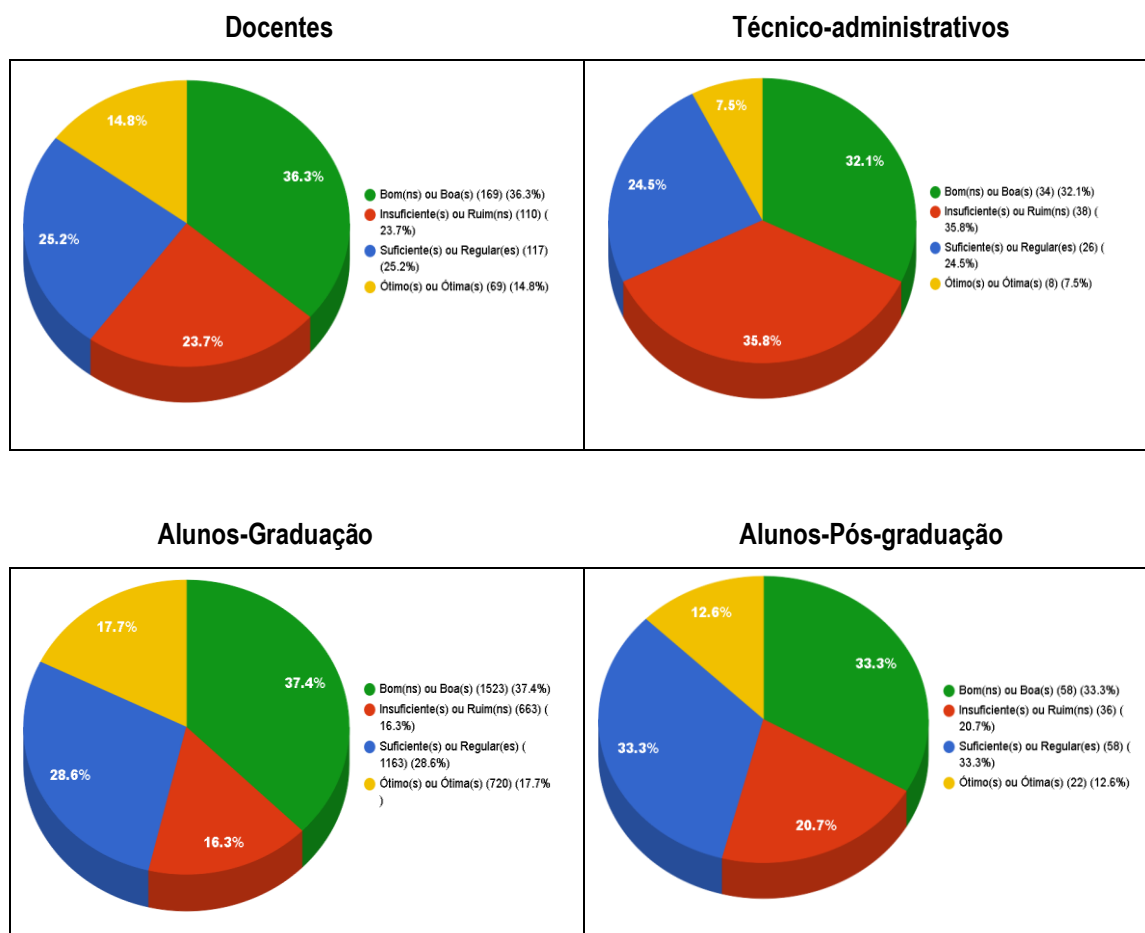
➡ A coleta de materiais recicláveis realizada no seu *campus* pode ser avaliada como...



Em todos os segmentos as maiores fatias corresponderam a uma avaliação boa e suficiente da coleta de materiais recicláveis realizada no *campus*. A avaliação mais positiva ocorreu por parte dos alunos. A parcela insatisfeita foi equivalente a 34,9% dos técnico-administrativos, 19,4% dos docentes, 11,2% dos alunos de graduação e 9,8% dos discentes de pós-graduação.

Na avaliação realizada em 2016 grande parte dos respondentes julgou tal quesito como bom e suficiente também. Já a parcela de insatisfeitos foi de 28,38% dos técnico-administrativos, 21,92% dos docentes e 15,38% dos alunos de graduação. Cabe ressaltar que os alunos de pós-graduação não responderam essa pergunta na ocasião.

⇒ A divulgação das ações implementadas e dos resultados do projeto da Coleta Seletiva Solidária pode de ser avaliada como...



O equivalente a 35,8% dos técnico-administrativos, 23,7% dos professores, 20,7% dos discentes de pós-graduação e 16,3% dos alunos de graduação avaliaram de forma insuficiente a divulgação das ações implementadas e dos resultados do projeto da Coleta Seletiva Solidária. Assim, a maior parte dos respondentes indicou uma avaliação boa, suficiente ou ótima do quesito. Novamente a avaliação mais positiva ocorreu por parte dos alunos. No entanto, o índice de insatisfação, principalmente dos técnicos, mostra que ainda é necessário intensificar a divulgação das ações e dos resultados referentes ao projeto.

Na avaliação realizada em 2016 grande parte dos respondentes também julgou tal quesito como bom, suficiente ou ótimo. Já a parcela de insatisfeitos foi de 34,93% dos técnico-administrativos, 30,87% dos docentes e 21,58% dos alunos de graduação. Cabe ressaltar que os alunos de pós-graduação não responderam essa pergunta na ocasião.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na última avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Muitas atividades são desenvolvidas em relação à responsabilidade social, o que contribui para a imagem positiva da Instituição perante a comunidade interna e externa. Destacam-se, nesse sentido, as iniciativas do protagonismo estudantil como: ENACTUS CEFET/RJ, projeto que tem como principal objetivo empoderar pessoas e comunidades, transformando suas vidas e aumentando suas rendas; a CEFET Jr Consultoria, que visa possibilitar a realização de ações voltadas para o desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos, capazes de se constituírem em soluções para as demandas do mundo produtivo e da sociedade; além do Centro de Memória do CEFET que objetiva tornar evidente a história da Instituição e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país; as Incubadoras ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis de base social e a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas; a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), que integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), cujo principal objetivo é socializar a produção científico-acadêmica do CEFET/RJ para a público interno e externo.

Sobre inclusão social destaca-se o NAPNE, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade. Com relação aos programas acessíveis que a Instituição disponibiliza estão:

- NVDA: leitor de telas gratuito, que permite aos cegos e deficientes visuais utilizarem computadores com Microsoft Windows;
- DOSVOX: conjunto de programas que permite que as pessoas cegas utilizem um computador para desempenhar uma série de tarefas com mais independência;
- VLIBRAS: Traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Libras, tornando os computadores acessíveis para pessoas surdas.
- Microsoft Speech Platform e Sintetizador de voz Microsoft Heloisa: pacote de linguagem em português do Brasil, que melhora substancialmente a qualidade dos sintetizadores de voz do NVDA, DOSVOX e do Windows.
- Microsoft Teams: possui ótimos recursos de acessibilidade, podendo atender, por exemplo, deficientes visuais e deficientes auditivos.

O NEAB Cefet/RJ se apresenta como observatório de questões étnico-raciais e espaço de atuação da comunidade do Cefet/RJ no sentido de incentivar, apoiar e promover políticas de ações afirmativas, cuja proposta principal é articular e promover atividades de estudos, ensino, pesquisa e extensão relacionados a temáticas concernentes à população negra, à cultura afro-brasileira e africana, às diásporas africanas, como também ao cumprimento da Lei nº 10.639/03. O Cefet/RJ foi um dos primeiros membros da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) a criar um Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB), em 2008, aberto à participação de docentes e alunos dos níveis médio/técnico e superior. Atualmente há mais de oitenta núcleos afro-brasileiros existentes em Instituições públicas de ensino superior no Brasil.

As ações da IES no sentido da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural são perceptíveis e estão contempladas nas diretrizes institucionais sendo adequadamente implantadas e acompanhadas, destacando-se o Programa Turma Cidadã, com o objetivo de implantar uma cultura de responsabilidade socioambiental na ambiência da IES, através de ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional. Vale mencionar o projeto Sala Verde, que o CEFET/RJ participa desde 2018, conhecido como Observatório de Iniciativas Sustentáveis. Este projeto tem como objetivo demonstrar a importância da sustentabilidade nas ações e iniciativas desenvolvidas nas dimensões que envolvem o processo educativo – ensino, pesquisa e extensão – da instituição de ensino. Convém registrar aqui a existência da Coleta Seletiva Solidária, que traz inúmeros benefícios ambientais, sociais e econômicos.

A Instituição possui uma imagem positiva na sociedade, amparada pelos resultados em termos da empregabilidade que proporciona aos seus alunos. A comunidade interna, em linhas gerais, possui autoestima elevada nesse aspecto. A Instituição convive bem com as diferenças, constituindo, assim, um ambiente de tolerância e boa convivência.

b.2) Fragilidades

A acessibilidade e as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais são questões que ainda merecem atenção.

Apesar da boa avaliação com relação ao acompanhamento dos egressos, ainda é necessário um trabalho estatístico nesse sentido. A DIGES, por meio do Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN), tem procurado atuar nesse sentido, coletando informações por meio de um questionário disponibilizado no portal. Muitas informações podem ser coletadas a partir da Associação de Ex-Alunos do CEFET/RJ e Escola Técnica Nacional - ETN.

c) Ações com base na análise

Ampliar os programas de assistência social, pesquisando quais são as necessidades percebidas pelos alunos como fundamentais. Ampliar as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Acompanhar a implementação do método de acompanhamento de egressos.

3.3 – Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.3.1 – Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

a) Principais Aspectos Avaliados

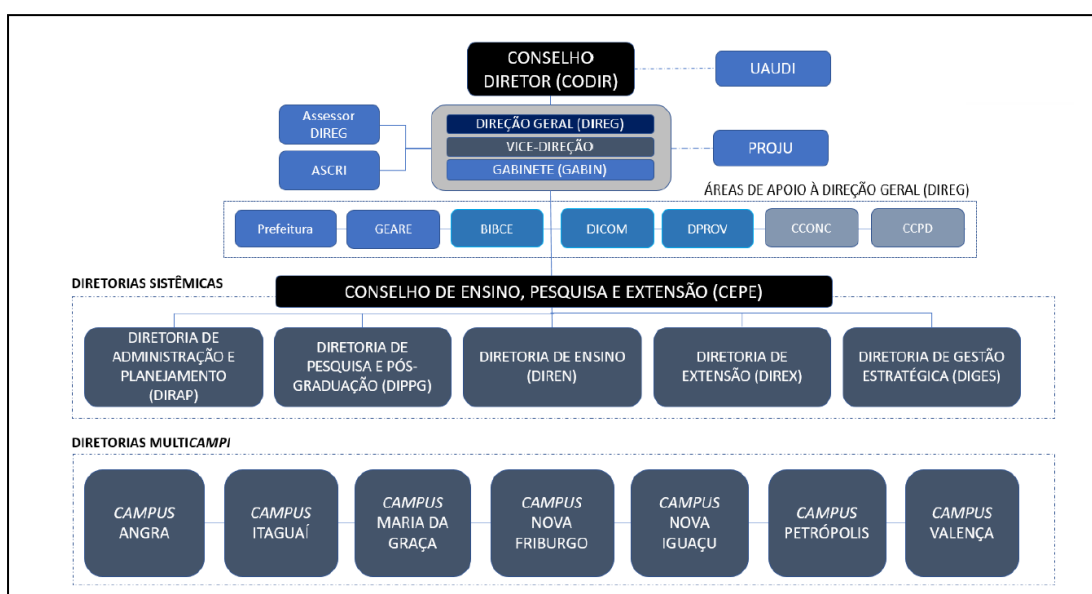
ENSINO – GRADUAÇÃO

a.1) Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

a.2) Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.

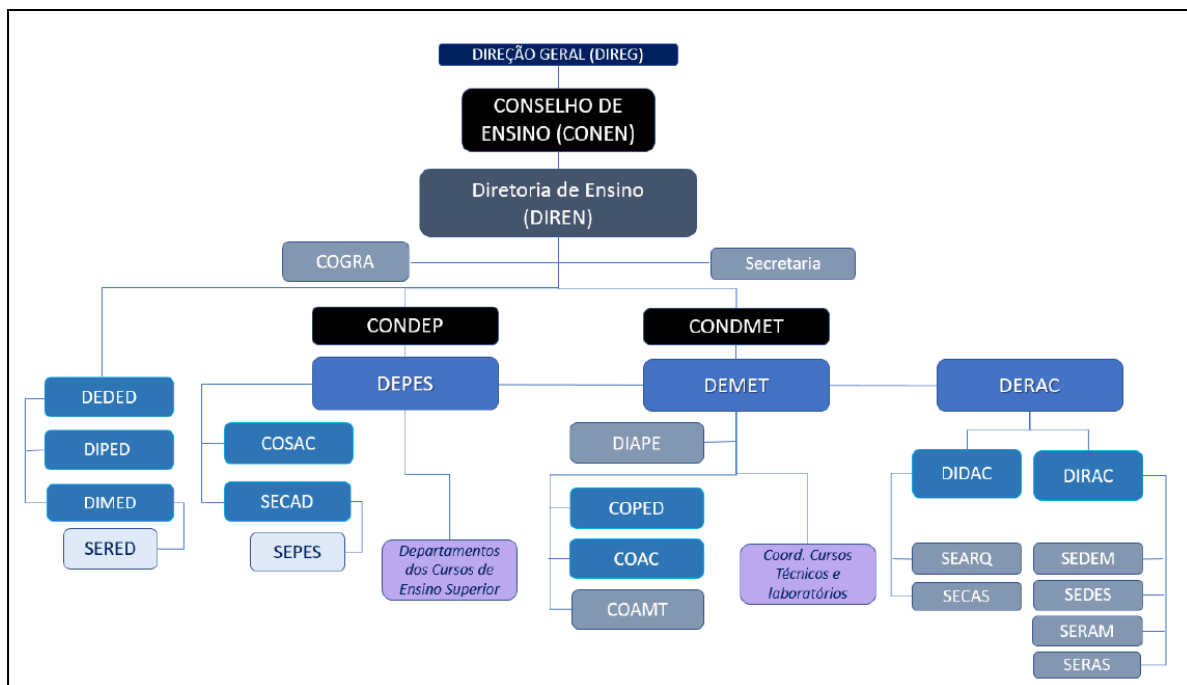
Embora o foco desta avaliação seja o ensino superior, não se pode esquecer que o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ é uma Instituição diferenciada que atua nos três níveis de ensino: educação profissional técnica e ensino médio, graduação e pós-graduação.

A DIREN (Diretoria de Ensino) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino no CEFET/RJ, devendo estar articulada com as atividades de pesquisa e extensão, conforme disposto no Estatuto da Instituição. Na estrutura de uma Universidade, a DIREN seria equivalente à Pró-Reitoria de Ensino. Os organogramas do sistema CEFET/RJ e da DIREN são ilustrados a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Organograma Principal do CEFET/RJ



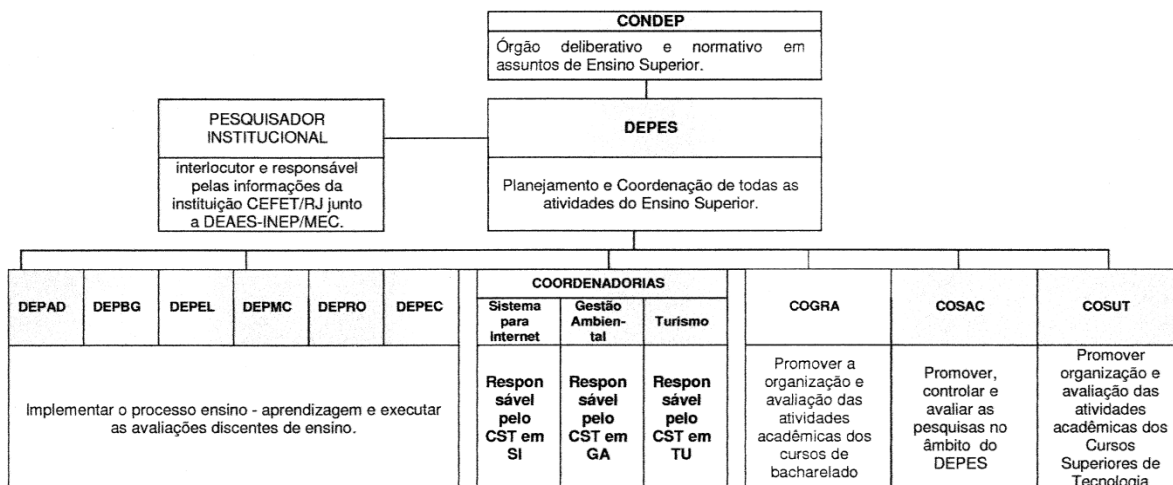
Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016 (adaptado). DIGES, 2017.

Organograma Funcional da DIREN

Os organogramas anteriores não serão detalhados nesse momento, embora alguns setores pertinentes sejam mencionados nessa dimensão. Foram utilizadas cores para classificação dos CDs e FGs envolvidos: Conselhos (preto n/a); diretor geral CD2 (azul marinho); diretorias sistêmicas, diretorias de *campus* CD3 (cinza escuro); chefes de departamento, assessorias da direção geral e correlatos CD4 (azul).

O DEPEP é um órgão executivo da Diretoria de Ensino que, até o primeiro semestre de 2011, contava com um Conselho Departamental (CONDEP) e três coordenações: a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e a COSUT (Coordenadoria dos Cursos Superiores de Tecnologia), conforme ilustrado no organograma a seguir. As siglas dos departamentos ilustrados correspondem a: DEPAD (Departamento de Educação e Administração Industrial), DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais), DEPEL (Depto. de Engenharia Elétrica), DEPMC (Depto. de Engenharia Mecânica), DEPRO (Depto. de Engenharia de Produção) e DEPEC (Depto. de Engenharia Civil).

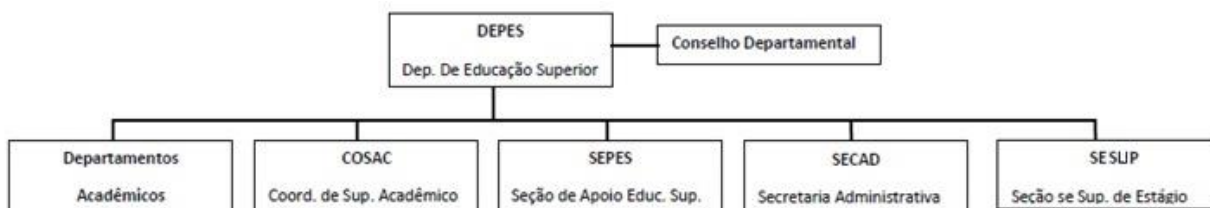
Até o primeiro semestre de 2011, o DEPEP era um órgão sistêmico, apoiando todas as Unidades com cursos de graduação, no caso Maracanã, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Itaguaí. As áreas em que todas as unidades atuam estão representadas no organograma, a não ser as licenciaturas, que não estão indicadas. A partir do segundo semestre de 2011, o DEPEP passou a atuar apenas no Maracanã. A DIREN manteve seu caráter sistêmico, continuando a atuar em todas as Unidades.



Organograma Funcional do Departamento de Educação Superior (até 1º sem/2011)

Em julho de 2014, o DEPBG (Deppto. de Disciplinas Básicas e Gerais) do Maracanã foi desmembrado em 3 departamentos: o Departamento de Matemática, o Departamento de Física e o Departamento de Ciências Aplicadas. Em agosto de 2014, o DEPEL, Depto. de Engenharia Elétrica do Maracanã, que contemplava 4 cursos, (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Telecomunicações) passou a ter 4 departamentos. Os últimos cursos superiores criados na Sede foram o curso de Engenharia Ambiental (2016.2) e o curso de Física (2018.2).

A estrutura atual de apoio do DEPES, contempla a SECAD (Secretaria Administrativa), a SEPES (Seção de Apoio a Educação Superior, antigo COLAN), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e SESUP (Seção de Supervisão de Estágio), conforme o fluxograma a seguir.

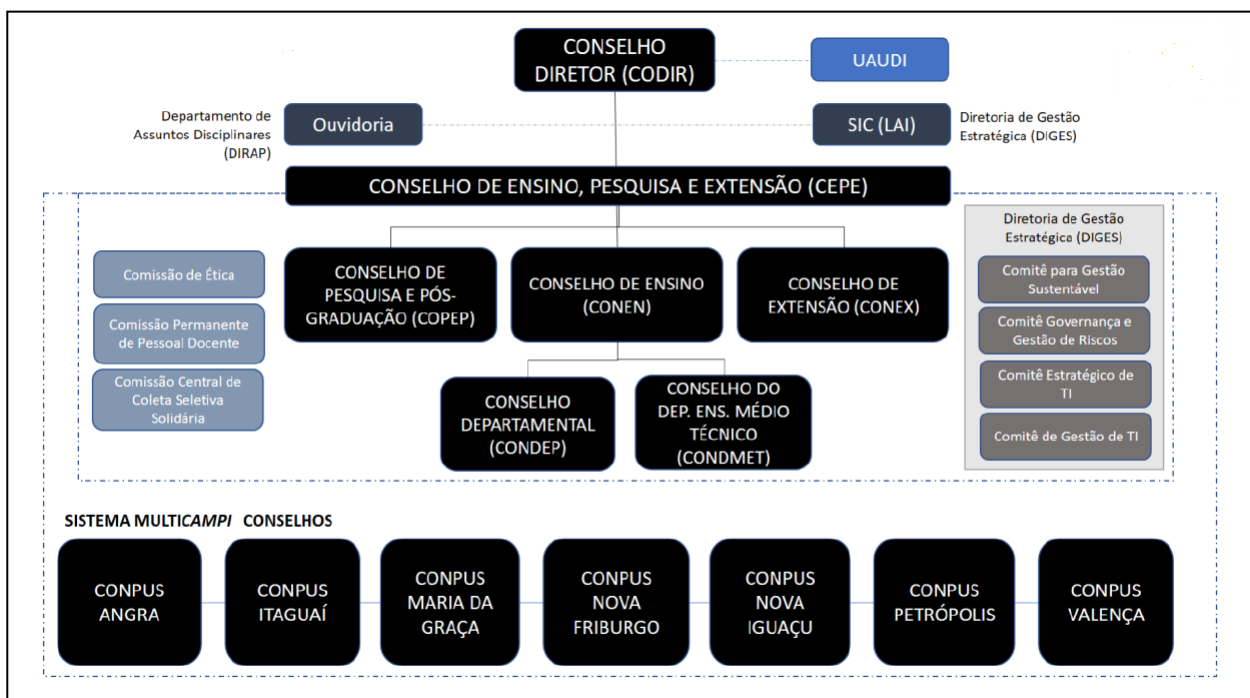


Organograma Funcional atual do Departamento de Educação Superior

A COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação) atualmente está ligada diretamente a DIREN, conforme ilustrado no respectivo diagrama, mantendo sua função de apoio ao Sistema CEFET/RJ, da época em que o DEPES era sistêmico. Desta forma, a COGRA apoia a DIREN em atividades sistêmicas como o censo, processos de avaliações de curso e de avaliação institucional, processos de transferência de alunos, processos de mobilidade, entre outras atividades. Como se pode verificar, muitas dessas atividades são de apoio ao PI, Pesquisador Institucional.

A figura do Pesquisador Institucional (PI) surgiu com a Portaria Nº 46, de 10 de janeiro de 2005, atendendo a necessidade do Ministério da Educação da existência de um interlocutor entre as IES e o ministério. Com a Portaria Normativa Nº 23, de 1 de dezembro de 2010, que deu nova redação a Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007, o PI passou a ser denominado Procurador Educacional Institucional. O PI, entre outras atribuições, é o responsável pelas informações inseridas anualmente no Censo da Educação Superior, conforme o artigo 4º dessa mesma Portaria: “As Instituições de Educação Superior deverão designar um Pesquisador Institucional para ser o interlocutor e responsável pelas informações da instituição junto a DEAES-INEP”.

A política de ensino no CEFET/RJ é estabelecida de forma coletiva e democrática, através da discussão em seus colegiados de cursos e conselhos ligados à atividade acadêmica. Até o primeiro semestre de 2011, em nível sistêmico, havia as seguintes instâncias de decisão colegiada: Conselho de Extensão (CONEX), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), Conselho Departamental (CONDEP), Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET), Conselho de Ensino (CONEN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Diretor (CODIR). A partir do segundo semestre de 2011, o CONDMET e CONDEP passaram a não ser mais sistêmicos e as instâncias passaram a ser as representadas no organograma a seguir:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

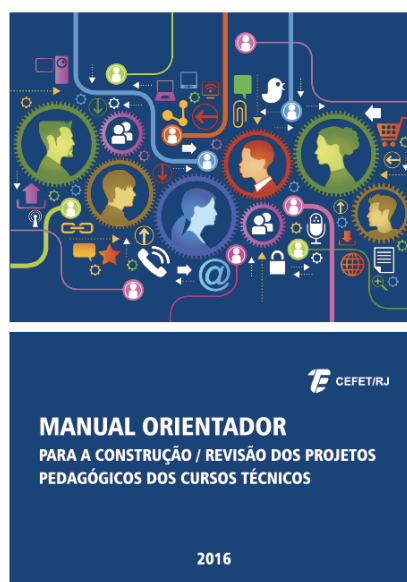
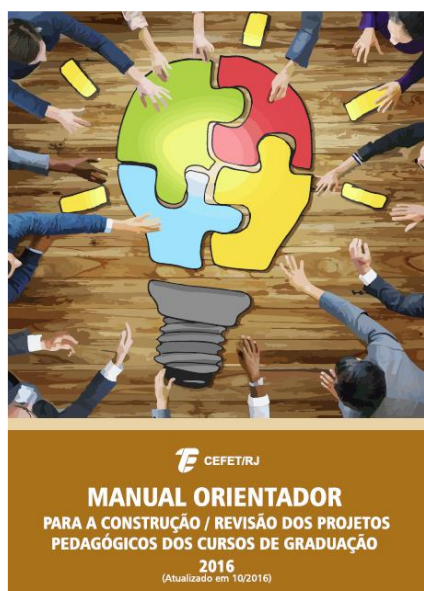
No organograma anterior, foi utilizada a sigla CONPUS para cada Conselho de Unidade. A estrutura dos Conselhos pode ser consultada na Dimensão 6, “Estrutura de Órgãos Colegiados”.

Os objetivos para o ensino traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Norteadas pelo princípio da verticalização do ensino, a Instituição desde sempre assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação às suas Unidades fora da Sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, onde implantou cursos de Engenharia a partir das primeiras iniciativas de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense, participando, com a UFF e a UFRRJ, do Consórcio de Instituições Federais de Educação Superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nas cidades-polo de Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, com a inauguração das novas Unidades, também chegou com cursos dessa natureza, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita.

Nesse contexto, cabe citar a Resolução Nº 10/2016 do Conselho Diretor (CODIR), de 18/03/2016, que aprova as normas propostas pela Direção de Ensino para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ. Esse instrumento propõe que a abertura de um curso passe por duas etapas principais: a elaboração do Projeto de Abertura do Curso (PAC) e a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Ambos documentos são elaborados levando em conta a legislação pertinente e os indicadores do MEC vigentes para um curso de qualidade e estão em consonância com o PPI e o PDI. Com relação ao PAC, antes de tudo é essencial que a apresentação desse permita às instâncias de apreciação uma avaliação completa, clara e objetiva tanto da proposta quanto da sua pertinência, relevância, propriedade e adequação aos aspectos legais, aos objetivos e preceitos institucionais da universidade, assim como das condições já existentes e das necessárias para viabilizar a implementação do novo curso. As normativas foram desenvolvidas com a intenção de evitar a ocorrência de lacunas que possam prejudicar a análise dos processos e imprimir maior agilidade à tramitação das propostas de criação de cursos, facilitando a elaboração dos projetos pedagógicos e a montagem dos respectivos processos. Cabe ressaltar que a Direção de Ensino, em quaisquer das fases de elaboração das propostas de curso ou mesmo de montagem dos processos, coloca a sua equipe à disposição para assessoramento no que for necessário ou desejado.

Ao desenvolver ou atualizar o projeto pedagógico de curso deve-se consultar os documentos ilustrados a seguir, citados na própria normativa e elaborados pela Direção de Ensino, com o apoio da equipe pedagógica.



Manuais orientadores para a elaboração e construção dos PPCs do CEFET/RJ.

Em 2019, o CEFET/RJ oferecia na Educação Superior os seguintes cursos de graduação, com início nas datas indicadas:

Sede - Maracanã

Três cursos de graduação na modalidade bacharelado, sendo onze presenciais e um a distância. Bacharelados presenciais: Engenharia Mecânica (1979.1), Engenharia Elétrica (1979.1), Engenharia Eletrônica (1979.1), Engenharia de Telecomunicações (1979.1), Engenharia de Produção (1998.1), Administração (1998.1), Engenharia de Controle e Automação (2005.2), Engenharia Civil (2007.2), Ciência da Computação (2012.2), Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1), Engenharia Ambiental (2016.2) e Física (2018.2). Bacharelados EAD (semipresenciais): Engenharia de Produção (2015.1). Três cursos de graduação na modalidade superior de tecnologia, sendo dois presenciais e um a distância. Superiores de Tecnologia presenciais: Tecnólogo em Gestão Ambiental (1998.1) e Tecnólogo em Sistemas para Internet. (1998.1). Ambos em processo de extinção em virtude da criação dos cursos de engenharia ambiental e ciência da computação. Superiores de Tecnologia EAD (semipresenciais): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2012.1).

Campus Maria da Graça

Um curso de graduação presencial na modalidade bacharelado: Sistemas de Informação (2018.2)

Campus Nova Iguacu

Três cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Controle e Automação (2004.2), Engenharia de Produção (2005.2) e Engenharia Mecânica (2014.1).

Campus Nova Friburgo

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Sistemas de Informação (2014.1) e Engenharia Elétrica (2015.2). Um curso de graduação presencial na modalidade licenciatura: Licenciatura em Física (2008.2). Um curso de graduação presencial na modalidade superior de Tecnologia: Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Campus Petrópolis

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Computação (2014.1) e Turismo (2015.1). Um curso de graduação presencial na modalidade licenciatura: Licenciatura em Física (2008.2). Um curso de graduação presencial na modalidade superior de Tecnologia: Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2). Esse último em processo de extinção em virtude da criação do curso de Engenharia de Computação.

Campus Itaguaí

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia Mecânica (2010.1) e Engenharia de Produção (2015.1).

Campus Angra dos Reis

Três cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia Mecânica (2013.2), Engenharia Metalúrgica (2015.1) e Engenharia Elétrica (2016.1).

Campus Valença

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Alimentos (2014.1) e Administração (2015.1).

A Tabela a seguir sintetiza os cursos de graduação oferecidos pelo CEFET/RJ.

HABILITAÇÃO	Modalidade	Duração	Unidade(s)	Implantação	Obs.
1-Administração	Bacharelado	8 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		8 sem	Valença	2015.1	Presencial
2-Ciência da Computação	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2012.2	Presencial
3-Engenharia Ambiental	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2016.2	Presencial
4-Engenharia Civil	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2007.2	Presencial
5-Engenharia de Alimentos	Bacharelado	10 sem	Valença	2014.1	Presencial
6-Engenharia de Computação	Bacharelado	10 sem	Petrópolis	2014.1	Presencial
7-Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2005.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2004.2	Presencial
8-Engenharia de Produção	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2005.2	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2015.1	Presencial
		10 sem	Maracanã	2015.1	Semipresencial
9-Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
10-Engenharia Elétrica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Nova Friburgo	2015.2	Presencial
		10 sem	Angra	2016.1	Presencial
11-Engenharia Eletrônica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
12-Engenharia Mecânica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2010.2	Presencial
		10 sem	Angra	2013.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2014.1	Presencial
13-Engenharia Metalúrgica	Bacharelado	10 sem	Angra	2015.1	Presencial
14-Física	Licenciatura	9 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
		9 sem	Petrópolis	2008.2	Presencial
	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2018.2	Presencial
15-Gestão de Turismo	Tecnológico	6 sem	Maracanã	2012.1	Semipresencial
		6 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
16- Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2014.1	Presencial
17-Sistemas de Informação	Bacharelado	8 sem	Nova Friburgo	2014.1	Presencial
		9 sem	Maria da Graça	2018.2	Presencial
18-Turismo	Bacharelado	8 sem	Petrópolis	2015.1	Presencial

Nota: Não foram colocados os cursos em processo de extinção, apenas os que oferecem vagas atualmente.

Os cursos de Engenharia são ministrados em 10 períodos letivos regulares, todos com um máximo de 18 períodos. Os cursos de Administração, Ciência da Computação, Física, Línguas Estrangeiras, Sistemas de Informação (NF) e Turismo são oferecidos em 8 períodos letivos regulares, com um máximo de 14 períodos.

Os cursos de Licenciatura em Física e de Sistemas de Informação (MG) são oferecidos em 9 períodos letivos regulares, com um máximo de 16 períodos, sendo as licenciaturas ministradas no período noturno. Os Cursos Superiores de Tecnologia são oferecidos com a duração média de dois anos e meio.

Os cursos em extinção não foram apresentados na tabela anterior, no caso: Gestão Ambiental e Sistemas para Internet no campus Maracanã e Gestão de Turismo no campus Petrópolis. A Tabela a seguir apresenta os conceitos referentes ao Enade e ao CPC (Conceito Preliminar de Curso), respectivamente.

Conceito Enade | Conceito Preliminar de Curso - CPC

Habilitação		Campus	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
01	Administração	Maracanã		5			4	4			4	3			5	4		
		Valença												---			4	4
02	Ciência da Computação	Maracanã										---			4	4		
03	Engenharia Ambiental	Maracanã													---		---	
04	Engenharia Civil	Maracanã				S	S					4	3		4	3	5	4
05	Engenharia de Alimentos	Valença										---			---		4	4
06	Engenharia de Computação	Petrópolis										---			---		4	4
07	Engenharia de Controle e Automação*	Maracanã	S			4	4		N	N		3	3		3	3	3	3
		Nova Iguaçu	---			5	4		3	3		3	3		3	3	3	4
08	Engenharia de Produção	Maracanã	4			4	4		3	3		4	3		4	4	4	4
		Maracanã EAD													---		5	5
		Nova Iguaçu	---			S	S		4	3		3	3		4	3	4	4
		Itaguaí													---		5	5
09	Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	4			3	3		3	3		3	3		3	3		
10	Engenharia Elétrica	Maracanã	2			3	3		2	2		3	3		3	3	3	3
		Nova Friburgo													---		3	4
		Angra dos Reis													---		---	---
11	Engenharia Eletrônica	Maracanã	2			3	3		2	2		3	3		3	3		
12	Engenharia Mecânica	Maracanã	4			3	3		2	2		3	3		4	3	4	3
		Nova Iguaçu										---			---		4	3
		Itaguaí							---			4	-		4	3	4	3
		Angra dos Reis										---			4	4	4	4
13	Engenharia Metalúrgica	Angra dos Reis												---		---	---	
14	Física (Licenciatura)	Nova Friburgo				---			---			5	-		4	4		
		Petrópolis				---			---			5	-		4	4		
	Física (Bacharelado)	Maracanã																
15	Gestão Ambiental (em extinção)	Maracanã						5	4			4	3		4	3	5	4
16	Gestão de Turismo	Maracanã EAD								---			---					
		Nova Friburgo					S	S			---		---					
		Petrópolis (em ext)					S	S			---		---					
17	Línguas Estrangeiras Apl. às N.I.	Maracanã																
18	Sistemas de Informação	Nova Friburgo										---			5	5		
		Maria da Graça																
19	Sistemas para Internet (em extinção)	Maracanã	---			---			---			---			---			
20	Turismo	Petrópolis														5	4	

Nota: A tabela apresenta os conceitos do Enade e CPC, respectivamente. Os resultados do CPC iniciam a partir de 2008, quando foi criado o conceito (2007/2008).

Cor amarela: indica que o curso ainda não havia sido criado naquele período.

Cor cinza, sem pontilhado: indica que o curso não foi avaliado naquele período.

Pontilhado (---): indica que embora houvesse avaliação da área do curso, naquele período, este não participou porque estava nos períodos iniciais ou outro motivo.

Traço (-): indica que não foi gerado CPC em virtude das regras, como Portaria de Reconhecimento ainda não publicada, mesmo o curso possuindo o conceito do Enade.

S: sem conceito, em virtude de não haver concluintes (curso recém-criado, por exemplo) ou outro motivo, como haver apenas 1 concluinte.

N: Alunos fizeram o Exame, porém a Portaria de Reconhecimento ainda não havia sido publicada até a data de corte estipulada.

*: Com relação ao Enade 2011 dos Cursos de Engenharia de Controle e Automação, ocorreu uma inversão dos resultados entre os campi. Esta listagem está correta.

Observar os reflexos do boicote ocorrido em 2011, ente os cursos da elétrica, em virtude da demora da entrega de alguns laboratórios.

O conceito Enade é um indicador de qualidade calculado atualmente a partir dos desempenhos dos concluintes dos cursos de graduação no Enade. Tal conceito varia de 1 a 5 e é resultante da média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral (25%) e no Conhecimento Específico (75%). Pode-se observar pelo histórico de resultados que os conceitos de forma geral vêm melhorando, resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Instituição. Seguem algumas observações que devem ser consideradas.

Em 2005, o curso de Engenharia Elétrica do CEFET/RJ submetido ao ENADE possuía três ênfases, eletrônica, eletrotécnica e telecomunicações, que mais tarde resultaram em três cursos. Em relação aos cursos de Engenharia Elétrica com Ênfase em Eletrônica e Eletrotécnica, é preciso que se registre um fato que redundou em prejuízo dos resultados naquela ocasião. No encaminhamento das provas, de responsabilidade do INEP, os alunos do curso com Ênfase em Eletrônica receberam os cartões de resposta com o código e o nome da Ênfase em Eletrotécnica. A consequência foi uma avaliação distorcida, uma vez que, frente à identidade do seu curso, muitos responderam à prova de Eletrônica, não tendo sido consideradas as respostas do correspondente gabarito; e, aqueles que responderam às questões de Eletrotécnica não tiveram o melhor desempenho, já que os assuntos da prova eram diferentes dos da ênfase de formação do seu curso. Isso impactou na média de desempenho dos alunos dos dois cursos. À época da prova, o fato foi imediatamente comunicado ao INEP, com vistas a que o grupo prejudicado tivesse nova oportunidade de avaliação, o que não ocorreu.

Em 2011, parte dos estudantes realizaram um boicote, que, infelizmente, provocou consequências sobre os resultados. Pelo que pôde ser apurado, isso se deu em virtude da demora na instalação de alguns laboratórios que haviam sido comprados. O processo de compra e instalação de laboratórios é algo demorado, pois envolve licitação e instalação com pessoal especializado. Os três cursos que ficaram sob medida cautelar receberam a visita de especialistas do MEC, em 2014, e obtiveram os seguintes conceitos: Engenharia Elétrica: conceito 3, Engenharia Mecânica: conceito 4, e Engenharia Eletrônica: conceito 4. Tais conceitos confirmaram a qualidade dos cursos e a seriedade do trabalho desenvolvido.

Em 2014, os cursos de engenharia elétrica, engenharia eletrônica, engenharia de telecomunicações e engenharia de controle e automação do Maracanã foram enquadrados na engenharia elétrica para a realização das provas, o que era uma opção. O curso de engenharia de controle e automação do *campus* Nova Iguaçu foi enquadrado na mesma categoria do curso, engenharia de controle e automação, o que também era possível. Em 2019, os cursos de engenharia eletrônica e de engenharia de telecomunicações não estavam entre os cursos de engenharia indicados para realizar o ENADE, conforme consta na Portaria nº 828 de 16 de abril de 2019 e pode ser observado na tabela anterior.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e é divulgado anualmente. Tal conceito é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores fazem visitas *in loco* para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. Os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos

no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente. Os cursos com CPC=3 são aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Cursos com conceito 5 são cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país.

O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o questionário socioeconômico, e do Cadastro de Docentes

Com o tempo, o cálculo do CPC vem sofrendo algumas alterações, conforme ilustrado na tabela a seguir. Em 2011, ocorreram alterações no cálculo do CPC, assim como os pesos envolvidos. Estas alterações podem ser consultadas na Nota Técnica Nº 029 de 15 de outubro de 2012. Esta Nota Técnica apresenta os estudos realizados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP para definir o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2011, uma vez que foi necessário promover uma adaptação ao modelo utilizado até 2010. A Nota Técnica Nº 70 de 15 de outubro de 2014 apresenta as alterações na forma de utilização dos insumos do questionário do estudante (Enade) no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) de 2013.

Até a edição de 2014, o Conceito Enade (CE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) eram calculados para cada Unidade de Observação, constituída pelo conjunto de cursos que compõem uma área de avaliação específica do Enade, de uma mesma IES em um determinado município. A partir da edição 2015, o CE e o CPC passaram a ser calculados para cada curso de graduação avaliado, conforme enquadramento realizado pela IES em uma das áreas de avaliação, ou seja, por código de curso. Essa mudança foi regulamentada pela Portaria Normativa MEC Nº 23/2016, artigo 33-B, que altera a Portaria Normativa MEC Nº 40/2007: “O CE e o CPC serão calculados por código de curso constante no sistema e-MEC para os cursos com estudantes concluintes participantes no ENADE.”

Segundo o Manual dos Indicadores de Qualidade, publicado pelo MEC/INEP/SINAES/DAES, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às Instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados médios obtidos pelos concluintes das demais Instituições que possuem estudantes ingressantes de perfil semelhante ao seu. Para tanto, o IDD, como o próprio nome já diz, é resultante da diferença entre o desempenho médio obtido no Enade pelos estudantes concluintes de um curso e o desempenho médio que era esperado para esses mesmos estudantes, dadas as informações existentes sobre o perfil dos ingressantes desse curso.

Assim, o IDD afere o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem. A partir de 2014, o cálculo do IDD passou a ocorrer para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, a partir da vinculação dos resultados dos exames pelo CPF do estudante.

DESEMPENHOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO desde 2013
percepção dos alunos	(NC) –Nota dos concluintes no Enade Origem: Enade	15%	20%	20%
	(NI) - Nota dos ingressantes no Enade	15%	---	---
cadastro de docentes	(NIDD) - Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado Origem: Enem, Enade e Questionário do Estudante do Enem e Enade	30%	35%	35%
SUBTOTAL - DESEMPENHOS		60%	55%	55%
INSUMOS e PROCESSOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO desde 2013
percepção dos alunos	(NF) –Nota Infraestrutura e equipamentos: aulas práticas: “Os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	5,0%
	(NO) - Nota Recursos didático-pedagógicos: “Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos:objetivos; metodologias de ensino e critérios de avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	7,5%
	(NA) – Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional) Origem: Questionário do Estudante do Enade	---	---	2,5%
cadastro de docentes	(ND) - Nota de professores doutores -> percentual de professores doutores no curso Origem: Censo	20%	15%	15%
	(NM) - Nota de professores mestres ->percentual de professores mestres no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
	(NR) - Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial -> percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
SUBTOTAL - INSUMOS e PROCESSOS		40%	45%	45%
TOTAL		100%	100%	100%

A portaria normativa nº 4 de 05 de agosto de 2008 regulamentou a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES. Os cursos do CEFET/RJ com CPC ≥ 3 habitualmente realizam sua renovação de reconhecimento baseada no CPC. A Portaria Normativa Nº 741, de 2 de agosto de 2018, alterou a Portaria Normativa MEC Nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. Com relação a análise dos pedidos de Renovação de Reconhecimento de Cursos de Educação Superior que foram submetidos à visita de avaliação in

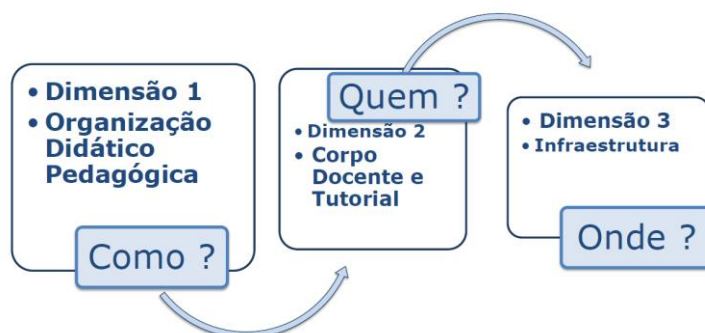
loco, para o caso de curso insatisfatório e/ou conceito insatisfatório em uma ou mais dimensões avaliadas, há sugestão de Protocolo de Compromisso. As tabelas a seguir apresentam um histórico das avaliações externas que ocorreram na IES.

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CI/CC)	Visita <i>in loco</i>
CEFET/RJ	Credenciamento Institucional para a Oferta de Educação a Distância	4	08 a 10/02/10
CEFET/RJ	Recredenciamento Institucional	3	26 a 30/09/10
CEFET/RJ	Recredenciamento Lato Sensu EAD	4	16 a 20/04/17

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CI/CC)	Visita <i>in loco</i>
Curso de Engenharia de Produção (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	26 a 28/06/08
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	14 a 17/09/11
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet* (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	3	02 a 05/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo* (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	13 a 16/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/06/12
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	24 a 27/10/12
Curso de Engenharia Civil (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/11/12
Curso de Engenharia Elétrica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	3	09 a 12/04/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	03 a 06/08/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	10 a 13/08/14
Curso de Engenharia Eletrônica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Itaguaí)	Reconhecimento de curso	4	06 a 09/03/16
Curso de Ciência da Computação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/12/16
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Angra dos Reis)	Reconhecimento de curso	3	19 a 22/03/17
Curso de Sistema de Informação (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	4	19 a 22/03/17
Curso de Gestão Ambiental (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	23 a 26/04/17
Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	5	26 a 29/04/17
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	4	18 a 21/02/18
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	19 a 22/08/18
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Nova Friburgo)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	02 a 05/12/18
Administração (Campus Valença)	Reconhecimento de curso	4	02 a 05/12/18
Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	12 a 15/12/18
Engenharia de Alimentos (Campus Valença)	Reconhecimento de curso	5	24 a 27/02/19
Engenharia Elétrica (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	4	27 a 30/03/19
Engenharia de Computação (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/11/19

As avaliações externas geram o conceito de curso (CC) e, como pode-se observar, no último ano os cursos avaliados obtiveram o conceito 4 ou 5, em uma escala de 1 a 5. Trata-se de uma avaliação bastante abrangente, onde os elementos que compõem o CC podem ser observados na figura a seguir.

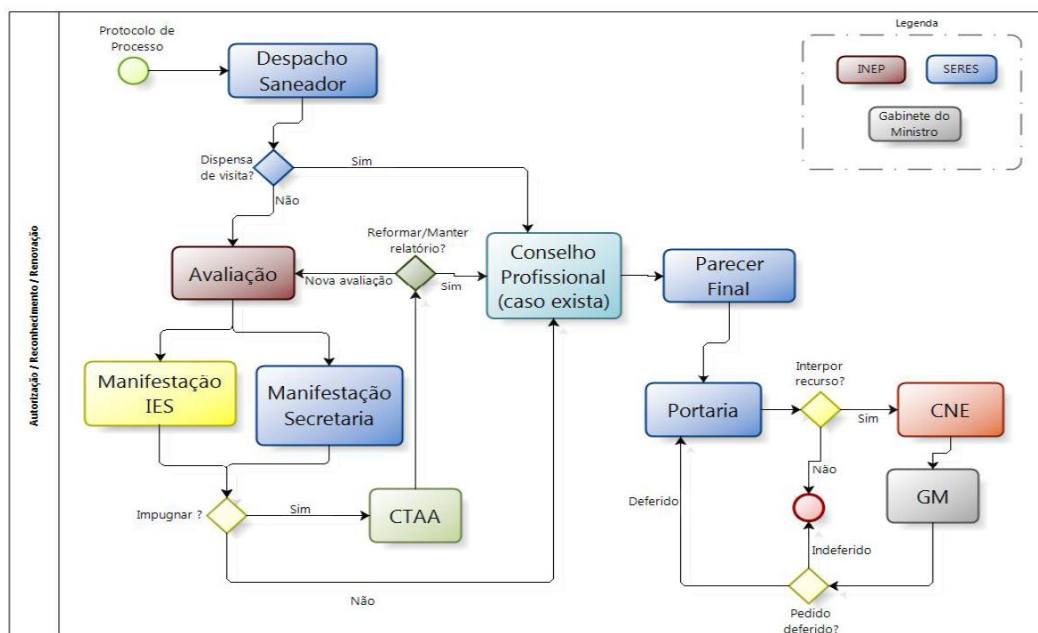
Elementos que compõem o Conceito do Curso - CC



Fonte: O Sinaes e o Enade 2016, Inep, 2016.

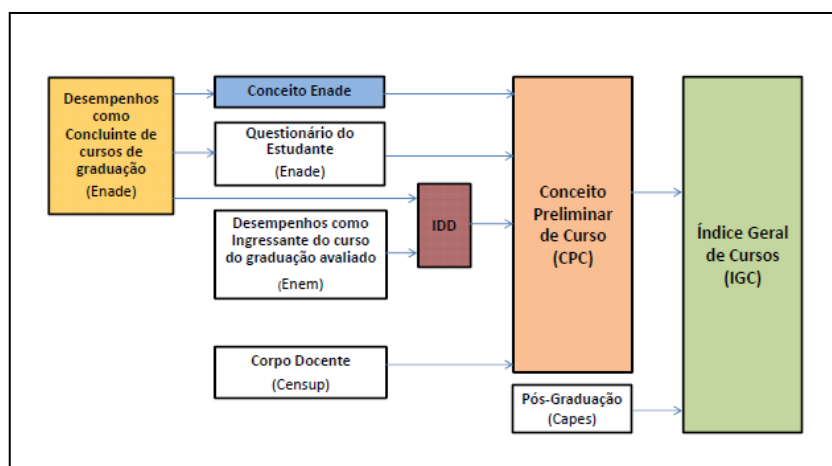
O fluxo dos processos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento podem ser observados na figura que segue.

FLUXO DOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO/REC/RR



O IGC (Índice Geral de Cursos) é um indicador de qualidade das instituições de Educação Superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso), no que se refere à pós-graduação, é utilizada a nota da CAPES. As faixas consideradas para o IGC também variam de 1 a 5.

O IGC é calculado por IES, considerando a média dos CPC's dos cursos avaliados da Instituição, no triênio de referência, ponderada pelo número de matrículas e a média dos conceitos da avaliação trienal da Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, ponderada pelo número de matrículas. A figura a seguir sintetiza os indicadores de qualidade, segundo o Inep.



Fonte: Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015, Daes/Inep, 2017.

Indicadores de Qualidade da Educação Superior

A tabela a seguir apresenta o histórico de IGC do CEFET/RJ. É importante registrar que o resultado do Enade 2011 influenciou negativamente o cálculo do CPC que envolveu particularmente esse ano, como indicado na tabela. No entanto, pode-se observar pelo IGC contínuo, que a Instituição vem melhorando significativamente os seus resultados, tendo alcançado o conceito 4 neste indicador.

IGC									
	Triênio 2005-2007	Triênio 2006-2008	Triênio 2007-2009	Triênio 2008-2010	Triênio 2009-2011	Triênio 2010-2012	Triênio 2011-2013	Triênio 2012-2014	Triênio 2013-2015
IGC (faixa)	3	3	4	4	3	3	3	3	3
IGC (cont.)	2,80	2,87	2,97	3,00	2,6553	2,4236	2,3725	2,793	2,9017
Cursos com CPC (nº)	-	7	7	8	10	10	10	11	11
Alfa (prop. graduandos)	-	-	0,9313	0,9240	0,9269	0,9197	0,8993	0,9	0,8989
Conc. Médio Graduação	-	-	2,8854	2,90	2,5405	2,2792	2,1724	2,7	2,7539
Beta (prop. mestrandos)	-	-	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,1	0,0816
Conc. Médio Mestrado	-	-	3,2431	3,24	3,2227	3,1538	3,3186	4,2	4,1476
Gama (prop. doutorandos)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0195
Conc. Médio Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	4,5	4,500

Influência do Enade 2011

IGC									
	Triênio 2014-2016	Triênio 2015-2017	Triênio 2016-2018	Triênio 2017-2019	Triênio 2018-2020	Triênio 2019-2021	Triênio 2020-2022	Triênio 2021-2023	Triênio 2022-2024
IGC (faixa)	3	4	4	4	--	--	--	--	--
IGC (cont.)	2,9285	3,1113	3,1601	3,5124	--	--	--	--	--
Cursos com CPC (nº)	11	17	19	25	--	--	--	--	--
Alfa (prop. graduandos)	0,8794	0,8708	0,8660	0,8795	--	--	--	--	--
Conc. Médio Graduação	2,7490	2,9153	2,9657	3,3881	--	--	--	--	--
Beta (prop. mestrandos)	0,0838	0,0874	0,0872	0,0762	--	--	--	--	--
Conc. Médio Mestrado	4,1229	4,2850	4,2689	4,2789	--	--	--	--	--
Gama (prop. doutorandos)	0,0367	0,0418	0,0468	0,0442	--	--	--	--	--
Conc. Médio Doutorado	4,5	4,7421	4,6933	4,6630	--	--	--	--	--

A concepção de currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos do CEFET/RJ estão respaldadas nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PPC), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e se encontram em consonância com as finalidades da IFES e com os estudos recentes sobre cada área de conhecimento. Tais cursos observam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e o conjunto da legislação pertinente ao ensino superior. As diretrizes gerais para o ensino superior do Brasil estão estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001). A organização didático-pedagógica dos cursos no que se refere aos métodos adotados, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem encontra-se descrita nos respectivos PPCs, que, como dito anteriormente, estão em consonância com o PDI. Os currículos e programas de cada curso conduzem ao perfil do egresso proposto. As atualizações curriculares são realizadas sempre que indicadas pelo MEC ou a partir de discussões e recomendações advindas de fóruns relacionados às respectivas áreas de formação, críticas e sugestões do corpo docente, expectativas do corpo discente, e demandas das empresas e da sociedade em geral.

Com relação as Diretrizes curriculares Nacionais, até 2019, os cursos de Administração obedeciam a Resolução CNE/CES 4/2005, já os cursos de Engenharia, tiveram a Resolução CNE/CES 11/2002 revogada pela Resolução CNE/CES 2/2019, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Esta última ainda está em fase de discussão junto aos respectivos NDE's e colegiados. Deve-se lembrar que a Instituição possui 20 cursos de engenharia, sendo uma das instituições que mais oferece vagas para engenharia no Estado do Rio de Janeiro. Os cursos oferecidos na área de Computação, obedecem a Resolução CNE/CES 5/2016, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. Em se tratando dos bacharelados, há ainda o curso de Turismo, que obedece a Resolução CNE/CES 13/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Turismo e dá outras providências, e o curso

de Física, que obedece a Resolução CNE/CES 9/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física. O curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, criado em 2014, não possui Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os cursos de Licenciatura em Física oferecidos têm como objetivo a formação do físico – educador, conforme o perfil especificado no parecer CNE/CES 1.304/2001 (Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física). Possuem estrutura curricular flexível, que inclui estágio supervisionado e um projeto final de cunho científico-educacional. Consideram também a Resolução CNE/CES 9/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física; o Parecer CNE/CP 2/2015, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a Resolução CNE/CP 2/2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. A Resolução CNE/CP 1/2019, alterou o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

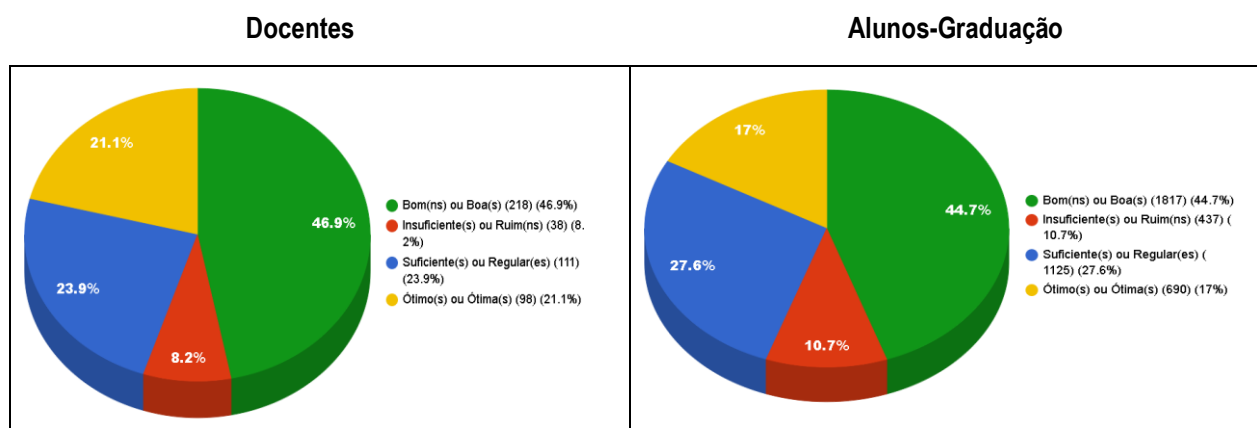
Sabe-se que os cursos superiores de tecnologia atendem a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento, em vez dos generalistas formados pelas outras modalidades do ensino superior. Seus principais atributos são o foco, a rapidez, a inserção no mercado de trabalho e a metodologia. Os cursos de tecnólogo oferecidos pela IFES estão de acordo com esta proposta. Deve-se ter atenção, pois tais cursos não são permanentes, devendo ser continuamente revistos, de acordo com as necessidades do mercado. Seus currículos devem ter flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente. Os cursos superiores de tecnologia de Gestão de Turismo do *campus* Petrópolis e de Sistemas para Internet e Gestão Ambiental da Sede foram descontinuados. Tal procedimento ocorreu em virtude da abertura dos cursos de Bacharelado de Turismo no *campus* Petrópolis e de Ciência da Computação e de Engenharia Ambiental na Sede. A metodologia aplicada em tais cursos abrange técnicas, métodos e estratégias voltadas para a aprendizagem, para o saber e o saber fazer, com propostas didático-pedagógicas voltadas para a prática. Em tais cursos, os alunos também devem realizar um estágio supervisionado e apresentar um projeto final.

Um tema que também tem sido muito discutido na Instituição envolve a Resolução CNE/CES 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014-2024 e dá outras providências.

Com relação a esta dimensão, no que se refere ao ensino, foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida. Dependendo da questão nesta Dimensão, ela pode ser aplicada tanto aos professores quanto aos alunos, especificamente aos professores ou especificamente aos alunos. Cabe lembrar que as questões propostas estão voltadas para o ensino da graduação.

Questão comum aos docentes e alunos:

➡ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

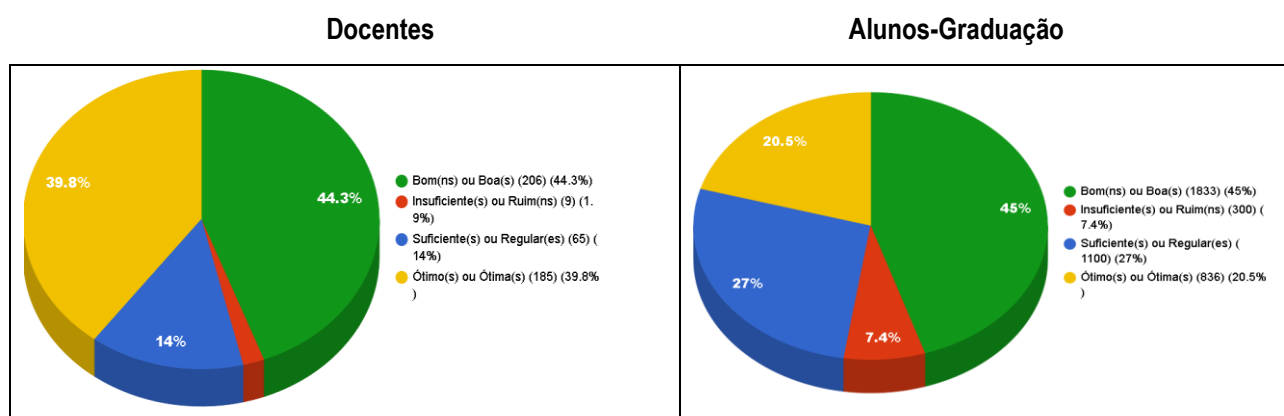


Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos. Dos 465 professores respondentes, 218 (46,9%) consideram boa a viabilização dos formandos no mercado de trabalho por parte da Instituição, 111 (23,9%) consideram suficiente, 98 (21,1%) consideram ótima e 38 (8,2%) consideram insuficiente.

Com relação aos alunos, dos 4069 respondentes, 1817 (44,7%) consideram que a viabilização dos formandos ocorre de forma boa, 1125 (27,6%) consideram suficiente, 690 (17%) consideram ótima e 437 (10,7%) consideram insuficiente.

Na avaliação realizada em 2016, obteve-se um comportamento muito semelhante ao obtido em 2019, com 9,17% de insatisfação para os docentes e 10,53% para os alunos.

➡ Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...



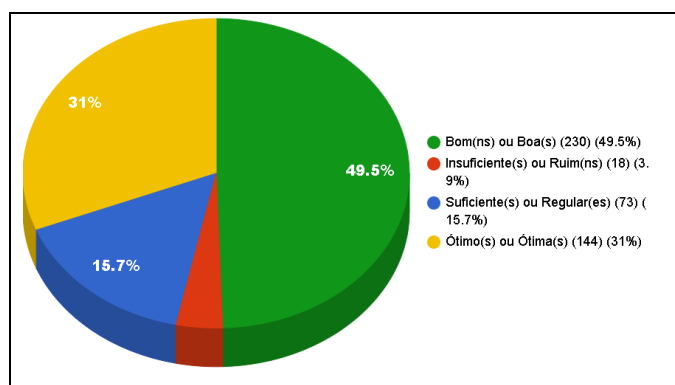
Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, principalmente por parte dos professores. Dos 465 professores respondentes, 206 (44,3%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de professores que considera que ocorre de forma ótima 185 (39,8%).

Com relação aos alunos, dos 4069 respondentes, 1833 (45%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de alunos que considera que ocorre de forma suficiente: 1100 (27%). Questão semelhante é aplicada aos estudantes no questionário do ENADE. É interessante observar como os docentes e discentes percebem esta questão, considerando que são os docentes os atores do processo neste caso, pois são eles que apresentam os planos de ensino aos alunos.

Em 2016, esse quesito foi avaliado de forma similar pelos respondentes com 220 docentes (49,22%) e 1645 (46,95%) dos alunos da graduação considerando tal item bom.

Questão específica aos docentes

➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



Com relação a este item, os docentes apresentaram um alto índice de satisfação. Considerando o universo de 465 professores respondentes, verificou-se que 230 (49,5%) consideram que a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando pode ser avaliada como boa, seguidos de 144 (31%) que avaliam como ótima, 73 (15,7%) que avaliam como suficiente e 18 (3,9%) que avaliam como insuficiente.

Na avaliação realizada em 2016, também foi obtido um alto índice de satisfação neste quesito. Na ocasião, 55,03% dos docentes respondentes consideraram esse item bom, enquanto que 5,82% dos professores julgaram tal item insuficiente. Os docentes restantes dividiram-se entre as seguintes escalas: ótima (21,92%) e suficiente (17,23%).

a.3) Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

a.4) Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A IFES busca articular teoria e prática na formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade. Para isso, os alunos são estimulados a participar de atividades com objetivo de apropriação e construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes para o exercício profissional. Entre tais atividades estão os projetos Mini-baja, Aerodesign e CEFET Jr. Consultoria. A preocupação com uma atuação profissional pautada em princípios éticos e de compromissos de cidadania, para o desenvolvimento local e regional, pode ser verificada, por exemplo, através dos programas Turma Cidadã e Enactus CEFET/RJ.

As práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos como, por exemplo, os mencionados anteriormente, assim como a iniciação científica (PIBIC), o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e as disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. A IFES incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, este último com cerca de 30 anos de vigência, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos.

Ainda nesse contexto, convém mencionar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, possuem um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de dupla-diplomação (DD). Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas, um diploma de graduação da instituição brasileira e o título de mestre, expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança.

No final de 2019, foi lançado o Edital 2019 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, onde foram oferecidas 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico. A Monitoria, nos padrões atuais, teve seu retorno, no final de 2011, com o Edital 2011 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ. O retorno da monitoria foi extremamente enriquecedor para a Instituição.

Cabe mencionar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos de construção do saber. Uma das ações do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da informação (PDTI) do CEFET/RJ é justamente usar a Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta de auxílio às atividades principais da Instituição para o aumento da qualidade e produtividade dos processos de ensino, pesquisa e

extensão. Tais tecnologias, quando bem utilizadas, enriquecem e diversificam o processo de ensino e aprendizagem. A importância deste processo foi muito bem descrita por Côrrea (2004)⁵:

A revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que possibilita a conexão mundial via rede de computadores, promove alterações significativas na base material da sociedade, ao estabelecer uma interdependência global entre os países e modificar as relações Estado-Nação e sociedade. O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de uma organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos constituídos pela identificação de interesses comuns.

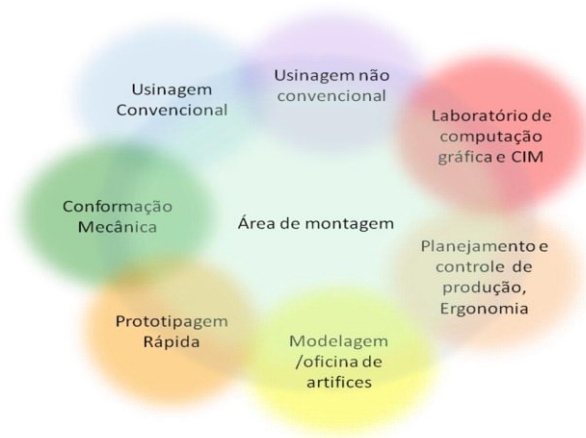
O investimento na qualidade dos cursos de graduação é feito com recursos financeiros do orçamento da Instituição, alocados em centros de custos da DIREN, do DEPES e das Unidades. Foram verificados investimentos na implantação de novos ambientes, sejam salas de aula ou laboratórios. Convém relatar que os docentes enfrentam algumas dificuldades no preenchimento do formulário de compras, o que muitas vezes causa um atraso ou impede a referida compra, uma vez que a sinalização destes erros não é imediata. Cabe citar também que a IFES apoia a participação de docentes em eventos nacionais e internacionais e projetos estudantis como os citados anteriormente.

Fábrica de aprendizagem

Está em fase de implantação na Sede, uma oficina denominada Fábrica de Aprendizagem (*Learning Factory*) cujo objetivo é transformar ideias e projetos em produtos. Este conceito é comum em algumas Universidades do Exterior, como a Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual da Pensilvânia, classificada como a 17ª melhor faculdade de engenharia dos Estados Unidos. Esta oficina poderá ser usada por alunos e professores de todos os *campi*.

Em uma oficina ou laboratório didático convencional o estudante, via de regra, realiza uma experiência ou tarefa pré-determinada segundo um roteiro dado pelo professor. Em contraste, na Fábrica de Aprendizagem não existe uma tarefa pré-determinada nem a atividade está relacionada a uma determinada disciplina. O estudante, de forma livre e em comum acordo com o professor, propõe um produto a ser fabricado. A Fábrica de Aprendizagem proporciona a infraestrutura de máquinas, equipamentos, instrumentos, materiais e orientação acadêmica para o estudante transformar o seu projeto em protótipo do produto. A área de montagem envolve os seguintes processos, presentes na ilustração a seguir, para a transformação do projeto em produto. Todas as ações são integradas e permitem uma atuação não somente multidisciplinar, mas sobretudo interdisciplinar e transdisciplinar para alcançar os resultados esperados.

⁵CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.



Segundo Fernando Cardona (2000), na visão multidisciplinar, um elemento pode ser estudado por disciplinas diferentes ao mesmo tempo, contudo, não ocorrerá uma sobreposição dos seus saberes no estudo do elemento analisado. A ideia mais correta para esta visão seria a da justaposição das disciplinas cada uma cooperando dentro do seu saber para o estudo do elemento em questão. Nesta, cada professor cooperará com o estudo dentro da sua própria ótica; um estudo sob diversos ângulos, mas sem existir um rompimento entre as fronteiras das disciplinas. A interdisciplinaridade, por sua vez, é a forma correta de se superar a fragmentação do saber instituída no currículo formal. Através desta visão ocorrem interações recíprocas entre as disciplinas. Estas geram a troca de dados, resultados, informações e métodos. A transdisciplinaridade diz respeito ao que se encontra entre as disciplinas, através das disciplinas e para além de toda a disciplina.

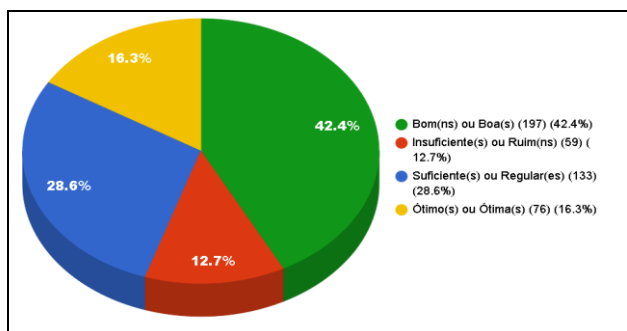
Assim, a fábrica de aprendizagem vem contribuir para a formação deste profissional do terceiro milênio, exposto a problemas cada vez mais complexos, que faz repensar o processo de ensino-aprendizagem formal.

No que se refere ao ensino e aos aspectos avaliados, foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida, apresentadas a seguir.

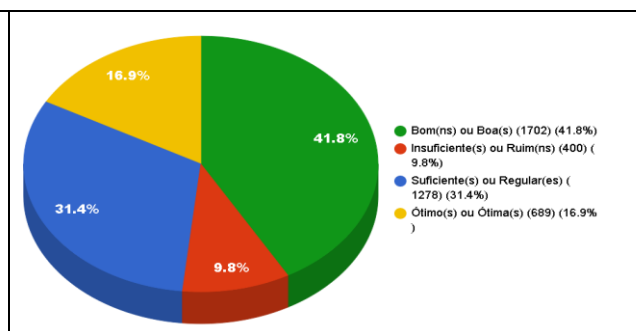
Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

Docentes



Alunos-Graduação

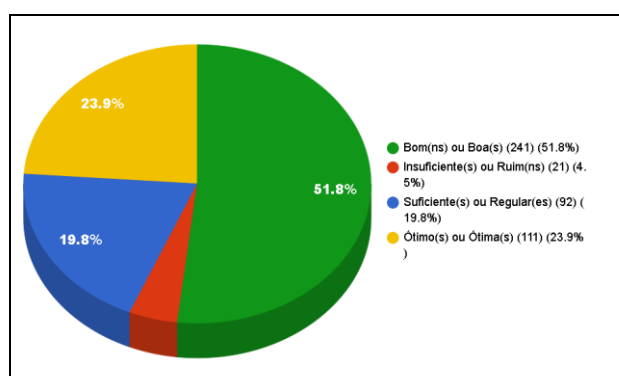


Com relação aos recursos disponibilizados pela IFES, observa-se que as fatias maiores nos dois gráficos correspondem a uma avaliação boa e suficiente de tal quesito, tanto para professores quanto para alunos. Dos 465 professores respondentes, 197 (42,4%) avaliam tal quesito como bom, 133 (28,6%) consideram suficiente, 76 (16,3%) consideram ótimo e 59 (12,7%) consideram insuficiente. Em se tratando dos alunos, num universo de 4069 estudantes, 1702 (41,8%) consideram bom, 1278 (31,4%) avaliam tal quesito como suficiente, 689 (16,9%) consideram ótimo, seguidos de 400 (9,8%) que consideram insuficiente.

Na avaliação realizada em 2016, as fatias maiores nos dois segmentos, docentes e alunos, também corresponderam às escalas boa e suficiente. Já o índice de insatisfação foi de 16,11% para os professores e 15,87% para os discentes.

Questão específica aos docentes

As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...



A maioria dos professores se mostrou satisfeita com relação a este item. Considerando o universo de professores respondentes, 465, observou-se que 241 (51,8%) consideram que as práticas pedagógicas utilizadas promovem a interação interdisciplinar e a contextualização de forma boa, 111 (23,9) consideram que tal processo ocorre de forma ótima, 92 (19,8%) consideram que acontece de forma suficiente e 21 (4,5%) consideram que o processo acontece de forma insuficiente.

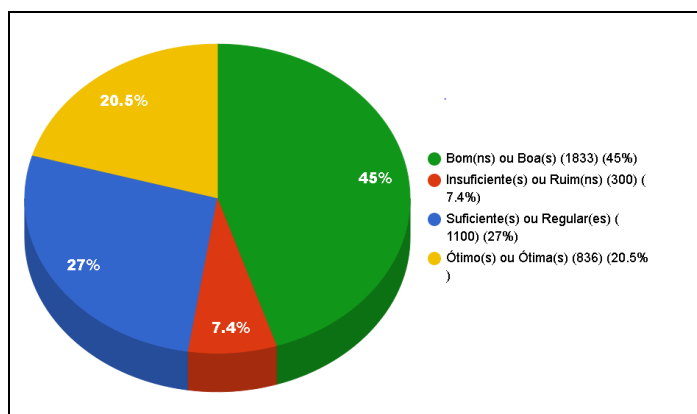
A avaliação de 2016 apresentou um comportamento semelhante para esse quesito, com grande parte dos docentes (51,01%) avaliando-o de forma boa. Já a parcela de professores respondentes insatisfeitos correspondeu a 7,61%.

Alunos da Graduação avaliando seus Professores

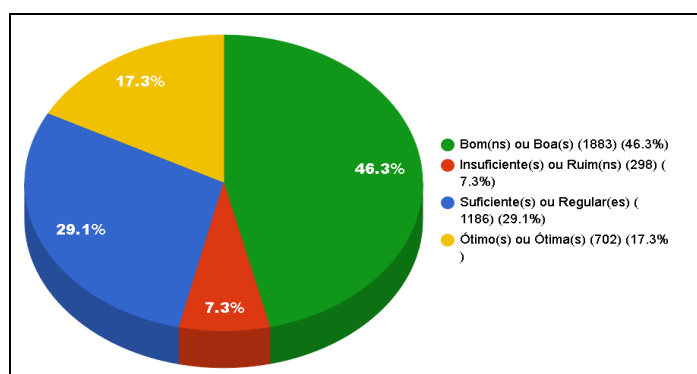
Foram propostas oito questões aos alunos, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando somente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

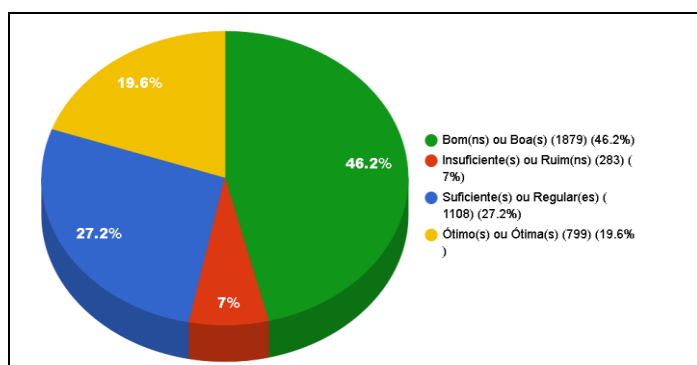
☛ 1- Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira...



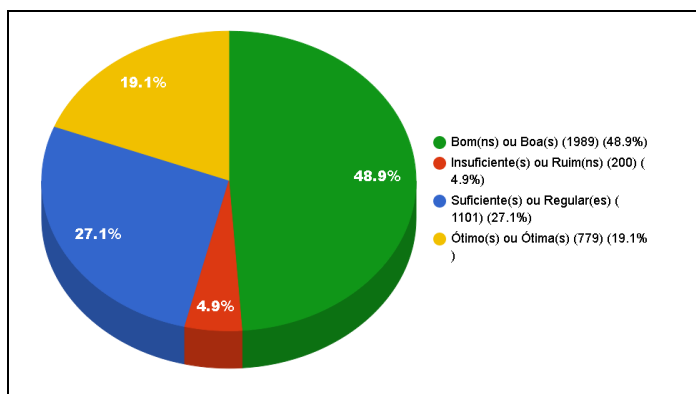
☛ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



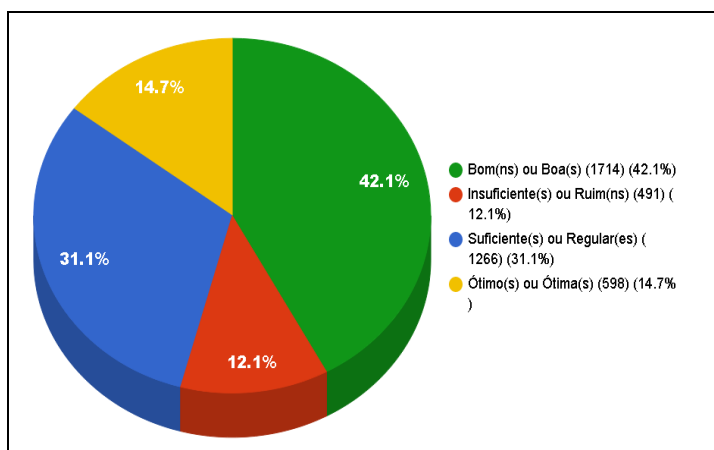
☛ 3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



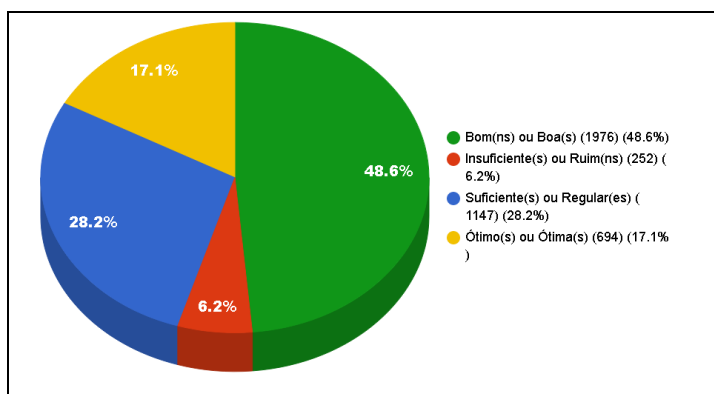
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...

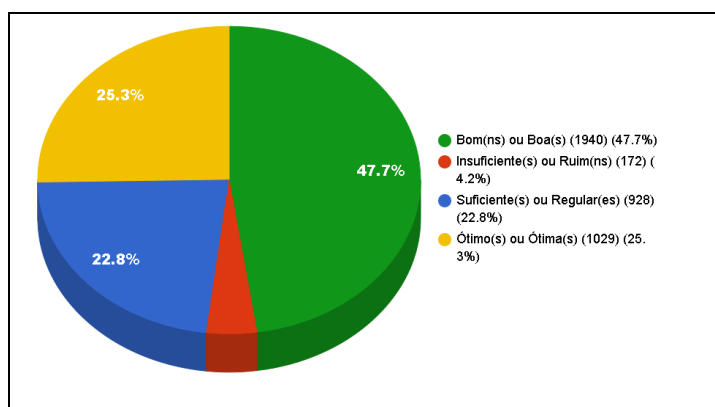


6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...

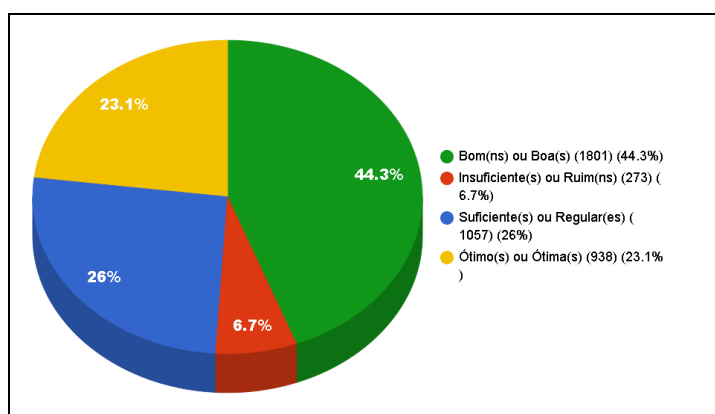




7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Em sete das oito perguntas propostas, grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. Na única pergunta que não seguiu esse padrão, as parcelas maiores ficaram entre uma avaliação boa e ótima do quesito, no caso assiduidade dos professores. As parcelas menores ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 12,1%, foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 4,2%, corresponde à assiduidade dos professores, que foi muito bem avaliada.

Em 2016, a avaliação realizada referente a tais questões igualmente indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Novamente, em sete das oito perguntas propostas, grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. Na única pergunta que não seguiu esse padrão, as parcelas maiores ficaram entre uma avaliação boa e ótima do quesito, no caso assiduidade dos professores. As parcelas menores ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 16,44%, também foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 4,68%, também corresponde à assiduidade dos professores.

Considerando os objetivos do PDI em relação ao ensino de graduação descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de uma forma geral, a Instituição cumpre os objetivos traçados e empreende esforços para superar os obstáculos de percurso. Dentre as ações que ainda merecem atenção, destaca-se o apoio à capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem.

PESQUISA

a.5) Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

a.6) Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

a.7) Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).

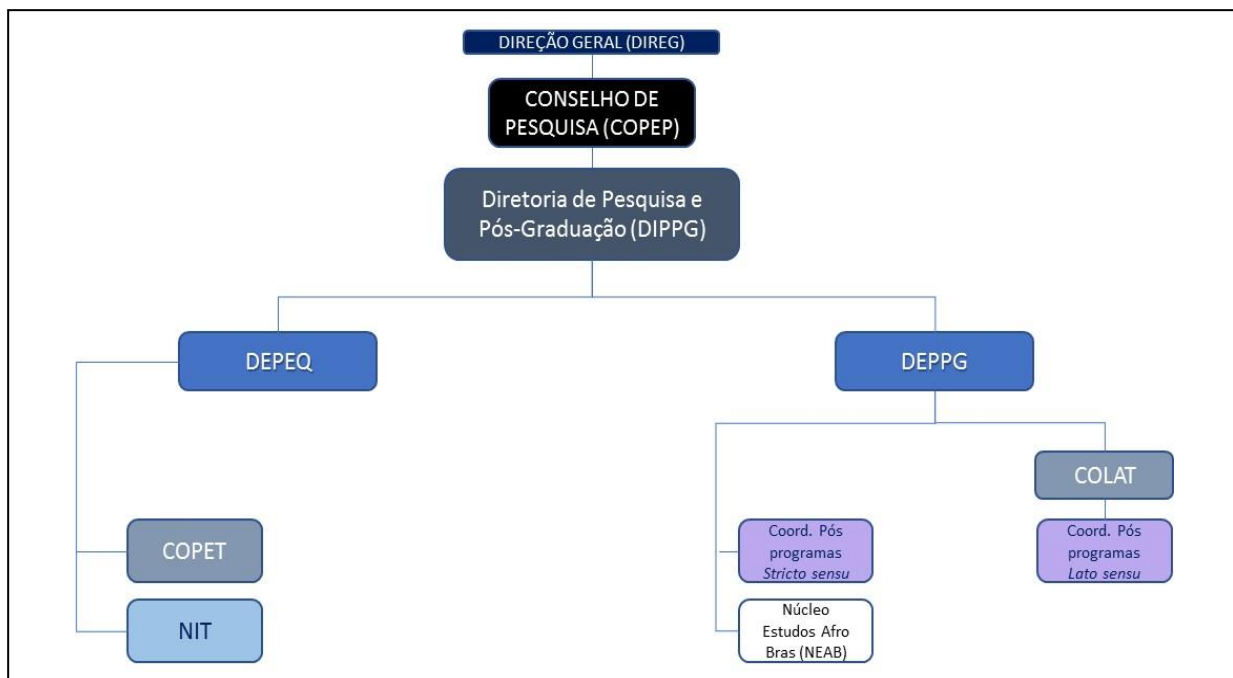
a.8) Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

a.9) Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

O órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é o DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). O Departamento de Pesquisa (DEPEQ) está subordinado à DIPPG, conforme ilustrado no organograma mais adiante. O DEPEQ é o responsável pela criação e manutenção de mecanismos facilitadores para o exercício da atividade de pesquisa, assegurando uma diretriz geral para as atividades de pesquisa na Instituição gerando resultados de acordo com as políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As ações do departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

É a Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI) que coordena as atividades de Cooperação Internacional na gestão sistêmica da Instituição. A ASCRI está ligada à Direção-Geral. Seu principal objetivo é o de ampliar atividades, identificando as demandas e as ofertas existentes, nacional e internacionalmente, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas funções, estão as de disponibilizar informações pertinentes aos processos de intercâmbio docente e discente, e de viabilizar condições operacionais para a realização de convênios e eventos geradores de parcerias acadêmicas que correspondam aos princípios e valores do Centro. Também faz parte de suas atividades o encaminhamento de processos de afastamento do país de servidores do CEFET/RJ para missões, participação em congressos e similares, ou para cursos de pós-graduação. Por causa dessa última atribuição, foi elaborada uma cartilha, com o propósito de delimitar procedimentos para solicitação do afastamento, bem como disponibilizar a legislação em vigor para conhecimento geral.

A Instituição possui convênios com muitos países para o intercâmbio de alunos, conforme citado nos aspectos avaliados na parte Ensino. Com relação à pesquisa propriamente dita, os intercâmbios e cooperações ocorrem basicamente entre os pesquisadores das instituições envolvidas. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da Capes, CNPq, DAAD, FIPSE e outras agências.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Organograma relativo à Pesquisa

Os objetivos para a pesquisa traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Apesar das atribuições legais para a realização de pesquisa datarem de 1978, o CEFET/RJ teve sua primeira atuação sistematizada nesse campo em 1986, com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica – NPT. Esse Núcleo acabou por determinar, em 1991, a criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação – DPPG. Em 2005, em consonância com o então recém-aprovado estatuto e com os objetivos, estratégias e ações do PDI 2005-2009, o DPPG foi transformado na Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), de caráter sistêmico, abrangendo todas as Unidades do sistema CEFET/RJ (Sede e Unidades descentralizadas ou *campi*).

Antes de 1986 não havia registro e acompanhamento institucional das várias iniciativas isoladas de produção de conhecimento por parte do corpo docente. Com o NPT, começa um esforço nesse sentido que, continuado com a criação do DPPG, sustenta a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o curso de mestrado em Tecnologia em 1992. Por algum tempo, a atividade de pesquisa manteve-se restrita ao corpo docente e escopo desse curso. A maior parte da produção, na época, confundia-se com a capacitação docente, correspondente a dissertações de mestrado e teses de doutorado. A atividade de Iniciação Científica continuava a existir por iniciativa de alguns professores, com bolsas, em geral, trazidas de outras instituições. Em 1996, várias ações são determinadas no sentido de fortalecer a pesquisa e, por consequência, a pós-graduação, visando à sua institucionalização no Centro. Com a criação da COPET, ainda nesse ano são aprovados a regulamentação da atividade de pesquisa e o Programa de Iniciação Científica pelos Conselhos competentes. A partir daí, passa a se desenvolver um cadastramento de projetos, que configura o primeiro banco de projetos de pesquisa institucional.

O primeiro grupo de pesquisa da Instituição foi cadastrado em 1997, no diretório de grupos do CNPq. Desde 2000, o orçamento do Centro disponibiliza bolsas de Iniciação Científica, tendo sido também instituído o Comitê Interno de Iniciação Científica. No início de 2003, a Instituição contava com vinte bolsas de Iniciação Científica em seu orçamento e foi contemplada, ainda, com outras dez bolsas do CNPq, passando, com isso, a constituir o Comitê Externo de Iniciação Científica, conforme as regras desse Conselho. Em 2019, o CEFET/RJ possuía um total de 203 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação), mantendo o total que possuía em 2018, conforme tabela a seguir. O ingresso no programa se dá mediante edital sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica do CEFET/RJ, evento anual promovido pela Instituição. Os resumos dos trabalhos são publicados pela COPET em um livro de resumos.

PIBIC	Número de Bolsas por tipo e órgão financiador	
	Iniciação Científica	Iniciação Científica
Órgão Financiador	2018	2019
CNPq	53	53
CEFET/RJ	150	150
Total	203	203

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Assim, por meio de tais programas, os alunos têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa. Na avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 Instituições, indicando tratar-se de um programa de excelência. Depois disso, não ocorreu outra avaliação, nesses moldes, que fizesse esse tipo de ranqueamento.

O DIPPG que, desde 2003, passou a ter Conselho próprio, conta desde o final de 2010, mediante atuação da COPET, com 25 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq e um Banco de Projetos Institucionais registrados no banco de dados da COPET que abrange projetos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e projetos resultantes das demais atividades de pesquisa da Instituição. Alguns dos projetos com financiamento do CNPq, da Finep, da Capes, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 22 para 44, durante o período de 2010 a 2019, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvidos diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o CEFET/RJ possui 11 Bolsistas de Produtividade do CNPq (2 bolsistas nível 1D e 9 bolsistas nível 2).

A pesquisa, desenvolvida nos diversos Laboratórios de Pesquisa da Instituição, é realizada tanto pelos grupos de pesquisa quanto por pesquisadores isolados. Os resultados das pesquisas são disseminados através da produção acadêmica publicada em diversos veículos, entre os quais, periódicos internacionais de alto impacto. De

acordo com o Regulamento da Pesquisa da Instituição, toda atividade com esta natureza deve ser proposta pelo Departamento Acadêmico ou Coordenação de origem do pesquisador responsável ao DEPEQ. A célula básica das atividades de pesquisa é o projeto de pesquisa, que sempre tem um coordenador responsável, e deve ser formulado para atender aos requisitos estabelecidos no regulamento e rotinas.

A relação dos grupos de pesquisa do CEFET/RJ, em 2019, está apresentada na tabela a seguir:

1. Algoritmos, Complexidade e Modelagem Computacional
2. Automação
3. Ciência de Dados
4. Ciências Térmicas em Micro e Macro Escala
5. Compósitos e Adesivos
6. Cooperação Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento
7. CTS e Educação
8. Culturas e Identidades Étnico-Raciais
9. Desenvolvimento e Normalização da Produção
10. Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos
11. Dispositivos e Sistemas Ópticos
12. Divulgação Científica: práticas de apropriação por docentes e discentes
13. Educação em Ciências e Representações Sociais (EDUCIRS)
14. EMMA - Estudos em Modelagem Matemática
15. Estudos de prevenção de riscos e agravos à saúde
16. Filosofia e Ensino
17. Física Experimental e Aplicada
18. GAIC - Grupo de Automação, Instrumentação e Controle
19. GEOS - Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas
20. Gestão da Tecnologia
21. Gestão do Conhecimento e da Inovação Tecnológica
22. Grupo de Empreendedorismo Energia Meio Ambiente e Tecnologia
23. Grupo de Física Teórica e Experimental
24. História e Filosofia da Ciência no Ensino
25. História e historiografia dos intelectuais e das políticas públicas:
26. Informática na Educação
27. Integridade Estrutural
28. Interações Fundamentais
29. Mecatrônica
30. Meio Ambiente e Eficiência Energética
31. Mineração de Dados
32. Mobility Systems Laboratory - MOB-LAB
33. Nanociência e Meio Ambiente
34. Novas Abordagens em Tecnologia e Educação
35. Novas tecnologias aplicadas ao ensino de ciências e matemática
36. Perspectivas Sociais em Ensino de Ciências
37. Políticas, Práticas e Currículo no Ensino Médio Integrado
38. Práticas discursivas na produção de ident. sociais: Fatores humanos, organiz., trabalho, tecnol. e sociedade
39. Racismo, Discurso e Cinema Negro
40. Redes Adaptativas e Processamento Inteligente
41. Sistemas e Estruturas Inteligentes
42. Sistemas Energéticos e Ambientais (GSEA)
43. Teoria e Técnicas de Eletrônica
44. Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas

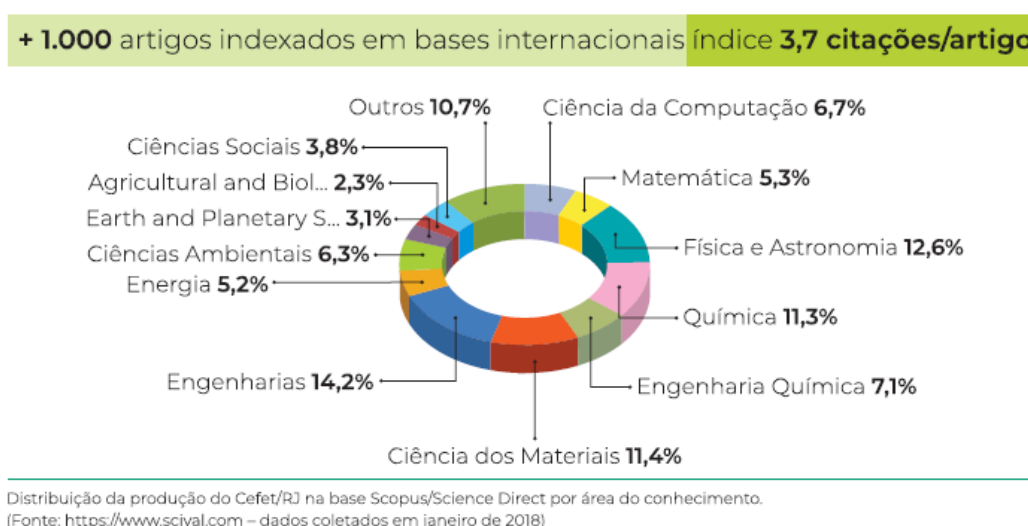
Fonte: DIPPG/DEPEQ, out/2019.

Percebe-se que os grupos de pesquisa são formados nas mesmas linhas de pesquisa da pós-graduação, o que é natural. No entanto, há pesquisas sendo realizadas também em outras linhas, ainda não contempladas. Seria interessante um maior incentivo nas linhas de pesquisa que ainda são incipientes, mas que também se mostram importantes para o desenvolvimento da Instituição e do país. Os auxílios referentes à participação em congressos e publicações oriundos do DEPEQ estão vinculados aos pesquisadores dos grupos de pesquisa. Os pesquisadores isolados têm a alternativa de solicitar auxílio a seu departamento de atuação. Sugere-se que essas linhas sejam identificadas e traçados mecanismos de fortalecimento das mesmas, uma vez comprovado que são importantes para o desenvolvimento da Instituição.

O registro das publicações em periódicos e anais de eventos científicos era feito através do SIMEC, onde tais informações eram retiradas manualmente do *curriculum lattes* de cada pesquisador pelos coordenadores dos programas de pós-graduação. Em 2010, o portal da DIPPG passou a apresentar dados da produção intelectual dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, extraídos diretamente dos currículos Lattes dos pesquisadores através do aplicativo scriptLattes desenvolvido pela USP. São registradas apenas as publicações dos pesquisadores incluídos nos programas de pós-graduação. Na realidade, se fossem consideradas as publicações de todos os pesquisadores da Instituição, o número de publicações seria maior.

Considerando a SciVal, que é uma plataforma desenvolvida pela Elsevier e oferece várias ferramentas de análise de indicadores de produção científica, tendo como fonte de dados o Scopus e o Science Direct, e que permite, dentre outras variáveis, identificar a colaboração de uma determinada instituição com outras em âmbito internacional, bem como o desempenho e impacto de sua pesquisa. A SciVal, atualmente, reúne cerca de 7500 instituições de pesquisa de 220 países ao redor do mundo.

De acordo com dados disponibilizados pela SciVal, durante o período de 2012 a 2017, o CEFET/RJ teve mais de mil artigos indexados em bases internacionais com um índice de 3,7 citações por artigo. Essa produção encontra-se distribuída em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as Engenharias, conforme a figura a seguir,



Os indicadores a seguir apresentam a produção científica do CEFET/RJ referente a 2019, extraída da plataforma Sttela Experta.

Produção Bibliográfica	Artigo aceito para publicação	17
	Artigo publicado em periódicos	524
	Capítulo de livro publicado	95
	Livro publicado	18
	Organização de obra publicada	13
	Outra produção bibliográfica	21
	Prefácio, Posfácio	7
	Texto em jornal ou revista	12
	Trabalho publicado em anais de evento	616
	Tradução	4
	Produção técnica	Apresentação de trabalho e palestra
Assessoria e consultoria		21
Curso de curta duração ministrado		86
Desenvolvimento de material didático ou instrucional		38
Editoração		13
Outra produção técnica		41
Produto		1
Programa de rádio ou TV		39
Programa de computador		10
Rede social, Website e blog		14
Relatório de pesquisa		4
Trabalhos técnicos		161
Produção artística/cultural		Artes Cênicas
	Artes Visuais	6
	Música	30
	Outra produção artística/cultural	5

A DIPPG tem seus critérios sobre a alocação dos recursos do centro de custos aprovados no COPEP. No momento de elaboração do orçamento para o próximo ano, a DIPPG submete uma proposta ao COPEP, que aprova a divisão de recursos entre Pesquisa e Pós-Graduação e institui duas comissões (Pesquisa e Pós-Graduação) para elaborar os critérios. O financiamento da participação de docentes, pesquisadores e discentes em eventos científicos se dá através da alocação dos recursos para os programas de pós-graduação e para os grupos de pesquisa. Para os discentes, só é possível utilizar os recursos da Capes (verba PROAP), que também podem ser utilizados para os docentes dos programas. Em 2011, o centro de custos da DIPPG representava 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento. Grande parte destes recursos (90%) foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura dos grupos de pesquisa através de editais internos baseados em indicadores de

produtividade. Estes recursos vêm se somar àqueles captados pelos pesquisadores junto aos órgãos de fomento, como FINEP, CNPq, FAPERJ e CAPES.

O CEFET/RJ entende que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, incentiva a pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional. Assim, a Instituição assume que o foco de suas pesquisas e estudos científicos e tecnológicos seja voltado para a solução dos problemas internos do país, valorizando soluções, patentes, produtos e ações que resultem em respostas às necessidades locais, regionais e nacionais.

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da formação de professores para a área técnica/tecnológica. Os programas da pós-graduação do CEFET/RJ, de acordo com as linhas de ação da CAPES, devem preparar os futuros professores e pesquisadores para a área tecnológica nos três níveis de cursos, técnico, graduação e pós-graduação.

Com as bolsas de Iniciação Científica, a participação da graduação na atividade de pesquisa foi ampliada. A pesquisa é uma das ferramentas utilizadas nas práticas pedagógicas e atividades acadêmicas para o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica do aluno. A IFES busca integrar a participação de todos os níveis de ensino nessa atividade, não só com a capacitação de docentes em programas de mestrado e doutorado, mas também, a exemplo do Programa de Iniciação Científica, em Programas de Iniciação Tecnológica favorecendo, assim, a possibilidade de engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa. Os critérios apresentados para a concessão de bolsas PIBIC são baseados na qualidade dos artigos publicados pelo orientador, com base na RAD (Regulamento da Avaliação de Desempenho).

As atividades de pesquisa estão regulamentadas através de resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação das atividades de pesquisa. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados os seguintes:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento da Pesquisa;
- Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica;
- Normas para a Criação de Grupos de Pesquisa.

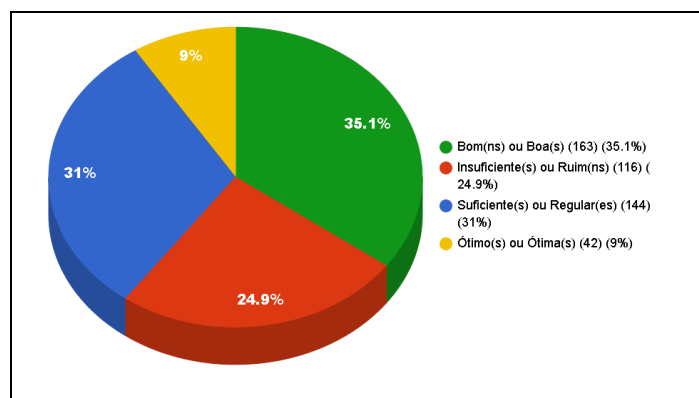
Com relação à pesquisa, foram propostas algumas questões a alunos e professores. Os resultados colhidos são apresentados e analisados a seguir.

Questões comuns aos docentes e alunos:

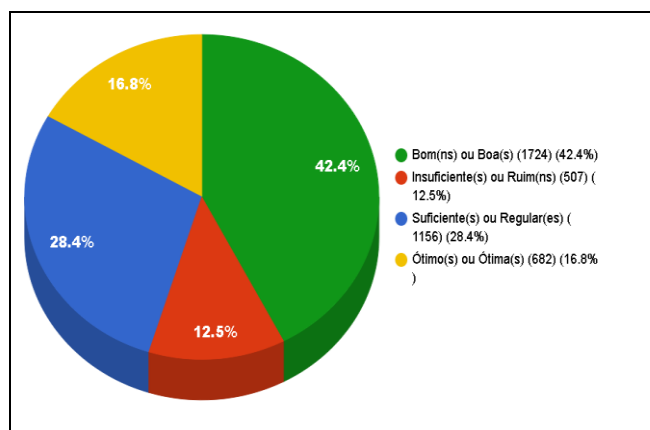


A política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como...

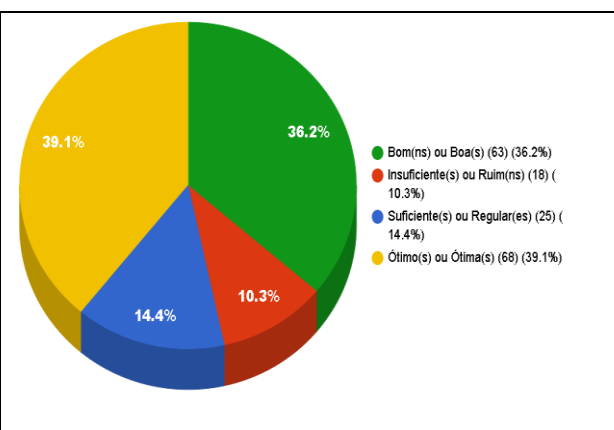
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



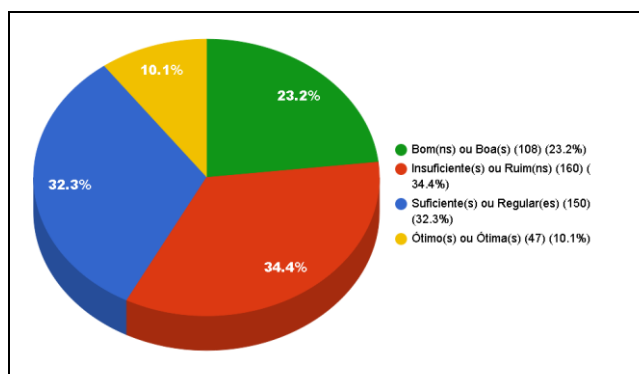
Dos 465 professores respondentes, 163 (35,1%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como boa, seguidos de 144 (31%) que a analisam como suficiente. No entanto, 116 (24,9%) docentes julgam-na insuficiente. Talvez esses índices estejam relacionados a dois grupos de professores: os que possuem suas linhas de pesquisa ligadas à pós-graduação e aqueles que procuram fazer pesquisa, mas encontram dificuldades inerentes ao fato de que suas linhas de pesquisa não receberem o mesmo incentivo do que as outras, por não estarem inseridas em nenhum grupo de pesquisa. Há ainda 42 (9%) docentes que avaliam a política de incentivo à pesquisa como ótima.

Com relação aos alunos de graduação, dos 4069 respondentes, 1724 (42,4%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como boa, 1156 (28,4%) como suficiente, 682 (16,8%) como ótima e 507 (12,5%) consideram insuficiente. Tendo como referência os alunos da pós-graduação, dos 174 alunos respondentes, 68 (39,1%) avaliaram tal política como ótima, 63 (36,2%) como boa, 25 (14,4%) como suficiente e 18 respondentes (10,3%) como insuficiente. Percebe-se que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, no entanto, o índice de insatisfação com relação aos alunos de graduação, no caso 12,5%, mesmo tendo apresentado uma redução em comparação à avaliação anterior, ainda merece atenção.

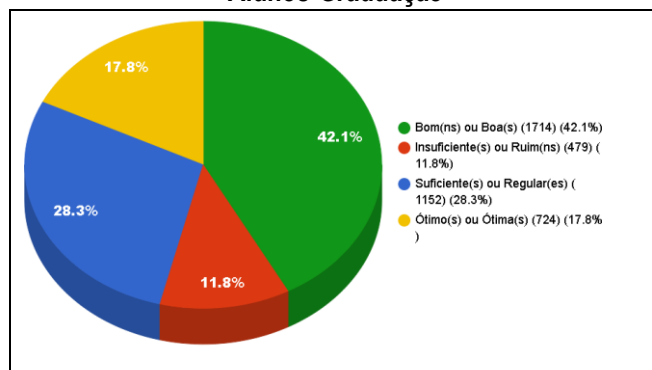
Na avaliação realizada em 2016, tal quesito foi julgado como suficiente por grande parte dos alunos da pós-graduação e como bom por grande parcela dos docentes e estudantes da graduação. Já os índices de insatisfação foram de: 20,36% para os docentes, 15,9% para os alunos da graduação e 12,5% para os discentes da pós-graduação.

➡ A Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas. Isso acontece de maneira...

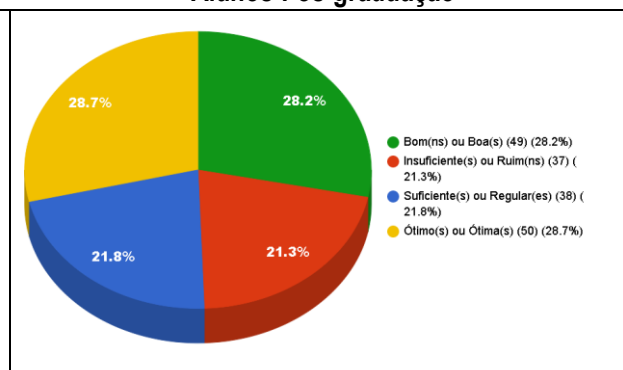
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Considerando os professores respondentes, observa-se que grande parte, 160 (34,4%), considera que a Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas de forma insuficiente, seguida de outra parcela, o equivalente a 150 respondentes (32,3%), que a julga suficiente. Outros 108 docentes (23,2%) apontam tal quesito como bom, seguidos de 47 (10,1%) que o consideram ótimo.

Com relação aos alunos de graduação, grande parcela, 42,1% (1714 alunos), considera que tal viabilização ocorre de forma boa, seguida de outra parte, 28,3% (1152 estudantes), que avalia como suficiente e outra parcela, 17,8% (724 discentes), que julga tal item como ótimo. Tais índices de satisfação podem estar relacionados à participação dos alunos em projetos como o Mini-baja e o Aerodesign, por exemplo. Finalmente, 11,8% (479 alunos) consideram tal quesito como insuficiente. Os alunos da pós-graduação apresentaram a seguinte avaliação para tal questão: 28,7% (50 estudantes) consideram ótima, seguidos de 28,2% (49 discentes), que a julgam boa, 21,8% (38

discentes) que apontam como suficiente e 21,3% (37 estudantes) que consideram insuficiente. Assim, pode-se dizer que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado pelos alunos.

Na avaliação de 2016, grande parte dos respondentes, tanto professores como alunos da graduação e da pós-graduação, avaliou tal quesito como bom ou suficiente. A parcela correspondente à insuficiente, na época, representava 23,71% dos professores (106 docentes), 12,44% dos alunos da graduação (436 discentes) e 25% dos estudantes da pós-graduação (2 alunos).

Considerando os objetivos do PDI em relação à pesquisa descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de um modo geral, a Instituição vem buscando cumprir os objetivos traçados.

EXTENSÃO

a.10) Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.

a.11) Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

a.12) Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta às demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida. O FORPREX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do qual a Instituição participa com direito a voz e voto) conceitua a Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão no CEFET/RJ tem suas políticas conduzidas pela Diretoria de Extensão (DIREX). Desde a década de 90, a Instituição vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade. Vale observar que a Instituição entende que os programas de extensão não visam substituir funções de responsabilidade do estado, do setor produtivo e da sociedade civil, mas sim produzir e disseminar saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população.

Os objetivos para a extensão traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Assim, o CEFET/RJ busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa, uma vez que a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, a exemplo do Programa Turma Cidadã e as atividades desenvolvidas pelo Time ENACTUS CEFET/RJ. Além disso, de forma concomitante ou não às demandas do entorno social, para a integração do CEFET/RJ com a sociedade são estimuladas atividades nas áreas voltadas a áreas temáticas definidas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos, Justiça e Cultura.

De modo geral, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços,

produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas definidas no parágrafo anterior.

A partir da nucleação de projetos e ações de extensão conforme as respectivas áreas temáticas e de atuação em uma mesma linha programática, busca-se o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integram-se os projetos e programas de extensão ao plano pedagógico dos cursos de graduação e técnicos, em um processo de complementaridade curricular. São exemplos disso: o Programa Turma Cidadã, a CEFET Jr. Consultoria, a ENACTUS CEFET/RJ, as atividades da Semana de Extensão e da Feira de Estágio e Emprego, a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas – e a ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis –, alguns dos quais serão descritos a seguir.

-Turma Cidadã: programa voltado para os estudantes da graduação com foco nas questões sociais, pessoais e ambientais;

-Time ENACTUS CEFET/RJ: programa de protagonismo estudantil, cujo escopo está voltado para as questões de empreendimento social;

- Empresa CEFET Jr: programa com base no empreendedorismo empresarial focado em ações de consultoria desenvolvido por estudantes da graduação com a assistência de professores orientadores;

-Incubadora de Empresas Tecnológicas –IETEC: mecanismo destinado a apoiar empreendimentos nascentes inovadores, de base tecnológica, que apoiem os empreendedores e projetos necessitados de um desenvolvimento tecnológico, de formação empreendedora e de estruturação gerencial. Constitui, assim, um meio inovador que gera condições para aumentar as chances de sobrevivência, crescimento e consolidação de microempresas inovadoras.

-Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis–ITESS: seu diferencial é a ênfase atribuída aos princípios da economia solidária, de grupos populares e/ou empreendimentos sociais econômicos solidários, podendo contemplar outras formas de empreendimentos compatíveis com a economia solidária, oriundos das regiões do entorno dos *campi* do CEFET/RJ. Além disso, atua como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

Há ainda dois núcleos que merecem ser citados, embora não estejam subordinados a Diretoria de Extensão:

- Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade;

- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) que visa promover o estudo das relações étnico-raciais, contribuindo para a execução de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

Cabe citar também o Centro de Memória do CEFET/RJ, que disponibiliza todo seu acervo para pesquisa científica e tecnológica e visitas abertas aos públicos interno e externo, de modo a tornar evidente não só a história da Instituição bem como a cronologia e a dinâmica do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país.

Dentre os grandes eventos anuais realizados pelo CEFET/RJ, estão a Feira de Estágio e Emprego (FE&E) e a Semana de Extensão, denominada atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX). Esse último evento ocorre na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada sempre em outubro e criada pelo decreto presidencial s/nº de 9 de junho de 2004. Nesta ocasião, acontecem, na Instituição, exposições científicas e tecnológicas compostas pelas EXPOTEC RIO, EXPOMED RIO e EXPOSUP, cujos enfoques vão ao encontro das diretrizes do PDI, visando a demonstração de criatividade para a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo a responsabilidade social, econômica, ambiental e o desenvolvimento sustentável como objetivos a serem alcançados. A EXPOTEC é uma exposição da produção em tecnologia de alunos de cursos de educação profissional técnica de nível médio do estado do Rio de Janeiro. A EXPOMED é uma exposição da produção em ciência de alunos do nível médio do sistema CEFET/RJ. A EXPOSUP é uma exposição da produção em ciência e tecnologia de alunos dos cursos superiores e de pós-graduação do sistema CEFET/RJ. Tal semana, que inclui também um ciclo multidisciplinar com palestras, seminários, debates e minicursos, como pode ser visto nos folders ilustrados, é muito importante para a Instituição, pois promove a interação entre professores, alunos, técnico-administrativos e a sociedade de uma forma geral.



(a)



(b)

Folder da Semana de Extensão: (a) realizada em 2018 e (b) realizada em 2019.

Uma lista das atividades de Extensão realizadas de 2017 a 2019 pode ser encontrada na Dimensão 3 (Responsabilidade Social).

Conforme consta no PDI 2015-2019, entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, no plano de transformação em universidade, o projeto pedagógico, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

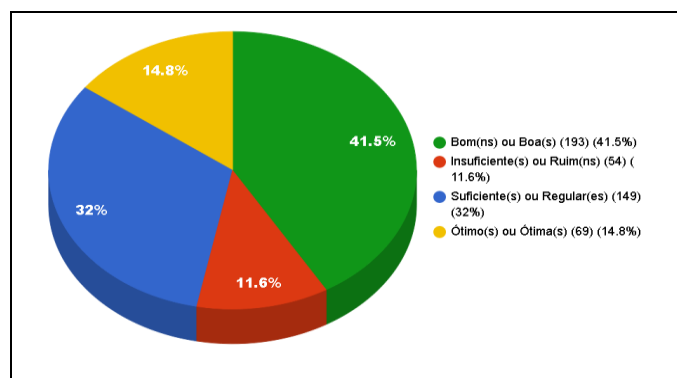
- a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana;
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

No que se refere à Extensão, foi proposta uma questão para docentes e alunos no questionário aplicado à comunidade, apresentada a seguir.

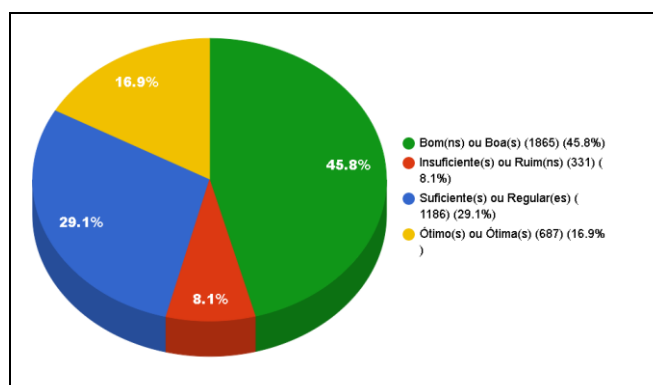
Questão comum aos docentes e alunos:

A política institucional de articulação entre ensino e extensão pode ser avaliada como...

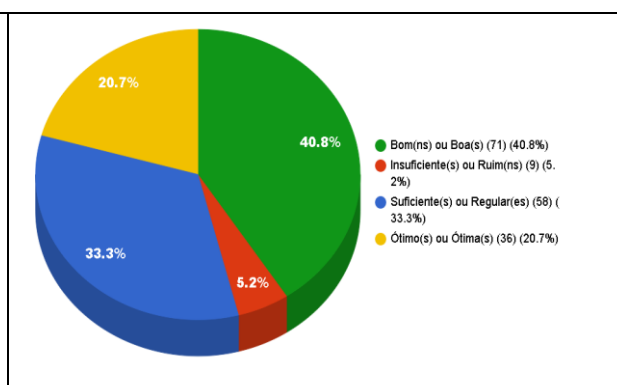
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



A partir dos resultados, verificou-se que grande parte dos professores respondentes considera que a política institucional de articulação entre ensino e extensão é boa, o que equivale a 193 (41,5%) docentes. Dentre o restante, 149 (32%) consideram suficiente, 69 (14,8%) ótima e 54 (11,6%) ruim.

Com relação aos alunos da graduação, 45,8% (1865 discentes) avaliaram-na como boa, 29,1% (1186 estudantes) como suficiente, 16,9% (687 alunos) como ótima e 8,1% (331 discentes) consideraram-na insuficiente. Quanto aos alunos da pós-graduação, 40,8% (71 discentes) avaliaram tal política como boa, seguidos de 33,3% (58 estudantes) que a julgaram suficiente, 20,7% (36 alunos) consideraram-na ótima e 5,2% (9 respondentes) a avaliaram como insuficiente.

Na avaliação de 2016, grande parte dos professores, alunos da graduação e da pós-graduação respondentes avaliou tal política como boa e suficiente. Os índices de insatisfação foram de 8,72% para os docentes, 9,7% para os discentes da graduação e 12,5% para os alunos da pós-graduação.

Quanto aos objetivos propostos no PDI, pode-se dizer que a Instituição busca o cumprimento dos mesmos.

PÓS-GRADUAÇÃO

a.13) Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

a.14) Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

a.15) Integração entre graduação e pós-graduação

a.16) Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Como já foi mencionado nos aspectos avaliados em Pesquisa, o órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é a DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). A DIPPG é equivalente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na estrutura de uma universidade. Ela foi criada em 2005 para cumprir o disposto no Estatuto do CEFET/RJ e vem atuando em consonância com a filosofia, princípios e valores institucionais, procurando cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP) da DIPPG é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno da Instituição.

Os objetivos para a pós-graduação traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O primeiro programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado na Instituição aconteceu em 1992, com a criação do curso de Mestrado em Tecnologia. O segundo programa aprovado no CEFET/RJ ocorreu no âmbito do Ensino de Ciências Físicas e Matemáticas, tendo como objetivo capacitar professores de física e matemática do ensino fundamental e básico. O Programa de Ensino de Ciências é profissional e o Programa em Tecnologia é acadêmico.

Em outubro de 2019, a Instituição possuía 9 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com 12 cursos de mestrado e doutorado, e 6 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os mestrados acadêmicos têm duração mínima de 18 meses e máxima de 24. Existe pedido de prorrogação justificada, que pode levar o tempo máximo de 36 meses. No mestrado profissional, o prazo máximo é de 30 meses, prorrogável por mais 6 meses. A tabela a seguir apresenta os dados dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ, em 2019.

O crescimento da pós-graduação *stricto sensu* do CEFET/RJ foi acompanhado da preocupação com a qualidade dos cursos e a formação dos egressos o que se refletiu na melhoria da avaliação dos Programas feita pela Capes. Na última quadrienal (2013-2016) o desempenho dos cursos da Instituição foi superior à média nacional. O CEFET/RJ passou a contar com dois cursos com nota 5 (cinco), cinco cursos com nota 4 (quatro) e quatro cursos com nota 3 (três). Vale destacar que os cursos de mestrado em Filosofia e Ensino e em Ciência de Computação obtiveram nota 4 em todos os quesitos da Ficha de Avaliação da Quadrienal 2013-2016. No entanto, ambos mantiveram a nota 3 - atribuída no momento da criação do curso, uma vez que ainda não possuíam concluintes ao

término do ciclo avaliativo anterior. A tabela anterior apresenta as notas obtidas pelos cursos de pós-graduação stricto sensu do CEFET/RJ na Quadrienal 2013-2016 da Capes. Na escala de classificação da Capes, 3 significa desempenho regular e 4 é considerado um bom desempenho. 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

Programa	Curso	Início	Campus	Docentes	Área de avaliação	Nota
Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)	Mestrado Acadêmico	1992	Maracanã	15	Engenharias III	4
	Doutorado Acadêmico	2016	Maracanã			4
Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	Mestrado Acadêmico	2008	Maracanã	18	Materiais	4
	Doutorado Acadêmico	2016	Maracanã			4
Engenharia Elétrica (PPEEL)	Mestrado Acadêmico	2009	Maracanã	17	Engenharias IV	3
Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	Mestrado Acadêmico	2010	Maracanã	19	Ensino	5
	Doutorado Acadêmico	2013	Maracanã			5
Relações Étnico-raciais (PPRER)	Mestrado Acadêmico	2011	Maracanã	25	Interdisciplinar	3
Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	Doutorado Acadêmico	2015	Maracanã	12	Engenharias IV	4
Filosofia e Ensino (PPFEN)	Mestrado Profissional	2015	Maracanã	18	Filosofia	3
Ciência da Computação (PPCIC)	Mestrado Acadêmico	2016	Maracanã	15	Ciência da Computação	3
Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PDRSP)	Mestrado Acadêmico	2019	Nova Iguaçu	13	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	Novo

Fonte: DIPPG/DEPOG, out/2019. Tabela adaptada.

Os Programas e os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Maracanã têm coordenadorias próprias, espaço físico próprio com salas para docentes, salas de aula, sala para discentes e auditórios localizados no 5º andar do Bloco E da Unidade Maracanã, além de diversos laboratórios de pesquisa. As atividades acadêmicas contam com o apoio de uma secretaria própria, com técnico-administrativo para apoio aos docentes, atendimento ao público e registro das atividades de pós-graduação em sistema acadêmico próprio. Apesar da grande maioria dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* atualmente serem oferecidos no *campus* Maracanã, as ações implantadas para fomentar a expansão desta modalidade de curso nos *campi* – com o objetivo de permitir a interiorização e suprir o atendimento a demandas locais – foram exitosas. No início de 2019, o *campus* de Nova Iguaçu passou a oferecer o curso de mestrado acadêmico em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de matrículas ativas e de titulados dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* nos últimos anos.

Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2015	2016	2017	2018	2019
Matrículas ativas no ano	346	410	443	517	556
Titulados no ano	57	82	86	95	112

Fontes: DIPPG/DEPOG (2015-2018); Stela Experta PG (2019).

A próxima tabela mostra o quantitativo de bolsas de mestrado e doutorado em outubro de 2019. Além destas bolsas, o CEFET/RJ ainda possui 4 bolsas do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES. Em 2019, a Capes realizou um significativo corte de bolsas da Demanda Social em todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, sendo que o CEFET/RJ perdeu 2 bolsas de doutorado e 12 de mestrado.

Total de bolsas de Doutorado e Mestrado em 2019

Financiador	Mestrado	Doutorado
Capes	38	18
CNPq	1	0
CEFET/RJ	20	12
Total	59	30

Fonte: DIPPG/DEPOG (outubro de 2019)

Pós-Graduação *Lato Sensu*

A primeira iniciativa institucional de pós-graduação *lato sensu* data de 1988, com a criação de um curso de especialização para engenheiros em Segurança do Trabalho. Os cursos de especialização se intensificaram a partir de 1996, no âmbito do Departamento de Educação Superior. Em julho de 2003, o DEPPG passa a responder pela organização didática e pedagógica desses cursos, sem qualquer responsabilidade, porém, pela gestão financeira dos mesmos. Nessa oportunidade, entendeu-se que a oferta de pós-graduação *lato sensu* deveria ser paralisada até que se dispusesse da nova regulamentação para a intermediação das Fundações no apoio a cursos dessa natureza. Tal paralisação durou de 2003 a 2007. Os procedimentos a serem considerados em relação a um conjunto de cursos reconhecidos institucionalmente foram encaminhados aos Conselhos competentes, que aprovaram uma proposição de conduta para a Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, integrante do DEPPG.

Em 2008, teve início o curso *Lato Sensu* em Educação Tecnológica da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de ensino à distância. Tal curso foi iniciado com cerca de 200 alunos. Em 2019, o curso foi ofertado em 10 polos: Campo Grande, Itaguaí, Nova Friburgo, Niterói, Paracambi, Pirai, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema e Volta Redonda. A Instituição utiliza os polos do consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), por meio de convênio com a Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), a qual atua como secretaria executiva do citado consórcio.

Ressalta-se que no início de 2010, o CEFET/RJ foi avaliado para credenciamento em educação a distância, pós-graduação, com conceito 4 (quatro), numa escala de 1 a 5. Em 2017, foi realizado o recredenciamento, tendo sido mantido o conceito 4, confirmando a qualidade do trabalho desenvolvido.

Em 2019 o CEFET/RJ ofertou 6 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, sendo 1 no campus Maracanã, 2 em Valença, 2 em Angra dos Reis e 1 na modalidade EAD. Ressalta-se que a oferta de cursos pós-graduação *lato sensu* atende às demandas locais além de ser um potencial embrião para a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados pelo CEFET/RJ em 2019 estão listados na tabela a seguir. Todos os cursos da Instituição são gratuitos.

Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em 2019	Local
Engenharia Mecânica com Ênfase em Eficiência Energética	<i>campus</i> Angra
Processos Industriais	<i>campus</i> Angra
Educação, Tecnologia e suas Relações	Sede -Maracanã
Ciência e Tecnologia Cervejeira	<i>campus</i> Valença
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	<i>campus</i> Valença
Educação Tecnológica	Polos da UAB

Fonte: DIPPG/DEPOG, out/2019.

A pós-graduação *lato sensu* também apresentou um crescimento do número de matrículas ativas passando de 128 em 2017 para 421 em 2018. Esse crescimento significativo ocorrido na pós-graduação *lato sensu* deve-se em grande parte à oferta de novas turmas do curso Educação Tecnológica, na modalidade EAD, através da UAB. No entanto, observa-se que não existe um crescimento contínuo, tanto do número de matrículas ativas quanto do número de titulados. Essa variação decorre da própria natureza desses cursos, bem como, do impacto da oferta de turmas do curso EAD que envolve um grande quantitativo de alunos. A Tabela a seguir mostra a evolução do número de matrículas ativas e de titulados dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do CEFET/RJ nos últimos anos.

Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	2015	2016	2017	2018	2019
Matrículas ativas no ano	297	306	128	421	377
Titulados no ano	32	139	29	52	63

Fontes: DIPPG/DEPOG (2015-2018); Stela Experta PG (2019).

No Capítulo 2, pode-se consultar a Tabela 2.3, que sintetiza os cursos de pós-graduação por Unidade oferecidos em 2019 pela Instituição, assim como o quantitativo de alunos.

A infraestrutura de pesquisa e pós-graduação do CEFET/RJ foi bastante ampliada no período de 2007-2016. Os investimentos diretos permitiram a aquisição de diversos equipamentos de pesquisa (alguns de grande porte), a criação de novos laboratórios de pesquisa, a modernização dos laboratórios de pesquisa existentes e a modernização do espaço físico associado às atividades de ensino de pós-graduação.

Além do financiamento das atividades de pesquisa e pós-graduação que já vem sendo feito com os recursos financeiros do CEFET/RJ alocados nos centros de custos da Pesquisa e da Pós-Graduação, os pesquisadores da Instituição têm aumentado o montante de captação de recursos junto a órgãos de fomento como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES.

Além dos recursos externos obtidos junto a órgãos de fomento à pesquisa, as atividades de pesquisa na Instituição contam com o apoio de 3 editais internos: GPESQ, APP-CAMPI e AUX-IND. Os editais são processados no início do ano, sendo avaliados por *ad-hocs* de diversas áreas do conhecimento que seguem critérios aprovados no COPEP. O GPESQ - Apoio aos Grupos de Pesquisa Institucionais Certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq distribuiu recursos para Grupos de Pesquisa do sistema CEFET/RJ no valor total de R\$ 699.750,00. O APP-CAMPI - Apoio a Projeto de Pesquisa Institucional, destinado aos pesquisadores que atuam nos CAMPI do sistema CEFET/RJ, alocou recursos no valor total de R\$ 139.950,00. Finalmente, o AUX-IND - Auxílio Individual, destinado a pesquisadores em fase inicial de atividades de pesquisa, distribuiu recursos, no valor total de R\$ 65.310,00.

No que diz respeito à Inovação, em 2018 foi criada a Comissão de Inovação visando o assessoramento às atividades do NIT CEFET/RJ no que se refere à revisão da política institucional de inovação e à proposição de regulamentos, normas e processos relacionados às atividades de inovação no CEFET/RJ de acordo com o novo marco de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) vigente.

As atividades de pós-graduação estão regulamentadas por resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação delas. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Normas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Resolução do CEPE sobre o Credenciamento e Recredenciamento de Docentes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

Cabe destacar os seguintes eventos organizados em 2019 no âmbito da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ, por docentes que atuam em programas de pós-graduação:

- Invent for the Planet 2019 – Equipe composta por estudantes de graduação e de pós-graduação do CEFET/RJ e da UFRJ ganhou primeiro lugar na competição internacional Invent for the Planet 2019 que aconteceu nos dias 23 e 24 de abril nos EUA. A Equipe foi a única do hemisfério sul selecionada como 'Global Top Five' para a etapa final e, na ocasião, concorreu com outras 4 equipes dos EUA, Grécia e Reino Unido. A etapa local foi organizada pelo CEFET/RJ e realizada no campus do Maracanã de 15 a 17 de fevereiro sob coordenação de docentes do PPEMM, PPGIO e PPPRO. O Invent for the Planet 2019 é

uma competição internacional de grande destaque organizada pela Texas A&M University dos EUA. Na edição de 2019, a competição envolveu a participação de mais de 600 alunos de graduação e pós-graduação de 25 universidades de 16 países, distribuídos em cerca de 100 equipes. Durante o evento, as equipes de todo o mundo participaram durante 48 horas, de uma forma colaborativa, na busca por soluções para desafiantes problemas que o nosso planeta vem enfrentando (<http://dippg.cefet-rj.br/iftfp>).

- Latin American Workshop on Optical Fiber Sensors (LAWOFS): O LAWOFS foi realizado no período de 17 a 19 de julho no campus Maracanã do CEFET/RJ, contando com a presença de docentes do PPEEL e PPGIO no comitê organizador. O evento tem como foco permitir o debate de novos conceitos, tecnologias e aplicações de sensoriamento fotônico, permitindo a interação entre grupos de pesquisa do Brasil e da América Latina e aprimorando futuras colaborações em projetos de P&D. O workshop foi composto de palestras técnicas, mesa redonda e 35 trabalhos técnicos apresentados nas áreas de sensores físicos, sensores de fenômenos eletromagnéticos e fibras especiais, sensores químicos, processamento de sinais para sensoriamento e aplicações em campo e desenvolvimento de sensores. (<http://www.sbmo.org.br/lawofs/home>).
- Escola Regional de Alto Desempenho do Rio de Janeiro: A V Escola Regional de Alto Desempenho do Rio de Janeiro (ERAD-RJ 2019) tem o objetivo de estimular o estudo e a pesquisa nas áreas de Arquitetura de Computadores, Processamento de Alto Desempenho, Sistemas Distribuídos e Aplicações, qualificar profissionais do Estado nas áreas que compõe o Processamento de Alto Desempenho e prover um fórum regular onde possam ser apresentados avanços recentes nesta área e discutidas as formas de ensino de alto desempenho nas universidades e institutos de pesquisa do estado do Rio de Janeiro. O evento, que contou com docentes do PPCIC e do PPPRO no comitê organizador, foi realizado de 4 a 7 de setembro no campus Maracanã do CEFET/RJ (<https://eic.cefet-rj.br/erad2019/index.php>).
- Expin48 – Experiência de Inovação em Projetos – Inspirado no Invent for the Planet 2019, desafio internacional de inovação organizado pela Texas A&M University, o Expin48 promoveu, durante os dias 21, 22 e 23 de outubro, uma experiência de imersão em que 30 alunos do ensino médio/técnico, da graduação e da pós-graduação do CEFET/RJ tiveram 48 horas para desenvolver soluções tecnológicas inovadoras, que contribuíssem para solucionar problemas sociais contemporâneos. Foi o primeiro evento de inovação que reúne alunos do médio/técnico, da graduação e da pós-graduação do CEFET/RJ (<http://dippg.cefet-rj.br/expin48> e <http://dippg.cefet-rj.br/index.php/pt/component/content/article?id=320&Itemid=0>).
- Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação 2019 – JIPP 2019 - O evento engloba o 19º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio) e foi realizado no período: 23 a 25 de outubro de 2019 com atividades nos vários campi do CEFET/RJ. O objetivo da JIPP 2019 é propiciar o intercâmbio entre alunos e docentes que atuam em atividades relacionadas à pesquisa e pós-graduação no CEFET/RJ (<http://dippg.cefet-rj.br/index.php/pt/jipp>).
- XXV Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web (WEBMEDIA 2019) – O WebMedia é um evento científico, com periodicidade anual, promovido pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), por meio da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Web (CE-WebMedia). O evento conta com a cooperação da ACM (Association for Computing Machinery) e seus grupos de interesses especiais, ACM SIGMM e

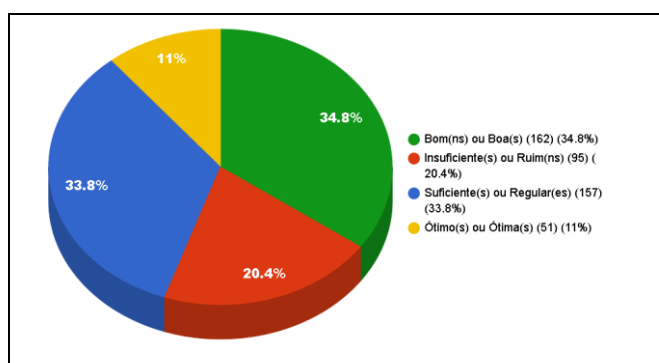
SIGWeb. O WebMedia é o mais importante fórum de debates para pesquisadores e profissionais das áreas de multimídia, hipermídia e Web no Brasil. A 25ª edição do WebMedia ocorreu nas dependências do CEFET/RJ entre 29 de outubro e 01 de novembro. Participaram da comissão organizadora docentes do PPCIC (<http://www.sbc.org.br/webmedia2019>).

Com relação à pós-graduação, o questionário aplicado compreendia as seguintes perguntas, comuns a professores e alunos.

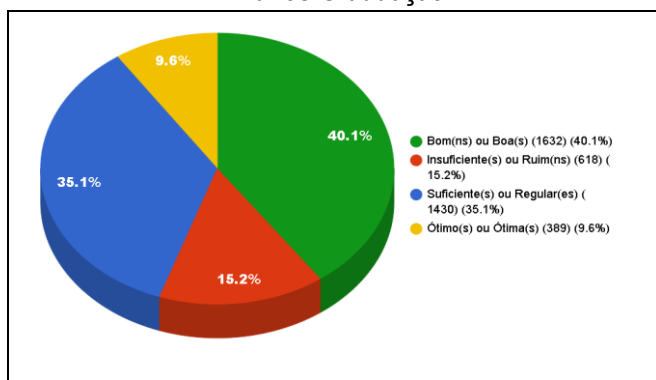
Questões comuns aos docentes e alunos:

Os cursos de pós-graduação são oferecidos de acordo com as necessidades da sociedade. Isso vem ocorrendo de forma...

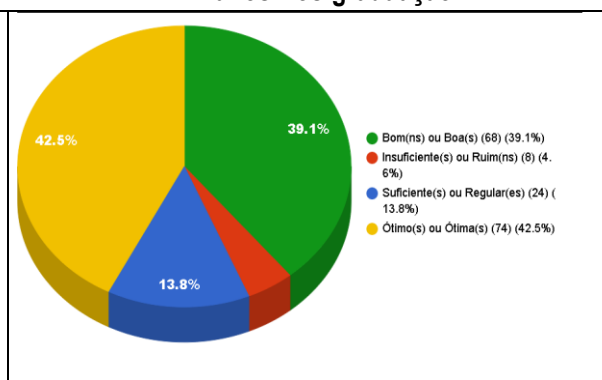
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Grande parte dos professores respondentes da Instituição, o equivalente a 162 (34,8%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma boa. Para 157 (33,8%), acontece de forma suficiente, seguidos de 95 (20,4%) que acham insuficiente e de 51 (11%) que julgam ser ótimo. Apesar da boa avaliação do quesito, vale refletir sobre o índice de insatisfação de 20,4%, que se mostrou significativo.

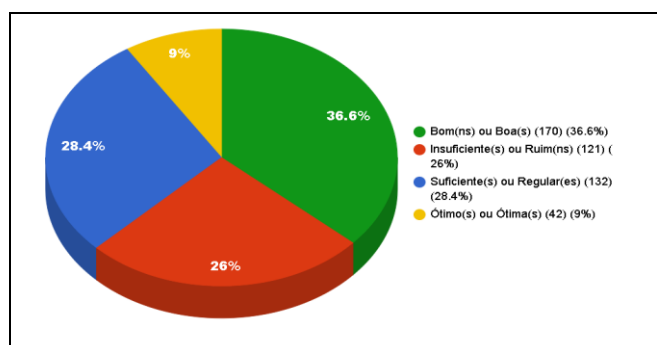
Com relação aos alunos de graduação respondentes, observou-se que grande parcela, equivalente a 1632 (40,1%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma boa. Mil quatrocentos e trinta discentes (35,1%) consideram-no suficiente, seguidos de 618 (15,2%)

que acham insuficiente e 389 (9,6%) que consideram ótimo. Já na avaliação dos alunos da pós-graduação, a maior parte dos respondentes, equivalente a 74 estudantes (42,5%), escolheu a escala “ótima” para o oferecimento, seguida de uma parcela que avaliou tal item como bom, o correspondente a 68 alunos (39,1%). Já 24 discentes (13,8%) consideraram tal quesito suficiente e 8 respondentes (4,6%) julgaram-no insuficiente.

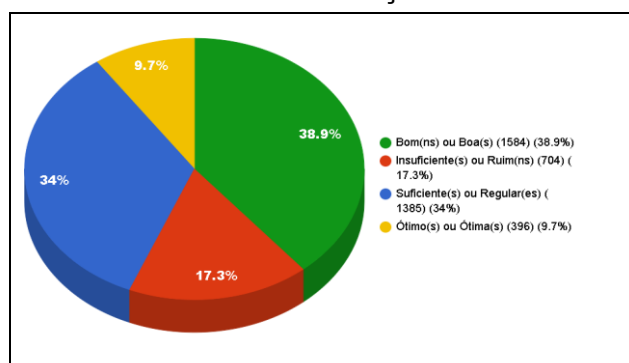
Na avaliação de 2016, grande parcela dos professores e dos alunos da graduação indicou a escala “boa” para avaliar tal quesito, o equivalente a 39,82% e 38,44%, respectivamente. Já a maior parte dos discentes da pós-graduação escolheu a escala “suficiente”, correspondendo a 50% dos respondentes.

Os cursos de pós-graduação devem ser oferecidos articulados com os cursos de graduação. Isso vem ocorrendo de maneira...

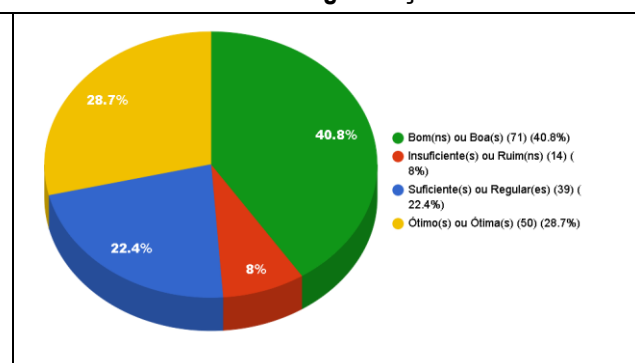
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Neste quesito, observou-se que a maior parte dos professores, no caso 170 (36,6%), considera que a articulação entre os cursos de pós-graduação e os de graduação ocorre de forma boa. Cento e trinta e dois (28,4%) consideram-na suficiente. Já 121 docentes (26%) consideram-na insuficiente, seguidos de 42 (9%) que avaliam tal quesito como ótimo. A porcentagem referente àqueles que consideram tal articulação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 9 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

Quanto aos alunos de graduação, a maior parte, o equivalente a 1584 discentes (38,9%), considera que tal articulação é boa, seguida de 1385 (34%) que a consideraram suficiente, 704 (17,3%) insuficiente e 396 (9,7%) ótima. O índice de insatisfação apresentado, de 17,3%, pode estar relacionado aos motivos expostos acima. Já a avaliação referente aos alunos de pós-graduação indicou que a grande parcela dos respondentes, o equivalente a 71 estudantes (40,8%), considerou que tal articulação é boa, seguida de uma parcela que a considerou ótima, o correspondente a 50 alunos (28,7%). O restante a considerou suficiente (22,4%, o equivalente a 39 respondentes) e insuficiente (o correspondente a 14 alunos, 8%).

Em 2016, a avaliação de tal quesito realizada pelos professores e alunos demonstrou que as maiores parcelas de todos os segmentos julgaram-no bom ou suficiente. Na ocasião, o índice de insatisfeitos foi de 27,07% dos docentes, 20,46% dos alunos da graduação e 12,5% dos discentes da pós-graduação.

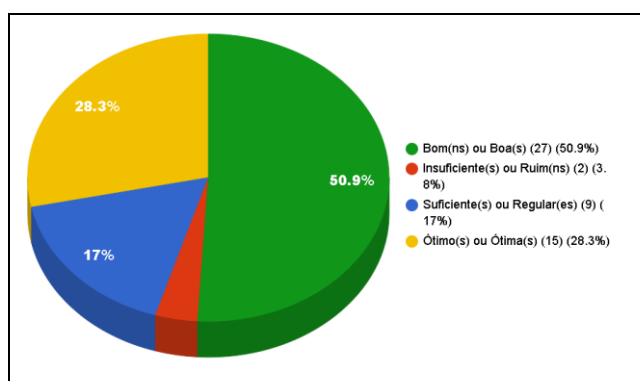
Docentes da Pós-Graduação avaliando seus Cursos

Foram propostas oito questões aos docentes da pós-graduação, para que pudessem avaliar seus cursos quanto a alguns quesitos. Para os docentes que atuam na EAD, em virtude das características do curso de ensino à distância, foram aplicadas apenas três das nove questões propostas para os professores da pós-graduação. As perguntas aplicadas são apresentadas logo a seguir. Neste caso, preferiu-se fazer uma análise conjunta para uma melhor compreensão desta avaliação, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

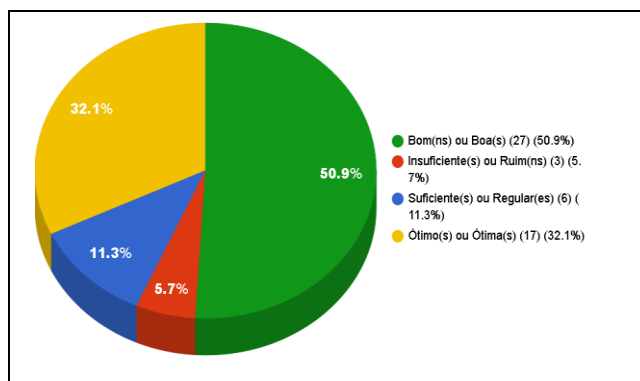
Questões específicas aos docentes da Pós-Graduação

➡ 1- As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

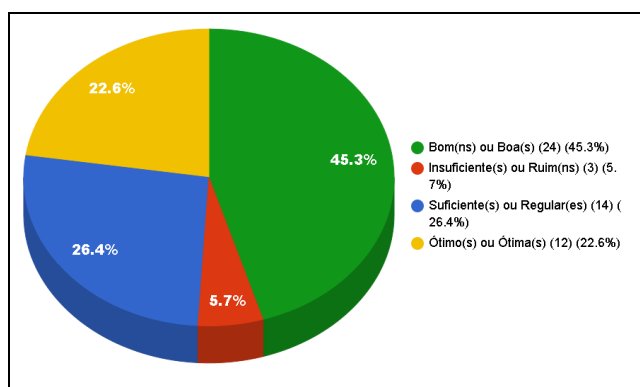
(Aplicada também para EAD)



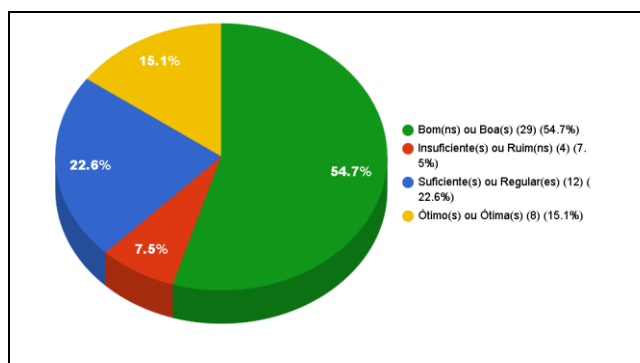
2- A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



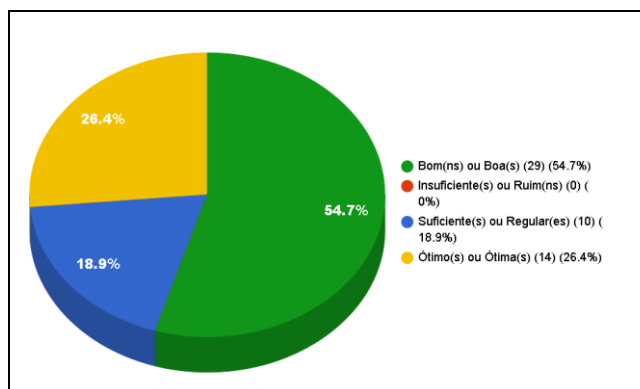
3- A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



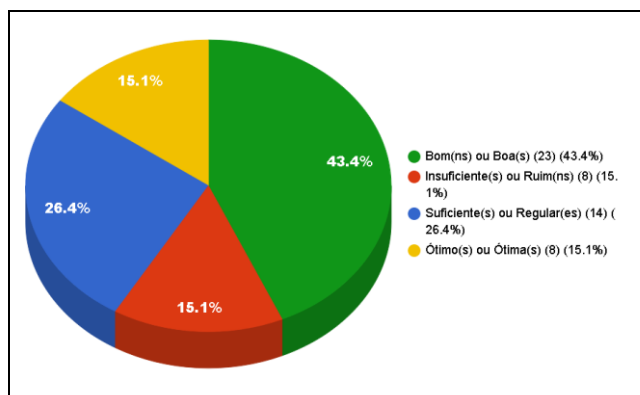
4- Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...



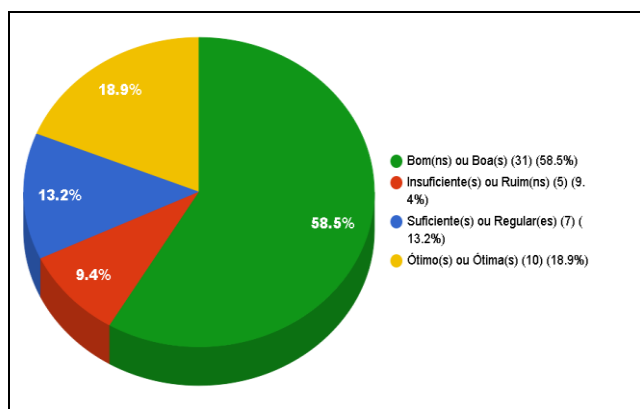
5- O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...



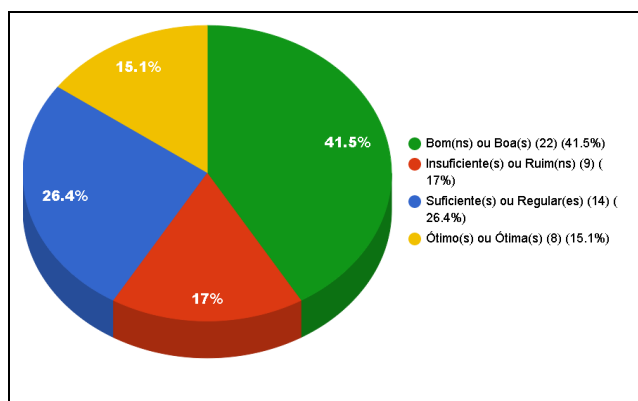
6- Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados aos estudantes e professores, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



7- O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...



8- Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...



Observou-se uma grande satisfação dos professores respondentes. Em todas as oito perguntas propostas a grande parte dos docentes avaliou o respectivo quesito como bom. O maior índice de insatisfação apresentado entre as oito perguntas propostas refere-se aos acervo bibliográfico disponibilizado, o correspondente a 17% dos respondentes. Tal índice merece atenção e deve ser melhor analisado.

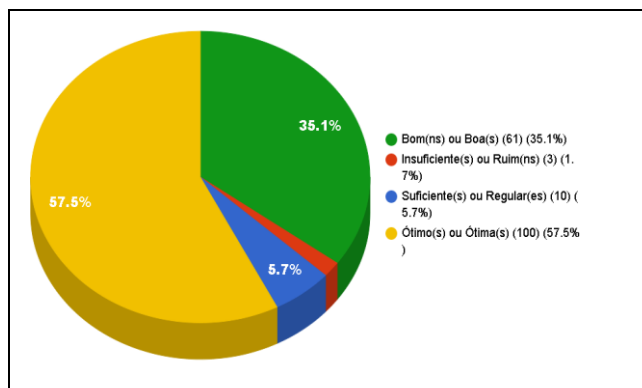
A avaliação realizada em 2016 também indicou uma grande satisfação por parte dos professores da pós-graduação, em todas as oito perguntas propostas, grande parte dos respondentes avaliou o respectivo quesito como bom. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, 14,52% dos docentes respondentes, foi a relacionada aos recursos de informática disponibilizados para docentes e alunos.

Alunos da Pós-Graduação avaliando seus Professores

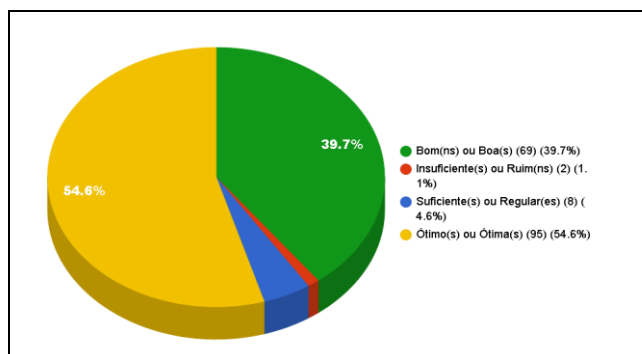
Da mesma forma que foi feito com os alunos de graduação, foram propostas oito questões aos alunos da pós, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando unicamente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante. Deve-se lembrar também que o baixo número de respondentes deste segmento não permite maiores conclusões a respeito.

Questões específicas aos alunos da Pós-Graduação

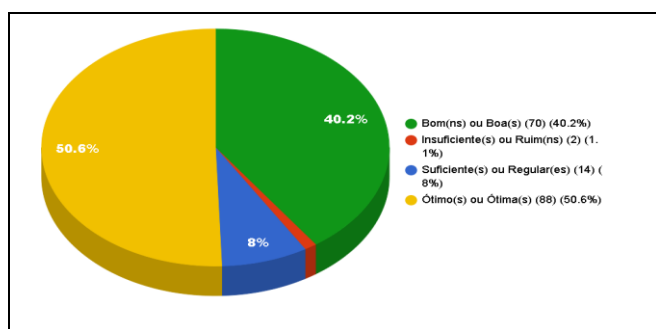
Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...



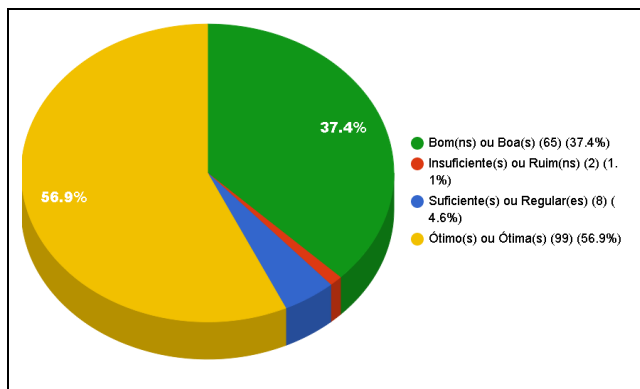
2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



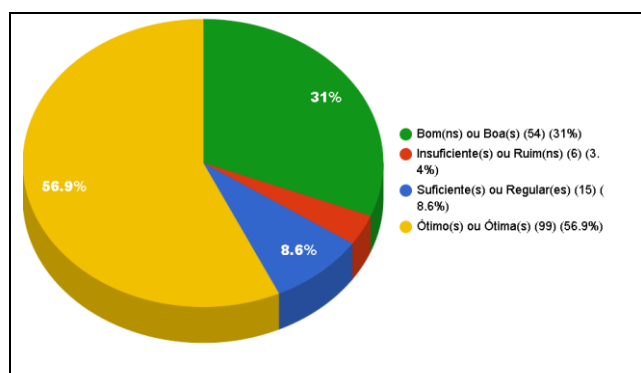
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



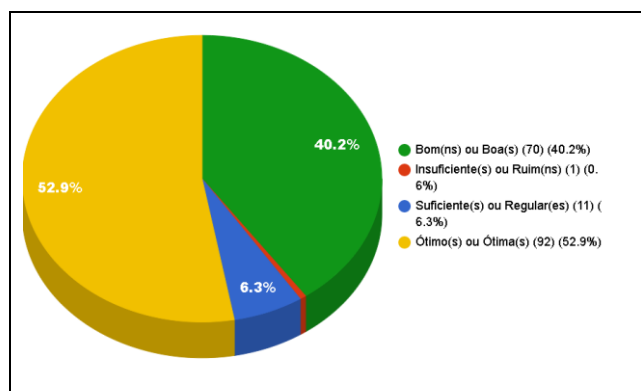
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...

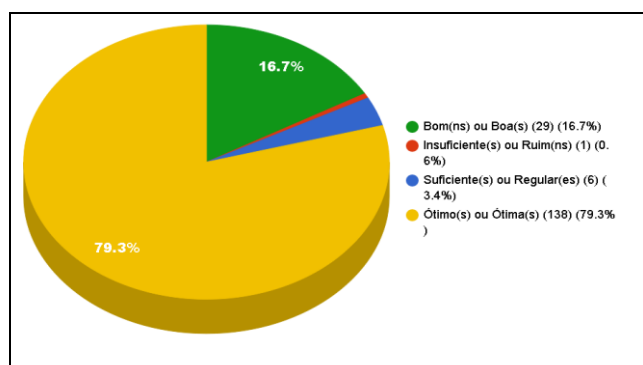


6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...

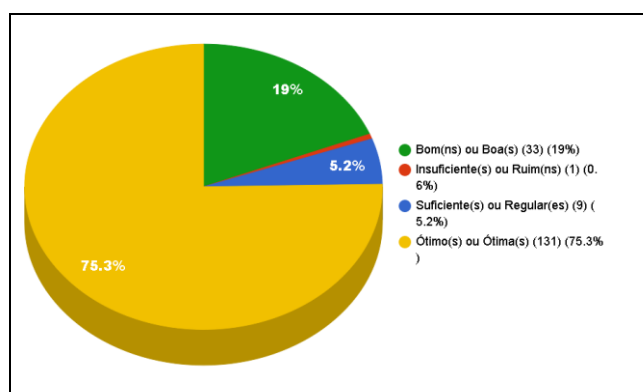




7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Todas as oito perguntas propostas foram avaliadas como ótima e boa pela maioria dos discentes da pós-graduação. A questão que apresentou o maior índice de insatisfeitos, correspondente a 3,4% dos respondentes, foi a relacionada à articulação da teoria e a prática das disciplinas.

Em 2016, não houve indicação de insatisfação por parte dos alunos da pós-graduação respondentes quanto aos quesitos avaliados. No entanto, deve-se lembrar que em virtude do baixo número de respondentes desse segmento não se pôde tirar maiores conclusões, apesar de ser um indicativo que sugere satisfação. Das oito perguntas propostas, em seis delas, grande parte dos discentes considerou o respectivo quesito como suficiente e bom. Em duas perguntas – uma relacionada à articulação da teoria e a prática das disciplinas e a outra referente à pontualidade docente – as maiores parcelas de respondentes avaliaram tais quesitos como suficiente e ótimo.

De um modo geral, os objetivos traçados no PDI para a pós-graduação vêm sendo atingidos. A criação do primeiro curso de doutorado em programa já existente foi alcançada em 2013. Em 2016, a Instituição teve dois cursos de doutorado aprovados pela CAPES, o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) e o curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Materiais (PEMM). Também foi aprovada pela CAPES a criação do programa de Pós-

Graduação em Ciência da Computação (PPCIC) que teve início com um curso de mestrado acadêmico. Estes 3 cursos iniciaram as atividades em 2016. Em 2019, foi criado o primeiro curso de Mestrado fora da Sede, no caso o curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP), no *campus* Nova Iguaçu.

Apesar das dificuldades encontradas, percebem-se os esforços da Instituição e, especificamente, da DIPPG para o desenvolvimento da pós-graduação, seja no aumento do número de bolsas de pesquisa, na criação de novos cursos, no investimento em infraestrutura, entre outras ações.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação ao ensino, observou-se que a Instituição apresenta uma boa estrutura curricular, capacitando o egresso para o exercício profissional, segundo o perfil proposto. Além disso, na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de graduação e as respectivas normas de operacionalização.

Os conceitos obtidos no ENADE, em 2019, foram extremamente significativos, sendo que a maioria dos cursos obteve conceito 4, em uma escala de 1 a 5. Obtiveram conceito máximo, nota 5, os seguintes cursos: Engenharia Civil (Sede), Engenharia de Produção (EAD), Engenharia de Produção (*campus* Itaguaí) e Gestão Ambiental (Sede). Vale ressaltar que o curso de Engenharia de Produção EAD e o curso de Engenharia de Produção do *campus* Itaguaí também obtiveram conceito máximo no CPC. A tabela apresentada na pag.72 apresenta a evolução histórica dos conceitos do Enade e CPC de todos os cursos da IES.

Os conceitos obtidos no CPC contribuíram para a evolução do IGC da Instituição, referente ao triênio 2017-2019, conforme a tabela apresentada na pag.79. Conforme os dados, o CEFET/RJ obteve o conceito 4, em uma escala de 1 a 5, com IGC contínuo de 3,512452, o maior entre as instituições de ensino superior da Rede Federal, composta por 38 institutos, 2 CEFETs e uma universidade tecnológica. No IGC 2018 e no IGC 2017, também foi atingido o conceito 4.

No ranking nacional, considerando as instituições públicas federais de ensino com programas de mestrado e doutorado e com mais de 20 cursos de graduação avaliados, sejam elas universidades, faculdades, institutos ou centros federais de educação, o CEFET /RJ ficou entre as 27 melhores do país. Considerando o estado do Rio de

Janeiro, levando em conta o mesmo aspecto, o CEFET /RJ obteve o 4º lugar. Esse excelente desempenho ficou registrado na imprensa por meio das notícias veiculadas, como por exemplo:



Fonte: <http://www.cefet-rj.br/index.php/noticias/5880-cefet-rj-alcanca-o-maior-igc-continuo-de-toda-a-rede-federal>

Outro indicador muito importante é o CC, conceito de curso, dado por especialistas do MEC, após visita *in loco*. Em 2019, ocorreram 3 avaliações *in loco*, para o ato de reconhecimento de curso. Os cursos avaliados foram: engenharia de alimentos (*campus* Valença), engenharia de computação (*campus* Petrópolis) e engenharia elétrica (*campus* Nova Friburgo). O curso de engenharia de alimentos obteve o conceito máximo, 5 (cinco), e os outros dois o conceito 4 (quatro), comprovando a expansão com qualidade.

Os aspectos avaliados com a aplicação do questionário que apresentaram altíssimos índices de satisfação, no caso acima de 70% da comunidade respondente indicando uma avaliação boa ou ótima, foram os relativos aos quesitos:

- Planos de ensino de cada disciplina (84,1% dos docentes avaliaram como bom ou ótimo).
- Adequação da matriz curricular do curso aos objetivos propostos, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando (80,5% dos docentes avaliaram como boa ou ótima).
- Práticas pedagógicas (75,7% dos docentes avaliaram como boas ou ótimas).
- Assiduidade dos professores (73% dos alunos avaliaram o quesito como bom ou ótimo).

Cabe uma observação com relação ao item referente aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares disponibilizados para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, que em 2011 foi apontado como um ponto de fragilidade e agora vem se tornando uma das potencialidades da Instituição. Este é um item que merece atenção por necessitar de investimentos contínuos e que ainda pode ser melhorado, em virtude da sua importância. A resposta da comunidade aos investimentos realizados pela Instituição é clara quando se observa a avaliação de 2010 e 2019. Em 2010, a parcela insatisfeita com este item correspondia a 24% para professores e

30% para alunos. Com a continuação dos investimentos, em 2019, a parcela insatisfeita com este item corresponde a 12,7% para professores e 9,8% para alunos.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Em sete das oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. A única questão que não seguiu esse padrão apresentou uma avaliação ainda melhor, com as maiores parcelas julgando o quesito como bom ou ótimo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 4,2%, foi referente à assiduidade dos professores. O índice de insatisfação mais significativo foi de 12,1% (Contextualização promovida pelas práticas pedagógicas). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

O Programa de Monitoria também se destaca como uma das potencialidades do ensino, assim como o Fórum de Ensino e o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ, que contribui na redução dos índices de evasão e retenção.

As Comissões de Acompanhamento Discente (CAD's) instituídas em 2016, que orientam e acompanham os alunos com baixo desempenho, são um instrumento importante que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção.

Ainda nesse contexto, convém mencionar o acordo de cooperação internacional entre o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, que possibilita a obtenção de dupla-diplomação (DD). Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas, um diploma de graduação da instituição brasileira e o título de mestre, expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança. Este tipo de programa contribui para a flexibilidade curricular dos cursos envolvidos.

O conjunto de serviços e aplicações do Office 365 da Microsoft, que a Instituição oferece à comunidade acadêmica, entre eles a Plataforma Teams, também é considerado uma potencialidade. O Microsoft Teams é uma plataforma unificada de comunicação e colaboração muito poderosa, com recursos de acessibilidade, que possibilita reuniões virtuais, além das presenciais, em caso de necessidade. Desde julho de 2019, todos os alunos devidamente matriculados no CEFET/RJ, em qualquer nível de ensino, podem baixar o Office 365 *for students* (Licença A3) e instalar gratuitamente em até 5 dispositivos eletrônicos pessoais. A parceria com Microsoft no e-mail institucional, permitiu a imediata distribuição dessas licenças. O manual para instalação foi disponibilizado e amplamente divulgado no portal do aluno, redes sociais, página oficial do CEFET/RJ e do DTINF.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Direção Geral do CEFET/RJ vem investindo fortemente na pesquisa e na pós-graduação, estando ciente do papel estratégico da DIPPG para o desenvolvimento da Instituição. O apoio à pesquisa e pós-graduação pode ser observado através de ações como a atualização/elaboração de regulamentação para pesquisa e pós-graduação na Instituição e o aumento significativo da alocação de recursos da Instituição destinados à criação de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação. Nos últimos anos, as atividades no CEFET/RJ associadas à pesquisa e à pós-graduação apresentaram um expressivo crescimento, que pode ser comprovado pelo aumento de diversos indicadores como produção científica qualificada, número de grupos de pesquisa, número de programas de pós-graduação, número de bolsas de iniciação científica e de mestrado. Esse crescimento foi suportado pelos investimentos que a Instituição efetuou nas duas áreas ao longo desses anos.

Na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as respectivas normas de operacionalização.

A avaliação da pós-graduação por seus professores foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos avaliados. Nas 8 perguntas propostas, a maior parcela de respondentes avaliou o quesito como bom. Tais quesitos são referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares, aos recursos de informática disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade; ao apoio de pessoal administrativo e à bibliografia básica. A questão que aborda o conceito do curso na comunidade não apresentou sequer índice de insatisfação. O índice de insatisfação mais significativo nesse aspecto em 2019 foi de 17%, relativo a bibliografia básica. O índice de insatisfação relativo a questão de apoio de pessoal administrativo, diminuiu bem de 2014 para 2016, passando de 32,84% para 11,29%, em virtude das contratações, e atingindo 9,4%, em 2019.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos da pós-graduação, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando inclusive baixíssimos índices de insatisfação em todos os quesitos pesquisados nas oito questões propostas. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. As duas questões mais bem avaliadas foram as que abordaram a assiduidade e a pontualidade dos professores.

Os seguintes eventos organizados no âmbito da DIPPG, em 2019, também se destacam como potencialidade:

Invente for the Planet, Latin Latin American Workshop on Optical Fiber Sensors (LAWOFS), Escola Regional de Alto Desempenho do Rio de Janeiro, *Expin*⁴⁸ – Experiência de Inovação em Projetos, Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação 2019 – JIPP 2019 e XXV Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web (WEBMEDIA 2019).

EXTENSÃO

A diversidade de programas que fazem parte do âmbito de trabalho da Extensão no CEFET/RJ e a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) podem ser considerados potencialidades da Instituição. Além disso, na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para a extensão e as respectivas normas de operacionalização.

b.2) Fragilidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 12,1% (Contextualização promovida pelas práticas pedagógicas). Apesar desse índice não representar uma fragilidade, sabe-se que é um item que requer atenção constante.

Entre as ações que ainda merecem atenção, estão a capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem e a orientação para o preenchimento correto do formulário de compras de forma a obter o produto desejado, seja ele um equipamento de laboratório ou um software.

PESQUISA

Há pesquisadores com artigos em linhas de pesquisa que ainda não estão presentes nos grupos de pesquisa. Deve-se analisar os motivos e verificar se tais linhas são de interesse da instituição. Em caso positivo, seria interessante convidar tais pesquisadores para criar novos grupos.

PÓS-GRADUAÇÃO

O maior índice de insatisfação apresentado entre as oito perguntas propostas aos professores refere-se aos acervo bibliográfico disponibilizado, o correspondente a 17% dos respondentes. Tal índice merece atenção e deve ser melhor analisado.

A questão que trata do oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade também merece atenção constante. No entanto, a comunidade parece estar mais satisfeita considerando a redução do índice de insatisfação, que em 2013/2014, era de 30,43% e de 23,67%, por parte dos professores e alunos de graduação, respectivamente. Em 2016, esses índices passaram para 23,04% e 16,55%, e em 2019,

passaram para 20,4% e 15,2%, respectivamente, o que sugere que a comunidade parece estar mais satisfeita, com a abertura dos últimos cursos.

Deve-se dar atenção também ao quesito referente à articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação. Tal quesito, em 2013/2014, na avaliação dos professores, apresentou um índice de insatisfação de 22,41% e, na avaliação dos alunos de graduação, de 19,19%. Em 2016, esses índices passaram para 27,07% e 20,46%, e em 2019 houve uma ligeira melhora, passando para 26% e 17,3%, respectivamente, merecendo ainda atenção em virtude da sua importância.

A porcentagem referente àqueles que consideram a articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 9 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

c) Ações com base na análise

ENSINO – GRADUAÇÃO

Sabendo da importância da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, sugere-se um maior investimento neste campo com relação aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares. O quesito relação da teoria com a prática pode ser mais bem trabalhado junto aos alunos, deve-se buscar alternativas para que todas as disciplinas apresentem situações práticas que envolvam a teoria ministrada. Esse problema passa pela reciclagem dos professores, aos quais devem ser oferecidas oportunidades de interação com indústrias e empresas dos respectivos ramos. Algumas ações institucionais devem promover a integração dos professores às empresas dos setores industriais correspondentes às diversas especialidades.

Intensificar o apoio à capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. Orientar os docentes para atuar de forma correta no processo de compras. Desenvolver um manual com os principais erros e soluções.

Fomentar discussões acadêmicas com o colegiado das diversas coordenações no sentido de: estabelecer o quantitativo de professores que atenda de forma contínua às necessidades requeridas pelas disciplinas; planejar as saídas de professores para especialização e realização de cursos fora da coordenação de modo a não prejudicar o andamento do programa das disciplinas das coordenações; discutir melhoramentos nos programas das disciplinas no sentido de atualizar conteúdo e carga horária. Atualizar continuamente as informações do site institucional.

PESQUISA

Estudar alternativas para que todos os pesquisadores que trabalhem com projetos de pesquisa em consonância com a missão e objetivos da Instituição possam constituir grupos de pesquisa. Da mesma forma, deve-se refletir sobre a questão dos critérios de concessão de bolsas do PIBIC quando se trata das respectivas linhas de pesquisa que, pelo fato de não estarem associadas ainda a pós-graduação da Instituição, não apresentam a produção científica esperada, ficando presas a um círculo vicioso.

EXTENSÃO

Verificar a possibilidade de enriquecer as informações que constam no *site* da Instituição relativas à Extensão.

PÓS-GRADUAÇÃO

Aumentar a participação dos alunos de graduação nos projetos e pesquisas desenvolvidos a nível de pós-graduação no sentido de motivá-los à continuação de seus estudos em um programa de pós-graduação.

Divulgar as atividades da pós-graduação (participação em congressos, defesas de dissertações, trabalhos publicados, etc.) junto aos alunos de graduação, convidando-os também a participar desses eventos.

3.3.2 – Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.

a.2) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Entre as políticas e planos institucionais mencionados no Relatório de Gestão 2019 está o Plano de Comunicação, cujos os objetivos estratégicos são:

Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do CEFET/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.

Fortalecer a comunicação como estratégia institucional.

Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com as comunidades interna e externa.

Como pode ser verificado no PDI, as inter-relações do CEFET/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade ultrapassa os serviços de comunicação e de TIC, exigindo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos/setores institucionais no exercício de suas competências e atribuições. O Centro, como Instituição pública de Educação Superior, obriga-se à visibilidade e legitimidade de sua atuação, submetida ao controle do Estado e da sociedade em geral. A articulação com os órgãos de governo (em especial do MEC) e demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em conselhos e associações de interesse institucional (a exemplo da ANDIFES e do CONIF), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm alargando o reconhecimento social dessa atuação.

Com relação à Divisão de Comunicação, a visibilidade institucional tem sido fortalecida da seguinte forma:

- manutenção de articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais, viabilizando a edição de matérias em jornais e tvs com divulgação das atividades acadêmicas, entrevistas com participação de dirigentes, docentes e/ou alunos etc.;

- produção de materiais de divulgação das ações institucionais com a utilização de diferentes mídias, a exemplo da produção jornalística para o *site* institucional, bem como da articulação permanente com as mídias sociais, como Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, Flickr e SoundCloud. Além disso, contribuem a produção de *releases* e do informativo eletrônico #CEFET/RJ, assim como a elaboração de materiais de divulgação das ações institucionais, em formatos de *banners*, cartazes, CDs, DVDs, *folders*, folhetos, *outdoors*, painéis etc.

- apoio à promoção de eventos internos e externos, como seminários, palestras, feiras e exposições, etc.

Há dois veículos de comunicação que também devem ser citados. Um deles é a TV CEFET que, além de integrar o laboratório acadêmico de multimídias dos cursos técnicos e de graduação em Telecomunicações, atua na documentação e divulgação de eventos institucionais. O outro veículo são as revistas do CEFET/RJ. A mais antiga é a Tecnologia & Cultura (ISSN: 1414-8498), estratificada na classificação dos periódicos Qualis da CAPES. A Divisão de Comunicação Social e a Divisão de Programação Visual atuam de modo colaborativo na produção da revista científica Tecnologia & Cultura, da Diretoria de Gestão Estratégica. As divisões são responsáveis pela revisão da formatação dos artigos acadêmicos, pela produção gráfica da revista impressa e pela produção digital. Há ainda duas revistas mais recentes: Revista Produção e Desenvolvimento -RPD (eISSN: 2446-9580) e Revista Estudos de Filosofia e Ensino

Com relação à publicidade legal, a Divisão de Comunicação Social é responsável pela inserção desse conteúdo em jornais de grande circulação, obedecendo ao contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), de acordo com o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. Esse Decreto estabelece que a divulgação de publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação de determinada região) deve ser feita, obrigatoriamente, por intermédio da EBC, exceto daquela veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Decreto nº 7.379, de 1 de dezembro de 2010, dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Recursos tecnológicos e audiovisuais

No tocante a recursos de informação e comunicação, a instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade educação a distância (EAD). Desde 2006, a área tem encaminhado projetos e atividades relacionados à reestruturação da infraestrutura de rede informatizada nos *campi* do Sistema CEFET/RJ, envolvendo *data center*, redes físicas e lógicas e desenvolvimento de sistemas. Tais esforços envolvem o departamento de TI da Instituição, cuja função principal é promover recursos de TI – serviços e tecnologia – alinhados às operações e atividades desenvolvidas pelos usuários de acordo com o seu papel e sua dependência de infraestrutura de TI.

As próximas seções descrevem de forma resumida a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e os recursos audiovisuais.

Organização

A organização da TIC no CEFET/RJ é constituída pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF) no campus Sede Maracanã que aloca a maior parte dos profissionais técnicos, e pelos Setores de Informática (SINFO) nos demais campi. O Comitê Gestor de TI (COGTI) é um órgão colegiado permanente de representação multi campi, de natureza consultiva e propositiva que auxilia o DTINF nas políticas e ações na área de Tecnologia e Segurança da Informação.

O alinhamento estratégico da TI aos objetivos institucionais é acompanhado pelo Comitê de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) composto pela alta administração e o chefe do DTINF. O CGTIC tem como objetivos elaborar e aprovar políticas de TIC, Além de priorizar os projetos e investimentos como também, estabelecer mecanismos para a comunicação e institucionalização.

As necessidades de informação e serviços de TI da Instituição estão contempladas no PDTIC, que é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação.

Infraestrutura

O parque tecnológico da instituição é composto por computadores, servidores, ativos de redes, appliances de segurança, equipamentos de armazenamento e processamento de dados distribuídos pelas unidades interconectadas por infraestrutura de rede banda larga protegida (Firewall Blockbit) e um datacenter em sua Sede.

Todos os campi possuem acesso à internet com velocidade mínima de 100 Mbps fornecida pela RNP conectados à Redecomep onde o campus Maracanã integra o anel principal (backbone) operando a 10Gbps. A Redecomep-Rio é uma rede metropolitana de alta velocidade que conecta instituições acadêmicas e de pesquisa do Rio de Janeiro.

O datacenter (Maracanã) concentra os maiores recursos computacionais e hospeda os principais sistemas e informações críticas da instituição. Por segurança, diariamente os dados mais importantes são copiados para o campus de Nova Iguaçu. Todo gerenciamento é feito através da tecnologia de virtualização (Red Hat Virtualization) que permite administração remota com facilidade e em tempo real.

Uma normativa interna de padronização de equipamentos aprovada pelo CGTIC orienta o uso de soluções de TIC compatíveis com as já existentes e serve de referência para as aquisições de TI no processo de obtenção de especificações.

Os *softwares* disponibilizados aos usuários são o Pacote Office 365 e nas versões 2007, 2010 e 2013 e outros programas gratuitos. E os sistemas operacionais das estações de trabalho são Windows nas versões 10, 8, 7 e Linux.

Serviços

Os serviços de TIC são disponibilizados através dos Sistemas de Informação que coletam, processam e armazenam os dados institucionais. São softwares integrados que auxiliam nas atividades e funcionamento das áreas acadêmica e administrativa do CEFET/RJ.

O SOPHIA é um sistema de gestão de biblioteca utilizado para administrar todo o acervo e possui consulta pública de disponibilidade dos livros através da internet. Este software foi desenvolvido pela empresa PRIMA que presta também o serviço de suporte e manutenção do sistema.

O sistema acadêmico adotado pela instituição é o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) que é mantido com suporte da empresa AVMB. Com a implantação na pós-graduação e importação dos alunos EaD da plataforma CEDERJ, o CEFET/RJ passou a utilizar o módulo acadêmico em todos os níveis de ensino. E a integração do módulo de RH com o SIAPE, concentrou em uma mesma base de dados todos os discentes e servidores permitindo uma melhor gestão da informação para a instituição.

O banco de dados do SIE é usado pelo sistema Registro CEFET para permitir que os servidores e alunos se cadastram para terem acesso aos serviços institucionais através da criação de uma única senha. Esse método de autenticação eliminou a necessidade de múltiplas senhas de acesso e processos de cadastramento, proporcionando um maior controle e segurança.

O convênio firmado em 2018 com a Microsoft possibilitou a prestação gratuita para servidores e alunos dos serviços de e-mail de 50GB (Outlook), armazenamento em nuvem de 1TB (OneDrive) e outros aplicativos. Com a contratação das licenças do Office 365 (A3) para os professores, os estudantes conseguiram gratuidade nas licenças. Através do sistema Registro CEFET, todos esses serviços são disponibilizados em até 30min.

Para os serviços de comunicação interna temos como ferramentas a Intranet e o e-mail institucional. A comunicação institucional para a comunidade externa é realizada pelo Portal CEFET/RJ que está em conformidade com a IN 08/2015 da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, além das contas oficiais nas redes sociais.

A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é um serviço de gestão de identidade administrada pela RNP que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras através da integração de suas bases de dados. Com o sistema "Registro CEFET", alunos e funcionários passaram a ter acesso aos principais serviços oferecidos aos integrantes da CAFe:

- Portal de periódico Capes: Portal que fornece acesso gratuito a diversos artigos científicos para pesquisadores do CEFET/RJ;
- Conferência Web: Solução de videoconferência para interações online e trabalho colaborativo;
- Eduroam: Wi-fi internacional para instituições educacionais disponibilizado no campus Maracanã para toda comunidade acadêmica interna e externa (visitantes).

Recursos audiovisuais

A área administrativa do CEFET/RJ possui um sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. A finalidade do sistema de videoconferência é agilizar e

organizar encontros eventuais sem que seja necessário o deslocamento dos diretores de *campus* até a Sede da instituição, reduzindo, assim, despesas com locomoção e diárias. Atualmente, o sistema de videoconferência é utilizado para atender especificamente a área administrativa, ou seja, não é usado para cunho didático ou exposição de conteúdo em salas de aula ou auditórios. O sinal do sistema de videoconferência do CEFET/RJ é alimentado e distribuído pela rede de dados do Centro Federal, que possui uma porta exclusiva para esse fim. Existem outros recursos de multimídia utilizados na instituição, como já mencionados anteriormente, como projetores de mídia, aparelhos de televisão e dispositivos de som.

O portal institucional é, sem dúvida, a grande ferramenta de visibilidade da Instituição e merece a visita da comunidade interna e externa. Para acessá-lo, basta digitar www.cefet-rj.br. Nele, são publicadas diariamente notícias relativas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), assim como são alimentadas as informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. Estão incluídos, também, links de alcance governamental e de grupos específicos (de docentes, discentes e entidades).

Conforme descrito no Relatório de Gestão do Exercício de 2019, o CEFET/RJ possui 2 principais canais de acesso capazes de garantir a comunicação do cidadão com a instituição. Todos eles servindo para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., permitindo também que a sociedade exponha sua percepção acerca dos serviços prestados pela unidade. São eles: a Ouvidoria do órgão e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC, e-SIC). Estes canais foram integrados na plataforma “Fala.BR.” desde agosto de 2019, onde passou a ser possível tratar, em ambiente único, tanto as manifestações de ouvidoria, quanto solicitações de simplificação e pedidos de acesso à informação. Além destes, são também considerados canais de acesso: o Setor de Protocolo Geral e os canais disponíveis por e-mail e redes sociais (Facebook e Twitter) gerenciados pela Divisão de Comunicação (DICOM).

A Ouvidoria do CEFET/RJ é um espaço aberto para a sociedade que, através de canais de atendimento, recebe e responde manifestações, que podem ser sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre as políticas e os serviços públicos prestados por esta Instituição Federal de Ensino. A Ouvidoria é um mecanismo de exercício da democracia participativa com duas grandes finalidades: realizar o controle social da qualidade do serviço público, auxiliando a busca de soluções para os problemas existentes nos órgãos do Estado; e promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações recebidas, encaminhando-as para os órgãos competentes e acompanhando sua tramitação, para, posteriormente, fornecer a resposta adequada ao cidadão. Com o advento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), desenvolvido pela CGU, o CEFET/RJ aderiu integral e formalmente a essa ferramenta, sem prejuízo de continuar utilizando o canal que, desde 2005, foi implantado (ouvidoria@cefet-rj.br), assim como, o atendimento telefônico (21-2566-3050) e o presencial através de formalização no Protocolo-Geral do CEFET/RJ. Cabe registrar que o e-Ouv é um sistema do qual se pode extrair as devidas estatísticas de atendimento por parte da Ouvidoria e, dada a sua origem, é monitorado pela CGU-OGU, o que confere maior fidedignidade aos atendimentos prestados. Seguem as demandas recebidas em 2019.

Demandas recebidas pelo sistema e-Ouv em 2019



Fonte: e-Ouv 2019

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no sítio da instituição através da seção “Acesso à Informação”, onde há o link que permite ingressar diretamente no SIC, bem como endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão. Durante o ano de 2019 foram registrados 110 pedidos protocolados junto ao sistema e-SIC, conforme figura a seguir, caracterizando uma média de 9,17 pedidos ao mês. Esse número de pedidos registrados durante 2019 representou um aumento de 23,% do uso da ferramenta e-SIC em relação ao ano de 2018, confirmando o maior conhecimento por parte da comunidade do sistema de acesso à informação. O CEFET/RJ disponibiliza também na seção “Acesso à Informação”, conforme previsto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, sua carta de serviços ao cidadão.

Distribuição dos assuntos levantados (top 10).

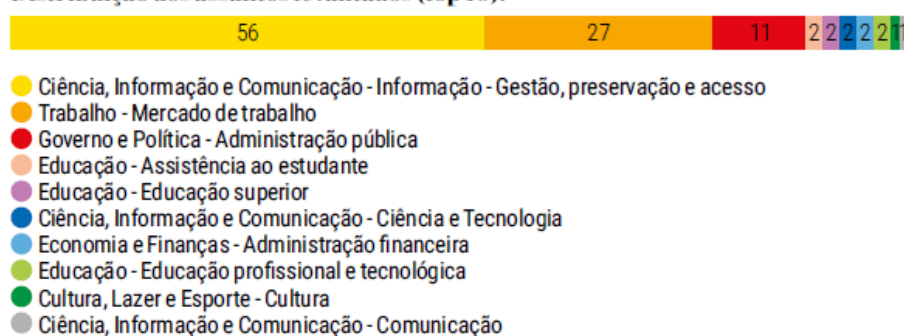


Gráfico – Top tipos de solicitações SIC CEFET/RJ 2019

O Setor de Protocolo Geral está disponível a todos os cidadãos que comparecerem pessoalmente ao CEFET/RJ. Este setor é responsável pelo registro de todas as solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição, bem como sua distribuição aos setores competentes.

Considerando o contexto dessa dimensão cabe mencionar a presença da Comissão de Ética do CEFET/RJ, com regimento interno aprovado pela Portaria nº 357, de 16/05/2011, que pode ser acessada no *site* da Instituição, na aba Comissão de Ética. Nesse espaço virtual, no *site* da Instituição, na aba Comissões, e depois clicando-se em Comissão de Ética, pode-se encontrar o e-mail disponível comissao.etica@cefet-rj.br, o regimento interno e a legislação envolvida. A comissão, assim, estabelece um canal direto com a comunidade interna do CEFET/RJ e a sociedade em geral. A Comissão de Ética é um órgão colegiado, vinculado à Direção Geral, que possui dentre

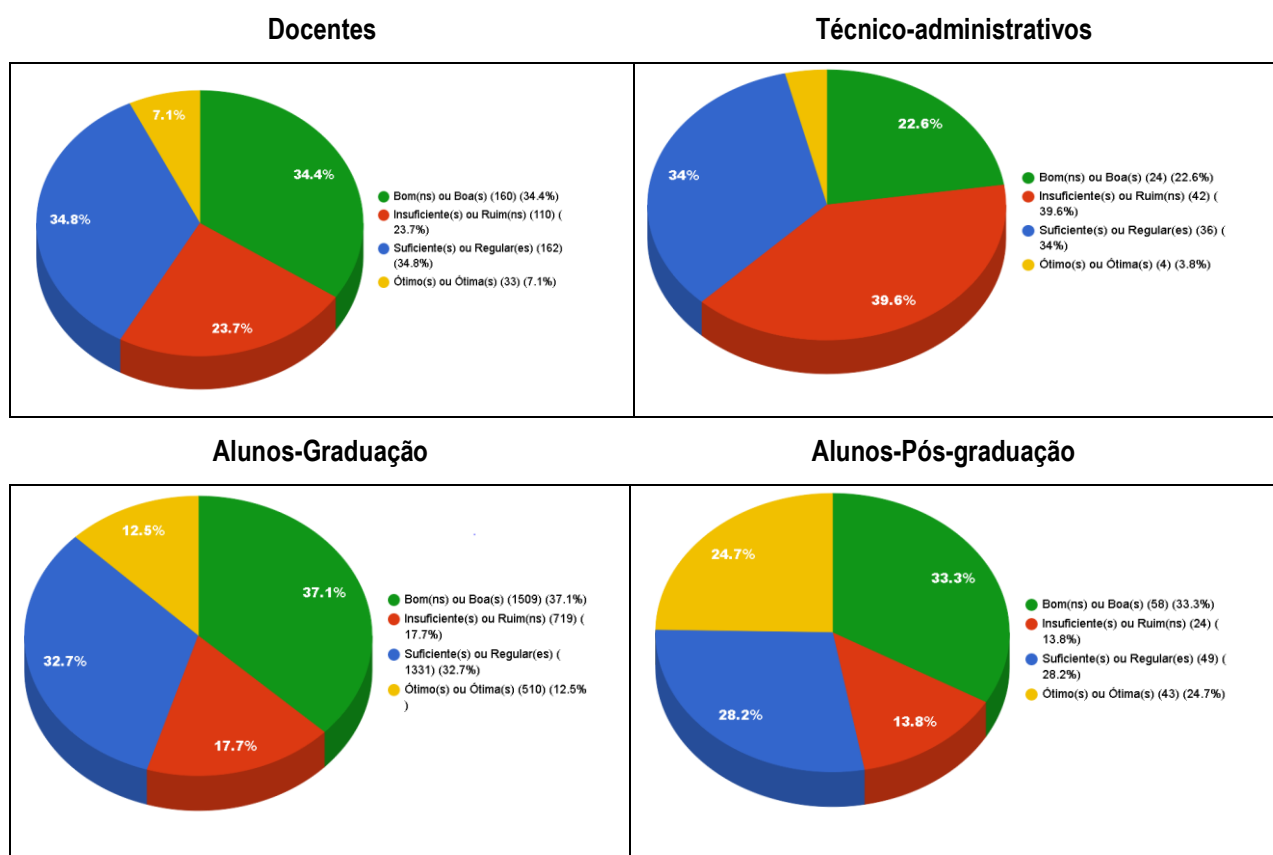
outras, a competência de supervisionar a observância do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, podendo apurar condutas que possam configurar violação às normas e adotar providências, aplicando sanções, tais como pena de censura que configurarão nos registros funcionais dos servidores.

Em 2019 o Departamento de Recursos Humanos implantou formas de atendimento eletrônico aos servidores, de modo a ampliar os canais de comunicação, facilitando o fluxo de informações principalmente aos trabalhadores lotados nos campi distantes da Sede. O atendimento através do Sistema de Chamados facilitou a organização do atendimento e melhorou o tempo de resposta às questões.

Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a comunicação da Instituição com a sociedade, foram formuladas pela CPA duas questões que fizeram parte do questionário aplicado.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ?



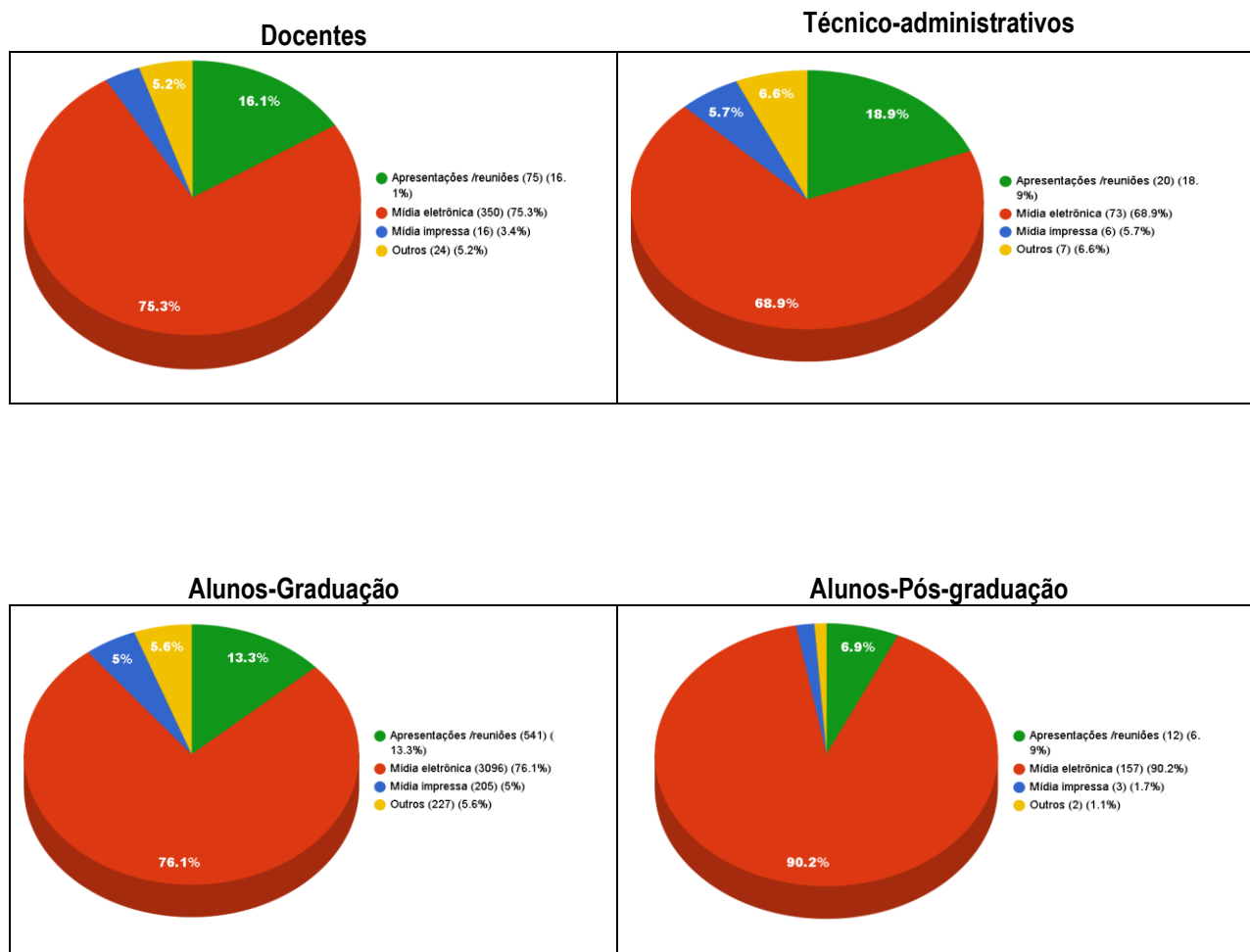
Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 23,7% dos professores, 39,6% dos técnico-administrativos, 17,7% dos alunos de graduação e 13,8% dos estudantes de pós-graduação consideraram insuficiente ou ruim a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ. Avaliam como

bom ou ótimo 41,5% dos professores, 26,4% dos técnico-administrativos, 49,6% dos alunos de graduação e 58% dos discentes de pós-graduação.

Percebe-se a necessidade de aprofundarmos a investigação dos problemas relativos à comunicação dentro da Instituição, aprimorando os mecanismos já existentes e criando novas formas de facilitar a circulação das informações. Incluir os diferentes segmentos da comunidade na elaboração dos instrumentos de divulgação (mídia impressa e eletrônica), sejam alunos, técnico-administrativos ou professores, pode ser um movimento que contribuirá na melhoria da qualidade da comunicação existente.

Em 2016, 26,62% dos professores, 28,82% dos técnico-administrativos, 20,01% dos alunos de graduação e 12,5% dos discentes de pós-graduação avaliaram a efetividade de comunicação e a circulação de informações como ruim ou insuficiente.

➡ Em sua opinião, qual destes modos de divulgação funciona de forma mais efetiva?



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 75,3% dos professores, 68,9% dos técnicos, 76,1% dos alunos de graduação e 90,2% dos discentes de pós-graduação consideram a mídia eletrônica como o veículo de comunicação mais efetivo na Instituição. Esses dados mostram a contribuição do Portal da Instituição, que aparece como importante instrumento de acesso da comunidade a vida institucional. Em segundo

lugar, aparecem as apresentações e reuniões para todos os segmentos com os seguintes percentuais: 16,1% dos docentes, 18,9% dos técnico-administrativos, 13,3% dos estudantes de graduação e 6,9% dos discentes da pós-graduação.

Em 2016, em primeiro lugar para todos os segmentos participantes também ficou a mídia eletrônica. Em segundo lugar, também apareceram as apresentações e reuniões.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O Portal e a TV CEFET vêm se destacando como potencialidades da Instituição. Cabe mencionar também o sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. Tal sistema possibilita maior agilidade nos encontros dos diretores de *campi* com os diretores sistêmicos, que ficam na Sede, além de reduzir custos com viagens e deslocamentos.

O investimento na área de comunicação com relação a produção de notícias, trouxe um maior profissionalismo as notícias elaboradas sobre a Instituição, que agora conta com dois jornalistas na Sede, conforme a tabela a seguir.

Classificação	Cargo	Sede (Maracanã)
E	Jornalista	2
E	Programador Visual	1
E	Relações Públicas	2
E	Revisor de Texto	2
TOTAL		7

b.2) Fragilidades

O Portal, apesar de ser uma ferramenta poderosa, carece de atualização e de uma interface mais agradável com a comunidade.

c) Ações com base na análise

Atualizar e aprimorar o Portal. Reformular os conteúdos, evitando as informações repetidas.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.

A admissão nos cursos de graduação do CEFET/RJ pode ser feita de quatro formas distintas:

1) Através do Sisu:

O ingresso para os cursos oferecidos na Instituição, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o CEFET/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando o novo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação de suas diferentes Unidades de Ensino.

2) Por transferência Externa ou Interna:

A transferência externa ocorre através de um processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de Ensino Superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo limitado às vagas existentes. O processo de transferência interna corresponde ao remanejamento interno de aluno regularmente matriculado em curso de graduação do CEFET/RJ (da Sede ou de suas Unidades). O remanejamento interno é a mudança de um aluno da graduação da Unidade Sede do CEFET/RJ ou das Unidades descentralizadas, de um curso para outro ou para o mesmo curso.

3) Mediante convênio:

O aluno-convênio é aquele encaminhado ao CEFET/RJ pelos órgãos governamentais competentes, e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo cultural, conforme as normas da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT). O CEFET/RJ mantém diversos convênios com instituições estrangeiras, as quais, periodicamente, promovem ações de intercâmbio de alunos, dentro de critérios específicos.

4) Mediante Reingresso (para Portadores de Diploma):

Processo seletivo no qual, mediante a concordância dos Departamentos Acadêmicos dos Cursos e, havendo disponibilidade de vagas, o aluno formado em Instituição de Ensino Superior pode concorrer a vaga de acordo com os critérios que são estabelecidos via edital. O aluno que ingressar por esta forma e que tiver sua matrícula cancelada pelo CEFET/RJ, ou vier a cancelá-la, não mais poderá utilizar esta forma de ingresso. O processo é realizado a qualquer momento antes do período letivo para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas em edital disponível no *site* da Instituição.

É importante mencionar que atualmente, o CEFET/RJ reserva parte de suas vagas para o Sistema de Cotas, considerando candidatos oriundos da rede pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e candidatos oriundos da rede pública e pretos, pardos e indígenas, independente da renda. A porcentagem reservada obedece aos critérios da Lei de Cotas.

Nesse contexto de políticas de acesso à Instituição, merece ser mencionada a mobilidade acadêmica, oferecida para os cursos de graduação e de pós-graduação. A mobilidade pode ser nacional ou internacional. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com sua instituição e curso de origem. Por meio dos programas de mobilidade acadêmica, a instituição desempenha tanto o papel de instituição receptora quanto o de emissora, proporcionando aos alunos de graduação o contato com múltiplas realidades culturais e educacionais.

Sendo o CEFET/RJ uma Instituição pública e gratuita, para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de alguns livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. Nesse sentido, o CEFET/RJ desenvolve políticas de assistência estudantil, tanto para estudantes do nível de ensino profissional técnico, como para a graduação. A Instituição disponibiliza recursos próprios e oriundos do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, com vistas a diminuir os índices de evasão escolar.

No Programa de Assistência Estudantil, o quantitativo de auxílios ofertados é estabelecido em conformidade com a disponibilidade orçamentária, que em 2019 foi de R\$7.560.000,00 (sete milhões e quinhentos e sessenta mil reais). Considerando os alunos que se enquadram na situação em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, a política de atendimento do CEFET/RJ está fundamentada em três programas que contemplam bolsas de permanência, a saber:

a) Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.

b) Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.

c) Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas básicas para seu desempenho escolar e prevenir a retenção e evasão escolar.

O quantitativo de bolsas de assistência estudantil 2019 estão apresentadas na tabela a seguir:

PROGRAMA	ESTUDANTES ATENDIDOS
Programa de Auxílio ao Estudante (PAE)	1.750
Programas de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED)	20
Programa de Auxílio Emergencial (PAEm)	200

Fonte: CAE/DERAC/DIREX

A Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possui cerca de duas mil empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ, uma vez que a Instituição é também uma agência governamental de estágio-emprego. Essa parceria visa facilitar a integração dos estudantes em fase final de aprendizado acadêmico e os recém-formados com o mercado de trabalho. Desse relacionamento proveitoso com o mundo produtivo resultou o projeto FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, que por muitos anos a Instituição realizou. Durante a realização do evento, profissionais das empresas nacionais e multinacionais palestram sobre as tendências de mercado imediatas, com as consequentes exigências profissionais e as possibilidades concretas de inserção em determinado ramo de atividade, além de encontros agendados com os docentes do CEFET/RJ, que permitem atualização dos conteúdos acadêmicos ministrados.

A preocupação com a questão da permanência dos estudantes e redução dos índices de evasão e retenção levou a constituir uma comissão, instituída pela Portaria 1.295 em 03 de setembro de 2015, objetivando propor um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ. Tal documento foi finalizado no final de 2016 e aprovado no CEPE, por meio da Resolução 04/2017, em 30/03/2017.

A Instituição investe na contratação e capacitação de profissionais com o objetivo de implantar um eficiente acompanhamento sócio-pedagógico. A tabela a seguir indica o número de alguns tipos de profissionais que vem a auxiliar nesse sentido por *campus*. Logicamente o *campus* Sede possui o maior número desses profissionais em virtude do número de cursos e de alunos envolvidos.

Classificação	Cargo	Sede Maracanã	Maria da Graça	Nova Iguaçu	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
E	Pedagogo	11	1	2	2	2	0	2	1
E	Técnico em Assuntos Educacionais	24	1	3	2	2	4	2	1
E	Psicólogo	4	1	1	0	1	0	0	1
TOTAL		39	3	6	4	5	4	4	3

No segundo semestre de 2016, foram instituídas as Comissões de Acompanhamento Discente (CAD's) e aprovadas as normas de funcionamento. Orientando e acompanhando o aluno com baixo desempenho, a CAD é um instrumento importante que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção. Cada curso superior possui uma CAD, com as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e orientar alunos que têm apresentado baixo desempenho acadêmico de tal forma a orientá-los para a finalização do curso;
- b) Assessorar o seu respectivo coordenador acerca de assuntos relativos à situação dos alunos em acompanhamento e orientação.

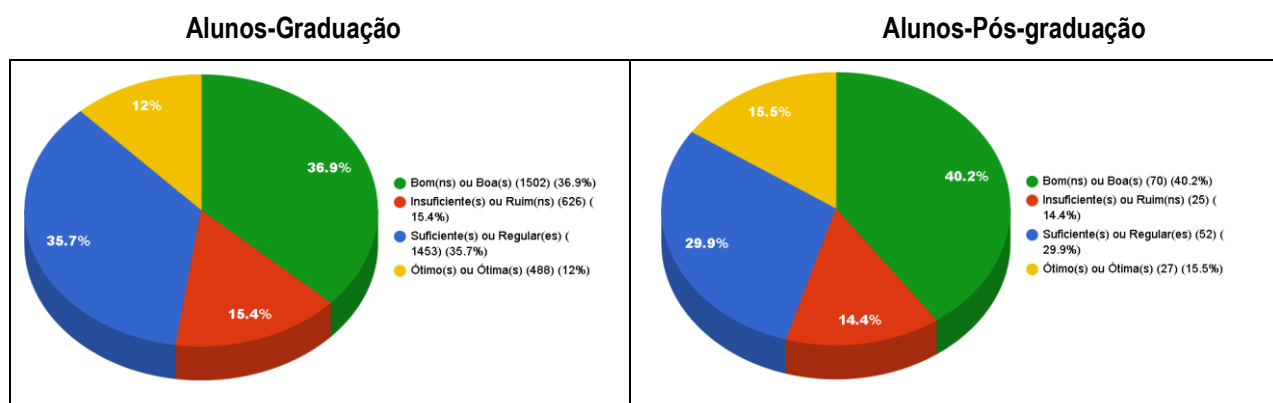
Há espaços de convivência que permitem a integração de todo público da Instituição. Para atender às atividades esportivas existem, em boas condições, quadras (coberta e descobertas) e piscinas, além de uma academia de ginástica na Unidade Sede. Nas bibliotecas, há espaços específicos para estudo individual e em grupo. Na Unidade Sede, para atividades que envolvam o uso de computadores, são utilizadas as salas da Coordenadoria de Laboratório de Análise Numérica – antigo Colan. Maiores detalhes referentes a esses espaços e outros podem ser

encontrados na Dimensão 7, infraestrutura.

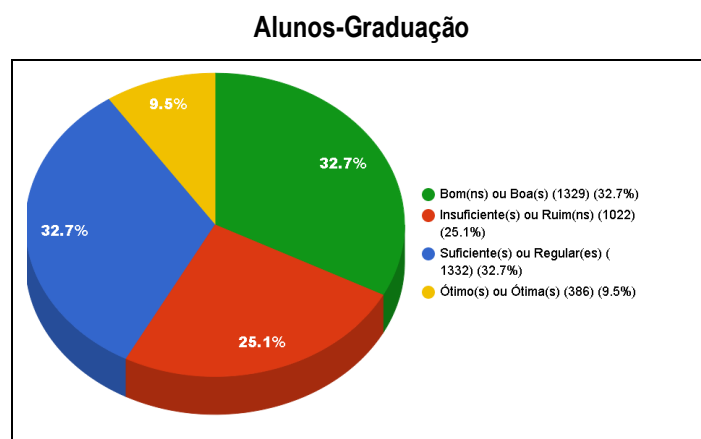
Com relação a essa dimensão, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir. Tais questões apresentaram comportamentos de resposta muito semelhantes e, em virtude desse fato, será feita uma análise conjunta.

Questões específicas aos alunos:

☞ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...



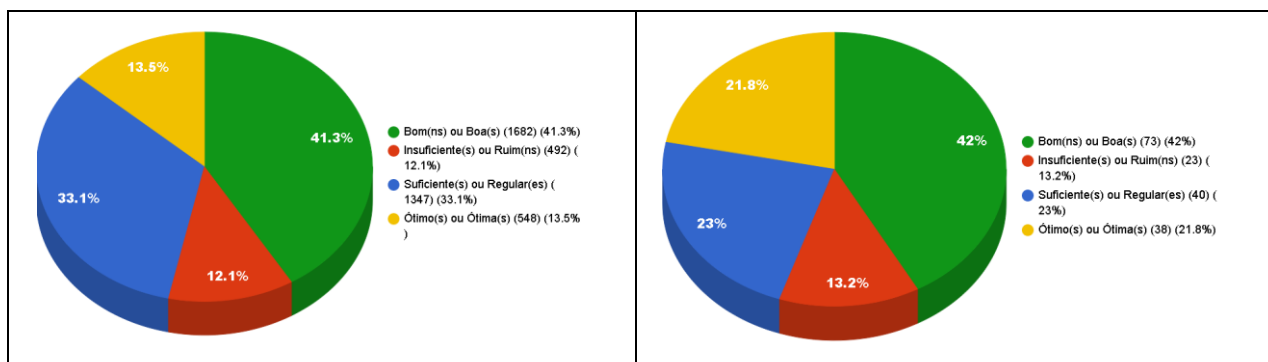
☞ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...



☞ O acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes pode ser avaliado como...

Alunos-Graduação

Alunos-Pós-graduação



Considerando os três quesitos avaliados, observa-se que a maior parte dos alunos de graduação, correspondente a 36,9% e 41,3%, optou pela escala “bom”, seguida de uma parcela correspondente a 35,7% e 33,1%, que optou pela escala “suficiente” para avaliar os quesitos política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos sobre direitos e deveres dos estudantes, respectivamente. Quanto ao número de bolsas oferecidas aos estudantes com dificuldades sociais, grande parte dos discentes de graduação, o equivalente a 32,7%, ficou igualmente dividida entre as escalas “bom” e “suficiente”. Os dois quesitos apreciados pelos alunos de pós-graduação, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, obtiveram por grande parte dos respondentes uma avaliação boa, o correspondente a 40,2% e 42%, respectivamente.

Em 2016, a maior parcela dos alunos de graduação respondentes avaliou os dois primeiros quesitos como suficiente (37,13% e 35,7%, respectivamente). Já o último quesito, relacionado ao acesso aos regulamentos, foi avaliado por grande parte dos discentes de graduação como bom (39,73%). Os dois quesitos avaliados pelos alunos de pós-graduação, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, foram avaliados pela maioria dos respondentes como suficiente (62,5% e 75%, respectivamente).

a.2) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

Conforme mencionado na Dimensão 2, as práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos, como a iniciação científica (PIBIC), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e a realização de disciplinas obrigatórias e optativas. Além disso, a Instituição incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Nesse contexto, cabe ressaltar que o CEFET/RJ participou do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), cujo o encerramento foi anunciado em abril de 2017. Tal programa buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa CsF foi fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes

–, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Com relação ao envolvimento dos alunos em atividades de Extensão, maiores detalhes podem ser encontrados na Dimensão 2.

Ainda nesse aspecto, é importante mencionar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de dois diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, o título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança.

A tabela a seguir apresenta a relação de instituições de Ensino Superior em convênios com CEFET/RJ em 2019:

IES	PAÍS
HM/MUAS – Hochschule Munchen/Munich University of Applied Sciences	Alemanha
SMU – Saint Martin’s University	EUA
CCSF – City College of San Francisco	EUA
University of Wisconsin- Stout	EUA
FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Portugal
IPB – Instituto Politécnico de Bragança	Portugal
IPP – Instituto Politécnico do Porto	Portugal
IPC – Instituto Politécnico de Coimbra	Portugal
IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Portugal
IPT – Instituto Politécnico de Tomar	Portugal
IPSantarém – Instituto Politécnico de Santarém	Portugal
IPPortoAlegre – Instituto Politécnico de Porto Alegre	Portugal
IPG – Instituto Politécnico de Guarda	Portugal
IPV – Instituto Politécnico de Viseu	Portugal
Université de La Rochelle	França
UTC – Université de Technologie de Copiégné	França
Universidad de Jaén	Espanha
Universidad de Valladolid	Espanha
Universidad de Coruña	Espanha
Universitá de Pisa	Itália
Dalhousie University	Canadá
Memorial University	Canadá
College Laflèche	Canadá
Cegèp Trois-Rivières	Canadá
Limerick Institute of Technology	Irlanda
UTE – Universidad Tecnológica Equinoccial de Ecuador	Equador
Universidad Nacional de Villa Maria	Argentina
Universidad Nacional de Mar del Plata	Argentina
Yangzhou University	China
Universidad Tecnológica Metropolitana	Chile
Universidad de Chile	Chile
Universidade Védica Maharishi	Holanda
Universidad de Belgrado	Rússia
Lutsk National Technical University	Ucrânia
A.B.M.S Switzerland (The Swiss Institute)	Suíça

Além disso, a Ascri por meio da REARI-RJ (Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro) realizou outros acordos com instituições internacionais em acordos conjuntos, conforme figura a seguir.



Fonte: <http://www.cefet-rj.br/index.php/noticias/4215-gestao-apresenta-resultados-do-periodo-2011-2019>
Trabalho em Rede -REARI-RJ

Em 2019, o CEFET/RJ concedeu um total de 203 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação), sendo 150 do própria Instituição e 53 do CNPq, mantendo o total que possuía em 2018. O ingresso no programa se dá mediante edital, sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento.

No final de 2019, foi publicado o Edital 2019 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, com 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico. No final de 2018, o Edital publicado apresentava também 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico.

Com relação as bolsas referentes a projetos de extensão, no final de 2019, foi publicado o Edital 2019 do Programa de Bolsas de Extensão do CEFET/RJ, que oferecia 164 bolsas para os estudantes do sistema CEFET/RJ. Em 2018, o Edital publicado também compreendia 140 bolsas de para os estudantes.

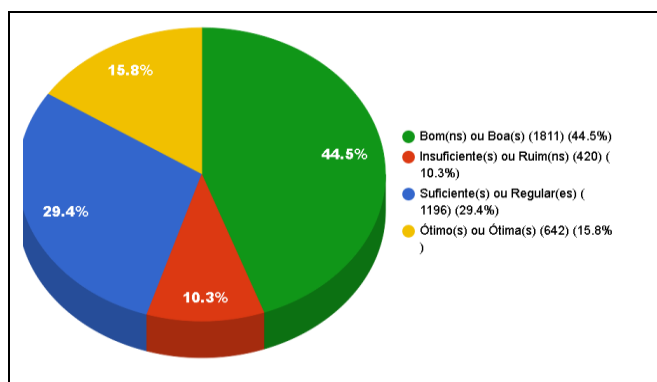
No que toca a avaliação institucional feita pelos alunos, a CPA, aplica anualmente um questionário no qual os alunos podem se manifestar avaliando a Instituição, seus cursos e seus professores. Tal questionário fica disponibilizado a partir do final do segundo período e uma vez respondido, as respostas são coletadas pelo DTINF e processadas. A CPA analisa os dados processados e apresenta os resultados à comunidade acadêmica.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir.

Questões específicas aos alunos:

☞ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

Alunos-Graduação

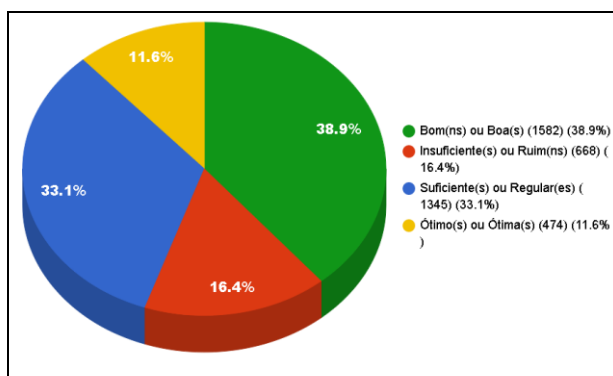


Considerando os estudantes de graduação, 44,5% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 29,4% que consideram suficiente, 15,8% que consideram ótima e 10,3%, insuficiente.

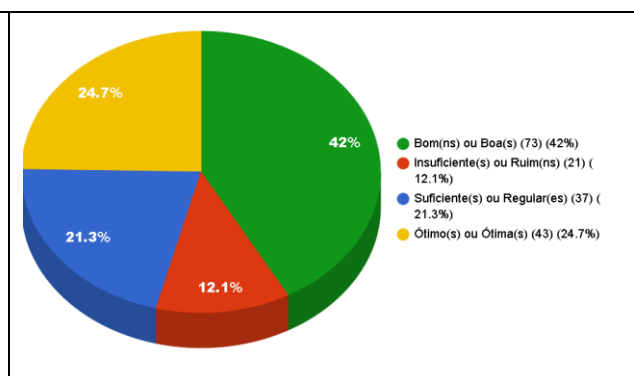
Em 2016, dos alunos de graduação respondentes, 42,81% indicavam que estavam bastante satisfeitos com tal quesito, apontando o conceito bom, seguidos de 30,94% que consideravam a política de participação dos estudantes como suficiente, 13,78% que consideravam tal política ótima e 12,47% insuficiente.

☞ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 38,9% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 33,1% que consideram suficiente, 16,4% que consideram insuficiente e 11,6% ótima. Com relação aos estudantes de pós-graduação, a avaliação também foi positiva, 42% indicam que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 24,7% que a avaliam como ótima, 21,3% que apontam como suficiente e 12,1% que a consideram insuficiente.

Em 2016, grande parte dos alunos de graduação (36,9%) indicou que tal quesito ocorria de forma boa. Na ocasião, a parcela de insatisfação correspondia a 19,72%. A avaliação da maioria dos alunos da pós-graduação, na época, indicou tal item como suficiente ou regular (62,5%). Na ocasião, não houve dentre os respondentes quem apontasse tal quesito como insuficiente.

a.3) Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

O DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos) possui todos os registros relativos aos alunos, tais como dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, entre outros. Tais dados são registrados por período em um simulador SIG, para cada curso da Instituição, conforme ilustração a seguir:

Quantidade de inscritos por:	Período
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Vagas Ofertadas por:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Ingressos por meio de:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Matrículas:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Por Regime de Matrícula:	
Concomitância Interna:	
Concomitância Externa:	
Quantidade de Concluintes:	
Total:	

Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que integralizaram a Carga Horária letiva do Curso:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que não concluíram a etapa:	
Matrículas Trancadas:	
Transferências Cédidas:	
Perdas ou Evasão:	
Matrículas Canceladas	
Quantidade de Reprovados:	
Reprovados:	
Quantidade de Matrículas Reativadas:	
Matrículas Reativadas:	
Quantidade de Professores por Regime Trabalho:	
20 Horas:	
40 Horas:	
DE (Dedicação Exclusiva):	
Quantidade de Professores por Titulação:	
Pós-Doutorado:	
Doutorado:	
Mestrado:	
Especialização:	
Aperfeiçoamento:	
Graduação:	
RESULTADO	

A criação da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que se deu oficialmente, em 2018, por meio da Portaria SETEC/ME Nº 01, de 03/01/2018, veio a contribuir muito nesse sentido. A PNP possui os índices de evasão, retenção, conclusão e eficiência acadêmica de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De posse de tais dados, a Instituição pode analisar tendências e tomar decisões específicas para cada curso em virtude da análise processada.

A preocupação com a questão da permanência dos estudantes e redução dos índices de evasão e retenção levou a constituir uma comissão, instituída pela Portaria 1.295 em 03 de setembro de 2015, objetivando propor um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ. Tal documento foi finalizado no final de 2016 e aprovado no CEPE, por meio da Resolução 04/2017, em 30/03/2017. Este estudo considera as taxas de evasão, retenção e de conclusão de cada curso do sistema CEFET/RJ, a partir dos dados do SISTEC.

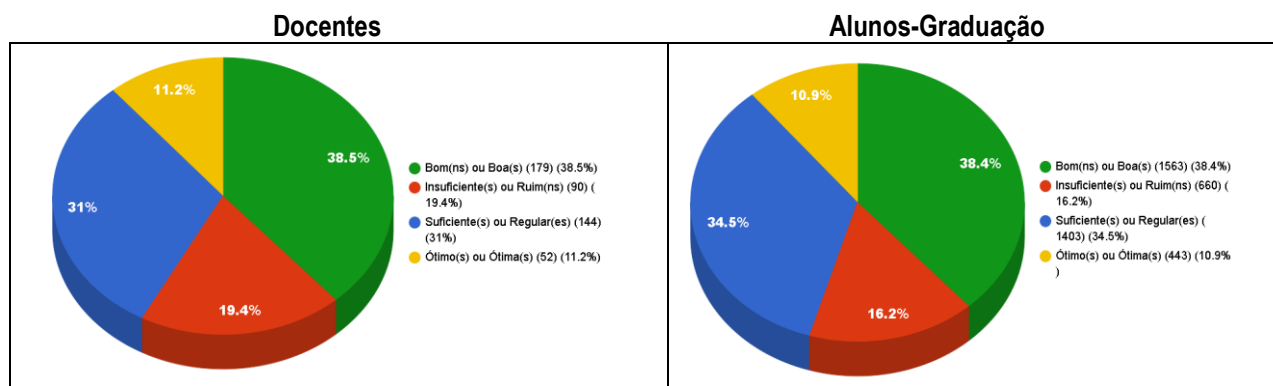
a.4) Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Após a conclusão do estágio, os egressos são registrados na Divisão de Estágio e Emprego (DIEMP) através de formulário específico. De posse desses dados, a Instituição estabelece um vínculo com o egresso. Nesse momento, está em desenvolvimento um sistema informatizado elaborado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), juntamente com a Diretoria de Extensão (DIREX), com o objetivo de estreitar o vínculo e reconhecer no mercado a inserção dos alunos da Instituição. O plano compreenderá a administração de banco de dados, o acompanhamento das empresas empregadoras dos egressos e a realização de um encontro anual.

Com relação a esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e alunos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

☞ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



De forma geral a comunidade se encontra satisfeita com este quesito. Tanto os professores quanto os alunos avaliaram tal quesito de forma boa em sua grande parte, correspondente a 38,5% dos professores e 38,4% dos alunos.

Na avaliação realizada em 2016, professores e alunos avaliaram tal quesito como bom, o equivalente a 37,58% dos docentes e 37,61% dos discentes.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O fato da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possuir cerca de duas mil empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para

estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ se destaca como uma potencialidade da Instituição.

Deve-se citar ainda o incentivo da Instituição com relação à interação com outras culturas, através de programas tais como Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Convém ressaltar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de dois diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa recebem dois diplomas de nível superior, um da Instituição brasileira e o outro da portuguesa, o título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio teve início em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ, *campus* Angra, e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança.

Das questões propostas, as que obtiveram estudantes avaliando com mais de 60% tal quesito como bom ou ótimo, foram as referentes ao acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes; a política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes; e a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica e extensão.

b.2) Fragilidades

Na pesquisa realizada com o questionário nesta dimensão, o maior índice de insatisfação apresentado pelos alunos de graduação, no caso 25,1%, foi com relação ao número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tal quesito como bom (32,7%), suficiente (32,7%), ou ótimo (9,5%).

c) Ações com base na análise

Apesar do número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais estar diretamente ligado ao orçamento anual recebido, deve-se estudar alternativas para o aumento dessas.

3.4 – Eixo 4: Políticas de Gestão

3.4.1 – Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

Tanto para os docentes como para os técnico-administrativos os planos de carreira se encontram regulamentados. As leis que regulamenta ambas as carreiras tiveram seus procedimentos e critérios públicos por meio de publicações disponibilizadas no sítio da Instituição.

No que se refere especificamente aos funcionários técnico-administrativos, a publicação em questão chama-se PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (PCCTAE). Nesse plano se encontram, de maneira clara e definida, todas as ações que a Instituição prioriza a fim de fazer com que a carreira dos funcionários técnico-administrativos se processe livre de quaisquer possibilidades de dúvidas ou pontos pouco esclarecidos. Tal plano foi instituído pela Lei 11.091, de 12/01/2005, regulamentado pelos Decretos nº 5.824, 5.825 e pela Portaria MEC nº 09, todos de 29/06/2006, e alterado pelas Leis 11.233/2005, 11.355/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012.

A aprovação do plano da Instituição se deu por meio da Resolução Nº 01, de 16/03/2007, do CODIR, que referendou o ato do Diretor-Geral que aprovou, *ad referendum*, o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação da Instituição.

As portarias do MEC nº 2.519, de 15 de julho de 2005, e nº 2.562, de 21 de julho de 2005, instituíram a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnico-administrativos em Educação do CEFET/RJ (CISPCCTAE), comissão responsável pelo assessoramento para implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação na Instituição. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em

Educação estabelecido pela Lei nº 11.091/2005 é dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Esses níveis são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da Instituição conta atualmente com as classes C, D e E, cada uma dessas classes divide-se ainda em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV).

O ingresso nos cargos técnico-administrativos ocorrerá no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação por concurso público de provas, sendo observada rigorosamente a escolaridade exigida para cada nível de classificação, conforme estabelecido em lei. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á pela mudança de nível de capacitação (Progressão por Capacitação) ou padrão de vencimento (Progressão por Mérito Profissional), conforme estabelecido em lei.

Em relação à titulação, a Instituição contava, em 2014, com um corpo de técnico-administrativos bem qualificado, com 69% de seus servidores com ensino superior e 46% com titulação de pós-graduação, distribuídos entre especialização, mestrado e doutorado.

Para a carreira de docentes, existem duas carreiras na Instituição: a carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e a carreira de Professor do Magistério Superior. A Lei nº 12.772/2012, modificada pela Lei nº 12.863/2013 estabeleceu o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal composto por:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO		MAGISTÉRIO SUPERIOR		
CLASSE	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
D-I	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	1
	2			2
D-II	1	B	Assistente	1
	2			2
D-III	1	C	Adjunto	1
	2			2
	3			3
	4			4
D-IV	1	D	Associado	1
	2			2
	3			3
	4			4
Titular	1	E	Titular	ÚNICO

Fonte: CPPD, dez/2014.

A tabela a seguir apresenta a Correlação da estrutura anterior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e a estrutura atual:

--

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO					
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	CARREIRA
Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 11.784 de 2008)	D-I	1	1	D-I	Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
		2			
		3	2		
		4			
	D-II	1	1	D-II	
		2	2		
		3	2		
		4			
	D-III	1	1	D-III	
		2	2		
		3	3		
		4	4		
	D-IV	5	1	D-IV	
	D-V	1	2	D-IV	
		2	3		
		3	4		
-	-	1	Titular		

MAGISTÉRIO SUPERIOR						
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	CARREIRA
Carreira de Magistério Superior do PUCRCE (Lei nº 7.596 de 1987)	Auxiliar	1	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
		2				
		3	2			
		4				
	Assistente	1	1	B	Assistente	
		2	2			
		3	2			
		4				
	Adjunto	1	1	C	Adjunto	
		2	2			
		3	3			
		4	4			
	Associado	1	1	D	Associado	
		2	2			
		3	3			
		4	4			
	Titular		1	1	E	

Fonte: CPPD, dez/2014.

Em 29/07/2016 foi sancionada pelo Governo Federal a Lei nº 13325/2016 que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação. A Lei traz as Tabelas salariais para o período de 2016 a 2019.

No que se refere aos critérios de progressão, em 2010, uma comissão formada por diversos docentes se encarregou de estabelecer critérios por mérito, através de uma tabela de pontos que no final de 2010 entrou em vigor para a progressão de todos os docentes da Instituição. Os critérios atuais são utilizados não apenas para a progressão funcional dos docentes, mas também para aprovação em estágio probatório. O "Regulamento da Avaliação de Desempenho para fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos docentes do CEFET/RJ", denominado RAD, foi aprovado no CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) em 18/03/2010 e no CODIR (Conselho Diretor) em 01/10/2010.

Em 2013, o MEC publicou a Portaria 554, de 20/06/2013, que estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Em 2014, o CEFET/RJ aprovou alterações na planilha RAD, por meio da Resolução Nº 09, de 21/03/2014, do CODIR. Em 2016, o regulamento foi atualizado novamente, por meio da Resolução Nº 24, de 01/07/2016, do CODIR.

Os professores pertencentes à carreira EBTT do Magistério Federal da ativa podem solicitar o RSC, Reconhecimento de Saberes e Competências definido pela Lei 12.772/2012, que estabelece a equivalência de titulação exclusivamente para a concessão da RT. A Portaria Nº 1.094, de 07/11/2013, aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC. A Portaria Nº 34, de 28/08/2014, aprova a Resolução nº 11/2014 do CEFET/RJ, que regulamenta a avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC, no âmbito do CEFET/RJ (CODIR). A Resolução nº 11/2014 foi revisada e substituída pela Resolução nº 39/2015, do CODIR.

Para formulação e acompanhamento da execução da Política de Pessoal Docente no que tange a avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção funcional, entre outros itens, há a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), vinculada à Direção-Geral. A CPPD é constituída por um Comitê Central, sediado no *campus* Maracanã, e por Núcleos Permanentes de Pessoal Docente (NPPDs) localizados nos demais *campi* (Resolução CODIR nº 24/2013). O Comitê Central é formado por três representantes da Carreira de Magistério Superior (MS) e três do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Já os NPPDs são compostos por apenas um representante de cada carreira (MS e EBTT), quando existir mais de uma. Os membros da CPPD são eleitos por seus pares, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.772/2012 e a Lei nº 12.863/2013.

O quantitativo global de docentes por titulação, em dezembro de 2018 e de 2019, considerando a Instituição como um todo, foi apresentado na Tabela 1.4.

a.2) Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

O governo federal, por meio do Decreto nº 5.707 (revogado), de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, implementada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), nos órgãos que compõem o SIPEC. Em 28 de agosto de 2019, foi promulgado o Decreto nº 9.991, que instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), reconfigurando a gestão das necessidades e ações de desenvolvimento na administração pública federal, até aquele momento baseada no Decreto nº 5.707, de 2006, então revogado.

Conforme consta no PDI, no CEFET/RJ, a capacitação docente e técnico-administrativa era planejada, executada e gerida, até 2019, por diferentes setores da Instituição, resultando em planos de capacitação com periodicidade e abrangência distintas para as duas categorias profissionais. Em 28 de agosto de 2019, foi promulgado o Decreto nº 9.991, que instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), reconfigurando a gestão das necessidades e ações de desenvolvimento na administração pública federal, até aquele momento baseada no Decreto nº 5.707, de 2006, então revogado. Pelo Decreto nº 5.707, de 2006, a PNDP dispunha de três instrumentos: o plano anual de capacitação, o relatório de execução do plano anual de capacitação e o sistema de gestão por competência.

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP), do Departamento de Recursos Humanos, até 2019, era a responsável pelas atividades relacionadas à capacitação institucional dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ, o que envolvia o mencionado Levantamento de Necessidades de Capacitação, a realização da Avaliação de Desempenho, a elaboração do Plano Anual de Capacitação, a contratação de cursos e as propostas de regulamentação da capacitação e qualificação de servidores técnico-administrativos na Instituição. A

operacionalização administrativa das ações de capacitação envolvia a CIS/PCCTAE e a Diretoria de Administração e Planejamento.

A capacitação docente, regulamentada através da Resolução CEPE nº 25/2015, era gerida, até 2019, pela Comissão Gestora do Plano Institucional de Capacitação Docente (CG-PICD), assessorado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O PICD é o instrumento para a consecução da Política de Capacitação Docente do CEFET/RJ, com vigência de cinco anos e atualização anual. A elaboração do PICD é baseada nos Planos de Capacitação Docente dos Colegiados Acadêmicos (PCDCAs), com a mesma vigência do PICD, de cinco anos com atualização anual. Os PCDCAs eram encaminhados à Comissão Gestora após análise e aprovação pelo conselho imediatamente superior a cada Colegiado Acadêmico e a operacionalização administrativa do PICD envolvia DRH, CPPD e Diretoria de Administração e Planejamento, com as respectivas competências.

A partir do Decreto nº 9.991, foi instituído um instrumento único para apresentação das necessidades e planejamento de ações de desenvolvimento institucional, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), elaborado anualmente para vigorar no ano seguinte e que exige a aprovação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para ser executado. O PDP de cada ano passa a ser analisado e autorizado a partir do Relatório Anual de Execução do PDP do ano anterior, podendo receber recomendações e alterações do órgão central do SIPEC, através de manifestação técnica, para a realização de ajustes e posterior aprovação.

Dessa forma, foi iniciado ainda em 2019 um trabalho coletivo envolvendo DRH, CIS/PCCTAE, CPPD, Comissão Gestora do PICD e Diretorias de Ensino e de Administração e Planejamento para a construção de uma política de capacitação unificada para as duas categorias, docentes e técnico-administrativos em educação, com a revisão das diretrizes e normativas internas para a área, bem como a redefinição e padronização de processos com o objetivo de reestruturar a gestão da capacitação institucional para o período de vigência do PDI 2020-2024.

Com relação a capacitação docente, vale registrar dois instrumentos que direcionam as atividades de ensino, pesquisa e extensão e fornecem subsídios para o estabelecimento de políticas institucionais, entre elas a de capacitação: o Regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes do CEFET/RJ, acompanhado da planilha do Relatório de Atividades Docentes (RAD) e o Plano de Trabalho Docente.

O regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes foi homologado pela Resolução CODIR nº 24/2010 e alterado pelas Resoluções CODIR nº 09/2014 e 14/2017. Tal documento estabelece indicadores mínimos para progressão baseados em uma métrica associada às três atividades-fim da Instituição – ensino, pesquisa e extensão –, além de atividades complementares. O Plano de Trabalho Docente, cujas diretrizes estão estabelecidas na Resolução CODIR nº 14/2011, relaciona as atividades a serem desenvolvidas pelo docente durante o ano/período letivo, com a respectiva atribuição de carga horária baseada nos indicadores estabelecidos no RAD para progressão. O plano de trabalho é

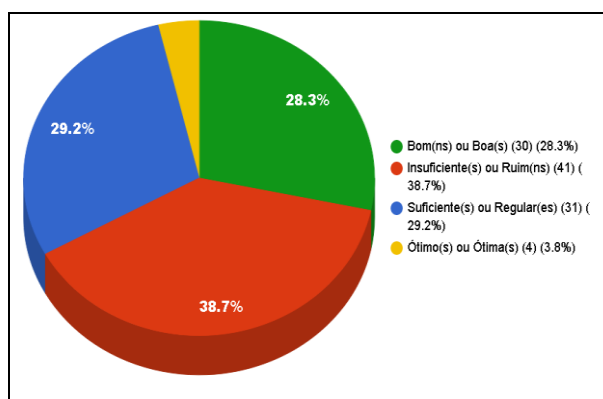
submetido à aprovação da chefia imediata de departamento/coordenação e, ao final de cada ano/período letivo, os docentes preenchem relatório no qual indicam as atividades realizadas face ao Plano de Trabalho.

No que tange a capacitação dos servidores técnico-administrativos, cabe observar que em 2019 foi realizada uma pesquisa, por meio de formulário eletrônico, para o Levantamento de Necessidades e Desenvolvimento (LND) 2020. Além disso, vale registrar a publicação da Resolução CODIR nº 52/2019, aprovando o Regulamento de Qualificação e Capacitação dos Servidores Técnico-administrativos em Educação do CEFET/RJ, com a adequação provisória de seus termos à nova PNDP, até que seja finalizado o trabalho que unificará a política de capacitação institucional.

A comissão própria de avaliação aplicou um questionário abrangendo pontos orientados pelo SINAES, para uma melhor análise no que se refere ao conhecimento das ações da Instituição para a qualificação e melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários. No que se relaciona aos aspectos de capacitação e incentivo à capacitação dos funcionários técnico-administrativos, foram aplicadas as seguintes perguntas, apresentadas abaixo juntamente com os resultados obtidos.

Questões específicas aos técnico-administrativos

➔ A Instituição promove/incentiva a capacitação dos técnico-administrativos. Isso acontece de maneira...

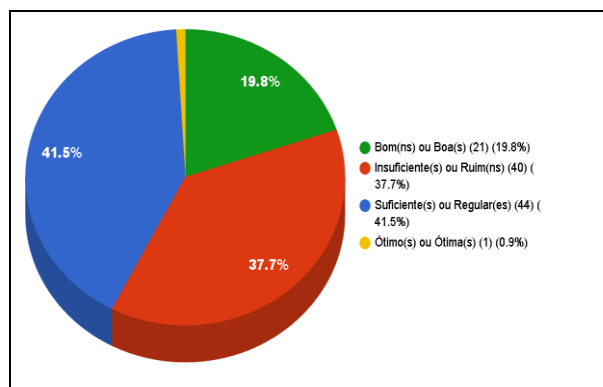


Grande parte dos técnico-administrativos, 38,7%, considerou que tal quesito ocorre de forma insuficiente; outra parcela o considerou suficiente, 29,2%. Outros 28,3% avaliaram-no como bom e 3,8% julgaram-no ótimo. Esse alto índice de insatisfeitos merece atenção e sinaliza para a Instituição a necessidade de uma análise sobre as capacitações oferecidas.

Em 2016, grande parte dos técnico-administrativos, 36,24%, considerou que tal quesito ocorria de forma boa; outra parcela o considerou suficiente, 35,81%. Outros 17,47% avaliaram-no como insuficiente e 10,48% julgaram-no ótimo.



Como você avalia a política de aperfeiçoamento para a carreira dos técnico-administrativos da Instituição?

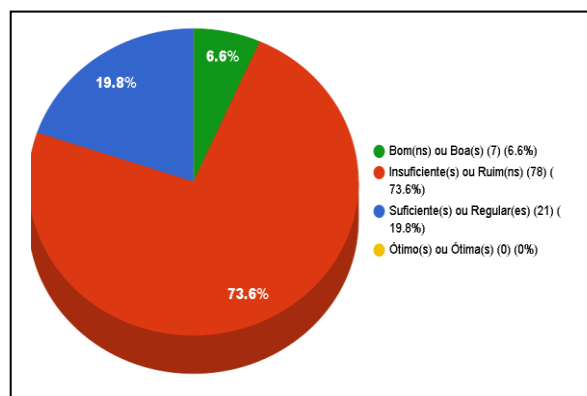


Ao avaliarem de maneira específica a efetividade das políticas promovidas para o quadro de funcionários técnico-administrativos, 41,5% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento suficiente; já 37,7% avaliaram como insuficiente; 19,8% indicaram-na boa e, finalmente, 0,9% julgou ótima.

Na avaliação realizada em 2016, 37,55% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento boa; 33,19% avaliaram como suficiente; já 22,27% indicaram-na insuficiente e, finalmente, 6,99% julgaram-na ótima.



Como você avalia os cursos de extensão disponíveis para os servidores da Instituição nas áreas artísticas, esportivas e culturais?



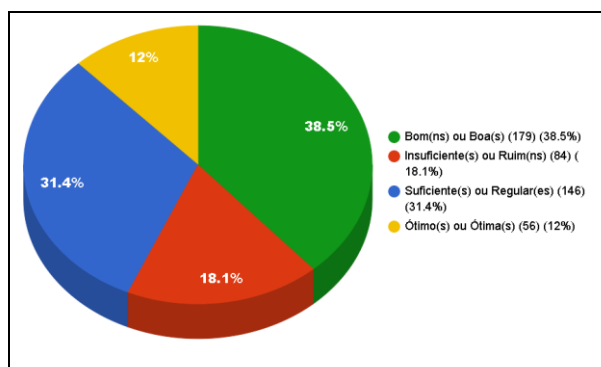
No que se refere aos cursos de extensão oferecidos aos funcionários, a maioria dos técnico-administrativos mostrou-se insatisfeita: 73,6% consideraram tais cursos insuficientes ou ruins; 19,8% avaliaram-nos como suficientes. O restante considerou tais cursos bons, 6,6%. Essa avaliação, com a maioria insatisfeita, merece ser melhor investigada.

Em 2016, os técnico-administrativos também demonstraram uma grande insatisfação quanto a esse quesito. Na época, a maioria que avaliou tal quesito como insuficiente correspondia a 51,97% dos respondentes.

Quanto à questão específica do papel da Instituição nas práticas e políticas de aperfeiçoamento e/ou cursos de extensão, foi proposta a seguinte questão:

Questão específica aos docentes

➡ Como você avalia a política de capacitação continuada da Instituição, no âmbito didático pedagógico, para o aperfeiçoamento do seu trabalho?



A respeito da capacitação continuada no âmbito didático e pedagógico as respostas se deram da seguinte forma: 38,5% apontaram tal política como boa, perfazendo um total de 179 docentes; 31,4% avaliaram essa política como suficiente ou regular, perfazendo um total de 146 professores; 18,1% apontaram a atuação da Instituição nesta área como insuficiente, em um total de 84 docentes e 12% julgaram essa ação da Instituição como ótima, num total de 56 respondentes. Apesar de grande parcela de respondentes avaliar o quesito como bom e suficiente, percebe-se um significativo número de insatisfação, o que aponta para a Instituição - pelo menos em um aspecto quantitativo – a necessidade de maior promoção de ações que busquem este tipo de aprimoramento por parte dos docentes constantes de seus quadros.

Na avaliação realizada em 2016, a maior parcela de professores respondentes, na época 37,58%, avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela muito próxima que avaliou como suficiente ou regular, o correspondente a 35,12%. Já o índice de insatisfação, na época, foi de 13,42%, o equivalente a 60 respondentes.

a.3) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Atualmente há uma tendência das instituições se empenharem na busca por um instrumento que meça, com relativo grau de precisão, o que é chamado de “clima institucional”. Assim, existem no mercado diversas empresas que se especializaram em implementar ações específicas com tal finalidade, agindo de modo a medir os níveis de satisfação e as possibilidades de maior aproveitamento do potencial de trabalho de seus funcionários. As buscas por resultados ocorrem de modo mais evidente em organizações privadas que objetivam crescimento por relações

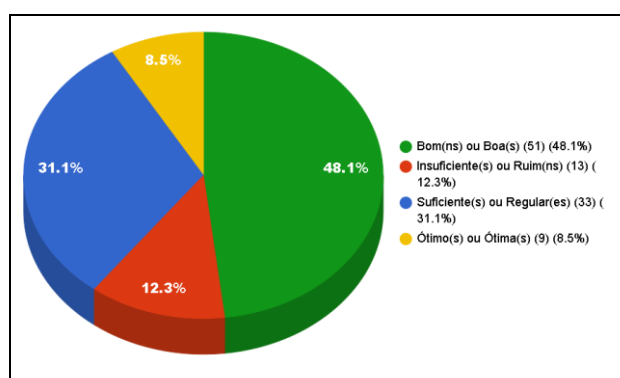
comerciais. Como tais ações acontecem a nível mundial, esta passou a ser uma preocupação também das instituições educacionais públicas, que buscam, por determinações governamentais, otimizar suas ações visando o aumento considerável de seus rendimentos, entendendo-se estes como a realização final de sua missão institucional.

A partir de uma não especialização em pesquisas de clima, a comissão procurou estabelecer uma representação do panorama climático da Instituição no empreendimento de algumas questões aos funcionários. Assim, para avaliar a questão do ambiente e do potencial de trabalho aproveitado pela Instituição com relação ao seu efetivo de pessoal e suas possibilidades colaborativas foram propostas as duas questões a seguir.

Questões específicas aos técnico-administrativos



O aproveitamento do seu potencial de trabalho no seu setor pode ser avaliado como...

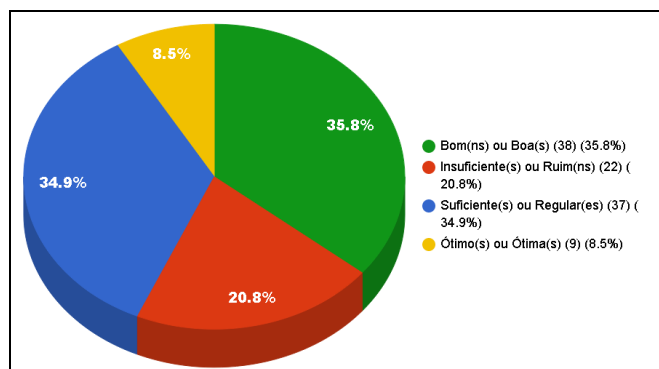


Em relação a este questionamento, pode-se perceber um maior comprometimento com a possibilidade de revelar um panorama condizente com a realidade, posto que se parte do pressuposto que a proximidade do julgamento das próprias capacidades de contribuição ao bom funcionamento da Instituição não carece do questionamento do conhecimento ou não por parte dos respondentes. Nesse aspecto, as respostas se mostram a seguir: 48,1% dos respondentes consideraram bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho; 31,1% julgaram tal aproveitamento suficiente; 12,3% analisaram-no insuficiente ou ruim e, finalizando, 8,5% avaliaram como ótimo o aproveitamento do seu potencial em sua colaboração trabalhista.

Em 2016, a avaliação indicou que grande parte dos respondentes considerou bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho, o equivalente a 48,03% dos respondentes. Na ocasião, o índice de insatisfação foi de 10,48% dos técnico-administrativos respondentes.



Os instrumentos de avaliação do seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição podem ser considerados...



A respeito dos instrumentos de avaliação do trabalho dos técnico-administrativos empreendidos pela Instituição - seja pela chefia imediata, seja pelos órgãos competentes da Instituição para essa finalidade - de um modo geral, as respostas se deram do seguinte modo: 35,8% dos respondentes consideraram tal avaliação boa; 34,9% avaliaram-na suficiente; 20,8% julgaram-na insuficiente e, finalmente, 8,5% consideraram ótima a avaliação do seu trabalho.

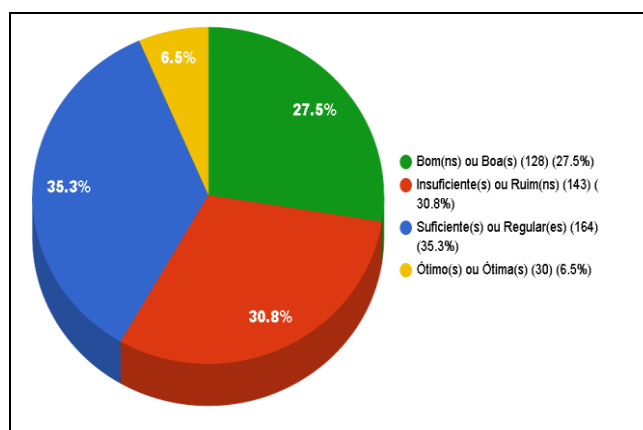
Na avaliação realizada em 2016, grande parte dos técnico-administrativos respondentes, o equivalente a 48,91%, também avaliou como bom tal quesito. Já o índice de insatisfação foi de 11,79% dos respondentes.

As respostas colhidas geram subsídios para a Instituição repensar suas atuações nas áreas pesquisadas, considerando o quantitativo total de técnico-administrativos participantes da pesquisa.

A respeito da prática da pesquisa por parte dos docentes nas suas respectivas áreas de atuação, os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa podem ser observados no próximo gráfico.

Questões específicas aos docentes

☞ Na sua área de atuação, o CEFET/RJ estimula e oferece os recursos necessários para a prática de pesquisa de forma...



Nesse aspecto, os resultados obtidos foram: 35,3% avaliaram como suficiente os estímulos à pesquisa, o correspondente a 164 respondentes; 30,8% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é insuficiente

ou ruim, em um total de 143 docentes; 27,5% indicaram tal quesito como bom, o equivalente a 128 professores e, por fim, 6,5% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 30 respondentes.

Na avaliação realizada em 2016, 31,1% avaliaram como bom e suficiente os estímulos à pesquisa, o correspondente a 139 respondentes para cada parcela, perfazendo um total de 278 professores respondentes; 29,98% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é insuficiente ou ruim, em um total de 134 docentes; e, por fim, 7,83% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 35 respondentes.

Os docentes responderam de maneira bem equilibrada a questão referente às condições de pesquisa oferecidas pela Instituição. Embora uma parte considerável de respondentes, o equivalente a 30,8%, as tenha avaliado como insuficientes ou ruins, essa parcela não se mostra como maioria esmagadora e pode-se observar também que o restante da comunidade que avaliou tais condições como suficientes, boas ou ótimas corresponde a um total de 69,2%. De qualquer forma, este instrumento pode ser um bom termômetro para medir o clima institucional, na medida em que 143 docentes se encontram insatisfeitos, o que em uma Instituição do tamanho do CEFET/RJ mostra-se um dado revelador e indica a necessidade de futuras ações para dirimir as lacunas em tal questão.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Existência de um plano de progressão funcional, reformulado em 2016 e agora recentemente, mais abrangente que o proposto em 2010, com critérios claros e bem definidos de progressão.

Cabe mencionar que os maiores índices de satisfação observados com a aplicação do questionário, nesta dimensão, se referem à satisfação dos técnico-administrativos com relação ao aproveitamento de seu potencial, à política de capacitação continuada no âmbito didático pedagógico para o aperfeiçoamento do trabalho e aos instrumentos de avaliação de seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição. Com relação ao aproveitamento do potencial de trabalho, 48,1% consideraram tal quesito como bom. No caso da política de capacitação continuada, 38,5% avaliaram como boa. Em se tratando dos instrumentos de avaliação, 35,8% indicaram tal quesito como bom.

b.2) Fragilidades

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, alguns critérios para pontuar ainda merecem atenção, como a orientação em projeto final que merece ser melhor pontuada.

O alto índice de insatisfação demonstrado pelos técnico-administrativos com relação aos cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais pode apontar para uma insuficiência ou desconhecimento nesta área, que precisa ser pesquisado.

c) Ações com base na análise

Desenvolvimento de atividades junto aos técnico-administrativos que mostrem a importância da avaliação interna e da participação de toda a comunidade neste processo fundamental para a melhoria da qualidade. Esta sensibilização deve ser feita com o apoio da direção e sua importância deve ser mencionada em reuniões de colegiados, comissões, etc. Muito já se avançou nesse sentido, mas é um segmento que ainda requer intensificar o processo de sensibilização. Desta forma, a cultura da avaliação estará sendo difundida, com a participação de todos.

Divulgar de forma mais intensa os cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais e avaliar se o número de cursos oferecidos na área está adequado às necessidades da comunidade.

3.4.2 – Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

a.2) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

a.3) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

a.4) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

a.5) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

a.6) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é o principal instrumento de planejamento e gestão da Instituição, elaborado para um período de cinco anos, e construído com ampla participação de servidores e estudantes. O PDI considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e ou pretende desenvolver.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 mantém a **Missão** Institucional do plano anterior: Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

Orientados pela legislação vigente, constituem **finalidades prioritárias** do CEFET/RJ:

Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica; realizar pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade; promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada; estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Objetivos e Metas

O objetivo geral da Instituição, conforme consta no PDI, é promover o desenvolvimento institucional do CEFET/RJ, visando à sua inserção nos cenários local, nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o caráter de um centro de excelência e futura universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social, participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, integrador, inclusivo e tecnológico do país.

Os objetivos específicos da IES, já apresentados na dimensão 1 do Eixo 2, orientam a política de ação do CEFET/RJ, no período compreendido entre 2015 e 2019. Tais objetivos estão separados por três eixos: Compromisso Social, Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão e Excelência Acadêmica.

As metas propostas estão explicitadas no PDI e separadas pelos tópicos:

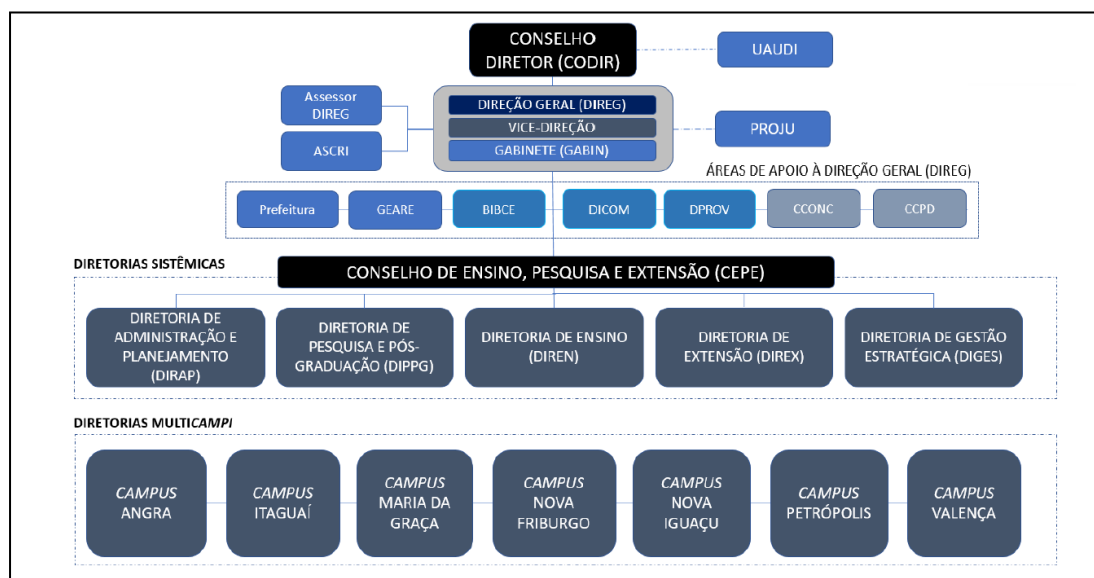
- Ensino
 - Ações acadêmico-administrativas
 - Incentivo à participação dos estudantes em ensino, pesquisa e extensão
 - Condições de ensino-aprendizagem e assistência estudantil
- Pesquisa
- Pós-graduação
- Extensão
- Gestão administrativa e financeira
- Comunicação interna e externa

Estrutura organizacional para Consecução dos Objetivos:

A Direção Geral é o órgão que planeja e administra a Instituição. É formada pelo gabinete da Direção Geral e cinco diretorias sistêmicas que coordenam todas as Unidades de Ensino: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) e a Diretoria de Planejamento Estratégico (DIGES), conforme ilustrado no organograma

principal a seguir. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor. A sua estrutura também conta com o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

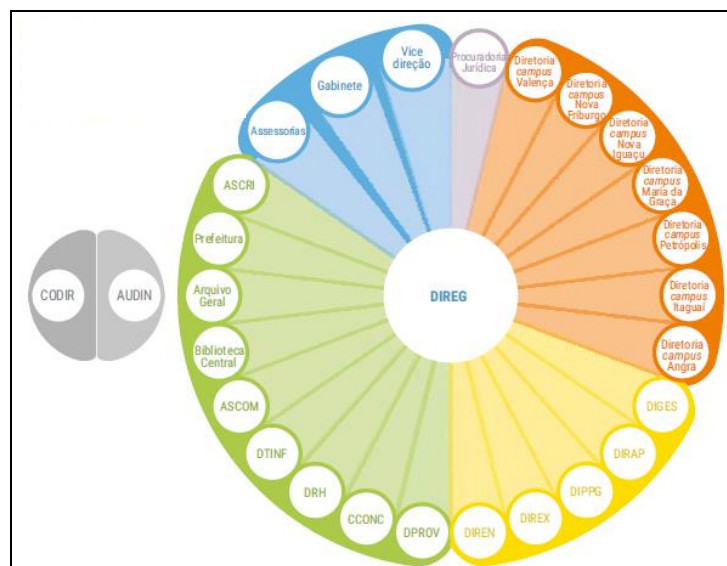
A Diretoria de Ensino (DIREN) é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino nos diferentes *campi* da Instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. A DIPPG é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação nos diferentes *campi* da Instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes do ensino e da extensão. A DIREX é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão nos diferentes *campi* da Instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa. A DIRAP é encarregada de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ, incluindo sua execução financeira e contábil. A DIGES é responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ. A figura a seguir ilustra o organograma principal do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Organograma Principal do CEFET/RJ

Na figura anterior foram utilizadas cores para classificação dos CDs e FGs envolvidos: Conselhos (preto n/a); diretor geral CD2 (azul marinho); diretorias sistêmicas, diretorias de *campus* CD3 (cinza escuro); chefes de departamento, assessorias da direção geral e correlatos CD4 (azul). Um outro modelo de organograma do CEFET/RJ foi proposto pela DIGES no Relatório de Gestão 2019 e é apresentado na figura a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Organograma do CEFET/RJ

Na figura anterior, em azul estão os órgãos executivos, em verde estão as demais estruturas vinculadas à Direção-Geral: Arquivo Geral; Assessoria de Comunicação -ASCOM; Assessoria de Convênios e Relações Internacionais -ASCRI; Biblioteca Central; Coordenadorias de Cursos e Concursos -CCONC; Departamentos de Recursos Humanos -DRH; Departamento de Tecnologia de Informação -DTINF; Divisão de Programação Visual -DPROV e Prefeitura. Em amarelo estão as Diretorias Sistêmicas e em abóbora as Diretorias dos Campi. O Órgão de Controle Auditoria Interna, antes conhecido como UAUDI, agora assumiu a sigla AUDIN.

Política de gestão

Conforme consta no PDI, a política de gestão compreende a intencionalidade da Instituição em alcançar os objetivos traçados, respeitando os princípios constitucionais e estatutários que regem o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca como entidade da Administração Pública. Nesse sentido, o PDI assume um papel central na consecução, coordenação e integração de projetos e programas institucionais por meio de ações que se reforcem mutuamente em prol de objetivos comuns.

O CEFET/RJ compreende o exercício de sua gestão como um processo dinâmico e sistêmico, orientado por seu compromisso social de contribuir para a formação profissional e cívica de seus alunos, bem como para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico de seu entorno, fortalecendo a relação de interdependência administrativa e acadêmica entre os *campi* sem perder o foco na unidade institucional, em sua missão e no seu plano de desenvolvimento.

Reconhece, também, que os servidores da Instituição são cidadãos no exercício da vocação pública e que apenas através de sua colaboração o Plano de Desenvolvimento Institucional pode evoluir. Assim, a política de gestão prevê a promoção de uma cultura de excelência que valorize, retenha, apoie e desenvolva os servidores, estimulando o comprometimento. Além disso, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, busca-se atingir à racionalização dos recursos institucionais, sejam eles econômicos ou materiais, de forma a garantir sua

melhor aplicação, preservando, ainda, o interesse da sociedade em ter uma educação de qualidade. Cabe ressaltar a relevância da avaliação institucional, compreendida como ferramenta que possibilita o diagnóstico da Instituição em uma perspectiva de retroalimentação do planejamento institucional.

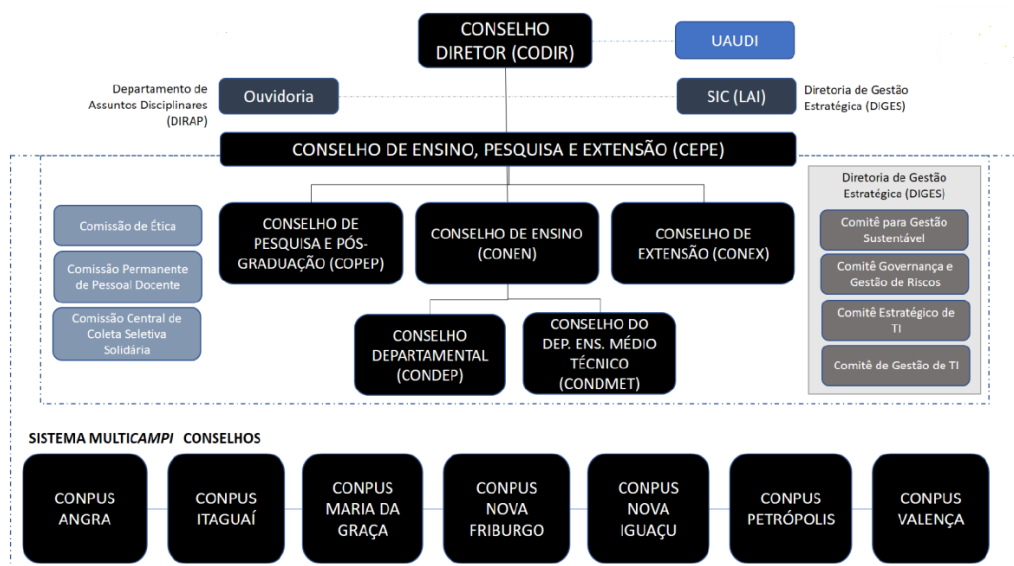
Resumidamente, configuram princípios norteadores da política de gestão:

- a democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e a garantia de espaços de participação e influência da comunidade nas grandes questões universitárias;
- a descentralização de decisão, percebida na concessão de autonomia aos *campi* para a tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e mantendo a unidade institucional;
- a integração regional, promovida por meio da realização de ações permanentes articuladas com outros atores, que problematizam o desenvolvimento local e regional, direcionando esforços na formação de estudantes e na produção de conhecimentos, comprometidos com os desenvolvimentos econômico e social sustentáveis da região e do país;
- o planejamento participativo, entendido como o processo em que a Instituição, através de seus diversos atores articulados solidariamente, se vê, se reconhece e define o futuro desejado, organizando-se para alcançá-lo;
- a avaliação institucional, como processo contínuo entendido como o monitoramento sistemático da evolução em direção ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários;
- a transparência no orçamento e nos atos de gestão, entendidos como a garantia do conhecimento da composição da matriz orçamentária, da distribuição e da execução orçamentária, da estrutura organizacional e da composição de seu quadro de servidores;
- o acesso à informação pública, por meio da divulgação das ações e serviços da Administração, garantindo o direito fundamental dos cidadãos ao atendimento das solicitações de informações públicas.

ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

A estrutura dos principais órgãos colegiados da Instituição pode ser obtida nos regulamentos localizados no Portal da Instituição, clicando em “Conselhos”, onde estão: o Conselho Diretor (CODIR), o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho de Pesquisa e Pós Graduação (COPEP), o Conselho de Ensino (CONEN) e o Conselho de Extensão (CONEX). Os Conselhos das Unidades (CONPUS) são responsáveis pelas decisões operacionais locais de cada uma delas. A Sede apresenta ainda a seguinte estrutura: o Departamento de Educação Superior (DEPES) com seu Conselho Departamental (CONDEP) e o Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) com seu Conselho de Ensino Médio e Técnico (CONDMET). A DIREN é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão.

As atribuições do Conselho Diretor, instância máxima recursal da Instituição, estão claramente estabelecidas no estatuto do CEFET/RJ. O Conselho Diretor determina que a administração superior de cada centro tenha como órgão executivo a diretoria-geral, e como órgão deliberativo e consultivo o conselho diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro da Educação. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor.

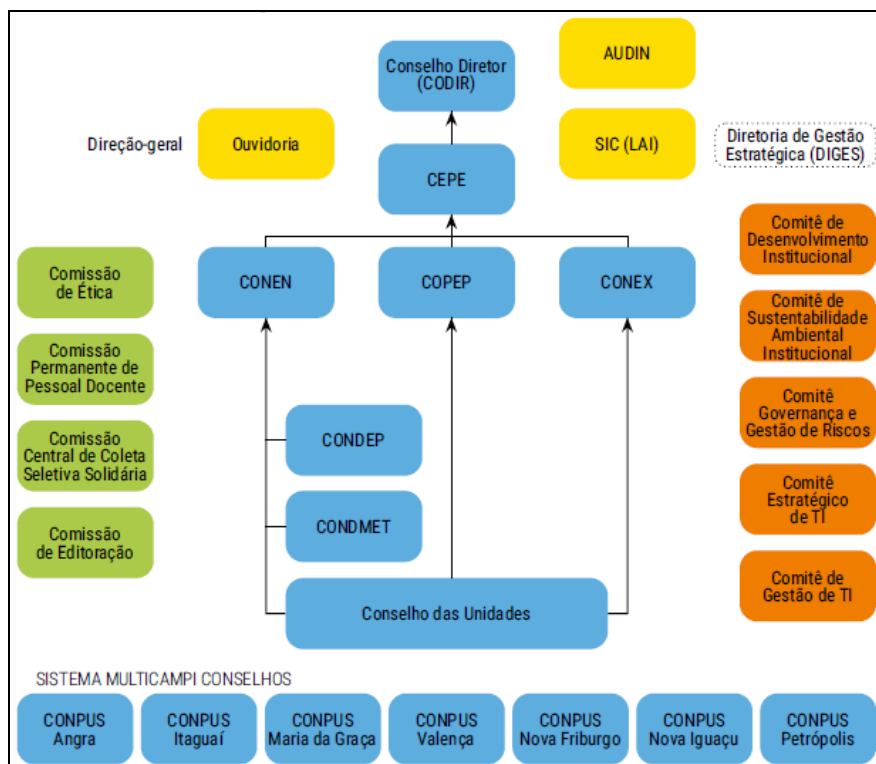


Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

A estrutura de governança institucional do CEFET/RJ, ilustrada na figura anterior, está fundamentada nos conselhos que tem a missão de prezar pela transparência dos atos de gestão dos dirigentes e pela deliberação de ações institucionais, conforme a sua instância e abrangência de atuação. De forma complementar, há a colaboração de Comitês e Comissões composta por servidores especialistas. Tal estrutura de governança reflete a maneira como deveres e responsabilidade são distribuídos entre as diferentes partes interessadas, bem como, a forma de organização, interação e procedimento dos diversos atores para influenciar e monitorar o cumprimento da missão, visão e promoção dos valores institucionais.

Um modelo de estrutura de governança do CEFET/RJ, mais atualizado, foi proposto pela DIGES no Relatório de Gestão 2019 e é apresentado na figura a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

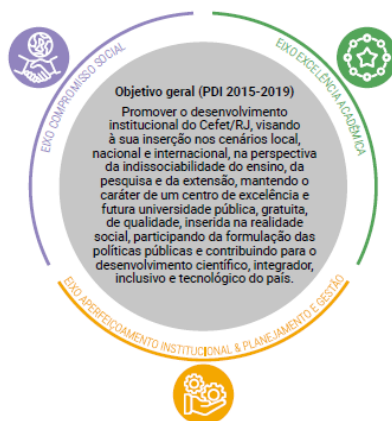
Estrutura de Governança do CEFET/RJ

Na figura anterior, em azul estão os órgãos colegiados, em verde as comissões, em laranja os comitês e em amarelos estão as demais estruturas de governança, lembrando que o SIC (LAI) é o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (Lei 12527/2011).

Vale destacar as instâncias externas de governança, que são autônomas e independentes não estando vinculadas apenas a uma organização e responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação:

- Tribunal de Contas da União – TCU
- Ministério Público Federal – MPF e
- Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU.

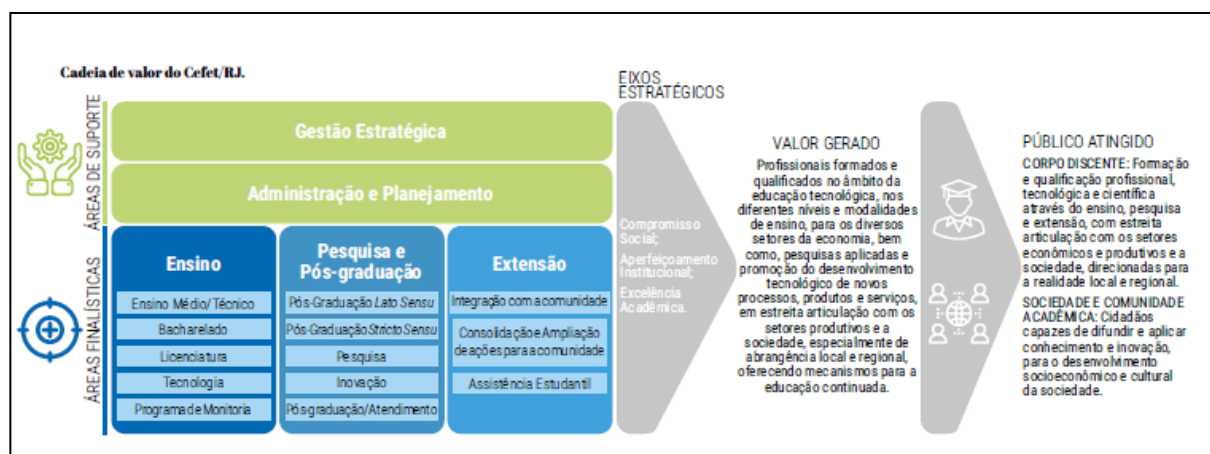
A estrutura de governança no CEFET/RJ está organizada com vistas a dar apoio ao cumprimento dos objetivos estratégicos que em três eixos são:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos do CEFET/RJ estão divididos em atividades primárias (Áreas Finalísticas: Ensino, Pesquisa e Extensão) e atividades de apoio (Áreas de suporte: Administração e Planejamento, Gestão Estratégica) voltadas a agregar valor por meio dos três principais eixos do PDI 2015-2019: Compromisso Social; Aperfeiçoamento Institucional; Excelência Acadêmica. A Figura a seguir ilustra a estrutura da cadeia de valor CEFET/RJ, com base nos princípios norteadores de suas ações finalísticas e seus resultados.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Cadeia de Valor do CEFET/RJ

Com relação ao acompanhamento do PDI, principal instrumento de planejamento e gestão da Instituição, cabe mencionar o Plano Estratégico Plurianual (desdobramento do PDI), que apresenta uma revisão anual por meio do Plano Estratégico Anual (PEA) onde serão observados não só o planejamento orçamentário, mas também a métrica dos resultados obtidos por meio das alocações dos recursos recebidos.

Comunicação e circulação da informação

Informações detalhadas sobre a comunicação e circulação da informação na IES podem ser consultadas na Dimensão 4 do eixo 3, Comunicação com a Sociedade, que detalha os principais sistemas de informações que atuam nas diversas áreas da Instituição.

Vale destacar o montante de recursos aplicados em TI e as contratações mais relevantes, em 2019, conforme as tabelas a seguir:

Grupo Despesa	Despesas Empenhadas (R\$)
Investimento	563.910,14
Custeio	1.609.753,16
Total	2.173.663,30

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

ID	Objeto contratado	Contrato	Categoria	Grupo	Empresa	Valor R\$
1	Firewall Maracanã	28/2018	Permanente	Redes	BlockBit	64.000,00
2	Firewall Campi	42/2018	Permanente	Redes	BlockBit	98.755,90
3	Telefonia LDN/LDI	43/2018	Serviço	Telefonia	Telemar Norte	16.753,58
4	Telefonia Móvel	04/2019	Serviço	Telefonia	Claro S/A	12.010,08
5	Telefonia Fixa	01/2017	Serviço	Telefonia	Oi	449.103,60
6	SIE (Suporte Acadêmico)	10/2015	Serviço	Software	AVMB Consultoria	226.185,60
7	Red Hat - Subscrição por três anos	14/2018	Serviço	Software	Red Hat	173.185,00
8	Reestruturação física rede de dados Maracanã	02/2019	Serviço	Redes	Zoit Consult.	323.795,94
9	Reestruturação elétrica do Data Center	14/2019	Serviço	DTINF	Elciq Eng.	169.500,00

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2019. DIGES, 2020.

Contratações mais relevantes de recursos de TI (vigentes em 2019)

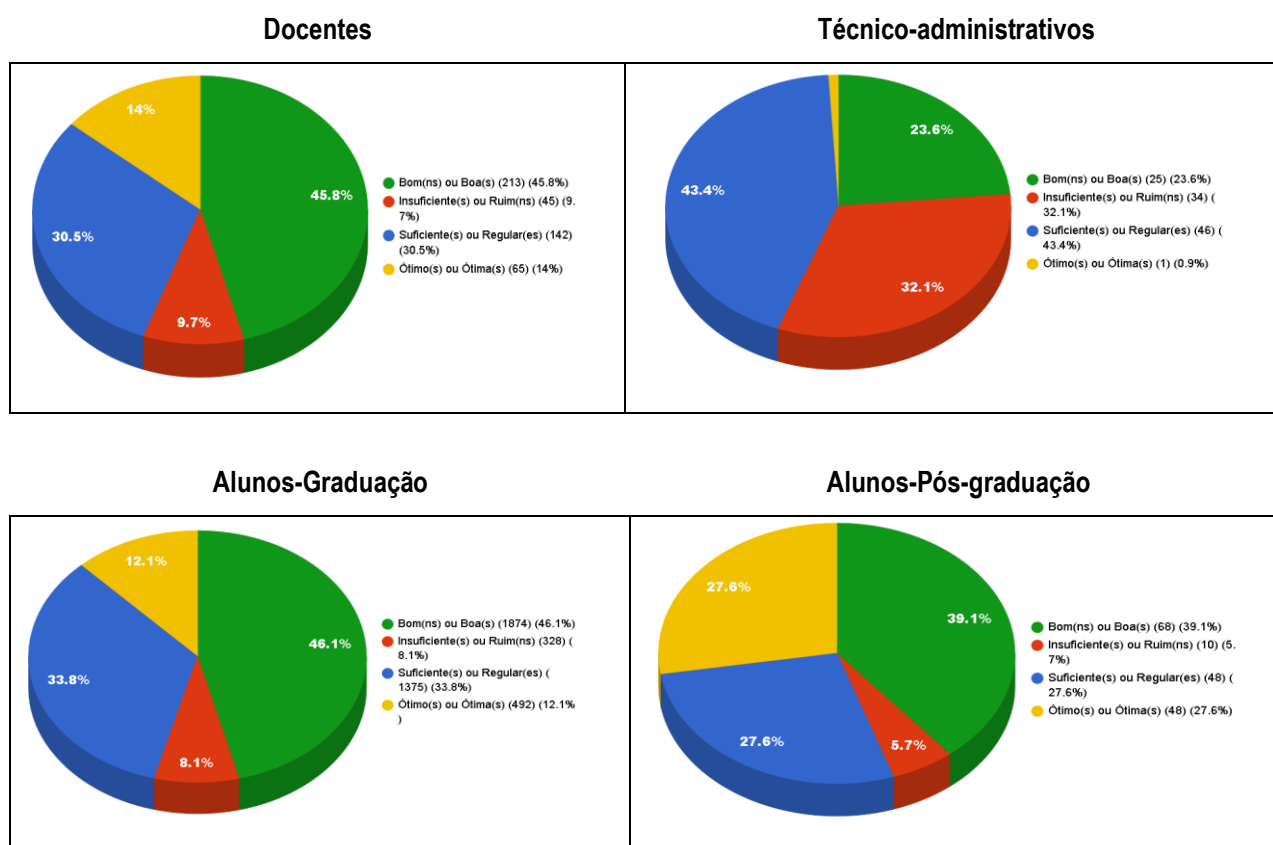
Foram propostas diversas questões diretamente relacionadas a essa dimensão a toda comunidade acadêmica. Existem ainda outras questões analisadas em outras dimensões, conforme pode ser verificado nos questionários apresentados no Anexo A, que também são pertinentes a essa dimensão. No que toca o investimento na comunicação e circulação da informação, por exemplo, deve-se reportar à Dimensão 4 (A comunicação com a sociedade), para maiores detalhes.

Os segmentos docente, aluno e técnico-administrativo opinaram de forma geral em questões referentes basicamente ao planejamento institucional em relação às finalidades educativas; a gestão estratégica e da informação da Instituição e a participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

Com relação aos colegiados e a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ, foram feitas três perguntas. A primeira avalia de que forma os órgãos colegiados atendem as necessidades da comunidade e contribuem para a melhoria do desempenho da Instituição. A segunda verifica se as ações realizadas pela Instituição para garantir a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ vêm ocorrendo de forma satisfatória e a terceira avalia os mecanismos que garantem tal participação na gestão. A quarta pergunta proposta avalia de que forma o planejamento da Instituição vem ocorrendo com relação às necessidades da comunidade.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

Os órgãos colegiados contribuem para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição. Isso acontece de forma...

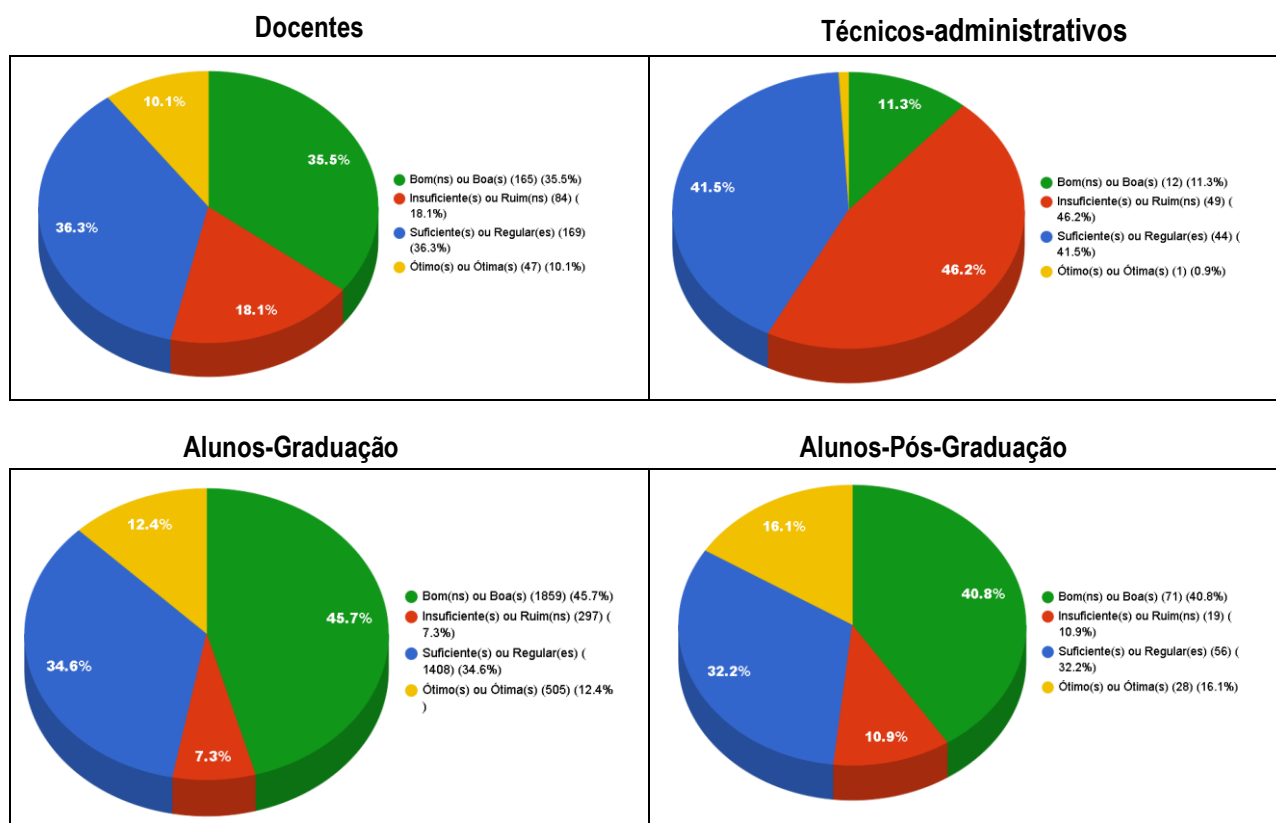


A avaliação referente ao desempenho dos órgãos colegiados indicou que grande parte dos docentes, alunos de graduação e discentes de pós-graduação respondentes considera tal desempenho bom, o correspondente a 45,8%, 46,1% e 39,1%, respectivamente. Já a maior parcela dos técnico-administrativos (43,4%) considera tal item suficiente. Cabe destacar que o maior índice de insatisfação dentre os segmentos está relacionado aos técnico-administrativos, o equivalente a 32,1% dos respondentes. Esse índice merece atenção.

Em 2016, as maiores parcelas dos docentes e alunos da graduação avaliaram tal quesito como bom, o equivalente a 46,76% e 44,92%, respectivamente. Grande parte dos alunos da pós-graduação ficou igualmente dividida entre as escalas “bom” e “suficiente”, o equivalente a 50% cada. Já a maior parcela dos técnico-

administrativos (37,55%) novamente considerou tal item suficiente. Inclusive, na ocasião, o maior índice de insatisfação dentre os segmentos foi o dos técnicos, o correspondente a 22,71% dos respondentes.

➔ As ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ. Isso acontece de forma...

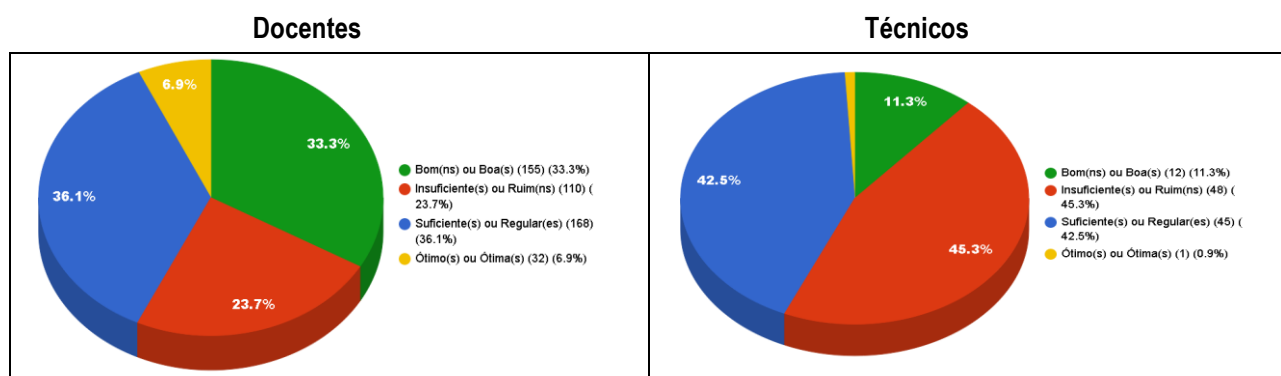


A avaliação referente à participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ indicou que grande parte dos alunos da graduação e da pós-graduação respondentes considera tal quesito bom, o correspondente a 45,7% e 40,8%, respectivamente, seguida de uma parcela que o considera suficiente, o equivalente a 34,6% dos alunos da graduação e 32,2% dos estudantes da pós-graduação. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. A grande parte dos docentes respondentes avaliou tal quesito como suficiente, o correspondente a 36,3%, seguida de uma parcela que o considerou bom, o equivalente a 35,3%. Já a maior parte dos técnico-administrativos julgou tal item insuficiente, o equivalente a 46,2% dos respondentes, seguida por outra grande parcela que o considerou suficiente, o correspondente a 41,5%. Inclusive, esse foi o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. O restante ficou distribuído em bom e ótimo. Vale procurar entender por que uma parcela significativa de técnico-administrativos se sente excluída quando se trata do assunto “participação na gestão do CEFET/RJ”.

Em 2016, grande parte dos docentes e alunos da graduação considerou que tal quesito ocorria de forma boa, o equivalente a 44,9% e 46,89%, respectivamente. Já grande parcela dos técnicos e discentes da pós-graduação avaliou esse item como suficiente, o correspondente a 34,06% e 62,5%, respectivamente. Novamente, o maior índice de insatisfação neste assunto foi o apresentado pelo segmento dos técnico-administrativos (33,62%).

Questões comuns aos docentes e técnico-administrativos

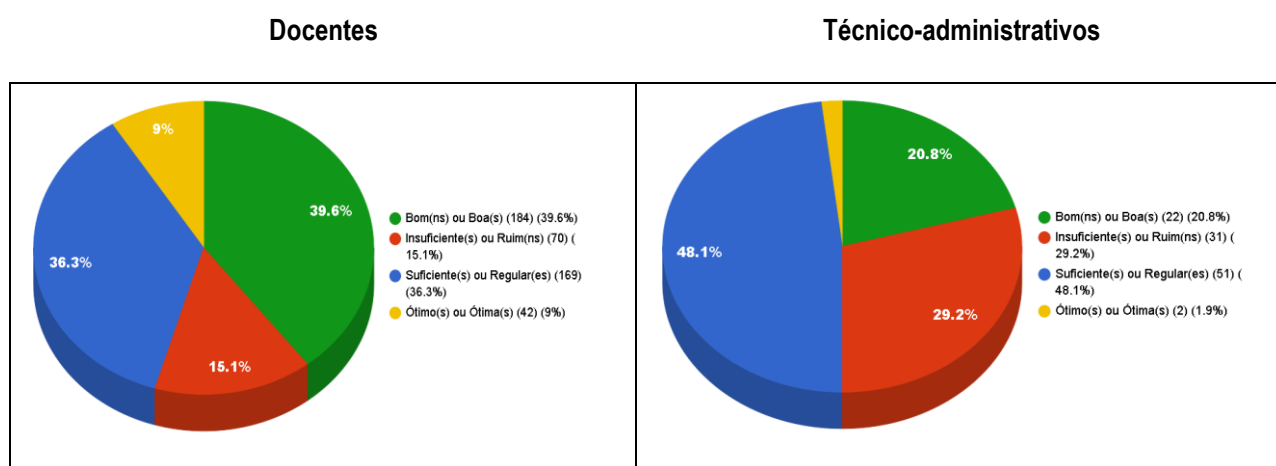
Os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ podem ser avaliados como...



Esta questão está relacionada à anterior, porém avalia unicamente os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão da Instituição. Tal questão foi proposta para os docentes e técnico-administrativos, pois esses possuem um maior conhecimento de tais mecanismos. Essa avaliação indicou que a maior parte dos professores respondentes considera tal quesito suficiente, o correspondente a 36,1%, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 33,3%. Já grande parcela dos técnico-administrativos respondentes avalia tal quesito como insuficiente, o correspondente a 45,3%, seguida de uma parcela que o considera suficiente, o equivalente a 42,5%. O índice de insatisfação observado nos técnico-administrativos respondentes vem complementar o que já havia sido observado anteriormente e sugere que parte dos técnico-administrativos não está de acordo com tais mecanismos.

Em 2016, grande parte dos docentes considerou tal quesito bom, o correspondente a 39,37% dos respondentes. Já a maioria dos servidores técnico-administrativos avaliou esse item como suficiente, o equivalente a 37,12% dos respondentes.

O planejamento da Instituição está atendendo às necessidades da comunidade de maneira...



Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma boa, o correspondente a 39,6% dos docentes. Quanto aos técnico-administrativos, grande parte avaliou tal quesito como suficiente, o equivalente a 48,1% dos respondentes.

Em 2016, grande parte dos docentes respondentes também avaliou que tal quesito ocorria de forma boa, o correspondente a 42,28%. Já na avaliação dos técnico-administrativos, grande parte o considerou suficiente, o equivalente a 40,17% dos respondentes. A parcela de insatisfação detectada na época foi de 10,96% dos docentes e 21,4% dos servidores técnico-administrativos.

Verificando-se a porcentagem mais significativa daqueles que não se encontram satisfeitos, observa-se que o maior índice de insatisfação dos docentes está associado à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão), o equivalente a 23,7% dos respondentes. Já na avaliação dos técnico-administrativos, o maior índice de insatisfação está relacionado à segunda questão (avaliação das ações da Instituição que garantem a participação na gestão), o equivalente a 46,2% dos respondentes. Cabe ressaltar que, em 2016, na avaliação realizada junto aos docentes e técnico-administrativos, a questão que apresentou o maior índice de insatisfação foi a terceira (avaliação dos mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão). Assim, no que tange à participação de professores e técnico-administrativos na gestão da Instituição, um trabalho de análise deve ser feito, objetivando diminuir os índices de insatisfação.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na opinião dos docentes e alunos da Instituição, os órgãos colegiados funcionam de forma adequada, contribuindo para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição.

b.2) Fragilidades

Desde 2008 a Instituição não recebe vagas para docentes da carreira do Magistério Superior e não são repostas as vagas daqueles que se aposentam, o que fragiliza a gestão da Instituição.

Embora boa parte dos alunos e docentes considerem que as ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ, os técnico-administrativos se mostraram insatisfeitos neste contexto.

c) Ações com base na análise

Estudar alternativas de fortalecer a carreira do Magistério Superior da Instituição.

Pesquisar junto aos técnico-administrativos os motivos da insatisfação com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação destes na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

3.4.3 – Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

a.2) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Com a lei nº 6545, de 30/06/78, a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca” foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFETCSF), autarquia de regime especial, nos termos do Artigo 4º da Lei 5.540 de 28/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Portanto, o CEFET não possui sistema de captação de recursos como mensalidades e alternativas econômicas, sendo sua dotação orçamentária basicamente proveniente do Ministério da Educação.

Sustentabilidade Financeira

A Instituição recebe, anualmente, um orçamento do Governo Federal para prover, dentro das possibilidades e limites governamentais, a demanda social da região em que se encontram suas instalações físicas, tendo como referência o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, conforme consta no PDI, o governo federal é a principal fonte de financiamento do CEFET/RJ. Seus recursos são distribuídos através da Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso Nacional, apresentada pelo MEC. Uma pequena parte dos recursos anuais deste Centro advém de receitas próprias, créditos extraordinários que poderão advir de outros órgãos do governo federal e também de emendas parlamentares.

O CEFET atende as necessidades sociais por meio de um orçamento pré-estabelecido pelo Ministério da Educação baseado em Metas, Ações e Programas bem definidos e acompanhados no sistema SIMEC (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças), SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal) e Tesouro Gerencial, todos sistemas de governo. Esses recursos são alocados anualmente através de uma proposta orçamentária e fixados por meio de receitas (orçamento federal destacado para o CEFET) e despesas (despesas correntes, de capital e pessoal) realizadas para atingir as Metas físicas pactuadas nas Ações e Programas discriminados nestes sistemas. Quem aprova essas Metas, Programas e Ações é o Congresso Nacional por meio de seus parlamentares, após passar pelas devidas comissões.

A compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da Instituição e o orçamento previsto é realizada com atendimento dessas metas aprovadas no Congresso Nacional e auditadas pela Corregedoria Geral da União. Para cada programa governamental, existe um perfil de despesa correspondente ao orçamento já pré-estabelecido nos

programas como benefícios, aquisição de equipamentos, manutenção de bens e instalações, pagamento de pessoal, pesquisa, novas Unidades, ensino superior, pós-graduação, etc.

Os recursos oriundos de fonte do governo federal são destinados ao custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como para os investimentos necessários em obras e são distribuídos conforme critérios estabelecidos pela gestão e aprovados pelo Conselho Diretor (CODIR) através do Plano Operativo Anual (POA). Este último é elaborado pela DIRAP em consonância com os projetos, ações e atividades emanadas pelos Centros de Custos, conforme elaboração do PEA pelas Diretorias Sistêmicas. A Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração de gestão de pessoas e planejamento orçamentário e execução financeira e contábil do orçamento do CEFET/RJ.

A sustentabilidade financeira da Instituição tem sua garantia no que estabelece a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), que definem os recursos orçamentários e financeiros aprovados pelos Poderes Executivo e Legislativo, considerando o PPA (Plano Plurianual) do quadriênio. No entanto, como supracitado, a Instituição tem buscado captar recursos financeiros de órgãos governamentais e por meio de emendas parlamentares, entre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos, em especial, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes) e do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP). A captação desses recursos tem contribuído para o crescimento do orçamento anual, viabilizando, principalmente, o funcionamento dos grupos de pesquisa da Instituição.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos estados, dos municípios ou de qualquer entidade pública ou privada, seja por meio de convênios ou outras formas de colaboração previstas na lei.

Com o Novo Regime Fiscal aprovado através da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC95/2016), o orçamento aprovado para a Instituição baseia-se na expectativa de arrecadação de recursos do governo federal. Dessa forma, caso a citada arrecadação venha a ocorrer em patamares inferiores ao previsto, poderá o governo federal, a seu critério, contingenciar o orçamento, reduzindo a liberação do mesmo.

O montante e a distribuição dos recursos orçamentários do Ministério da Educação destinados às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) são aprovados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Essa divisão é calculada por meio da “Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento para as Instituições Federais da RFEPCT”, cuja metodologia é desenvolvida no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Dessa forma, dado o total dos recursos disponibilizados pela SETEC/MEC, os mesmos critérios são aplicados a todas as instituições da rede para a definição da sua dotação orçamentária.

Desta forma, do ponto de vista operacional, a sustentabilidade financeira da Instituição é pautada, essencialmente, na adequação do planejamento anual dos gastos à previsão de recebimento de recursos e utilização eficiente destes para o cumprimento da missão institucional e seus objetivos estratégicos. O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

Estratégia de gestão econômico-financeira

Com base na Portaria CEFET/RJ 1.404/15, o Plano Operativo Anual (POA) é o instrumento interno de planejamento e programação orçamentária. O POA traz as propostas das ações institucionais e sua elaboração é realizada de forma conjunta com as diretorias sistêmicas e de *campi*. O POA leva em consideração o PDI vigente, além das diretrizes orçamentárias estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Durante o processo de planejamento financeiro anual, que tem início no ano que antecede sua vigência, os centros de custos recebem planilhas nas quais são registrados projetos previstos para o ano seguinte (PEA – Planejamento Estratégico Anual), que por sua vez se encontram alinhados com as metas estabelecidas no PDI.

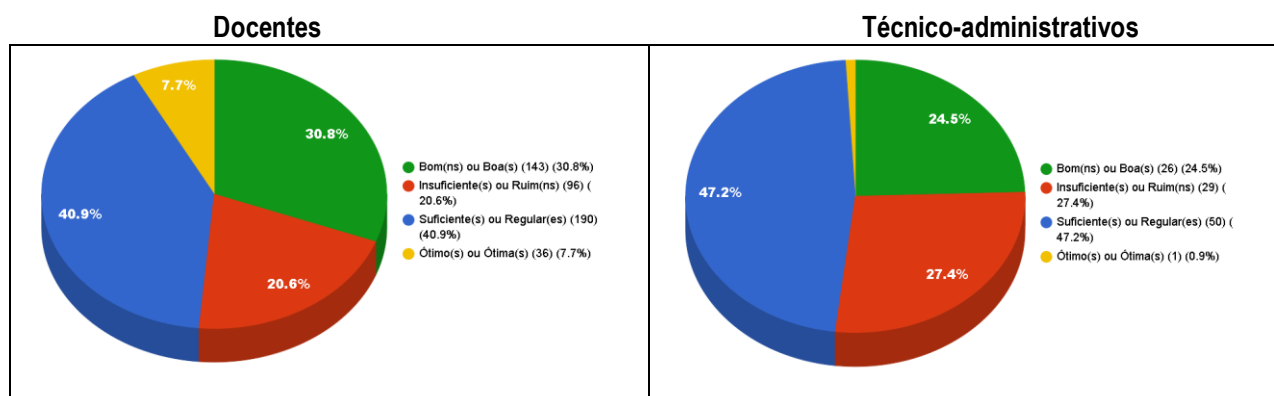
Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), com base nos projetos apresentados pelos centros de custos, há a distribuição interna dos recursos. Nesse momento, há a necessidade de compatibilização do orçamento previsto para os projetos e o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), em virtude da limitação de recursos. Em seqüência, prioriza-se o cumprimento das obrigações dos serviços de execução contínua, essenciais ao funcionamento do Sistema CEFET/RJ, conforme Portaria nº 736 de 20 de outubro de 2012.

A edição da Portaria CEFET/RJ nº 495 de 06/05/2016 veio como instrução e orientação para o plano de pagamentos e o atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93 no que se refere à ordem cronológica e, ao mesmo tempo, assegurar junto aos fornecedores a não interrupção dos serviços essenciais o que comprometeria as atividades acadêmico-administrativas. Para entendimento e conceito sobre os serviços essenciais nos reportamos ao estabelecido pela Portaria CEFET/RJ de nº 736, de 09/10/2012.

Considerando esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e técnico-administrativos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e técnico-administrativos:

☞ A gestão dos recursos orçamentários da Instituição pode ser avaliada como...



Com relação aos professores, grande parte, o correspondente a 40,9% dos respondentes, considera que a gestão dos recursos orçamentários é suficiente, seguida de 30,8% que analisam tal gestão como boa, 20,6% que consideram insuficiente e 7,7% que apontam como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, apontam tal quesito como suficiente, o equivalente a 47,2%, seguidos de 27,04% que avaliam como insuficiente, 24,5% que o julgam bom e 0,9% que analisa como ótimo.

Em 2016, grande parte dos professores, o correspondente a 40,72% dos respondentes, considerou que a gestão dos recursos orçamentários foi suficiente, seguida de 35,79% que analisaram tal gestão como boa, 13,87% que consideraram insuficiente e 9,62% que apontaram como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, apontaram tal quesito como bom, o equivalente a 44,1%, seguidos de 34,06% que avaliaram como suficiente, 14,85% que o julgaram insuficiente e 6,99% que analisaram como ótimo.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

c) Ações com base na análise

Continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca para graduação e pós-graduação, aos laboratórios e a aquisição de novos computadores e softwares educacionais.

3.5 – Eixo 5: Infraestrutura Física

3.5.1 – Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Esse relatório parcial engloba os eixos 2, 3 e 4. O eixo 5, Infraestrutura Física, que compreende a dimensão 7, foi avaliado no relatório do ano anterior e está disponível no site da Instituição para consulta, tendo obedecido a estrutura apresentada a seguir.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

a.2) Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins e utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

b.2) Fragilidades

c) Ações com base na análise

1.1 – Análise dos Dados e das Informações

1.2 – Ações com Base na Análise

Este relatório parcial apresenta os dados e as informações referentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, de acordo com o art. 3º da Lei Nº 10.861 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065. A análise dos dados e das informações foi apresentada ao longo dos capítulos referentes a cada eixo, que engloba as dimensões pertinentes.

No final de cada dimensão, pode ser encontrada uma síntese da análise dos dados e das informações. São apresentadas também as ações previstas a partir da análise desses dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição. Para uma melhor compreensão do diagnóstico da Instituição, assim como dos avanços e dos desafios a serem enfrentados, deve-se reportar, portanto, ao final de cada dimensão.

A Comissão Própria de Avaliação, após a análise das informações coletadas e processadas referentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, elaborou esse relatório parcial, encaminhado à diretoria e ao INEP, que identifica fragilidades e potencialidades da Instituição, assim como apresenta análises, críticas e sugestões. Tais informações merecem ser cuidadosamente examinadas e consideradas nas tomadas de decisão, sempre que pertinentes. Os resultados obtidos também serão divulgados na forma de seminários e colocados no *site* da Instituição. O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física, foram analisados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018.

O processo de avaliação interna ou autoavaliação, iniciado com a CPA instituída em 2004 e continuado com o empenho da CPA atual, busca contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade por parte da Instituição. Tal processo forneceu uma visão ampla e também detalhada do desempenho do CEFET/RJ no cumprimento de suas funções enquanto Instituição pública na oferta da Educação Superior. Esse retrato da Instituição é fundamental e oferece elementos que podem orientar nas tomadas de decisão. Neste contexto, é essencial o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para validar o processo. Vale observar também que a avaliação não deve ser considerada completa nem definitiva, pois o processo de avaliação interna é um processo cíclico. A continuidade do processo é fundamental para aprofundar os aspectos revelados e verificar a evolução institucional.

Comissão Própria de Avaliação



6. Bibliografia Consultada

- AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – CONAES. **Nota Técnica Nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.
- BRASIL – SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2017.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2017.
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2015 –1º Relatório Parcial**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELPARCIAL-CPA-15.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2016 –2º Relatório Parcial**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2017. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/CPA2016.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2017 –Relatório Integral**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2018. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/CPA2017.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2018 –1º Relatório Parcial**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2019. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELPARCIAL-CPA-2018.pdf>
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/pdi_2015_2019.pdf
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/attachments/article/5553/PDI%20CONSOLIDADO_final.pdf
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2016 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2017.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2017 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2019.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2018 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2019.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2019 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2020.
- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional – PPI**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>

- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>
- COELHO, Ildu Moreira. **Avaliação institucional na universidade Pública**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v. 2, nº 3, set, 1997.
- CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.
- CURY, A. J. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- DURAM, E. R. e SCHUARTZMAN, S. (Org.) **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 1992.
- FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 6ª. ed., Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.
- IANNONE, L. R. **Avaliação institucional: relato de uma experiência**. In: CAPELLETTI, Isabel (Org.). Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.
- JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades**. Florianópolis, Papa-Livro, 1996.
- LEITE, D., TUTIKIAN, J, HOLZ, N. **Avaliação e Compromisso**. Construção e Prática da Avaliação Institucional em uma Universidade Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª. ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°5/2020/CGCQES/DAES**. (Cálculo do Conceito Enade 2019). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2020.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°34/2020/CGCQES/DAES**. (Cálculo do IDD 2019). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2020.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°58/2020/CGCQES/DAES**. (Cálculo do CPC 2019). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2020.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°59/2020/CGCQES/DAES**. (Cálculo do IGC 2019). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2020.
- MOREIRA, D. A. (Org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- PICCOLI, C.P, SOUZA, R., DALBON, A.C.S. (Org.) **Autoavaliação Institucional**. Rio Grande: FURG, 2007.
- RAPHAEL, H.S., CARRARA, K. **Avaliação sob Exame**. Campinas: Ed. Autores Associados & FAPESP, 2002.

Anexo A

- Questionário aplicado aos alunos
- Questionário aplicado aos docentes
- Questionário aplicado aos técnico-administrativos